

Afrânio Raul Garcia Jr.

O SUL: caminho do roçado



estratégias de reprodução camponesa
e transformação social



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

MCT

Ministério da Ciência e Tecnologia

Quais os efeitos do crescimento do mercado de trabalho industrial do Centro-Sul, a partir dos anos 40, sobre as áreas rurais do Nordeste onde predominavam as grandes plantações açucareiras? Os fluxos maciços de migrantes nordestinos estão apenas ligados à passagem necessária de um mundo arcaico e agrário a um universo urbano-industrial em expansão? Os migrantes que retornam seriam os “fracassados” ou os menos capazes? A negação do campesinato é o resultado inexorável das transformações sociais em curso?

Estas são algumas das questões de que trata este livro. Indagações que se articulam com a observação de que a idéia de mercado de trabalho, em sua acepção atual e moderna, supõe a existência de trabalhadores “livres”, mas quais são os diferentes significados da noção de *liberdade*, tal como utilizada de forma corrente pelos mais diversos indivíduos, quando se implanta essa nova instituição social?

O Sul: caminho do roçado

**Estratégias de reprodução camponesa e
transformação social**

Este livro ou parte dele não pode
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização
escrita do Editor.

Impresso no Brasil

Editora Marco Zero
R. Inácio Pereira da Rocha, 273
São Paulo, CEP 05432, telefone (011) 815-0093.

e
Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70910 – Brasília, Distrito Federal

Copyright @ 1990 by Afrânio Garcia Júnior

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Marco Zero.

Revisão de texto: Fatima Rejane de Meneses,
Marlene Gomes Mendes, Wilma Gonçalves Saltarelli

Capa: Angela Mendes e Marco de Andrade
com foto de Gustavo Moura

ISBN 85-279-0079-3

Afrânio Raul Garcia Jr.

O Sul: caminho do roçado

**Estratégias de reprodução camponesa e
transformação social**

Editora Marco Zero

e

Editora Universidade de Brasília

em co-edição com o MCT-CNPq – Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Coleção Pensamento Antropológico

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Antonio Ibañez Ruiz

Vice-Reitor: Eduardo Flávio Oliveira Queiroz

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni – presidente

José Walter Bautista Vidal

Luiz Fernando Gouvêa Labouriau

Murilo Bastos da Cunha

Odilon Ribeiro Coutinho

Paulo Espírito Santo Saraiva

Ruy Mauro Marini

Antonio Agenor Briquet de Lemos

Vladimir Carvalho

Wilson Ferreira Hargreaves

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Garcia Júnior, Afrânio Raul.

O Sul : caminho do roçado : estratégias de reprodução camponesa e transformação social / Afrânio Raul Garcia Jr. -- São Paulo : Marco Zero ; Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília : MCT-CNPq, 1989. -- (Coleção pensamento antropológico)

Bibliografia.

ISBN 85-279-0079-3

1. Mão-de-obra - Movimentação - Brasil, Nordeste
2. Migração interna - Brasil, Nordeste 3. Migração interna - Brasil, Sul 4. Migração rural-urbana - Brasil, Nordeste 5. Trabalhadores rurais - Brasil, Nordeste I. Título. II. Série.

CDD-307.209812

-304.89812

-304.89816

-331.1279812

89-2430

Índice para catálogo sistemático:

1. Nordeste : Brasil : Migração interna : Sociologia 304.89812
2. Nordeste : Brasil : Migração rural-urbana : Sociologia 307.209812
3. Nordestinos : Mobilidade de emprego : Economia 331.1279812
4. Sul : Brasil : Migração interna : Sociologia 304.89816
5. Trabalhadores rurais nordestinos : Migração rural-urbana : Sociologia 307.209812

Sumário

Agradecimentos

Introdução:

MERCADO DE TRABALHO E CAMPESINATO 11

Primeira Parte:

A DOMINAÇÃO TRADICIONAL E SEUS LIMITES 35

Capítulo I: Senhores e Moradores: a Dependência Personalizada 37

Capítulo II: O Fim do Isolamento dos Moradores e o Declínio da Dominação Tradicional 59

Capítulo III: A Dinâmica da *Plantation* Tradicional e Seus Limites 87

Segunda Parte:

ESTRATÉGIAS DE RECONVERSÃO E DIFERENÇAS DE TRAJETÓRIAS SOCIAIS 101

Capítulo IV: Trajetórias Ascendentes e a Economia Familiar dos Agricultores: Agricultura, Criação e Negócio 103

Capítulo V: Trajetórias Ascendentes e a Economia Familiar dos Agricultores (II): Campesinato, Acumulação e Diferenciação. 141

Capítulo VI: A Pauperização dos Agricultores Fracos e dos Trabalhadores Alugados 169

Capítulo VII: Estratégias de Reconversão dos Grandes Proprietários 203

Capítulo VIII: Estratégias de Reconversão e Estratégias Classificadoras 245

Conclusão:
SALÁRIO E CAMPESINATO 265

Bibliografia 273

Agradecimentos

Este trabalho provém de pesquisa realizada no quadro do Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste (1975-1977), Convênio UFRJ/FINEP/IPEA/IBGE. No meu caso individual, contou também com recursos financeiros provenientes da Fundação FORD. Tal pesquisa foi realizada junto ao Departamento de Antropologia do Museu Nacional, instituição em que ingressei em 1977, por concurso público. Desde 1981 sou pesquisador do CNPq. A todas as instituições que forneceram os meios materiais para que realizasse meu trabalho, meus agradecimentos.

Uma primeira versão deste texto foi apresentada como tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Sou grato aos professores do meu curso de doutorado: Luiz de Castro Faria, Lygia Sigaud, Moacir Palmeira, Francisca Keller; agradecimento extensivo a todos os demais integrantes do PPGAS através da Prof^a Giralda Scyferth, que coordenava o Programa na ocasião. Do Prof. Castro Faria não vieram apenas ensinamentos teóricos: foi exemplo de seriedade intelectual a demonstrar que a dignidade pessoal é inseparável do verdadeiro trabalho teórico. Reconciliou-me com a vida acadêmica em momentos difíceis. Lygia Sigaud e Moacir Palmeira continuaram meus mestres na pesquisa e no trabalho teórico, e tive uma sorte maior: aprofundou-se nossa amizade. O texto atual, reescrito em sua quase totalidade, muito deve aos comentários críticos, às sugestões e ao estímulo de Moacir Palmeira, meu orientador, e dos demais membros da banca examinadora: Isaac Kerstenetsky, Manuel Correia de Andrade, Luiz de Castro Faria, Lygia Sigaud. Sem o companheirismo, as discussões e o trabalho científico simultâneo dos colegas e amigos do PPGAS do Museu Nacional, ou da equipe de pesquisadores que se materializou durante o Projeto Emprego, o presente livro não existiria; tantos amigos e colegas que a lista aqui arriscaria ficar maior que a bibliografia. Entenderão que agradeço a todos através de duas pessoas: às mulheres, através de Beatriz Heredia, irmã latino-americana. Aos homens, através de José Sérgio Leite Lopes, irmão com que a vida me presenteou.

Há pessoas e instituições que me deram acesso a informações centrais para esta pesquisa. Aos colegas do Departamento de Sociologia e Economia do Campus de Campina Grande, da Universidade Federal da Paraíba, agradeço nas pessoas de Regina e Roberto Novaes. Às colegas e amigas Olga Nogueira da Cruz, Thereza Cristina Costa, Doris Rinaldi, Maria Hortência Mercier, minha gratidão pelas informações e gentileza ao pegar publicações só disponíveis no IBGE. A hospedagem no Colégio Santa Rita não poderia ter sido mais acolhedora. A todas as irmãs, que tanto mimaram Cristina, meu muito obrigado.

Mas, sem dúvida, foi junto aos trabalhadores rurais que aprendi as verdades, como as julgo, que exponho aqui. Até pelo sofrimento: em menos

de um mês, mataram Margarida Maria Alves, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (12.08.1983), e morreu José Pureza da Silva (13.09.1983), um dos fundadores do sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil, que tive a felicidade de ter por amigo pessoal. Tempos duros, os atuais. Seria um consolo pensar que “a luta continua”?

Entre dezembro de 1983 e março de 1986 tive a chance de poder trabalhar no Centro de Sociologia Européia, em Paris, sob a direção de Pierre Bourdieu. Seus seminários na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), seus cursos no *Collège de France*, e as discussões sobre pesquisas em andamento e os métodos utilizados em seminários e grupos de trabalho do CSE tiveram uma importância decisiva sobre as análises aqui apresentadas. Cabe agradecer a acolhida amiga e generosa dos pesquisadores do CSE e a discussão aprofundada que fizeram das diferentes versões deste texto, assim como suas críticas e contribuições, em particular a: Monique de Saint Martin, Francine Muel-Dreyfus, Michel Pialeux, Monique Armand, Gabrielle Balazs, François Bonvin, Patrick Champagne, Jean-Claude Combessie, Jean-Pierre Faguer, Sylvain Maresca, Pascale Pargamin, Louis Pinto, Michael Pollak e Abdelmalek Sayad, assim como a Rose-Marie Lagrave da EHESS e Florence Weber do Instituto Nacional de Pesquisas Agronômicas (INRA). A estadia na França contou com o apoio do CNPq (bolsa de pós-doutorado), da EHESS e da “Maison des Sciences de l’Homme”, da Fundação Ford. Muitas das idéias centrais foram discutidas durante curso ministrado na EHESS, no quadro das atividades do Centro de Estudos sobre Brasil Contemporâneo, dirigido por Ignacy Sachs. Pude contar ainda com observações e sugestões de Daniel Pécaut.

A decisão de refundir e reescrever a versão original da tese visou também incorporar análises e reflexões surgidas durante a estadia na França. Este trabalho foi realizado durante o ano de 1988 e, em seguida, nova viagem à França (dezembro 88 a março 89) permitiu dar forma definitiva à versão francesa. Constatado, contudo, que os livros brasileiro e francês não diferem apenas no tamanho, cada qual tem uma feição peculiar – um não é a “tradução” do outro. O presente livro apresenta material etnográfico e estatístico mais detalhado e retoma certos problemas e debates de nossa vida intelectual; apresenta também uma formalização mais sistemática de algumas questões teóricas como a dinâmica da *plantation* tradicional no capítulo III e modelo matemático, no capítulo IV, para tratar da escolha das lavouras a cultivar pelos agricultores familiares. A atualização de dados estatísticos contou com a colaboração de Pedro Bodé de Moraes; e o texto final foi revisto com a dedicação e competência de Marlene Gomes Mendes.

Graças à solidariedade familiar, operando a “nível de sujeito” e a “nível do objeto”, este livro se tornou realidade. Meus pais e Quico viram a casa ser invadida, para que a paz que deles tirei permitisse redigir a tese. Marie-France foi a companheira de todas as horas e momentos, sua parceria intelectual e cumplicidade afetiva estão presentes a cada linha escrita ou

reescrita. Nossas filhas participaram, nem sempre por gosto, deste longo percurso. Cristina tornou-se personagem central da pesquisa de campo, e Inês resumiu a chatura de suportar o pai durante a redação do texto em ano chuvoso: “quando a tese acabar, a chuva vai parar”. Mas este livro é dedicado ao Adô, e a todos os reencontros.

Ao Adô

que encontrou seu Sul no Norte,
fez da vida invenção,
não um simples teorema,
sem perder a cabeça.

Introdução

Mercado de Trabalho e Campesinato

A partir dos anos 40, o Brasil conheceu uma intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do campo para as grandes cidades do Sudeste do país, sobretudo as localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que se industrializavam rapidamente. O grande crescimento urbano dos últimos 50 anos é devido principalmente às migrações, já que dados censitários permitem calcular que 64% do crescimento das cidades do Sudeste, entre 1940 e 1950, e 58% entre 1960 e 1970, podem ser atribuídos ao efeito de migrações¹. Em verdade os marcos do crescimento industrial foram regionalmente concentrados no Sudeste: a distribuição da renda interna por setores de atividade permite observar que, em 1949, 75% da renda industrial era gerada no Sudeste, em 1959, 78% era gerada nessa região e, em 1969, tal percentagem atingia 80%². Só em São Paulo e no Rio de Janeiro se concentravam, em 1969, 65% dos empregos industriais do país e 58% dos empregos nos estabelecimentos de comércio e serviços³. As chances de se conquistar um emprego industrial ou no comércio e serviços, com os correspondentes níveis de remuneração e formalização das relações de trabalho, têm sido maiores nessa região e isto contribuiu para acelerar as migrações em direção às cidades do Sudeste.

Se a industrialização, que se tornou dominante nesta última metade do século, criou um novo pólo dinâmico na vida social e econômica do país, não se pode esquecer que o crescimento do mercado de trabalho industrial não foi precedido pela liquidação das formas de dominação personalizada no campo, características das áreas de *plantation*, como as regiões açucareiras e cafeeicultoras. E, de modo algum, o nítido crescimento do mercado de trabalho industrial esteve associado linearmente ao fim daquelas relações, com a imposição de novo padrão único a partir das cidades (a generalização do trabalho assalariado formalmente regulado).

No imaginário brasileiro, a expressão *pau-de-arara* está associada aos caminhos que, desde a década de 1940, transportavam migrantes desprovidos de recursos, vindos do Nordeste em direção às cidades do Sudeste; tinham por único assento tábuas de madeira, dispostas transversalmente nas carrocerias, em viagens de mais de 1.500 km, que duravam vários dias. Tal expressão conserva uma forte conotação

¹Cf. IBGE. *Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro, FIBGE. 1979. Tabela 9a, p. 48.

²Cf. IBGE. *Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro, FIBGE. 1979. Tabela 4, p. 93.

³Cf. Departamento Nacional da Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho. *Mercado do Trabalho: Composição e Distribuição da Mão-de-Obra*. Rio de Janeiro, MTPS, 1969, p. 13.

pejorativa no Rio e em São Paulo⁴; é utilizada ainda hoje para desqualificar socialmente um indivíduo, estigmatizando-o como um “joão-ninguém”. A região estudada neste livro – o Brejo e o Agreste da Paraíba – está justamente entre as regiões nordestinas de mais forte emigração desde o final dos anos 40⁵. Embora conhecesse uma forte taxa de natalidade, os deslocamentos de população foram tão importantes que houve uma queda da população total entre 1950 e 1980.

As análises correntes dos economistas ou sociólogos que se interessaram por tal tipo de fluxos migratórios enfatizam a ligação entre o declínio das grandes plantações voltadas para a exportação de produtos primários e o crescimento do mercado de trabalho industrial. Nos anos 30, em face da crise econômica internacional, havia estoques de produtos de exportação invendáveis no plano externo a preços compensadores. A política de defesa da renda dos grandes proprietários rurais, sobretudo os envolvidos com os cultivos de café e cana-de-açúcar, através da compra de excedentes por instituições públicas para a formação de estoques – ou sua destruição – manteve a demanda efetiva deste grupo social e significou assim, como efeito inintencional, um estímulo ao crescimento das indústrias implantadas no país, que vieram a responder à demanda previamente suprida por importações. Dado o impulso inicial da industrialização, à base da substituição de importações, o processo de crescimento continuou graças aos estímulos representados pela recomposição do gargalo das contas externas e às medidas pragmáticas adotadas para superá-lo (cf. Tavares, M. C., 1972; Furtado, C., 1969).

Uma vez explicada a dinâmica própria da industrialização brasileira, tudo se passa como se as migrações das áreas rurais mais desfavorecidas para as cidades em expansão industrial fossem consideradas uma conseqüência simples e direta da supremacia adquirida pela indústria sobre a vida econômica do país. Ora, se a relação estabelecida entre as migrações e o desenvolvimento industrial não é falsa, ela é claramente insuficiente para explicar tais fluxos migratórios. A análise de trajetórias individuais e familiares⁶ revela a existência, nessa região do Nordeste, de migrantes que

⁴Na década de 1970 a expressão *pau-de-arara* passa a ser usada também para designar um tipo de tortura infligida aos presos políticos por órgãos policiais e militares. É reforçada sua conotação de estigma.

⁵Cf. Correia de Andrade e Potengi (1980).

⁶A pesquisa que está na base deste livro foi realizada no quadro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da UFRJ; mais precisamente no quadro do projeto “Emprego e Mudança Socio-Econômica no Nordeste” (convênio UFRJ/FINEP/IPEA/IBGE), coordenado por Moacir Palmeira. A pesquisa de campo foi realizada na região canavieira e sua periferia do estado da Paraíba. A região ecologicamente favorável a esta cultura se estende do litoral até o alto da serra da Borborema, onde há uma configuração de clima e vegetação semelhante às áreas próximas ao litoral primitivamente ocupadas pela Mata Atlântica. A pesquisa se concentrou particularmente em Areia e Remígio, municípios situados no alto da serra; ambos constituíam uma só unidade administrativa até 1957. Ocupam uma área de 696 km², a 600 m de altitude, e 44.261 habitantes ali viviam em 1980. É uma região de forte

se tornaram operários ou empregados urbanos no Sudeste, mas também a presença de indivíduos que conquistaram ou reproduziram a condição camponesa graças a uma passagem temporária pelo mercado de trabalho industrial. A hipótese da emigração com mão única é portanto arbitrária, pois ela descarta, *a priori*, qualquer estudo dos deslocamentos que não tenham necessariamente por finalidade “abandonar as áreas de declínio” e “se integrar aos pólos de prosperidade”. Ela admite, implicitamente, que há uma homogeneidade de objetivos entre os que partem. Mais do que isto, como não busca examinar em que condições indivíduos de carne e osso fazem os investimentos materiais e psicológicos que tais deslocamentos exigem, essa análise supõe uma homogeneidade das condições sociais para se deslocar⁷. Diante de casos desviantes observados, sobretudo quando há retorno às regiões de origem, a hipótese de emigração com mão única tem uma resposta pré-fabricada: seria o destino dos “fracassados”, dos “inadaptados”, o universo dos que não conseguiram atingir o objetivo pretendido. Por conseguinte, nunca se chega a questionar sobre os efeitos múltiplos dos deslocamentos, tanto sobre os que partem como sobre os que ficam, e sobre as relações que uns e outros mantêm com o espaço social de origem.

Ao longo deste trabalho tentaremos compreender a multiplicidade dos efeitos dos deslocamentos dos trabalhadores do Nordeste em direção ao mercado de trabalho industrial do Sudeste. Mas de forma alguma queremos aqui autonomizar as migrações como objeto de análise⁸; trata-se simplesmente de buscar estudar as práticas de inserção num mercado de trabalho longínquo e as representações mentais que as acompanham, em relação ao conjunto de práticas de trabalho a nível local (que constituem práticas alternativas e concorrentes). Poderíamos talvez sintetizar assim as

densidade populacional. As pesquisas de campo foram feitas em julho-setembro de 1976, em fevereiro-março de 1977, e janeiro-fevereiro de 1982, abrangendo épocas da estação seca e da estação úmida, pois a diferença de estações condiciona o ritmo dos trabalhos agrícolas e da vida social. Tinham por objetivo principal o estudo das práticas econômicas dos agricultores que se baseavam no trabalho familiar, suas origens sociais e históricas, suas trajetórias sociais. As pesquisas foram realizadas em colaboração com Marie France Garcia, que estudou o desenvolvimento das feiras da região (cf. Garcia, M. F., 1984). Este livro é uma versão reformulada da tese de doutorado, com o mesmo título, apresentada ao PPGAS da UFRJ (cf. Garcia Jr., 1983b). Tentei incorporar não só as críticas e sugestões da banca examinadora, como análises desenvolvidas posteriormente, a partir de discussões com pesquisadores do Centro de Sociologia Européia, dirigido por Pierre Bourdieu, durante estadia em Paris de dezembro de 1983 a março de 1986 (cf. Garcia Jr., 1986 a e b).

⁷ Abdelmalek Sayad apresenta uma análise exemplar das práticas de migração demonstrando que entre os mesmos contingentes de argelinos que partiram para a França havia, na origem desses deslocamentos, condições sociais diferentes que correspondiam também a diferentes modos de conceber e realizar a emigração (cf. Sayad, 1975 e 1977).

⁸ Uma excelente análise da literatura sobre “migrações”, mostrando como um deslocamento entre unidades administrativas, constatável por registros demográficos, toma-se um problema sociológico, é apresentada por Moacir Palmeira e Alfredo Wagner B. de Almeida (1977).

questões a serem examinadas: quais são os efeitos reais do crescimento do mercado de trabalho industrial sobre a dinâmica das *plantations* tradicionais, sobre o modo de dominação que as caracteriza, e, mais amplamente, sobre o espaço social do mundo rural nordestino? E, reciprocamente, quais são os efeitos, sobre o mercado de trabalho industrial em constituição, das transformações ocorridas nas *plantations* tradicionais?

Ao observarmos as transformações por que passaram as grandes plantações açucareiras do Nordeste, nesses últimos 50 anos, verificamos que estão ligadas à mudança dos padrões de residência dos trabalhadores – muitos passaram a residir fora das grandes propriedades –, e à mudanças correlatas nas relações de trabalho com os grandes proprietários. Estes deslocamentos de trabalhadores não se fazem numa direção única: alguns passam a viver em terras que adquiriram recentemente, outros seguem residindo e cultivando terras abandonadas por grandes proprietários, outros, ainda, vão morar em cidades desta região, por vezes no mesmo município, e muitos vão se instalar, temporária ou definitivamente, nas cidades do Centro-Sul. A mesma diversidade, que não coincide integralmente com as mudanças dos padrões de residência, pode ser observada no tocante às formas de trabalho: muitos vão trabalhar como assalariados agrícolas nas grandes plantações, alguns tornam-se pequenos produtores, recorrendo sobretudo ao trabalho da própria família, outros tornam-se negociantes em feiras que cresceram nesse mesmo período, outros, ainda, tornam-se operários industriais, serventes ou comerciantes nas cidades do Sudeste. Estas possibilidades não se excluem mutuamente, e combinações particulares dão origem a posições sociais específicas: certos produtores combinam o trabalho agrícola e o negócio em feiras, acumulando recursos que permitem usar trabalhadores pagos em dinheiro.

Esta descrição objetiva das diferentes formas de residência e de trabalho, e de diferentes trajetórias sociais, não permite, contudo, explicar a experiência destes deslocamentos, tal como vivida pelos trabalhadores, nem a maneira como falam e descrevem tais mudanças: qualquer que seja a posição ocupada no espaço social, ou trajetória, falando sobre si próprios ou sobre terceiros, ou ainda, sobre a totalidade do espaço social, o discurso se organiza em torno da oposição entre *libertos* e *sujeitos*. O uso mais freqüente, mas não o único, associa *sujeitos* aos trabalhadores residentes nas grandes plantações, e *libertos*, aos demais. Porém, esta distinção não tem nenhum fundamento jurídico, já que todos os indivíduos são declarados livres e iguais perante a lei. Esta classificação não é, portanto, nem reconhecida, nem sancionada pelo Estado; também não encontra fundamento em de tipo semijurídico, como as classificações estatísticas oficiais⁹.

⁹*Sujeito* não constitui nenhuma categoria estatística que possa enquadrar indivíduos possuidores de certas características sociais. Entretanto, as classificações dos censos agrícolas e suas mudanças são mais ricas de significados do que simples relações de

Como considerar tais classificações de um ponto de vista sociológico? Primeiramente, a análise sociológica pode considerar tais classificações como uma pura ilusão, que devem ser abandonadas. Tal postura significa que se renuncia a poder explicar a existência mesma destas representações no discurso e na mente dos agentes sociais. Uma segunda possibilidade seria tratá-las como um resíduo ou sobrevivência de uma situação passada. Neste caso tem-se ao menos uma explicação para a existência presente do uso de tais expressões: os agentes descrevem como atual a relação de escravidão, que foi abolida há 100 anos. A significação corrente destas palavras e seu registro em dicionários serviriam de ponto de apoio para esta explicação¹⁰.

Esta explicação considera a “sobrevivência” da classificação como resultante do “atraso” das representações mentais sobre a realidade; ela não se interroga sobre as razões específicas deste “anacronismo” particular, atribuindo a esta classificação uma importância apenas simbólica.

Mas a oposição entre *libertos* e *sujeitos* não é usada por um só agente, um só indivíduo, que denunciaria assim a sua própria situação ou a de outrem. São categorias usadas por diversos agentes sociais, para se referirem a práticas atuais, que as usam para tratar de questões bem

trabalho. A designação dos trabalhadores que residem nas propriedades da região é *moradores*. No censo agrícola de 1940 os *moradores* foram agrupados sob a denominação de *colonos*, categoria de uso corrente no Centro-Sul, particularmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, para designar os trabalhadores residentes nas grandes plantações de café. Em 1950 esta categoria vai desaparecer dos quadros estatísticos publicados; os procedimentos de contagem utilizam as categorias *moradores* e *colonos* para assinalar que estão incluídos em novas rubricas. A classificação de 1950 leva em consideração tanto o critério de residência quanto a forma de remuneração do trabalho, em dinheiro ou em produto. De 1960 até 1980 a classificação passa a só fazer referência à forma de remuneração. Nos quatro recenseamentos havidos no período (1960, 1970, 1975, 1980), a referência a *moradores* aparece nas instruções para a inclusão dos indivíduos assim classificados na categoria residual *outra condição*. Porém os critérios de pertencimento às outras categorias mudam em 1970 e 1980, e portanto muda o significado da categoria residual. Assim, se a constituição de uma série estatística homogênea é problemática entre 1940-1980, as mudanças constantes das categorias classificatórias mostram que há mais coisa em jogo na passagem de trabalhadores residentes a trabalhadores não-residentes que um deslocamento de local de residência, ou uma passagem de formas de remuneração não-monetárias a remunerações monetárias. Para se ter uma imagem objetiva das transformações, vê-se que o pior caminho é a constituição de uma série estatística a partir de dados do censo, sem previamente poder explicitar todas as razões das mudanças das classificações estatísticas ao longo da série. O estudo comparado dos censos é mais revelador da perda de legitimidade da categoria *morador*, ao longo do período, do que do número de indivíduos que entrariam nesta rubrica. O trabalho comparativo das classificações utilizadas nos censos agrícolas é apresentado em Rinaldi, D. e Mercier (1983).

¹⁰ Segundo o Dicionário Aurélio, a palavra *liberto* vem do latim *libertus*, significando “escravo que passou à condição de livre” (p. 842). A palavra *sujeito*, do latim *subjectus*, está registrada no mesmo dicionário como brasileiro: “designação que davam os sertanejos aos escravos”, significado que também aparece quando a palavra é utilizada como adjetivo, cf. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976, p. 1346.

materiais e não somente simbólicas. Por exemplo, numa mesma plantação açucareira, o trabalhador que se define e é definido por seu patrão como *liberto* recebe uma remuneração superior àquela recebida pelo trabalhador que se define e é definido como *sujeito*, mesmo que ambos executem, lado a lado, a mesma tarefa, durante o mesmo tempo de trabalho. Há assim, nestas classificações, referentes materiais que não podem ser explicados pela simples referência a uma situação passada.

A análise sociológica pode então considerar todo o peso simbólico de classificações que fazem alusão à época histórica quando a escravidão era uma instituição jurídica, e deve interrogar-se sobre os efeitos sociais desta mudança jurídica, denominada abolição da escravatura, assim como tomar a multiplicidade de significações de uma classificação como esta como informações para a análise do espaço social e suas transformações. Um dos eixos centrais deste livro é o estudo das referências materiais e simbólicas dos discursos organizados em torno da oposição entre *libertos* e *sujeitos* e as condições sociais e históricas de tais usos. Com efeito, se o mercado de trabalho, em sua acepção moderna e atual, supõe a existência de trabalhadores livres, uma questão a ser examinada é a das propriedades sociais da noção de *liberdade* e as condições históricas e sociais de sua aparição¹¹. A liberdade pessoal dos trabalhadores, em relação aos empregadores, é uma condição central para a gênese de estruturas econômicas capitalistas, se bem que tal noção nada tenha de econômica em sentido estrito¹². Quando o discurso dos agentes sociais se organiza em torno da oposição entre *libertos* e *sujeitos*, a análise sociológica pode estudar os múltiplos referentes dos usos sociais dessas classificações, tanto a nível material, como simbólico, e melhor precisar como a disputa sobre o significado legítimo da própria noção de *liberdade* é parte integrante e tem um papel ativo no processo de transformação social.

A consideração das representações mentais, como matéria-prima para a análise das relações sociais e de seus significados, encontra respaldo evidente em toda a tradição teórica e empírica dos estudos de Antropologia Social. Cabe, porém, confrontar tal perspectiva analítica com procedimentos alternativos, pautados na tradição objetivista, que só concebe as representações dos agentes como um obstáculo ao conhecimento, como ilusões a serem descartadas ou “falsa consciência” a ser extirpada – hábitos tão arraigados em nosso universo intelectual. O apelo a um procedimento canônico de uma disciplina científica pode se tornar um simples ritual, mais próximo das crenças religiosas, a separar os “iniciados” do comum dos mortais, se não vem acompanhado da

¹¹ Paul Bohannon, ao refletir teoricamente sobre as mudanças recentes na África, em particular sobre a noção de propriedade da terra, chama a atenção para o caráter específico e nada universal das noções da cultura ocidental de *liberdade e terra* (cf. Bohannon, 1963).

¹² O historiador inglês E. P. Thompson analisa as lutas por liberdade política e por liberdade de pensamento e culto religioso, em toda a sociedade, como partes fundamentais do processo de construção da classe operária inglesa (cf. Thompson, 1987).

demonstração da sua maior eficácia explicativa na construção do objeto a ser analisado.

É bastante comum que a simples constatação da forma salário seja tomada como indicador da presença e do desenvolvimento de trabalho assalariado na agricultura. Se toda produção mercantil tende a ser assimilada à produção capitalista, onde “economia de mercado” aparece como sinônimo de capitalismo, a existência de trabalhadores, cujos serviços prestados são pagos em dinheiro, parece fornecer o “dado” decisivo para que se caracterize um determinado processo de trabalho como baseado no trabalho assalariado. Quando se soma ao caráter mercantil do produto, ainda que parcial, o caráter mercantil de acesso à força de trabalho, ainda que parcial, toda dúvida parece se dissipar. Estamos diante de trabalhadores assalariados e de empresários capitalistas, de um mercado de trabalho plenamente constituído.

Mesmo quando os traços mercantis aparecem como parciais, isto parece não apresentar maiores problemas, pois se presume que eles tenderão a predominar: estaremos então diante de um “processo de desenvolvimento capitalista”, geralmente associado, ou identificado, a um “processo de proletarização”. O problema, contudo, *não está na etiqueta* que se atribui às relações sociais que se está examinando, mas sim no fato de que estas caracterizações escamoteiam um amplo campo de questões que teriam que ser tratadas.

Isto, porque, ao falar de “salário”, de “economia de mercado”, de “desenvolvimento capitalista”, de “processo de proletarização” estas noções se apresentam como fenômenos já conhecidos, cujas leis estão estabelecidas e descritas, os conceitos pertinentes especificados, e cuja única dificuldade parece residir em identificar se estes conceitos se aplicam ou não ao caso em exame. As determinações da produção, distribuição, troca e consumo do produto, as estratégias e os cálculos dos agentes sociais, as tendências em jogo não precisam, então, passar pelo crivo da análise, tudo isto correndo por conta das imagens que tais expressões permitem sugerir. Não são só os conceitos que perdem sua especificidade ao serem assimilados uns aos outros, reduzidos a fatos evidentes que assinalariam sua presença, mas a própria observação e descrição das relações sociais fica a meio caminho. Ou então, quando estas relações são objeto de análise minuciosa, aparecem já enquadradas na moldura de categorias próprias ao capitalismo, como se o fim do processo autorizasse pensar cada momento intermediário, diluindo-se, por isso mesmo, qualquer noção de processo. Temos aí os males do evolucionismo em sua forma mais negativa: a pretensão de conhecer o ponto de chegada, “o resultado”, torna irrelevante estabelecer a seqüência precisa dos eventos, bem como examinar os vários possíveis a cada momento do processo. Este livro não pretende ser nada mais do que uma reflexão sobre a relação entre forma salário, trabalho assalariado e campesinato; ou ainda, sobre as variações possíveis da relação entre campesinato e mercado de trabalho industrial. Tentaremos mostrar que se trata de um simples “pré-conceito” conceber

campesinato e mercado de trabalho industrial como noções necessariamente em posição de mútua exclusão, pois, para que um exista, o outro teria de deixar de existir, ou acreditar que ambos estão ordenados numa seqüência evolutiva – o segundo seria um passo adiante na história em relação ao primeiro.

As situações sociais encontráveis no Brejo e no Agreste da Paraíba parecem ser particularmente interessantes para se discutir tais questões. Isto, porque, a forma salário – serviços prestados a outrem contra pagamento em dinheiro – aparece como relevante, tanto nas grandes como nas pequenas propriedades, e também nos roçados, de escala reduzida, obtidos por arrendamento e meação; em todos estes casos há produção mercantil. Esta aparente homogeneidade, contudo, não esconde a profunda diversidade das relações sociais em jogo.

Observação superficial das regiões pesquisadas permite assinalar a oposição entre os *sítios* de pequenos proprietários e as grandes propriedades representadas pelos *engenhos*, a *usina de açúcar* e as *fazendas*. Nos *sítios* há árvores frutíferas e cultiva-se também feijão, milho, algodão e mandioca, durante o inverno. *Inverno* designa o período do ano em que há abundância de chuvas, que permitem a realização do plantio. Normalmente, as precipitações pluviométricas mais acentuadas concentram-se no período que tem início nos meses de fevereiro-março e finda em agosto-setembro. Contudo, como veremos no capítulo V, os próprios marcos de início e fim do *inverno* são objeto de uma avaliação social. É que a oposição *inverno* e *verão* marca todo o calendário agrícola, e mesmo o ritmo de vida da região. O *verão*, também podendo ser designado por *seca*, é a época em que pouco chove, não possibilitando o plantio, e apresenta maiores dificuldades para provisão de água para beber, sobretudo no Agreste. Assim é que a oposição *inverno* e *verão* aparece frequentemente como *inverno* e *seca*. A *seca*, por sinal, se caracteriza pela demora de o *inverno* seguinte começar. Sob este ponto de vista, a variação ecológica entre Brejo e Agreste é relevante a nível social, pois há sempre *inverno* no Brejo, ou seja, chuvas abundantes que permitem o plantio e água para as várias destinações sociais, mas este não é sempre o caso do Agreste. Ainda mais acentuado é o contraste com as regiões vizinhas semi-áridas, designadas localmente como Curimataú e Cariri, ou ainda o Sertão, mais a Oeste. É aí, sobretudo, que a *seca* aparece como problema social ciclicamente renovado, que dá origem a deslocamentos para as cidades do Brejo e do Agreste, e, até mesmo ataque às feiras destas últimas regiões¹³.

As grandes propriedades apresentam variações segundo as regiões ecológicas em que se encontram e as práticas agrícolas a elas associadas. De um lado figuram aquelas onde predomina o cultivo da cana-de-açúcar, os *engenhos*, em que se fabrica rapadura e aguardente, e aquelas

¹³Para uma descrição precisa das variações ecológicas e climáticas, ver Lacerda de Melo (1958), Correia de Andrade e Potengi (1980).

pertencentes à *usina*, unidade agroindustrial produtora de açúcar e álcool, ou ainda aquelas pertencentes a particulares, mas cuja produção visa ao abastecimento da *usina*, todas concentradas na região conhecida localmente por *Brejo*. Por *Brejo*, designam-se as regiões de *invernos* abundantes, renovados anualmente, onde a água dos poços e fontes é doce e pode servir ao consumo humano; a vegetação pode ser mata, quando espontânea, ou árvores frutíferas, quando plantadas.¹⁴ É a região ocupada por excelência pela cana-de-açúcar, onde se localizam os *engenhos* de rapadura e aguardente e as *usinas* de açúcar. Nas terras de pequenos proprietários, ou cedidas a *meeiros*, cultiva-se mandioca em larga escala. De outro lado estão localizadas as grandes propriedades, onde *roçados* de algodão, milho e feijão, de parceiros e pequenos arrendatários, estão associados à criação de gado, ou reduzidos à criação de gado, todas conhecidas por *fazendas*, concentradas sobretudo na região denominada localmente de *Agreste*.

Por *Agreste*, designa-se a região de *invernos* menos regulares que o *Brejo*, em que há, também, variação na vegetação, mas sobretudo, onde a água é salobre, não servindo ao consumo humano, que depende assim de águas de chuva que têm de ser captadas e conservadas¹⁵. É a região onde se concentra maior número de pequenos proprietários, e onde, mesmo as grandes propriedades apresentam muitos *roçados* de milho, feijão e algodão herbáceo, de pequenos produtores, *roçados* estes que são combinados com a criação de gado do fazendeiro. Ainda encontra-se agave cobrindo parte das grandes propriedades do *Agreste* e algumas do *Brejo*, cultivo que foi predominante entre 1940 e começos da década de 1950, nessa região, e, responsável por um tempo de muita prosperidade para grandes proprietários (Lacerda de Melo, 1958).

¹⁴ Lacerda de Melo fornece a descrição geográfica precisa desta área:

"A área mais úmida corresponde àquela em que avançam para Leste os níveis do planalto da Borborema, ainda bastante conservados. Temos, na região do Brejo, registros pluviométricos característicos de clima úmido (1.155 mm em Alagoa Nova, 1.100 em Bananeiras e 1.461 mm em Areia), o que valeu o nome dado à região. Neste ponto, é de se assinalar outra diferença em relação à zona pernambucana correspondente. Em Pernambuco, como foi visto, temos numerosas pequenas ilhas úmidas, cercadas de áreas de *Agreste* ou de *caatinga*. Na Paraíba, o que aparece é uma única área úmida, de extensão considerável e abrangendo terras de vários municípios. É que, nesse último caso, existe um único e mais amplo condensador orográfico, o do mencionado avanço oriental do planalto. O regime pluviométrico no *Agreste* e no *Brejo*, regido pelos ventos de Leste, como no caso da zona úmida oriental, é de chuvas de outono e inverno, com estação seca muito pronunciada. Suavizam-se bastante os registros térmicos em áreas altas, onde a cidade de Areia tem a média anual de 21 graus centígrados. Na região úmida ou do *Brejo*, as chuvas de altitude deram lugar a um revestimento florístico do tipo florestal, hoje quase totalmente desaparecido, mas ainda revelando-se através dos testemunhos encontrados nos topos ou "chãs" dos espigões. São matas idênticas às da zona úmida oriental" (Lacerda de Melo, 1958, pp. 247 e 248).

Para informações geográficas atualizadas, ver Correia de Andrade e Potengi (1980, pp. 231-238).

¹⁵ Descrição geográfica precisa do *Agreste* da Paraíba, que circunda a região do *Brejo*, pode ser encontrada em Lacerda de Melo (1958) e Correia de Andrade e Potengi (1980, pp. 149-157).

É verdade que agências oficiais, como o IBGE, em 1980, não se limitam apenas a mapear os vários tipos de estabelecimentos existentes, e, mesmo referendando as observações acima apontadas, já introduzem a heterogeneidade de relações sociais, estabelecendo cortes analíticos claros, ao decretarem que são os pequenos estabelecimentos “antieconômicos”:

“A microrregião do Agreste da Borborema, com seu clima e sua cobertura vegetal transicional para o sertão, é caracterizada como sendo área típica de policultura e criatório bovino. A organização agrária é baseada no sistema gado-algodão, que pode ser encontrado também no Sertão. Mas aqui a intensidade da ocupação é bem mais elevada; traduzindo-se não apenas no pastoreio dos campos cercados, no domínio do algodão herbáceo, cujo cultivo se repete anualmente, associado com culturas alimentares, milho, feijão, sobretudo, como também no fato de que a fragmentação da terra chega, em certos lugares, ao franco *predomínio dos minifúndios antieconômicos* [grifo meu] (IBGE, 1980, p. xvii. In: *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*¹⁶).

De qualquer forma, atravessando-se a região pela estrada que liga Campina Grande a Areia, depara-se com inúmeras cidades e povoados, que se sucedem, além de toda a paisagem rural estar marcada por casas e *sítios* de pequenos proprietários, que dão bem a impressão de uma infinidade de pequenos estabelecimentos predominando na vida social. Muito diferente, em todo o caso, das áreas de *plantation* canvieira, onde este cultivo domina toda a paisagem, e a diferença clara entre a *casa-grande* e a *sede do engenho*, ou a *casa-grande* e a *sede da usina*, e as casas dos trabalhadores com pequenos *roçados* em torno materializa no espaço toda a hierarquia social. Os dados estatísticos permitem corroborar a impressão primeira de que são as relações sociais na agricultura que são dominantes na vida social desta região. O quadro 1 demonstra que a população rural e a população economicamente ativa agrícola estão em queda relativa no período, mas representam por volta de 80% do total, em 1970, e por volta

¹⁶Não nos ocupamos por ora em relativizar tais declarações com os próprios dados que o IBGE publica, porque isto é que estará em jogo em todo o livro. Guarde-se porém a referência que o próprio produtor de dados, ao apresentá-los ao público que os analisará, discrimina uma parte dos estabelecimentos existentes empiricamente como “antieconômicos”. Não cabe dizer que minifúndio é “antieconômico” por dispositivo legal (ESTATUTO DA TERRA – Lei 4.504/64), pois se fosse essa a referência – e teria então foros de verdade – a simples leitura da lei faria perceber que o mesmo artigo trata o latifúndio como antieconômico. E destes últimos estabelecimentos nem uma palavra no texto do IBGE. Embora o não menos oficial INCRA informe que pelos cadastramentos dos imóveis rurais de 1972 os latifúndios, por definição legal, controlam 70% da área desta mesma microrregião, apesar de representarem apenas 10% dos imóveis. Os “antieconômicos” minifúndios representam 89% dos imóveis, também segundo a norma legal, mas dispõem apenas de 24% das terras (cf. Correia de Andrade e Potengi, 1980, pp. 206-208). Assim se perceberia que 94% das terras e 98% dos imóveis estão fora da norma legal. Fica claro que as normas legais apontam para um modelo da realidade social bem diferente do empiricamente existente: há problemas fundiários, segundo a classificação oficial, mas nenhum atentado unilateral contra a economia.

Quadro 1 – Evolução da População Rural e da População Economicamente Ativa Agrícola como Proporção das Populações Totais Respectivas – Paraíba – 1970/1980

Município População	Brejo Paraibano		Areia		Remígio		Bananeiras		Solânea		Serraria		Arara		Pilões	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Rural/Total	79%	69,9%	76%	64,3%	74%	61,4%	86%	83,3%	74%	66,7%	85%	75,6%	64%	47,0%	85%	75,0%
Agrícola/Total	81%	69,2%	76%	59,6%	78%	68,6%	80%	74,9%	80%	71,8%	87%	71,3%	80%	63,1%	87%	69,9%

FONTE – IBGE–Censo Demográfico

de 70% em 1980. Deixou-se aqui de considerar Campina Grande, que é o grande centro urbano, industrial, comercial e cultural, que polariza toda a região. Incluímos no quadro municípios em torno de Areia, da atual microrregião do Brejo Paraibano, e os municípios do Agreste que foram desmembrados dos anteriores, em período recente, mas foram visitados durante a pesquisa de campo.

No quadro 2, apresentamos a concentração dos estabelecimentos por grupos de área de lavoura para 1975. Verifica-se a enorme importância estatística dos estabelecimentos de menos de 5 ha, que representam 90% dos estabelecimentos em toda a microrregião do Brejo Paraibano, só diminuindo, em importância relativa, em Areia e Pilões, áreas de expansão da *usina*; ainda assim, são a maioria. São, por conseguinte, as explorações amplamente majoritárias em termos de número, o que não significa que sejam dominantes a nível da ocupação do espaço, pois não controlam, nem de longe, o mesmo montante de terra que os grandes estabelecimentos. A pobreza de seu patrimônio em terras não justifica, de modo algum, que os abandonemos a nível do processo de pensamento, e, com uma simples expressão adjetiva, “antieconômico” ou “de subsistência”, os condenemos ao desprezo, a nível científico. A classificação dos pequenos estabelecimentos como “antieconômicos” nada explica sobre os padrões empiricamente observáveis nessas unidades, mas trai claramente a intenção dos classificadores: visa passar a imagem de estabelecimentos que existem mas não deveriam existir, segundo os cânones de “racionalidade econômica”, ou então que deveriam desaparecer. Muito longe estamos da “neutralidade científica” ou de “critérios objetivos” que independam de juízos de valor. O que mais existe são os que não deveriam existir, como se observa no quadro 2, visto na página seguinte.

Se a agricultura é a ocupação marcante desta região, a própria palavra *agricultura*, tal como é manipulada por detentores dos pequenos estabelecimentos, pequenos proprietários, meeiros e arrendatários, permite marcar as oposições sociais em jogo, embora aponte aparentemente para a forma dominante de exploração do solo em cada propriedade. A pesquisa inicial tinha por objetivo imediato entrevistar e observar as práticas de pequenos produtores que cultivam a terra mediante o uso da força de trabalho de suas unidades domésticas. Para delimitar esse grupo social concretamente não se privilegiou o critério estatístico de tamanho do estabelecimento, como um corte *a priori*. Nem deixamos de entrevistar grandes proprietários, moradores das grandes propriedades, comerciantes e outras categorias de trabalhadores, para proceder melhor à delimitação das categorias sociais, e para entender certos fatos básicos a que os pequenos produtores se referiam, mas que se passavam fora de seu universo de práticas. Contudo, o mapeamento do espaço social foi feito levando-se em conta as representações dos agentes sociais, sobretudo a partir da situação e das formulações daqueles para quem a nossa noção de pequenos produtores apontava. Como veremos, no decorrer deste trabalho, isto significou tomar aqueles que se autodenominam *agricultores* como referente básico da

pesquisa. As idéias aqui expostas e desenvolvidas não são uma sistematização das formulações deste grupo, nem uma síntese dessas formulações, mas sim análises feitas *a partir* dessas formulações, num diálogo entre as perguntas colocadas por nossas teorias de referência e o discurso concreto das formulações e atitudes dos agentes sociais¹⁷. E a categoria *agricultura* é praticamente reveladora de contornos de explorações econômicas diferentes.

Quadro 2 – Grupos de Área de Lavoura – Paraíba – 1975 – Total = 100

Município	Tamanho do Estabelecimento						Total
	0 - 5ha	5 - 10ha	10 - 50ha	50 - 100ha	100 - 500ha	500 -	
Brejo Paraibano	90	6	3	0,5	0,5	-0(1)*	100
Areia	79	8	7,5	3	2,5	-0(1)*	100
Remígio	84	9	6	0,4	0,6	-0(1)*	100
Bananeiras	94	4	1,7	0,1	0,2		100
Solânea	85	8	5	1	0,9	0,1	100
Serraria	91	5	2,5	0,5	1		100
Pilões	55	7	19	6,5	12,5		100
Arara	90	7	2,6	0,2	0,2		100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

* Apresentamos entre parênteses o número absoluto de estabelecimentos, já que em termos relativos seria próximo a 0%. Evidentemente não entra na soma de cada linha.

Assim é que *terra de agricultura* pode estar referida tanto a *sítios de* pequenos proprietários como a *engenhos*, propriedades da *usina*, e grandes propriedades, que associam *roçado* de algodão e gado, quando a oposição que se está marcando é com as *terras de gado*, onde o terreno é todo coberto por capim plantado. Neste sentido, marca-se sobretudo o fato de que as *terras de agricultura* são cultivadas a cada ano, que a exploração da terra está submetida à dualidade *inverno*, período em que as chuvas são abundantes, quando se faz o plantio, e *verão*, período de menor pluviosidade, em que há poucas tarefas em atividades agrícolas; que diferentes categorias de trabalhadores nelas obtêm um meio de vida, seja por terem acesso a um pedaço de terra que cultivam, seja recebendo dinheiro em troca de tarefas que lá desempenham. Mas *agricultura* é usada

¹⁷Sobre este procedimento, ver Sigaud (1979: Introdução).

também para opor os cultivos de pequenos proprietários, pequenos arrendatários e meeiros – feijão, milho, mandioca, algodão herbáceo, fruteiras – à cultura de cana e agave das grandes propriedades, à *terra de engenho*. Neste sentido, marca-se sobretudo o espaço social em que se movem os pequenos produtores, cujo processo de trabalho está baseado na combinação de atividades do grupo doméstico com trabalhadores de fora do grupo doméstico, pagos em dinheiro, por dia de serviço, ou por tarefa desempenhada, reservando-se aos cultivos assim realizados a designação de *agricultura*. Foi comum ouvir durante a pesquisa de campo, formulações como esta – de um proprietário de pequeno *sítio*, opondo lugar que tem *agricultura* à área da cana – que marcam diferenças entre municípios limítrofes e que fizeram parte de uma mesma unidade administrativa até 1957:

“S.J. – Remígio abastece toda a região, porque tem muita agricultura. Tem mandioca, milho e feijão. Em Areia só tem cana (em 15/08/76).”

Da mesma forma visitamos, em 1977, a mesma fazenda estudada em 1952 por Nilo Bernardes (1952, pp. 62-69), na época em que predominava o cultivo de agave, fato documentado minuciosamente com mapas e fotos. Quem nos levou à Fazenda Guaribas foi o então tesoureiro do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Areia, ele mesmo proprietário de um pequeno *sítio* nas vizinhanças. No momento da nossa visita, o espaço da fazenda era ocupado pelo binômio *roçado* de *meeiros*, com cultivo de algodão, feijão e milho, e criação de gado bovino. Disse então nosso guia, referindo-se aos terrenos cultivados por *roçados*:

“S.A. – Aqui era tudo agave. Os proprietários perderam o gosto da agricultura. Mas agora os cereais estão dando lucro, então volta a agricultura (em 3/03/77).”

Referida ao presente ou ao passado, a expressão *terra de agricultura* marca sempre o espaço em que são reproduzidas as condições sociais dos cultivos realizados por grupos domésticos de pequenos produtores. A exclusão da cana e da agave da categoria *agricultura* está diretamente relacionada à exclusão dos pequenos produtores destes cultivos. Lacerda de Melo (1952, p. 88) documenta que, no momento de sua pesquisa, o cultivo da agave era proibido a *moradores* das grandes propriedades, bem como aos pequenos produtores que residiam fora da grande propriedade e nela arrendavam um lote de terra, pagando em parcelas do produto cultivado ou em dinheiro. Nesse sentido utiliza a oposição entre *lavouras de rico* e *lavouras de pobre* (Lacerda de Melo, 1952 e 1958). Entende-se assim, como explorações econômicas que excluem os pequenos produtores, como a cana, a agave, e a criação de gado bovino, sejam eliminadas simbolicamente do referente da palavra *agricultura* na boca dos ocupantes desta posição social. *Terra de engenho*, ou simplesmente

engenho marca, ao contrário, áreas onde os cultivos são feitos por trabalhadores submetidos pessoalmente ao proprietário das terras onde residem e trabalham, comumente designados por *moradores*¹⁸, palco privilegiado da *sujeição*.

O confronto *terra de cana versus terra de agricultura* tende a isolar o cultivo da cana como se fosse o único existente em *terra de engenho*, e sua eficácia como imagem assenta sobre a extensão de terras ocupadas pela cana, assim como o fato de que as terras reservadas a outros cultivos dependem da necessidade de expandir ou reduzir o cultivo da cana. A tendência para anular os cultivos do *roçado* e dos *sítios* dos *moradores* aponta, na verdade, para a dominância absoluta dos interesses dos proprietários de terras sobre os interesses das famílias de trabalhadores que residem em suas terras. Sem dúvida, nesta oposição está em jogo uma naturalização de relações sociais, que fica aparente quando *terra de engenho* é assimilada a *Brejo* por oposição a *terra de agricultura*, que é assimilada a *Agreste*; e onde a oposição de cultivos, cana *versus* agricultura, tenderia a reproduzir uma diferenciação do espaço geográfico. Mas basta se fazer menção de que há *roçado* e *sítios* de *moradores* em *engenhos* no *Brejo*, ou que há cultivo de cana-de-açúcar em *sítios* de pequenos proprietários do *Brejo*, para que o interlocutor, pequeno produtor e/ou negociante em feiras, explicita logo a outra conotação da oposição, protestando contra a “percepção naturalista”: “É diferente, pois em terra de engenho todos são encabrestados.” *Quem cultiva e como cultiva* é tão importante como o que cultiva e onde cultiva. Note-se que, se *terra de cana* aparece como *terra de engenho*, a palavra *engenho* conota sempre instalações de transformação da cana-de-açúcar em rapadura e aguardente. As instalações para transformação dos produtos agrícolas servem de símbolo da propriedade e do proprietário. O predomínio, no passado, de outros cultivos em *terra de engenho*, como o café (de 1890 até a década de 1920¹⁹) e a agave (de 1940 a meados de 1950), e mesmo a existência de cultivos semelhantes aos que praticavam os pequenos proprietários em seus *sítios*, como o fumo e a pimenta-do-reino, não chegou a tirar da cana o papel simbólico que desempenha até hoje. Compreende-se também que *terra de usina* seja assimilada à *terra de engenho*, pois a relação com seus trabalhadores é apenas uma variação da morada característica dos *engenhos*.

Se esta região foi escolhida para ser alvo de pesquisa de campo, é que permitia o estudo, de um ponto de vista comparativo, com as análises feitas sobre a relação campesinato-grande plantação canavieira em Pernambuco (cf. Garcia Jr., 1983a; Heredia, 1979), a propósito do

¹⁸A análise da categoria *morador*, como situação social específica, foi feita por Moacir Palmeira (1971a, 1976). A prática econômica de *moradores* da Zona da Mata de Pernambuco foi analisada por Lygia Sigaud (1980). As considerações feitas aqui baseiam-se largamente nestas pesquisas anteriores e no campo de questões que levantam.

¹⁹Por esta época (1920), uma doença atingiu os cafezais, inviabilizando seu cultivo na região. A praga mesmo foi descrita com o nome de *cerococcus parahybensis* (Lacerda de Melo, 1958, p. 269); (Almeida, 1957, p. 160).

surgimento de um campesinato em larga escala, em área onde toda a informação da literatura disponível apontava o predomínio absoluto da grande propriedade, a nível econômico e político, até passado bem recente. Não se trata de surgimento de campesinato que signifique o fim das grandes propriedades, a liquidação de suas formas de dominação específicas, mas o surgimento de um campesinato como um movimento que se choca com os movimentos e transformações das grandes propriedades. No caso da Paraíba, diferentemente da pesquisa realizada em Pernambuco, tínhamos ainda a plena vigência das relações de *sujeição*, a relação da *morada* dominando na área da cana; relações estas liquidadas com o próprio desenvolvimento do movimento camponês em Pernambuco, no início da década de 1960 (Sigaud, 1979; Palmeira, 1977). E vimos, logo no primeiro contato com a área, que os donos de pequenos *sítios* tinham uma dupla origem, como no caso anterior (Garcia Jr., 1983a.; Heredia, 1979): de um lado uma trajetória descendente de herdeiros de grandes ou médios proprietários em decadência; de outro uma trajetória particularmente vivida como ascendente, a passagem de *morador sujeito* a pequeno proprietário. Esta passagem foi analisada em nossas pesquisas anteriores como um fato histórico, e a análise havia se baseado na memória social, através das histórias de vida, e na documentação de cartório de antigos engenhos partilhados. Na Paraíba podíamos somar estes recursos de pesquisa à observação etnográfica do que ocorria sob nossos próprios olhos. Significava, portanto, usar o método comparativo para testar e reelaborar o modelo que tínhamos construído até então sobre a relação campesinato e *plantation*, e sobre a especificidade do trabalho familiar camponês (Palmeira et alii, 1977; Garcia Jr., Heredia e Garcia, 1980).

Houve porém um ponto da pesquisa, cujo exame foi conduzindo as preocupações teóricas a partir de então, e que se tornou o objeto mesmo da tese de doutoramento, agora transformada em livro: o significado da compra e da venda da força de trabalho por grupos domésticos camponeses, e a relação entre o trabalho doméstico e o trabalho extradoméstico. Isto porque a simples presença da forma salário, ao lado da produção mercantil, é vista como “dado” desagregador definitivo do campesinato. No máximo concede-se que estamos em presença de uma diferenciação, entre quem compra e quem vende, que desembocará, inexoravelmente, na ruptura de uma mesma condição social compartilhada em algum momento futuro do processo. Ou seja, é na forma salário atingindo o interior do campesinato subordinado ao desenvolvimento capitalista que se centra o cerne do debate sobre a diferenciação camponesa a nível econômico. Passamos então a tomar o estudo da relação entre forma salário, trabalho assalariado e campesinato como objeto central de análise. De fato, o problema está muito menos na conceituação de campesinato que se adota do que na concepção utilizada de mercado de trabalho: a instituição de um mercado de trabalho, no sentido de formas de recrutamento mercantil e organização da força de trabalho que acompanharam a industrialização nascente na Europa do século XVIII, tem muito mais implicações e supostos do que a simples

generalização da forma salário. Cabe, por conseguinte, explicitar claramente as condições de existência dessa nova instituição social e econômica que revolucionou as estruturas econômicas, sociais e políticas existentes até então. Este livro tem como foco mesmo da reflexão os processos de constituição de mercado de força de trabalho especificamente capitalista (Marx, 1967), simultaneamente às transformações ocorridas no mercado de terras, que fazem desse recurso natural um meio de produção submetido às leis do desenvolvimento capitalista (Marx, 1960, livro III; Polanyi, 1957 e 1980).

Pode-se perceber, então, que condições centrais para a constituição de mercado de trabalho especificamente capitalista, como a liberdade pessoal dos trabalhadores e a liquidação de relações de dependência pessoal, também podem permitir o surgimento ou desenvolvimento do campesinato, e não o seu necessário desaparecimento. Trata-se aqui de examinar mais a fundo as condições do surgimento de um campesinato livre e diferenciado, que já surge ameaçado. O campesinato não é uma pedra no meio do caminho do desenvolvimento capitalista, muito menos da história humana. O fato básico e elementar é que o desenvolvimento capitalista pode ocorrer com a negação absoluta do campesinato, tal como na versão corrente do “caso inglês”; ou, com a estabilização das condições sociais de produção do campesinato parcelar e seu movimento simultâneo ao desenvolvimento capitalista, tal como no “caso francês” (cf. Barrington Moore, 1975; Franklin, 1969). Ou ainda, a economia camponesa pode se estabilizar e se desenvolver sob o socialismo (cf. Galeski, 1972; Tepicht, 1973; Franklin, 1969). A questão relevante não está nestas simples constatações, pois a consulta à literatura especializada sobre campesinato permite dirimir qualquer dúvida. A questão, e a questão teoricamente pertinente, é especificar as condições sociais de ocorrência de cada uma dessas variantes, dos movimentos objetivos que implicam. O que não se pode manter é a ilusão, fruto de um mecanicismo primário, da inexorabilidade do curso do processo histórico. Ao contrário, somos forçados a buscar as determinações precisas dos suportes materiais que expliquem por que e como um dos movimentos em jogo, uma das forças em presença, torna-se dominante. Trabalhar com a heterogeneidade das relações sociais não é, assim, uma questão descritiva, uma mania de antropólogo com o rigor empírico, mas a condição de possibilidade de constituir um campo de questões a serem examinadas, uma problemática.

Desta forma, podemos afastar os termos falsos em que podem ser colocadas as questões para pesquisa e análise, que, tomadas como hipóteses reais, de forma explícita ou tácita, falseiam o próprio processo de transformação das relações sociais:

a) Tomar o crescimento da forma salário, enquanto renda monetária que serve de contraprestação a um determinado trabalho realizado para outra pessoa e sob as ordens de outra pessoa, como índice do crescimento de

trabalho assalariado²⁰. No caso aqui estudado isto significa não levar em consideração a oposição *libertos e sujeitos*, e tudo que seu estudo permite para a reconstrução das formas de dominação tradicionais e seus limites.

b) Tomar todos os que têm algum cultivo baseado no uso da força de trabalho doméstica como um campesinato indistinto, onde toda a questão estaria localizada na autonomia camponesa *versus* a decadência das grandes propriedades e de suas formas de dominação tradicionais. No caso aqui estudado não permitiria captar condições objetiva e subjetivamente vividas como diferenciadas, nem observar os movimentos particulares de modernização das grandes propriedades com a expansão da pecuária com capim plantado e o crescimento dos plantios de cana para usina de açúcar e destilaria de álcool. O movimento de expansão do campesinato não se dá num vácuo social, mas chocando-se com o movimento de expansão da grande propriedade modernizada.

É preciso ressaltar que, se há heterogeneidade na situação camponesa, há diferenciação no processo de transformação social, há também heterogeneidade e diferenciação no seio das grandes propriedades pelo seu próprio movimento de modernização. Se podemos observar que a *usina* reproduz a *sujeição* que o *engenho* continha, não podemos simplesmente assimilar *usineiro* e *senhor-de-engenho*, identificando-os como um só e mesmo personagem social²¹. Portanto, o choque dos dois movimentos não é de totalidades homogêneas dos dois lados. Nem de uma totalidade homogênea de um lado contra uma categoria social diferenciada do outro, nem pelo lado camponês, nem pelo lado dos senhores de terra. É um choque de movimento diferencial de todas as categorias de trabalhadores com o movimento diferencial das várias categorias de grandes proprietários, que modificam suas estratégias de uso do patrimônio fundiário, as formas de recrutamento da força de trabalho e seus padrões produtivos.

Ao longo deste trabalho, em lugar de uma só questão a ser examinada – crescimento ou não da forma salário –, que supõe uma seqüência evolutiva linear e contínua, temos de passar em revista ao menos quatro ordens de questões, supondo transformação e descontinuidade:

a) quais as condições de existência da dominação tradicional, que práticas de dominação podem ser constatadas, quais são as condições-

²⁰ Assim é que muitos têm dificuldade de dar conta da coexistência da forma salário com a escravidão no Império Romano, e de dar conta da variedade de condições sociais que o mesmo *status* de escravo comportava (cf. Finley 1975, capítulo 2). Marx se insurgiu claramente contra o esquecimento da condição de *liberdade* pessoal para que a força de trabalho se transforme em mercadoria sob o capitalismo:

“Encontra-se freqüentemente entre os historiadores esta afirmação tão errada quanto absurda, que na Antiguidade clássica o capital estava completamente desenvolvido, à exceção apenas que “faltavam o trabalhador livre e o sistema de crédito”. O próprio Sr. Mommsen, em sua *História Romana*, amontoa tais quiproquês” (Marx, 1967: livro I, tomo 1, p. 171).

²¹ Para um estudo detido da contradição *senhor-de-engenho* – *usineiro*, a o “modernizarem-se”, dos padrões produtivos e das formas de dominação sobre os trabalhadores, ver Heredia (1989).

limites da eficácia de tal trabalho de dominação? Ou, mais diretamente: como explicar a entrada na condição de *sujeito* e a passagem ou não de *sujeito a liberto*?

b) quais as tendências da economia familiar dos *agricultores*, não só seus padrões de produção e consumo, como o uso do trabalho dos membros do grupo doméstico e de elementos de fora? Em particular, entre os que acumulam, haveria substituição crescente e contínua de trabalhadores domésticos por trabalhadores extradomésticos remunerados em dinheiro?

c) que processos impelem diversas categorias de *agricultores* a fazerem uso crescente da venda da força de trabalho para assegurar a própria reprodução, e quais os efeitos sociais de tais práticas?

d) quando o trabalho de dominação tradicional perde em eficácia, quais as diferentes práticas de reconversão dos grandes proprietários e quais as implicações dessas mudanças de maneiras de agir sobre todos os demais agentes sociais?

Com efeito, numa primeira parte, buscaremos estudar o modo de dominação tradicional, as práticas de construção da dependência personalizada, a dinâmica de tais relações e, por fim, as condições-limites responsáveis pela perda de eficácia do trabalho de dominação em sua forma tradicional (capítulos I, II e III). Quando os dominantes alteram suas práticas de recrutamento de trabalhadores e de clientela de dependentes, sobretudo pela modificação dos usos do patrimônio fundiário, os indivíduos colocados nas mais diversas posições sociais se vêem compelidos a buscar novas práticas e estratégias diante de um espaço social em transformação. A segunda parte está dedicada, justamente, a uma análise mais detalhada das várias estratégias de reconversão observadas e as diferentes trajetórias sociais a elas associadas. Nos capítulos IV e V, são examinadas as práticas características da economia familiar de *agricultores* em trajetória ascendente, que fazem uso freqüente do trabalho de terceiros, remunerado a dinheiro e, simultaneamente, do deslocamento de membros masculinos para o mercado de trabalho industrial do Centro-Sul. No capítulo VI é examinado o processo que impele uma fração importante de *libertos* e *agricultores* à oferta crescente de força de trabalho a nível local, e sobretudo as virtualidades de que essa oferta crescente permita a gestação de padrões de remuneração e constância na demanda, ao longo do ciclo anual, que assegure a reprodução dos grupos domésticos como a própria relação de compra e venda de trabalho. As análises contidas nestes três capítulos demonstram um processo de diferenciação entre os trabalhadores agrícolas, mas as contradições aí especificadas não se movem num vácuo social e se chocam com os movimentos de reconversão que atingem as grandes propriedades. O capítulo VII é, assim, dedicado às estratégias de reconversão dos grandes proprietários e suas condicionantes básicas. Finalmente, no capítulo VIII, exploramos como as disputas em torno dos significados da oposição entre *libertos* e *sujeitos*, das diferenças de estratégias classificatórias, são partes integrantes das estratégias de

reconversão e das lutas, materiais e simbólicas, individuais e coletivas, por uma transformação favorável do espaço social. Na Conclusão buscaremos retomar algumas reflexões aqui esboçadas e consolidar certas demonstrações feitas ao longo do trabalho.

Ver-se-á que não há uma única trajetória possível de desenvolvimento capitalista, muito menos uma única trajetória linear do processo histórico, onde a reprodução ampliada da existência de trabalho assalariado signifique a negação insofismável do campesinato (Préobrajensky, 1966). Ao contrário, no caso analisado empiricamente, o surgimento do campesinato é simultâneo e não antagônico ao crescimento do proletariado urbano e industrial. Mais além: as determinações sobre uns supõem e são supostas pelas determinações que atingem os outros. Um sistema de contradições homólogas pode ser especificado, mas jamais há uma e uma só forma de resolução das contradições desse sistema (cf. Préobrajensky, 1966; Galeski, 1972; Tepicht, 1973; Barrington Moore, 1975). O processo histórico deixa de ser percebido como tendo um caminho só, inexorável; muito menos é concebido como imposto por “padrões tecnológicos” ou “por força do desenvolvimento econômico”. Passa a ter virtualidades diferentes de seu percurso, segundo a maneira como é resolvido o sistema de contradições homólogas. Contradições que têm de estar presentes em todos os casos, mas a resolução do sistema que constituem admite possibilidades múltiplas. Se a análise do *econômico* nos ajuda a especificá-las, a precisar certos movimentos, não nos dá a chave de sua resolução. Este é o campo da luta de classes, das lutas individuais e coletivas pela transformação do espaço social. O primado da luta de classes como princípio de resolução de contradições sociais historicamente especificadas é um suposto básico de toda essa reflexão.²²

Usamos vários caminhos, simultâneos ou sucessivos, para chegar ao grupo social de referência em nossa pesquisa. Através dos professores universitários da Escola de Agronomia de Arcia, e de suas famílias, chegamos a visitar *engenhos* e mesmos *sítios* de *ex-moradores* de *engenho*; da mesma forma pudemos visitar a *usina*. O acesso direto aos pequenos produtores nas feiras da região foi outra via fundamental, bem como a excursão por quase todas as áreas agrícolas dos municípios de Areia, Remígio e Guarariba, acompanhados por dirigentes dos Sindicatos de

²²Cabe ressaltar que as reflexões que se seguem estão centradas sobretudo sobre os aspectos econômicos da luta de classes. Não houve abandono da dimensão política nem da dimensão simbólica, no que elas têm de pertinente para a construção do objeto aqui proposto. Mas estamos conscientes de que para a análise da luta de classes e de suas resultantes, o estudo do campo político e do campo do poder simbólico, fundamentais a nível histórico concreto, exigiriam outros desenvolvimentos além daqueles incorporados em nossa reflexão. Não temos pejo algum em dizê-lo. A explicitação dos cortes analíticos é um momento necessário em qualquer teoria (Bourdieu, 1973). Para a análise da história das organizações camponesas na Paraíba, da concorrência entre as várias orientações religiosas e facções políticas atuando a esse nível, e das lutas sociais nas quais foram relevantes, ver Novacs (1987). Para uma análise de políticas públicas na região e seus efeitos ver Potengi (1984).

Trabalhadores Rurais daqueles municípios, que nos introduziram no mundo dos camponeses da região. Todas estas vias têm vicissitudes diferentes e são reveladoras de aspectos diferentes da realidade social, bem como conformam uma imagem diferente do pesquisador para os grupos pesquisados. Nossos registros e reflexões buscaram analisar estes diferentes aspectos, pois sabemos bem que o que se diz está diretamente relacionado a quem se diz e ao momento em que se diz.

Sobre este último aspecto, cabe referir que a primeira pesquisa de campo se deu justamente num momento de eleições municipais (1976), e Arcia é palco de lutas políticas acirradas desde o século XIX. Presenciamos o temor generalizado dos tiroteios que ocorreram, de espancamentos e brigas durante comícios, atentados contra a família do então prefeito, e vimos a Polícia Federal acampar de metralhadora em punho, para desarmar os pistoleiros de todas as facções cuja presença afugentava a todos das ruas da cidade. Houve momentos em que, com minha filha de 2 anos no colo, às 8 horas da noite, pessoas não queriam abrir a porta para receber encomendas urgentes do próprio pai que nos pedira para sermos portadores. Evidentemente, sobretudo neste momento, um casal de pesquisadores andar o dia inteiro pelo campo, desarmados, causava estranheza. Talvez por isto não fomos nós que procuramos representantes das facções locais: todas elas arranjaram um meio de se encontrar conosco. O mais direto porém foi um *senhor-de-engenho*, que foi o candidato mais votado nas eleições, mas não-eleito por causa das sublegendas: nos esperou diante de vendedores de feijão, seus correligionários, que ele sabia serem pessoas que tinham sido entrevistadas e que cumprimentávamos a cada feira, além de ter informações sobre o movimento e os preços (em 19/03/77). Ele formulou clara e publicamente o convite para que fôssemos a seu *engenho*, que sabia que éramos pesquisadores e que ele, como representante de “partido político de oposição”, também tinha de ser ouvido. Na conversa que se seguiu, chegou a afirmações duras contra seus adversários, e nos explicou depois que não era para nós, mas “encarcava” porque um indivíduo, que ficou parte do tempo escutando a conversa, seria espião do outro lado. Fez questão de dizer que nos encontrava na feira porque ali era um espaço em que se sentia à vontade, porque era popular e seus adversários, mesmo eleitos, não teriam coragem de vir para o meio da feira. Demonstrava assim ser *desassombrado*. Realmente, recebeu-nos em seu *engenho* com a fidalguia e generosidade que o código de honra dos *senhores-de-engenho* impõe; e respondeu pacientemente a todas as nossas indagações, numa entrevista, sobre a economia do *engenho*, riquíssima. Não foram só os grandes proprietários e membros de facções políticas que inverteram a busca de dados: muitos pequenos produtores gentilmente vieram se oferecer para dar declarações quando acharam que realmente queríamos saber como “era a vida grosseira por ali”. Como nos casos anteriores, nunca descartamos via alguma, a não ser por limitação física do tempo, apenas registrando sempre o possível significado social de todos estes contextos. Muitas vezes aprendemos mais com a simples reflexão sobre estas

vicissitudes do que com as informações objetivamente prestadas e gravadas.

Mas não foi só “no campo” que tivemos informações. Os trabalhadores rurais têm na ida para o Rio de Janeiro e São Paulo uma das peças-chaves de suas estratégias de reprodução. Assim, no Rio, encontramos pessoas dessa região da Paraíba que nos disseram para procurarmos seus pais e irmãos ao voltarmos à região. Este filão teve um valor incalculável, pois revelou a exata dimensão da relação familiar, mesmo de pessoas já casadas, na articulação de estratégias individuais nos deslocamentos por todo o espaço nacional. Na verdade, muitas informações-chave ou contatos-chave vieram da própria vida cotidiana no Rio de Janeiro, mais propriamente, no local de trabalho, pois o Museu Nacional localiza-se na Quinta da Boa Vista, que é ponto de encontro de migrantes da Paraíba, e aí trabalham, como vendedores, um certo número de naturais da região pesquisada; e na Fetag-RJ, onde trabalhei de 1978 a abril de 1983, convivendo diariamente com lideranças sindicais que vieram dessa região. Inclusive no local de moradia, pois tanto no prédio onde moro, como em prédios vizinhos, inúmeros porteiros e zeladores são naturais desta região ou de municípios vizinhos.

Cabe registrar que um porteiro, de um dos edifícios em que residi no Rio (1970), estava na mesma fila da Caixa Econômica Federal que eu, quando fui adquirir imóvel pelo Crédito Imobiliário. S. M. ia retirar depósitos de caderneta de poupança, que se somariam ao produto da venda de algumas cabeças de gado que sua esposa ficara criando, para comprar um *sítio* de 5 hectares e se estabelecer como negociante, na feira de Guarabira. Até mesmo no transporte entre a casa e o trabalho, em ônibus, barca ou táxi, conversei com muitos “migrantes” da Paraíba. Assim, os dados citados provêm, sobretudo, da pesquisa direta no local, mas é forçoso reconhecer que o campo se estendeu de fato a todos os momentos da vida cotidiana.

Para falar a verdade, o campo é a vida. A pesquisa de campo é que é um determinado recorte que toma certos fatos como objeto de análise. Tomar o fato social como coisa, como assinala Bourdieu (1973: cap. II), retomando Durkheim, não significa que não se está imerso no universo social onde ocorrem os fatos privilegiados para reflexão científica. Muito menos significa tomar os informantes, no sentido literal do termo, como apenas objetos. Significa operar o distanciamento, não físico nem social, mas o que é forçado e propiciado pelo recorte que a teoria de referência impõe, e que funciona nos limites desta teoria e da prática a que dá lugar. Por isso é que se tenta explicitar tanto a análise quanto a coleta de cada dado e o contexto que o produziu. Mas o dado só é dado para a pergunta que o procura; ou para a dúvida que surge frente a um paradoxo aparente. Se aqui explicitamos nossos recortes e os contrapomos a outros, como o já feito com a informação censitária do IBGE em 1980, é porque determinados dados nem podem aparecer se determinados supostos das classificações teóricas supõem seu silêncio.

Usamos vários instrumentos para coleta de informações. Usamos anotações em caderneta, para imediato registro de dados observados nos *sítios* e *roçados*, durante as próprias excursões no carro, e para dados e entrevistas nas feiras. Logicamente, isto não substitui o caderno de campo, onde transcrevemos as observações sobre o contexto do dado obtido e o próprio dado, sendo que o auxílio das anotações de caderneta nos permitiu ter tanto o registro de nossa memória, que mesmo no intervalo de horas pode falhar, como o registro imediato que “refresca a memória”. Por sinal, dado o acúmulo de informações e impressões a registrar, adotamos o uso simultâneo de um caderno escrito com as informações fundamentais e as gravações de todos os registros e dúvidas. Há assim um caderno escrito e um “caderno falado”.

Esta última modalidade permitiu mesmo que registrássemos à parte todas as hipóteses de trabalho que surgiram, as dúvidas encontradas, as reformulações. Como Malinowski (1978) chamou a atenção, o campo não é meramente o momento da pesquisa que serve para a coleta de dados, mas onde o diálogo teoria-dados é mesmo intensificado, tanto na busca de dados quanto na verificação da necessidade de especificação ou reformulação das teorias com que se trabalha (cf. Palmeira et alii, 1977). O teste da teoria não é se a coleta de dados demonstra sua verdade ou falsidade, mas é continuamente saber o que explica e o que não explica, e se seu campo de formulações alternativas exige apenas uma maior precisão nos termos, ou se estamos diante da necessidade de reformulação geral.

Com efeito, se fornecemos detalhes sobre a coleta de informações e os instrumentos utilizados, não é tanto para que o leitor ou um outro pesquisador possa julgar se as palavras registradas pelas entrevistas orais são “falsas” ou “verdadeiras”. A questão não é que proposição é “falsa”, que proposição é “verdadeira”; mas sim *em que* tal proposição nos ajuda a estabelecer proposições teóricas verdadeiras. Ou seja, verdadeiras, dada a situação de nossa teoria atual, em relação e por relação à nossa capacidade de percepção teórica e à nossa capacidade de constatação empírica. A pesquisa de campo não é um confessionário. É um diálogo da teoria com o real que ela recorta, donde tira a seiva sem a qual não vive. Na síntese de Moacir Palmeira:

“Investir teoria nos dados, ao invés de resenhar o senso comum contemplando a teoria, não é sem conseqüências, nem para a teoria nem para os dados e muito menos para a maneira de o pesquisador mostrar sua teoria e seus dados”. (Palmeira, 1976. In Leite Lopes, 1976, p. XII).

Fizemos uso também de enquetes estatísticas, tanto pelo levantamento dos talões de impostos pagos pelo ponto nas feiras por cada vendedor, como o censo de feiras com base em questionário. Usamos ainda fotografias como registro do processo de trabalho, das condições de vida e das feiras. Contudo, as reflexões que se seguem se baseiam tanto nos dados primários acima especificados, como em dados secundários, sejam eles dados

censitários, dados da Fundação Getúlio Vargas, do Instituto do Açúcar e do Alcool, e os dados colhidos e analisados pelos pesquisadores citados.

Situada a bateria de instrumentos disponíveis, as preocupações teóricas que nos levaram a escolher este tema como objeto de reflexão, e determinada região como alvo de pesquisa de campo, e ainda a forma de realizar esta pesquisa, voltemos às relações sociais concretas tais como nós as pudemos captar.

Primeira Parte
A Dominação Tradicional e Seus Limites

Capítulo I

Senhores e Moradores: a Dependência Personalizada

Situada no limite das terras ecologicamente favoráveis à cultura da cana-de-açúcar, a cidade de Areia constituía, desde o começo do século XIX, um centro comercial, político, administrativo e religioso.²³ Ali se vendiam, nos dias de feira, produtos destinados à exportação, como açúcar e algodão, e também os produtos destinados ao consumo interno, como a farinha de mandioca, feijão, milho, carne, laticínios ou mesmo gado. O produto dessas vendas permitia a compra dos bens de consumo corrente ou de luxo (das comidas e bebidas aos tecidos e vestimentas, importados da Europa, calçados, mobília), e tudo o que era necessário ao equipamento de uma propriedade rural, sobretudo os equipamentos metálicos.

Centro comercial, a cidade era também um centro político e administrativo, sede das principais instituições locais, como Câmara dos Vereadores, delegacia de polícia e cadeia municipal, havendo ainda juiz de direito e cartório. Possuía as únicas escolas primárias das redondezas, no século passado, e abrigava um professor de latim e francês para os que prosseguiam os estudos, para tornarem-se seminaristas, bacharéis de direito, médicos ou oficiais do exército. Areia era também um centro religioso, dispoendo de duas igrejas católicas, a maior consagrada a Nossa Senhora da Conceição, cuja festa, em 8 de dezembro, atraía à cidade o pessoal dos campos em torno, e constituía sua maior reunião anual. Para muitos que residiam na parte rural era o único momento do ano em que iam à cidade.

Se a cidade constituía o centro da vida social sob vários aspectos, não era aí que residia todo o tempo a maioria das pessoas. Apenas os grandes comerciantes, proprietários de casas comerciais importantes ou negociando com produtos de exportação, funcionários administrativos, religiosos, profissionais liberais e alguns artesãos ali residiam o tempo todo. As famílias mais ricas dos grandes proprietários possuíam casas na cidade, mas só as ocupavam alguns dias por ano, quando de um evento particularmente importante, ou durante as festividades da padroeira. A maior parte do tempo viviam nos *engenhos* do Brejo ou nas *fazendas* do Agreste²⁴. Estes domínios, que predominaram na ocupação do espaço

²³ Cf. Almeida, H. (1958).

²⁴ Os *engenhos* se localizavam todos na parte úmida do território do município, no Brejo, enquanto as *fazendas* localizavam-se no Agreste, explorando o solo com uma associação particular entre a cultura de algodão e a criação de gado. Mais a oeste, havia uma região semi-árida, o Curimataú, também ocupada por *fazendas*. As famílias dos *senhores-de-engenho* do Brejo eram freqüentemente proprietárias de *fazendas* no Agreste e no Curimataú: os *engenhos* eram movidos por animais até o final do século XIX, e durante a

físico e concentraram a população, eram o lugar da vida social da maior parte das pessoas.

Senhores e Moradores

As famílias dos grandes proprietários residiam no *engenho* e viviam de seus produtos e rendimentos, mas não participavam diretamente dos trabalhos agrícolas ou das atividades de fabricação do açúcar ou de qualquer derivado da cana. A atividade do *senhor-de-engenho* era o exercício do comando: tomando decisões, dando ordens e verificando se eram cumpridas. Os trabalhos agrícolas e os trabalhos de fabricação dos derivados da cana-de-açúcar, assim como os de construção e manutenção da infra-estrutura da propriedade (casas e galpões, estradas, açudes), eram feitos por trabalhadores submetidos à dependência pessoal do *senhor-de-engenho*.

Até 1888, os *senhores-de-engenho* possuíram escravos negros de origem africana. Diversamente de outras regiões açucareiras do Nordeste, o Brejo parece não ter tido mais de 20% da força de trabalho constituída por escravos²⁵. Os *senhores-de-engenho* se apoiavam sobretudo no trabalho de todos aqueles que estavam submetidos a eles pelo simples fato de residirem em seus domínios, os *moradores*. Depois da Abolição da Escravatura²⁶ a parte essencial do trabalho nos *engenhos* era efetuada por *moradores*. Nos períodos de pico do ciclo agrícola faziam apelo ao trabalho sazonal de pequenos proprietários das vizinhanças, que não ficavam submetidos à mesma dependência que os *moradores*.

Ser *morador* ou tornar-se *morador* significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica²⁷, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. A ênfase na residência, que o termo *morar* revela, tem um forte significado simbólico. Quem se apresentava ao *senhor-de-engenho* não pedia trabalho, pedia uma *morada*. Entre as obrigações que a *morada* acarretava, havia forçosamente o trabalho para o dono do domínio, mas esta não era a questão básica: é o que distinguia o *morador* de um pequeno proprietário das vizinhanças, saber que podia vir apenas se havia trabalho no *engenho*. Ao pedir *morada*, quem o fazia já

estação chuvosa no Brejo o gado devia ser transportado para regiões secas, para não ser atingido por epizootias. Cf. Almeida, H.(1958).

²⁵ Cf. Almeida, J. A. (1937, p. 208).

²⁶ A Abolição da Escravatura foi decretada em Aréia, em 3 de maio de 1888, dez dias antes da Lei Áurea. Havia uma sociedade emancipacionista no município desde 1873, fundada por um professor, agrupando comerciantes, professores, advogados, mas também *senhores-de-engenho*, que editava um jornal e coletava dinheiro para financiar a alforria de escravos. (cf. Almeida, H., 1958, pp. 203-214).

²⁷ Para a análise da *morada* como relação específica de dominação e exploração, ver: Palmeira, Moacir (1976).

demonstrava não ter escolha melhor, para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao *senhor* que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si. Caíam assim sob a estrita dependência do *senhor*, diferentemente dos pequenos proprietários que, mesmo mostrando que não tinham meios suficientes para viver sem trabalhar para outrem, podiam discutir sobre a remuneração do trabalho e dispunham de habitação própria (mesmo se dormissem no domínio durante o desenrolar dos trabalhos).

Quem dava a *morada* dispunha de um patrimônio fundiário suficientemente grande para lhe permitir recrutar famílias de trabalhadores para viver em seus domínios. Os *senhores* utilizavam assim seus patrimônios fundiários para constituir uma clientela de indivíduos submetidos a laços de dependência, rede que assegurava um poder social tanto maior quanto mais elevado fosse o número de indivíduos que a compunha. Em outros termos, procuravam acumular, graças ao patrimônio fundiário, uma força social específica, tanto material, pelo número de “braços” à disposição, quanto simbólica, pelo número dos que os reconheciam como *senhores*. Por sinal, o recrutamento de *moradores* era feito sobretudo em bases familiares: o solicitante era, em geral, um chefe de família, que tinha tanto mais chance de ser aceito quanto mais numerosa fosse sua família (maior o “número de braços”).

A entrada na *engenho* era marcada pela atribuição de uma casa, construída ou não, destinada à família²⁸. A subsistência quotidiana também era uma questão familiar. A *morada* compreendia um teto e um espaço, maior ou menor, em torno da casa, onde podia haver árvores frutíferas e um terreiro onde as mulheres criavam galinhas e outras aves, porcos, cabras. Adiante os homens podiam cultivar produtos de base: mandioca para fazer farinha, feijão, milho. O *morador* podia ainda ter acesso, por acordo tácito ou explícito com o proprietário, a terrenos que permitissem intensificar o trabalho agrícola mediante ajuda dos membros de sua família. Em regra geral, podiam cultivar produtos para subsistência doméstica, culturas temporárias que só ocupam o terreno por um ano ou dois. Este tipo de exploração agrícola era denominado *roçado*.

Mais rara era a permissão de plantar árvores, ocupação mais durável do solo, marca de uma relação privilegiada e duradoura entre *senhor* e *morador*. Este tipo era chamado de *sítio*, apelação idêntica à que designava as pequenas e médias propriedades das cercanias. Mais rara ainda era a permissão para que o *morador* cultivasse produtos destinados à venda, em particular a cana-de-açúcar. Constata-se que não era a “terra” que era concedida aos *moradores*, mas a autorização para realizar certas práticas precisas que podiam ser controladas pelo *senhor* ou por prepostos. Em relação à criação de animais, pode-se observar práticas análogas, pois, para

²⁸ Segundo o censo demográfico, 55% dos domicílios rurais de Areia, ainda em 1980, eram cedidos gratuitamente. (cf. *Censo Demográfico. Dados distritais*. Rio de Janeiro, IBGE. pp. 155-183.)

os animais não destinados ao autoconsumo, tudo dependia da autorização do *senhor*, único a possuir cavalos e bestas de carga, meios de transporte por excelência, “privilégio” que era por vezes concedido aos prepostos. A possibilidade de aprovisionar água e lenha, necessárias ao cozimento dos alimentos, e de utilizar a casa de farinha da propriedade, contra o pagamento de um décimo do produto, completava o conjunto de meios de que cada grupo doméstico dispunha para assegurar sua subsistência.

O *senhor* observava para que o *morador* não pudesse prover sozinho o conjunto de suas necessidades, por exemplo, através da concessão de *roçados* de tamanho insuficiente para cobrir o consumo anual, ou colocando à sua disposição armazéns vendendo fiado, chamados *barracões*²⁹. Através destas práticas colocava o *morador* em tal situação que este tinha sempre interesse em trabalhar nos campos coletivos do domínio sob as ordens diretas do proprietário; era o único meio de conseguir um pouco de dinheiro para as compras indispensáveis, como o sal e o querosene, e para o pagamento das dívidas eventuais contraídas no *barracão*. Além de contribuir para reforçar a dominação específica do *senhor*, os *barracões* redobravam o isolamento dos *moradores*, ao evitar os deslocamentos semanais para as feiras das cidades; então o trabalho, a residência e as trocas necessárias à vida quotidiana se passavam no interior do domínio. Nas situações extraordinárias ou difíceis da vida corrente, nascimentos, doenças, mortes, recorria-se ao *senhor*, e era sua generosidade nestes momentos que alimentava a imagem de protetor legítimo de todos os que habitavam no interior do domínio.

Em contrapartida, os *moradores* tinham obrigações de trabalho precisas. Nos *engenhos*, o mais comum era a obrigação de trabalhar para o proprietário cinco dias por semana durante a estação seca³⁰, quando a cana é cortada e se processa a moagem, e três dias durante a estação úmida, época em que são plantados os cultivos de subsistência, mas quando o canavial exige menos trabalho. Esses dias de trabalho para o patrão eram remunerados a dinheiro, a taxas inferiores às pagas aos não-*moradores*, para tarefas idênticas. Estes dias de trabalho, que materializavam a submissão ao *senhor*, eram, até a época da pesquisa, uma das referências privilegiadas da *sujeição*. Todavia, todos os *moradores* estavam submetidos a este tipo de obrigações, particularmente no Agreste das *fazendas* de gado e algodão, cujo perfil da exploração agrícola era

²⁹ Para análise do *barracão*, como dispositivo fundamental da relação de dependência, e para a análise dos efeitos do crescimento das feiras na mudança desta relação, ver: Palmeira (1971b). Para a análise da concorrência entre *barracão* e feiras situadas dentro das usinas de açúcar, ver: Garcia, Marie France, (1977a).

³⁰ Só há duas estações nesta região, o *inverno* e o *verão*, marcadas sobretudo pela frequência e abundância das chuvas. O *inverno*, estação chuvosa, vai de fevereiro-março a agosto-setembro, e o *verão*, estação seca, vai de setembro-outubro a janeiro-fevereiro. O calendário agrícola está associado às diferentes estações: o corte de cana-de-açúcar se faz durante o *verão*, enquanto o cultivo dos produtos de subsistência (mandioca, milho, feijão) ocorre no *inverno*.

diferente³¹. Havia uma variedade enorme dos arranjos práticos na relação *morador-patrão*, porém, ser *morador* em uma propriedade significava sempre realizar uma atividade de interesse do proprietário.

A realização das obrigações de trabalho representava a forma mais codificada e mais previsível da relação de dependência junto ao proprietário e de submissão a seus interesses. Contudo, esta relação implicava também a obrigação de ficar o tempo todo à disposição do *senhor*, sempre pronto a executar suas ordens, de noite ou de dia. Esta disponibilidade permanente da pessoa do *morador* para com seu *patrão*, ponto central desta forma de dominação específica, é outra das referências privilegiadas da relação de *sujeição*, como ilustram estas palavras de uma mulher de *morador*:

“Sujeito? Não pagava nada [pelo lote para roçado], mas quando vinha um recado do patrão, ele podia estar fazendo o que estivesse que era obrigado a ir” (Paulilo, 1980, p. 11).

Caso o *morador* demorasse a obedecer suas ordens, o *senhor* podia obrigá-lo a fazer o que queria. Mas o trabalho de dominação construía as condições que permitiam dispensar a coerção direta: os “dons generosos” do proprietário criavam para o eventual beneficiário uma dívida que não poderia ser saldada. Quem estava em posição de devedor permanente, ou mesmo eterno, tornava-se despossuído dos meios de saber o que devia exatamente; por conseguinte, não tinha outra alternativa senão aceitar, como seu, o interesse de seu “protetor”. Obedecer às ordens era uma maneira de retribuir uma dívida que não podia ser quitada. Se a comunidade de interesses é uma das condições de possibilidade da dependência personalizada, como observa Weber³², é fundamental que se analise as condições de produção desta comunidade de interesses, onde o interesse do dominante acaba por aparecer como interesse tanto do dominado como do dominante.

A relação de *morada* não era uma construção dada de uma vez por todas, invariável, independente de todo trabalho, para assegurar a continuidade ou mudança da relação *morador-senhor*. Era somente respondendo às expecta-

³¹ Havia *moradores* que recebiam terrenos para que eles mesmos os cultivassem, onde os produtos de subsistência (milho, feijão) eram consorciados com um produto comercial, como o algodão. O produto comercial era obrigatoriamente levado para o proprietário, que assegurava sua venda, e o *morador* recebia uma renda correspondente a uma parcela da produção. Dizia-se que o algodão era *sujeito* à propriedade. Outra prática era ainda denominada *sujeição*: nestes terrenos a escolha dos produtos não era livre. Todos deviam ter um ciclo vegetativo tal que pudessem ser colhidos antes do início da estação seca, o que permitia que o gado do proprietário pudesse ser solto para se alimentar com os restos dos roçados.

³² Analisando a transformação das relações de dependência entre os trabalhadores agrícolas das províncias alemãs a leste do Elba, Max Weber opera uma reconstrução destas relações de dominação e sublinha que “a única base segura de tais relações é constituída pela comunidade de interesses existente entre o proprietário e os trabalhadores. No caso de estes interesses tenderem a se opor, não mais será possível manter a antiga relação” (Weber, Max, 1981, p. 32).

tivas dos *moradores*, nos diferentes planos em que estes contavam com sua proteção, que o *senhor* ganhava crédito para administrar suas vidas e dispor delas segundo sua vontade. Havia um equilíbrio entre as solicitações recíprocas, entre as expectativas satisfeitas ou frustradas, que era necessário manter, e que constituía o motor da relação. A situação dos *moradores* não era homogênea, mesmo no interior de uma mesma propriedade. Cada relação concreta mostrava uma configuração de concessões e obrigações diferentes, que só se explica completamente pela história particular das trocas *morador-senhor*.

Situado numa posição que permite colocar os *moradores* em concorrência por seus favores, o *senhor* podia instituir vantagens materiais como contrapartida da fidelidade à sua pessoa sem mesmo ter necessidade de explicitá-las. Como os dominados estavam desprovidos dos meios de refletir sobre, os interesses da parte oposta a cada ato concreto de troca, os “dons generosos” podiam obscurecer os interesses do *senhor* ao praticá-los. A troca objetiva toma a forma de “troca de favores”, distanciando-se das formas mercantis, onde cada parceiro participa diretamente da fixação dos termos da troca, após refletir sobre seus interesses contemplados e sobre os interesses atendidos da parte adversa; e cada ato de troca implica fluxos imediatos de bens ou serviços, em sentido bilateral, de tal forma que as dívidas mútuas se cancelam no ato mesmo da troca: “eu te dou pelo que tu me dás, tu me dás pelo que te dou”³³. Era o senhor que, graças à prática de dons que instauram dívidas morais, ligava os indivíduos a si numa relação de submissão, relação esta que engendrava, por sua vez, a esperança de novas recompensas. O trabalho de dominação é tanto mais eficaz quanto consegue que o dominado conceba seus próprios interesses como idênticos aos do dominante: neste caso, a disponibilidade da própria pessoa torna-se um dado. Isto pode ajudar a explicar por que os trabalhadores concebiam o trabalho que faziam para si mesmos, nos *roçados* ou na criação de animais, como um dom recebido. Não se trata apenas do “dom” das condições materiais do trabalho, mas de “dom” do uso de seu próprio tempo, de seu próprio corpo. A distinção entre trabalho para si mesmo, a exemplo do *roçado*, e o trabalho para o patrão, no canavial, é obscurecida, ou mesmo negada, pela interiorização da disponibilidade ao *senhor*. No limite, tudo se passava como se todo ato do *morador* fosse um dom do *senhor*, ou obedecesse à sua vontade tácita ou explícita.

³³ Marshall Sahlins demonstra como diferentes formas de trocas objetivas estão associadas a diferenças nas relações sociais envolvidas, e a troca mercantil pode ser concebida como um caso possível de trocas em que opera a reciprocidade balanceada (cf. Sahlins, 1969).

A Organização do Espaço e a Hierarquia Objetivada

A dominação instituída pela *morada* não se reduz à organização simultânea do trabalho, da residência e das trocas materiais no interior da propriedade. Na prática, constitui um dos princípios de estruturação do conjunto da vida social e em especial das atividades culturais. O exame da distribuição espacial das construções existentes nos *engenhos* e suas funções permite avaliar a amplitude dos planos da vida social que foram estruturados pela hierarquia do *engenho*. A cultura objetivada no espaço materializa a hierarquia, ao mesmo tempo que contribui, por sua simples existência, para a interiorização, por cada indivíduo, das disposições mentais correspondentes à posição que ocupa neste espaço³⁴.

O esquema do conjunto da propriedade mostra uma parte central, onde a construção mais imponente é a *casa-grande*, onde reside a família do *senhor*, junto ao *engenho* propriamente dito, galpão onde estão a moenda e as instalações de fabricação dos derivados da cana. Este conjunto está cercado por campos cultivados de cana-de-açúcar; no meio do canavial, vez por outra, encontram-se as casas dos *moradores*, de pau-a-pique, em geral cercadas por roçados e, eventualmente, por algumas árvores frutíferas. A posição central e o aspecto da casa da família do proprietário, em contraste com as casas dos *moradores*, e a extensão do canavial, confrontada com os roçados diminutos, constituem um dos melhores índices da maneira pela qual se distribui e se exerce o poder social.

O exame da parte central é ainda mais significativo: a *casa-grande* e o *engenho* estão situados nas proximidades da capela, da escola, do *barracão* e do terreno para jogos de futebol e para as festas ao ar livre; mais adiante se situa um grupo de casas geminadas para *moradores*, ocupadas em geral por empregadas domésticas da *casa-grande*, por jardineiros e os que se ocupam do pomar. Isto permite que todos os encontros e todas as reuniões, das mais informais ou obras do acaso – como o encontro dos homens no *barracão* para beber uma lapada de cachaça, finda a jornada de trabalho – às mais institucionalizadas e ritualizadas – como os ofícios religiosos, passando pelas festas e jogos esportivos – não possam escapar ao olhar vigilante do senhor da *casa-grande* e de todos os habitantes do domínio. A escola e a capela, situadas em torno da *casa-grande*, contribuem para redobrar o marco simbólico deste microespaço como o local onde estão concentrados todos os poderes.

³⁴ Sobre a objetivação da história nas instituições e nos corpos, ver: Bourdieu, P. (1980, p. 95).

Sobre os poderes exercidos pelo senhor-de-engenho

José Américo de Almeida nasceu em 1887, dentro de um engenho de Areia, um ano antes da Abolição da Escravatura e dois anos antes da Proclamação da República. Aos oito anos deixou o engenho para morar com seu tio paterno, então vigário de Areia, para prosseguir seus estudos. Após uma passagem pelo seminário, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife (1908). Nomeado procurador da Paraíba, ascende rapidamente na magistratura por força das relações políticas de sua família. Lança-se então em atividades literárias, assim como políticas. Começa a publicação de romances em 1922 e publica, em 1928, *A Bagaceira*, que lhe valerá um reconhecimento nacional. Considerado um dos pioneiros do romance regionalista do Nordeste, este livro conheceu 15 edições até 1979 e deu origem a um filme nos anos 70. A carreira política de José Américo levou-o a ser um dos principais líderes da Revolução de 1930, candidato à presidência da república antes do golpe de 1937, do “Estado Novo”, e político nacional influente, mesmo “retirado da vida pública” desde 1956, até sua morte em 1980. Fundador da Escola de Agronomia em Areia em 1932 e posteriormente da Universidade Federal da Paraíba, e seu primeiro reitor, era membro da Academia Brasileira de Letras, quando redigiu suas memórias.

“Meu pai tinha o comando; enfeixava todos os poderes. Como era costume dizer-se, casava e batizava. Era a polícia, o juiz, o médico, o padre. Mantinha a ordem; o destacamento local não tinha ingresso no feudo. Julgava e sua

sentença era inapelável. Só o delegado de polícia, Zacarias Cabral, ousou, por ter endoidecido, invadir a propriedade para proibir um samba. Trazia consigo a carteira de homeopatia de Sabino para dar suas doses e aplicava mezinhas de graça (...). Rezava a novena para o pessoal do sítio na capela da casa-grande (...). Uma questão de limites dera-lhe dores de cabeça. A terra era sempre motivo de conflitos entre vizinhos. (...) Ele foi bom para os moradores. Não se usava nesse engenho uma expressão conhecida em muitos outros: cabra de peia. Quando trouxe um ladrão de lenha todo inquirido de corda, soltou-o e repreendeu o feitor. Não tinha guarda-costa, os “cabras de confiança” que os proprietários mantinham para sua segurança pessoal, e nenhum criminoso viveu à sua sombra. Impunha respeito com seu valor moral (...). Moralizava; as licenciasidades do sítio eram secretas, libidos de naturezas primárias (...). Tinha boas amizades e o mais chegado era o compadre. No seu tempo, essas relações valiam um pacto de honra. Abolicionista, alforriou os escravos antes do treze de maio (...). O tronco da família veio de Portugal. Só conheço a ascendência até 1700, começando com João Gomes de Almeida. Meu bisavô paterno foi Luiz José de Almeida. (...) Meu pai não era festeiro. Trabalhado, como vivia, faltava-lhe ânimo para se divertir. Só São João era querido. Na sua noite, levantava-se um mastro com a bandeira e acendia-se a fogueira, que servia para assar o milho brincar de compadre e comadre e fazer adivinhação. (...)

O Grito e o Búzio

Ninguém se dava ao trabalho de ir procurar as pessoas. Chamava-se de longe, gritando, mesmo ignorando onde estavam. Não sendo ouvido, continuava-se a gritar, sem medir a distância, esperando a resposta. E a garganta não cansava (...). Se o engenho perdesse essas vozes, estaria de fogo morto (...). Não sendo o grito, era o búzio, uma corneta que marcava os horários. Numa noite de chuva (...) ele soprou seu instrumento (...). Não faltou um só morador; acorreram todos atraídos pelo chamado que tinha de ser ouvido, a qualquer hora, do dia ou da noite, e salvou-se o açude. (...)

Os Moradores

Seus limites não iam além do sítio; nada os empurrava para fora.

Ignoravam os espaços que acenavam com outras promessas. Longe dessas fronteiras estariam perdidos. Sua geografia era mínima. (...) No dia do pagamento, o morador esperava o salário sentado na calçada da casa-grande ou de côcoras. Os que ficavam de pé encostavam-se às paredes, pois nunca se sustentavam sem apoio. A diária era um cruzado, mal chegando para comer. O estômago obrigava a trabalhar. Só conheciam duas satisfações: a da boca e a do sexo (...). Dispensavam o maior respeito aos patrões e às pessoas qualificadas, não passando por eles sem tirarem o chapéu (...). Era um povinho acomodado. Acima do patrão, só Deus e Maria Santíssima. (...) Valentia era um título de superioridade. Não usavam arma de fogo, portando faca de ponta e cacete.”

(Almeida, José Américo, 1976, pp. 57-62).

Entretanto, a simples proximidade espacial não pode servir para fundar o controle ou o poder dos *senhores* sobre as atividades religiosas ou escolares, já que são estruturadas segundo hierarquias independentes do *engenho* e poderiam constituir atividades paralelas ou concorrentes. As memórias de José Américo de Almeida, pertencente à quarta geração de *senhores-de-engenho*, cuja infância se passou em *engenho* de Arcia, dão uma imagem das práticas e dos poderes exercidos por seu pai, particularmente da inter-relação das atividades culturais, sociais e produtivas no *engenho*. A força das ordens do senhor reside no fato de que ele concentra legitimidade e autoridade em vários setores da vida social, à exclusão de qualquer outra autoridade concorrente no interior do domínio. O *senhor*, que não tem nunca de explicitar a que título emite sua ordem, acumula assim os benefícios de todos os tipos de legitimidade. A expressão de uso corrente, “ele casava e batizava”, referência aos sacramentos da Igreja Católica, reforça simbolicamente o direito reconhecido do *senhor* de reunir pessoas para toda a vida e de fazer entrar novo membro na comunidade já existente. E seu pai era quem distribuía medicamentos, rezava novenas e

moralizava, quem detinha, portanto, o poder de cura dos corpos e cura das almas³⁵.

O que retém os *moradores* nos limites do engenho não é só a expectativa de um grito a lembrar que o *senhor* precisa deles, é toda esta vasta organização da vida social, envolvendo trabalho, residência, trocas materiais, práticas religiosas, festas, que se desenvolve dentro de seus limites e constitui uma espécie de força centrípeta que os atrai “naturalmente” para dentro do espaço dominado pelo poder do *senhor*, e limita os horizontes mentais (“uma geografia mínima”), desviando-os e isolando-os do mundo social mais abrangente³⁶. Tudo isto sem que haja qualquer regulamento explícito, sem que os limites da propriedade sejam guarnecidos por muros ou cercas. À época da pesquisa, em 1976-77, encontravam-se ainda membros das famílias dos *moradores* que nunca haviam saído dos limites da propriedade.

O Uso de Violência Física

Para se fazer obedecer, ou para punir, o *senhor* chegava a infligir castigos corporais que, por vezes acabava em morte. Com este fim dispunha dos capangas ou *cabras de confiança*, homens caracterizados por uma fidelidade completa à pessoa do patrão, a quem se concedia vantagens especiais e que desfrutavam de um *status* especial no *engenho*. Recrutavam-se por vezes indivíduos que tinham cometido crimes em outros cantos, portanto susceptíveis de terem o gosto e a aptidão para o manejo das armas, e, além disso, contraíam uma dívida moral com quem lhes concedia asilo. Essas milícias privadas sempre foram muito freqüentes: elas intervinham não só no interior da propriedade, mas ainda nas múltiplas disputas que opunham os *senhores* uns aos outros, como querelas por limites das propriedades, conflitos pela honra familiar, batalhas políticas, etc.³⁷

³⁵ O contraste com a situação atual pode ser melhor avaliado se confrontarmos esta reunião de poderes, em uma só mão, com a concorrência vigente entre diversos especialistas, religiosos e médicos, em Nova Iguaçu, subúrbio do Rio de Janeiro, na década de 70, para onde migraram muitos indivíduos originários dessa região da Paraíba. Os poderes para prescrever terapias que tratem de males corporais ou mentais são objeto de ampla e diversificada concorrência (cf. Loyola, Maria Andréa, 1984).

³⁶ Os limites espaciais das práticas analisadas e as formas de dominação que as acompanham tendem a se constituir em limites de qualquer prática. Sobre a noção de *habitus*, produzidos pela história, pela incorporação das estruturas sociais, e princípio gerador de práticas, como capacidade infinita de produzir práticas limitadas, ver: Bourdieu, P. (1980, p. 92).

³⁷ Conflitos deste gênero, por vezes extremamente violentos, foram uma constante na história de Areia (cf. Almeida, Horácio, 1958, pp. 92-113 e 235-264).

Na verdade, nas lutas e concorrências entre os proprietários pela manutenção de seus poderes, as milícias privadas constituíam um recurso comumente acionado: fazer-se respeitar fora de seus domínios, ser um “homem de respeito”, significava também que o senhor sabia preservar a fonte de seu poder, a integridade de seu domínio, até mesmo contra a polícia municipal, já que esta era comandada por um chefe político, seguramente um outro *senhor de engenho* ou *fazendeiro*. José Américo de Almeida relata ainda, em suas memórias, um episódio que descreve a reação violenta de seu pai à entrada da polícia no *engenho* à cata de um antigo *morador* que acabara de cometer um crime na cidade. Embora tendo recusado o asilo que o *morador* solicitara, a descrição do mal-estar físico de seu pai denota bem a violência ressentida pela irrupção da polícia em suas terras e pela prática de castigos corporais contra parentes do criminoso (Almeida, J. A., 1976, p. 60).

Quer seja pela presença de capangas, ou pelo uso exclusivo de armas de fogo no *engenho*, restrito ao *senhor* ou seus prepostos, a violência física sempre fez parte da relação de dependência³⁸. Os castigos corporais eram infligidos diante dos demais *moradores*, de maneira a produzir um efeito de demonstração e marcar claramente quem detém o uso legítimo da violência física. José Américo de Almeida, trata no romance *A Bagaceira*³⁹, o tema da expulsão violenta e arbitrária de *morador*, assunto presente também em suas obras com pretensão científica⁴⁰: por ter ousado se queixar ao *senhor* de uma injustiça contra si, o *morador* é expulso da propriedade sem nenhuma compensação pelo que produziu ou plantou; e foi chicoteado após ter sido surpreendido tentando recuperar clandestinamente uma parte dos cultivos por ele efetuados.

³⁸ E. Wolf e S. Mintz caracterizaram as relações de dependência nas *plantations* tradicionais pela atribuição gratuita aos trabalhadores de elementos de sua subsistência, simultaneamente ao exercício da violência física (cf. Wolf, Eric e Mintz, Sidney, 1957).

³⁹ Esse romance, publicado em 1928, foi considerado um pioneiro do romance regionalista nordestino. Para uma análise do campo literário e intelectual por esta época, ver: Miceli, Sérgio, (1979).

⁴⁰ Cf. Almeida, J. A., (1937). Este livro, que se pretendia obra de geografia, publicado originalmente em 1923, com o concurso do governo da Paraíba, foi produzido como um relatório para o governo estadual visando justificar a continuação das verbas federais destinadas às obras de combate às secas, iniciadas por Epitácio Pessoa na Presidência da República.

Desentendimento e punição de um morador

“Intimado a deixar a palhoça que ajudara a levantar, o caboclo coçou a cabeça e correu à casa-grande, com o chapéu debaixo do braço:

– Patrão, eu não me sujeito. O patrão sabe que eu não enjeito parada: sou um burro de carga. Mas porém, nascer para estrebaria não nasci.

Dagoberto (o *senhor-de-engenho*) não quis saber de mais nada:

– Pois, por ali, cabra safado! Você não nasceu pra estrebaria que é de cavalo de sela: nasceu foi pra cangalha!

Xinane (o *morador*) continuou a coçar a cabeça, como se procurasse despertar uma idéia:

– A gente bota um quinguingu (roçado); quando é agora, o patrão, sem quê nem mais...

E, implorativamente:

– Quando acaba, foi a caseira arranhando com o caco de enxada. Patrão, minha rocinha, atrás do rancho! E a rebolada de cana!...

– O que está na terra é da terra!

Era essa a fórmula de espoliação sumarríssima.

– Patrão, mande suas ordens. Dá licença que leve os troços?

E o caboclo saiu, levando os cacarecos num braçado e 400 anos de servilismo na massa do sangue (...)

(Na mesma noite) Uma onda de frio enregelou toda a bravura mestiça de (Engenho) Marzagão. João Troçulho (*morador*) tremia como a milhã sacudida pelo vento.

Então, Pirunga (jovem vindo do sertão corrido pela seca e alojado na casa de Xinane) avançou impávido e mergulhou nas touceiras agitadas.

Recresceu a ansiedade cobarde.

Os cães encolhiam-se no aceiro.

Mas seguiu-se um silêncio intrigante. E boiavam nas folhas duas cabeças imóveis.

Era Pirunga abraçado com Xinane que tinha ido, alta noite, furtar o aipim que havia plantado e, presentindo os vigias, se entocara no canavial.

Levado à presença do senhor-de-engenho, este ordenou ao feitor:

– Lambuze o traseiro de mel de furo e assente no formigueiro.

Xinane alarmou-se:

– Por amor de seu Lúcio (filho do senhor-de-engenho)!...

– Lambuze, bem lambuzado!

– Por amor da defunta (esposa do senhor)!...

– Nesse caso, dê-lhe umas tronchadas.

Manuel Broca (o feitor) prontificou-se:

– Fica por minha conta. Trinta lamboradas.

E, ali mesmo, uma, duas, três... Logo na terceira, o caboclo grunhia e mijou-se.

O xexéu (passarinho noturno) deu-lhe uma vaia em termos.”

(José Américo Almeida, *A bagaceira*, 1974, pg. 10-21).

A ameaça da expulsão virtual do *morador* permite compreender a relação estreita existente entre as estratégias de acumulação de bens de subsistência do *morador* e a submissão necessária aos interesses do *senhor*. Todo investimento individual só é rentável se puder contar com a boa vontade constante do *senhor*. Toda vantagem material ou benefício depende menos do trabalho direto do *morador* que do estado da relação *morador-senhor*, já que podem ser reduzidos a zero por uma decisão arbitrária e unilateral do *senhor*. Esta situação de incerteza tende a anular o interesse do *morador* pelo trabalho para si próprio, tudo se passando como se o único investimento capaz de garantir vantagens materiais e simbólicas consistisse em assegurar a confiança do *senhor* por provas de fidelidade. Eis aí uma verdadeira economia das práticas de dependência⁴¹.

A prática dos castigos corporais não é apenas a outra face da generosidade: o pai generoso é também o pai que punc. Ela produz um efeito particular de marcação social, separando os que são senhores do próprio corpo dos que não controlam os usos do próprio corpo, ou melhor, cujos usos dependem da vontade de outrem. O trabalho na enxada, como a prática dos castigos corporais, revelam um controle diferencial do próprio corpo no interior do domínio. Há aqueles que, como os grandes proprietários, podem participar dos jogos cujo móvel é a honra social⁴², pois possuem os meios de lançar desafios ou de respondê-los, e os que estão excluídos desta disputa⁴³ porque totalmente desprovidos dos meios de atacar ou de se defender.

Esta distinção está na raiz do uso de expressões que têm por referente a masculinidade, a virilidade. A palavra *homem*⁴⁴ é reservada para os grandes proprietários, para aqueles que estão dotados do poder de decisão sobre o próprio corpo e sobre os dos outros. Os *moradores* são chamados de *cabras*. Os prepostos do *senhor* podem ser referidos como *cabras de confiança*. Nos textos de José Américo de Almeida, esta denominação é freqüente, sempre relacionada a uma posição subordinada, mas sem ter forçosamente uma conotação pejorativa. Em certos usos, a conotação pejorativa é clara: *cabra safado*, *cabra de peia*. O valor simbólico da palavra *cabra* está ligado aos usos sociais deste animal: criadas por mulheres, as cabras não são difíceis de alimentar e vivem em lugares onde outros animais não se adaptam, como nas regiões semi-áridas (Sertão,

⁴¹ Para o conceito de economia das práticas, ver Bourdieu (1980: p. 85).

⁴² Para análise de confrontos onde o que está em jogo é a honra dos participantes, ver ainda Bourdieu, P. (1980: p. 171).

⁴³ O romance *A Bagaceira* tem como objeto central uma disputa em torno da honra: o senhor-de-engenho tem acesso às mulheres que deseja, residentes na propriedade, sem legitimar tais uniões e sem que os homens adultos das famílias dessas mulheres possam vingar-se (cf. Almeida, J. A., 1974).

⁴⁴ Lygia Sigaud analisou as representações dos *moradores* das grandes plantações açucareiras de Pernambuco, e seu estudo mostrou como a denominação de *homens* era reservada aos *senhores-de-engenho* e *usineiros* (cf. Sigaud, L., 1980).

Curimataú). São elas que fornecem a maior parte do leite às crianças dos *engenhos*, sobretudo aos filhos de *moradores*. Portanto, a oposição *homens-cabras* distingue aqueles que estão capacitados a participar plenamente da vida social e os que, relegados à vida doméstica e ao mundo feminino, dela estão excluídos.

No jogo político, observa-se um fenômeno análogo: o termo *eleitor* designava principalmente os *senhores*. Era o *senhor* que decidia como cada *morador* devia votar, assim como era consultado pelos candidatos, participava das negociações, dos compromissos, das definições e das questões a serem tratadas. Uma entrevista realizada em Areia, em 1978, atesta a persistência das práticas de voto de cabresto em passado recente.

“M – A gente votou, nesse tempo [1976 — eleição para prefeito municipal], no candidato de Seu José (o patrão), que era o Dr. Arnaldo, era da ARENA e a gente não votou pelo MDB não, a gente votou pela ARENA. Foi exigido que ele não queria que a gente votasse na parte do MDB.

P – Mas o voto não é secreto?

M – É, mas a gente votou porque a gente morava lá... aí tinha que fazer os gostos do patrão” (Paulilo, 1980, p. 44).

A imagem do *engenho* como um universo social fechado permite compreender esta estrutura social particular, sob a condição de não identificá-lo nem a um universo existindo em autarcia completa, nem a um universo inteiramente desvinculado do exterior em relação a práticas religiosas, culturais e políticas. Economicamente voltado para o mercado, inserido nas redes de alianças matrimoniais, nos jogos de honra correlativos, no circuito das atividades religiosas, culturais e políticas, o *engenho* não está desvinculado do mundo social que o cerca. É a relação de dependência que o estrutura que impõe a plena participação, no campo social, dos *senhores* e a exclusão dos *moradores*.

Agricultores e Agricultores Fracos

Além das grandes propriedades, havia um certo número de estabelecimentos médios (entre 10 e 100 ha) que não dispunham de instalações equivalentes às maiores (por exemplo, ausência de instalações e equipamentos de moagem de cana-de-açúcar, construções não tão numerosas nem tão imponentes), e que não podiam abrigar a mesma quantidade de *moradores*. O trabalho direto na família do proprietário tornava-se então mais freqüente e, sobretudo nas regiões mais secas e mais distantes dos *engenhos*, as culturas alimentares (mandioca, milho e feijão) assumiam uma importância relativa maior do que nas grandes plantações.

Por fim, havia um grande número de pequenos estabelecimentos, de menos de 10 ha que desde os anos 50 sempre representaram mais de 60% dos estabelecimentos, mas nunca conseguiram controlar mais de 13% da terra em poder dos estabelecimentos agrícolas (ver quadro 3). Dedicados, em sua grande maioria, às culturas de base e utilizando técnicas agrícolas semelhantes às que utilizam os *moradores* em seus lotes de subsistência, tais estabelecimentos não dispunham de terras cultiváveis suficientes para que seus detentores pudessem suprir suas famílias somente mediante atividades agrícolas em seus próprios domínios. Esses pequenos produtores achavam-se assim, sempre, subordinados aos grandes proprietários, pois tinham necessidade de arrendar terras a eles para tentar utilizar mais plenamente a força de trabalho familiar, ou então trabalhar diretamente para eles contra pagamento em dinheiro, por dia de serviço ou por empreitada, para poderem fazer face às despesas familiares, quando a produção própria era insuficiente. Não estando submetidos a uma dependência pessoal e direta sobre o conjunto de sua vida social, tais pequenos produtores ressaltavam o que os distinguiu, reservando para si o atributo de *libertos*, enquanto qualificavam os *moradores* de *sujeitos*. Verdade é, porém, que também se inseriam nas clientelas políticas encabeçadas por grandes proprietários, ou só ocupavam posições subordinadas nas atividades religiosas ou culturais, e dispunham de parcos recursos para se contrapor aos *senhores-de-engenho* e *fazendeiros* nos jogos sociais em que a honra era o móvel da disputa.

Quadro 3 – Evolução da concentração fundiária em Areia e Remígio de 1940 a 1980

Ano Área(ha)	Explorações(em %)						Área registrada (em %)					
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1940	1950	1960	1970	1975	1980
01-10 ha	56,5	60	78	84	83	76,5	13	05	09	12	11	09
10-100 ha	37	29	16	12	12	17	34	15	19	17	17	17
100-1.000 ha	}6,5	}11	5,9	3,9	4,8	6,3	}53	}80	66	49	54	57
1.000 e +			0,1	0,2	0,2	0,2			06	22	18	17
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte -IBGE - Censos Agrícolas.

Contudo, freqüentemente, solicitavam também auxílio ou proteção a um grande proprietário poderoso em momento de dificuldade, contraindo uma dívida moral que era retribuída em fidelidade pessoal, quando o nome do protetor, ou sua atividade política entravam em jogo. Por conseguinte, embora de forma diferenciada, o conjunto de situações sociais em meio rural tinha seu destino ligado à dinâmica dos grandes estabelecimentos tradicionais e das formas de dominação que os caracterizavam.

É interessante notar como a categoria *agricultor*, no momento da pesquisa de campo, era utilizada pelos responsáveis por estabelecimentos de médio e pequeno porte para mapear o espaço social. A apelação de *agricultor* supõe, de forma generalizada, que a pessoa referida controle o processo de trabalho agrícola e seja responsável pelas decisões sobre o tempo e o ritmo em que as tarefas são executadas, sobre os produtos plantados e sua destinação. Neste sentido, o *morador sujeito* não é tido por *agricultor*, embora tal designação seja empregada para o *senhor-de-engenho*. Neste contexto, também a oposição freqüentemente utilizada por diferentes categorias de trabalhadores agrícolas, e mesmo por grandes proprietários, é entre *libertos*, aqueles que dispõem do seu próprio tempo e dos membros de suas unidades domésticas, e *sujeitos*, aqueles cujo tempo é controlado por um *patrão* ou têm obrigações estabelecidas com dada periodicidade. A condição de *agricultor* surge sempre ligada à condição de *liberto*. Não supõe contudo ser forçosamente proprietário de terra, em grande ou pequena escala. Mais precisamente: a terra que cultiva não precisa ser de propriedade do *agricultor*. O acesso ao terreno em que trabalha pode ser por arrendamento, pagando em dinheiro pela utilização do terreno, ou por meação ou parceria, em que a contrapartida pelo uso da terra está em parte da produção obtida. Ambos os casos não negam a condição de *agricultor* e, só em contextos particulares, negam a condição de *liberto*.

Fundamental porém, é que a casa onde mora com sua unidade doméstica esteja situada em terreno que não implique subordinação pessoal ao proprietário, especificada pela *sujeição*. Evidentemente, o melhor exemplo e o mais freqüente é *morar no que é seu*, quando a casa está situada em terreno de sua propriedade ou de alguém de sua família (na maior parte das vezes pai, mãe, irmão).

Por oposição ao *morador*, cuja casa se situa dentro de uma grande propriedade e pertence ao seu dono, fato associado à *sujeição*, ter *chão de casa* fora dos limites da grande propriedade aparece associado a uma certa autonomia da unidade doméstica sobre sua própria vida e a livre disposição do tempo de seus membros, conotações marcadas pelos usos da categoria *liberto*. Obviamente, para uma unidade doméstica de trabalhadores agrícolas, a melhor situação é aquela em que sejam proprietários tanto do *chão de casa* como das terras que cultivem, isto é, que tenham um *sítio* de dimensões compatíveis com os recursos que utilizam a cada ciclo agrícola. A propriedade jurídica do terreno assegura a reprodução da autonomia de decisões da unidade doméstica, e por isto é tão cobiçada. Mesmo deste ponto de vista, o terreno de cultivo não é tão essencial quanto o *chão de*

casa, pois o terreno em que reside é que garante uma certa autonomia à esfera doméstica, mais do que aquele em que materializa o uso de sua força de trabalho. Porém, ser *liberto* não implica forçosamente ser proprietário, nem mesmo do *chão de casa*. Nas cidades há unidades domésticas residindo em casas alugadas, e, nestes casos, seus membros também são considerados *libertos*, pois a contrapartida pelo uso da casa é uma quantia em dinheiro a ser paga, o que não leva de, modo algum, a contraprestações obrigatórias em trabalho, nem em subordinação pessoal do chefe da família ao proprietário da casa.

Entende-se assim por que ter uma “tripa de terra”, que só dá para servir como *chão de casa*, mesmo em área rural, possa ter tanto peso no discurso dos agentes e seja motivo de tanto orgulho. É que esta terra, por ínfima que seja, permite práticas associadas à condição de *liberto*. Por isto mesmo, a possibilidade de comprar um *sítio* pequeno, depois de ter trabalhado em *engenho*, foi assim definida por *ex-morador*:

“É uma bolinha pequena, mas uma bolinha de ouro.”

E muitas vezes anotamos a mesma frase sobre o tamanho diminuto do *sítio* em que viviam muitos grupos domésticos: “prefiro morar no que é meu, só para não ser sujeito”.

Por sinal, ser *agricultor*, assim como ser *liberto*, não significa que a casa esteja situada junto aos terrenos utilizados para agricultura. A residência pode estar situada tanto nos *sítios* – como são designadas as terras de cultivo – como na *rua* – como é designada a cidade –, em particular os locais de residência de trabalhadores agrícolas. Nos *sítios*, a condição de *liberto* restringe-se praticamente aos pequenos proprietários, pois os demais trabalhadores aí residem na condição de *moradores*, sendo, portanto, *sujeitos*.

Na *rua* residem, além de pequenos proprietários, os *rendeiros*, pequenos produtores que botam *roçado* em propriedade alheia, sobretudo no Agreste, durante o *inverno*, pagando em dinheiro pelo uso da terra; os *meeiros*, pequenos produtores que botam *roçado* em propriedade alheia, pagando com uma parte da produção obtida; os *trabalhadores alugados*, aqueles que vivem sobretudo da venda da força de trabalho a grandes proprietários e a outros *agricultores*, mas que também tentam botar *roçados* a cada ciclo agrícola para garantir a subsistência do grupo doméstico; os *negociantes*, aqueles que obtêm no comércio das feiras a renda fundamental que garante a subsistência familiar, eles mesmos já tendo sido *agricultores* no passado ou sendo filhos de *agricultores*. Todos os membros destas categorias são considerados como *libertos*. A *rua* aparece assim, geralmente, associada à condição de *liberto*, e seu crescimento intenso nos últimos anos é

explicado muitas vezes como uma forma de se escapar da *sujeição* aos grandes proprietários⁴⁵.

Ressalte-se que estas categorias, embora usadas como formas de auto-identificação ou de identificação de terceiros, não são mutuamente exclusivas. Mesmo os pequenos proprietários podem lançar mão de terra alheia como *rendeiros*, ou como *meeiros*, quando seus recursos são limitados; ou, quando se deslocam para longe, por um tempo grande, é freqüente atribuir parte de sua terra a *rendeiros* ou a *meeiros*. Um *rendeiro* em determinada propriedade pode ser *meeiro* em outra, e ser *rendeiro* em determinado ciclo agrícola não exclui ser *meeiro* no ciclo agrícola seguinte, nem vice-versa. Assim, também é comum ver pequenos proprietários, *rendeiros* e *meeiros* associarem as atividades agrícolas ao negócio em feiras, bipartindo o tempo semanal entre cuidar do *sítio* e/ou do *roçado* e *negociar* em duas ou mais feiras da região⁴⁶. E o *trabalho alugado* existe, ao menos como virtualidade para todas as categorias, como forma de obter renda monetária que dê acesso à subsistência familiar, quando se está diante de uma situação particularmente difícil. *Um ano ruim de lavoura*, em que se perdeu boa parte da produção esperada, negócios mal sucedidos, doença ou morte de membros da unidade doméstica podem levar ao *trabalho alugado* mesmo aqueles que, habitualmente, dele não fazem uso. Há aqui uma diferença importante entre *trabalhar alugado*, que designa virtualidade de sua ocorrência, e *viver do alugado*, quando a venda da força de trabalho é que propicia a feira semanal necessária ao consumo da unidade doméstica. Neste caso, o *alugado* é algo de permanente, e mesmo a condição básica que garante a reprodução da unidade doméstica. Mesmo assim, como há mais serviço no *inverno* do que no *verão*, quem *vive do alugado* também tenta botar *roçado* e ter *criação* de pequenos animais. Isto acontece em menor escala nas *ruas* e *sítios* próximos a *engenhos* e propriedades da usina de açúcar, já que o trabalho na cana é maior justamente na época do *verão*⁴⁷.

45 É necessário ressaltar que encontramos casos designados por *sujeição* para trabalhadores que residiam nas *ruas*, e a esfera doméstica estava fora do controle dos grandes proprietários de terras. Isto porque as terras para *roçado* só eram concedidas a esses trabalhadores caso concordassem em trabalhar determinados dias por semana para o grande proprietário, dias esses que eram pagos a um preço equivalente ao do *morador* e abaixo do *alugado*. Contudo, *sujeição* aí não tinha por referente a situação de subordinação pessoal ao grande proprietário, em vários planos da vida do trabalhador, mas apenas no plano da alocação da força de trabalho.

46 As feiras de cidades e povoados vizinhos se realizam em dias diferentes, possibilitando que uma pessoa freqüente regularmente feiras de várias cidades. Este fato é analisado em Garcia, M. F. (1977b) como *circuito de feiras*.

47 As *ruas* das cidades do Brejo apresentam um número muito maior de trabalhadores que *vivem do alugado* do que no *Agreste*, sendo que *ex-moradores de engenhos* tendem a se concentrar nas primeiras. Efetivamente, estes trabalhadores continuam a fornecer trabalho aos *engenhos*, e é no *verão*, durante o corte e a moagem, que a demanda por trabalhadores é maior.

Como a categoria *agricultor* supõe o controle do processo de trabalho agrícola, para quem *vive do alugado* não se usa esta designação. Isto porque o tempo do trabalho *alugado* é radicalmente diferente do tempo do ciclo agrícola. O trabalho do *agricultor* não tem sua contrapartida em cada etapa do ciclo agrícola, mas só no produto final, com a safra. Já o *alugado* trabalha mediante *diárias* ou por *empreitada*. No primeiro caso, o pagamento em dinheiro é por dia de serviço, executado sob as ordens de quem paga ou de um preposto. A *empreitada* supõe a delimitação de uma tarefa bem determinada, para a realização da qual se fixa um preço a ser pago em dinheiro, mas o ritmo das operações e a forma como são feitas ficam sob o controle do trabalhador. Em ambas, entretanto, a remuneração monetária é imediata e não depende do produto agrícola que é obtido mediante aquele trabalho. A decisão sobre o produto a ser obtido, qual a sucessão de operações, qual a extensão da área trabalhada estão fora de seu controle. Por outro lado, a obrigação do trabalhador para com o *patrão* que o contratou cessa com o desempenho do trabalho combinado e, reciprocamente, a obrigação do último cessa com o pagamento em dinheiro. Qualquer *trabalhador alugado* pode, portanto, trabalhar para vários *patrões* num mesmo ciclo agrícola, e freqüentemente o faz. Por sinal, é isto mesmo que permite que a remuneração monetária confrontada à tarefa a ser feita passe a primeiro plano; diante de serviço igual trabalha-se para quem pagar mais. Portanto, se a condição do *trabalhador alugado* chega a negar a de *agricultor* quando confrontadas, ela não exclui a condição de *liberto*, mas normalmente a supõe⁴⁸. O *trabalho alugado* opõe-se, portanto, ao *trabalho sujeito*, já que naquele caso quem decide quando está disposto a trabalhar para outrem e a que preços aceita é o trabalhador. Por sinal, mesmo no plano da remuneração nunca são uniformes: diante de serviço igual o *trabalhador sujeito* recebe sempre menos que um *trabalhador alugado*⁴⁹.

Note-se que, por oposição aos *moradores sujeitos*, os grandes proprietários de terra são ditos *agricultores* (quando não usam o patrimônio fundiário como fazenda de criação de gado). Mas, confrontados aos

48 Lembre-se que um *morador* podia trabalhar *alugado* para outro *patrão*, mas apenas com o consentimento do proprietário das terras em que residia.

49 Estudos sobre a região em diferentes momentos históricos, em diferentes conjunturas econômicas, mesmo com variações dos produtos comerciais predominantes nas grandes propriedades, documentam a recorrência e a invariância dessa relação: o trabalho do *morador de sujeição* é obrigatório por um determinado número de dias por semana, e nestes dias ele é remunerado a preço inferior ao que se paga a trabalhadores não-residentes. Cf. Almeida, J. A. (1937, p. 224), Bernardes (1952, p. 52), Lacerda de Melo (1952, p. 96), Correia de Andrade (1957, p. 53), Lacerda de Melo (1958), Garcia Jr. (1977), Garcia (1977a e b.), Paulilo (1980), Braga de Sá (1980), Correia de Andrade e Potengi (1980). A variação do número exato dos dias de serviço obrigatório não é função da variação dos pesquisadores, mas do significado material da *sujeição* nos engenhos e fazendas ao longo do tempo e em diferentes conjunturas. Em setembro de 1976 os *engenhos* pagavam 15 cruzeiros por diária a *morador*, enquanto a diária mais freqüente para *alugados* era de 20 cruzeiros.

pequenos proprietários, *rendeiros* e *meeiros*, lhes é negada tal condição, ressaltando-se a qualidade de *senhores de terra*. Neste contexto enfatiza-se a existência de *moradores sujeitos* a eles subordinados, ressaltando-se que só quem tem muita terra pode ter *morador*. Tais usos da categoria *agricultor* tendem assim a designar sobretudo os pequenos proprietários, *rendeiros* e *meeiros* que cultivam a terra através da força de trabalho de suas unidades domésticas associada ao trabalho *alugado*: aqueles que não são *sujeitos* a ninguém, mas cuja própria “liberdade” não está associada à *sujeição* de outrem. Desta forma, a categoria *agricultor* é usada pelos indivíduos ocupando posições intermediárias no espaço social, de modo a excluir tanto os *senhores de engenho e fazendeiros* quanto os *moradores sujeitos* de seus referentes.

Contudo, um corte tão fundamental quanto os anteriormente apontados permeia os usos desta própria categoria *agricultor*. Efetivamente, mais do que a forma de acesso à terra, como pequeno proprietário, *rendeiro* ou *meeiro*, a oposição entre *agricultores* e *agricultores fracos* aponta para grupos bastante diferenciados. Na verdade, os agricultores ganham suas vidas combinando a *agricultura* com o *negócio* em feiras, utilizando largamente o *trabalho alugado* em seus *sítios* e/ou *roçados*. Já os *agricultores fracos* dependem tanto do produto do *roçado* que conseguem botar, no qual só usam a força de trabalho de suas unidades domésticas, quanto do *trabalho alugado* que fornecem. Basicamente, é o segundo grupo que trabalha nos *sítios* e *roçados* do primeiro, sendo que no limite encontramos os que *vivem do alugado*. A diferença é real e não se manifesta apenas nas diferentes formas de obter o necessário à subsistência do grupo doméstico. Com efeito, como exploraremos na segunda parte, a variação do valor da feira semanal de quem *trabalha alugado* para a de um agricultor era, em 1976-77, de 1 para 3. Esta diferença implica também diferenciação: se a combinação *agricultura-negócio* permitia aos *agricultores* acumular recursos, podendo ampliar uma e outra destas atividades, o *alugado* mal permitia atingir o necessário ao consumo doméstico. De modo algum permitia acumular para compra ou aluguel de terras no futuro, nem mesmo para iniciar um *negócio* em feiras⁵⁰. Assim é que os *agricultores* contavam com a possibilidade efetiva, não só de acumular recursos como de ter acesso a *trabalhadores alugados* para que pudessem ampliar seus cultivos, ou mesmo substituir, com estes trabalhadores, o esforço dos membros de seus grupos domésticos. Note-se que havia pequenos proprietários de *sítios* tão exíguos que *viviam do alugado*, assim como havia *rendeiros* e *meeiros* que viviam da combinação da *agricultura* com o *negócio*. É importante ressaltar que os *agricultores* categorizavam tanto os pequenos proprietários que *trabalhavam alugado* como aqueles trabalhadores que residiam na *rua* e *viviam do alugado* como *libertos*, porém, ao se autodefinirem como *libertos*, enfatizavam não ter de

50 A presença marginal dos trabalhadores *alugados* nas feiras dessa região, e a descontinuidade que lhe é característica, está analisada em Garcia, M. F. (1977c).

trabalhar para ninguém, daí o controle que tinham sobre o seu tempo e sobre o de seu grupo doméstico. Nestes contextos, não só o *alugado* aparecia como *sujeição*, mas até mesmo o *emprego* como operário no Rio de Janeiro ou São Paulo era assim classificado, fato tão prezado em outros contextos.

A autonomia das atividades desempenhadas pelo grupo doméstico parece constituir um valor prezado em si mesmo. Frente a posições subordinadas no processo de trabalho, mesmo quando restritas a esta esfera, a relação com o resto do mundo social mediada por transações mercantis aparece com total autonomia e independência. Nesse sentido poderíamos dizer que o fetichismo do mercado⁵¹ afeta a própria identidade social desses agentes, vendo na circulação mercantil dos produtos apenas a relação entre objetos e não a interdependência dos produtores daqueles objetos. Porém, este mesmo fetichismo é revelador de que a situação oposta a mercado não é “natural”, mas sim uma subordinação pessoal do trabalhador ao proprietário de terras, designada por *sujeição*.

Com efeito, *sujeição* aparece também para designar a subordinação do trabalhador ao *patrão* na circulação dos produtos. Assim é que, por oposição ao pequeno proprietário e aos *rendeiros*, considera-se que os *meeiros*⁵² têm *sujeição* naqueles produtos que têm de ser partilhados com os proprietários⁵³. Particularmente, a categoria é usada quando a comercialização deste produto, por exemplo o algodão, é feita obrigatoriamente pelo *patrão*, que pode assim pagar ao trabalhador um preço mais baixo do que aquele pelo qual consegue vender o produto. Também no caso de *rendeiros*, aparece tal categoria designando restrições que têm na escolha dos cultivos. Isto porque os *rendeiros* de propriedades no *Agreste* não podiam plantar mandioca em seus *roçados*, mas apenas feijão, milho, algodão e certas verduras, porque todos estes produtos podem ser colhidos até dezembro, quando o proprietário solta o gado para comer as *palhas do roçado*, durante o verão. Compreende-se assim que quanto maior o *sítio* de um pequeno proprietário mais *liberto* se considere.

Sujeição pode, assim, designar tanto a subordinação dos membros da unidade doméstica, quanto a subordinação dos produtos da atividade doméstica. Estas dimensões não são, contudo, equivalentes, pois é a

⁵¹ A noção de fetichismo da mercadoria é apresentada por Marx (Marx, 1967, capítulo I, seção IV) para precisar de que forma o caráter mercantil dos produtos obscurece a percepção das relações sociais entre os produtores.

⁵² Além de *meeiros*, encontramos *terceiros*, em grande propriedade que associavam roçados de algodão e criação de gado. Neste caso, 1/3 do produto ficava com o grande proprietário, mas era ele que controlava a comercialização dos produtos, excetuando-se o que os trabalhadores tiravam para o consumo doméstico (feijão e milho). A explicação fornecida para a diferente partição do produto era que se tratava de terra no *Agreste*, por oposição ao *Brejo* onde a *meação* prevalece.

⁵³ Efetivamente, no *roçado* do *meeiro* nem todo produto é obrigatoriamente partilhado entre o trabalhador e o dono da terra. Esse é sempre o caso da planta do *lombo* do leirão, algodão ou mandioca, mas, nos cultivos associados, as condições variam, como é o caso do feijão-mulatinho, feijão-macáçar, milho, fava, verduras.

subordinação dos indivíduos da unidade doméstica, do uso de seus corpos e de seu tempo útil, a mais ressentida como *sujeição*. Não é por mero acaso que, no discurso dos *agricultores*, sejam, sobretudo, os *moradores de engenho* a servir de referentes para a *sujeição*, embora haja *moradores*, tanto na área canavieira, quanto nas propriedades do Agreste, associando a cultura de algodão à criação de gado, onde é freqüente haver *moradores que dão meia*.

Capítulo II

O Fim do Isolamento dos Moradores e o Declínio da Dominação Tradicional

Analizamos, até aqui, como usos específicos do patrimônio fundiário permitem a construção da dependência personalizada, sobretudo através da imobilização dos trabalhadores no interior dos grandes domínios⁵⁴, e inscrevem no espaço físico a estrutura hierárquica do espaço social. Cabe analisar a seguir a dinâmica da dominação tradicional, as vicissitudes históricas por que passaram as grandes plantações, as formas particulares que assumiram ao enfrentar ciclos de preços dos produtos agrícolas comerciais, tanto nos momentos favoráveis quanto nos desfavoráveis, os fatores explicativos dos ganhos ou das perdas de poder dos grandes proprietários da região. Em particular, devemos nos indagar sobre as condições de existência da dominação tradicional e das fronteiras sociais que constitui: como se quebraram os limites impostos pela dependência personalizada, limites que estavam também inscritos nos cérebros e nos corpos dos que ali viviam?

Buscaremos analisar aqui as principais mediações que estão na origem da transformação das condições de produção da dominação tradicional, da perda de eficácia das estratégias postas em prática na relação de dominação, tanto da parte dos dominantes como dos-dominados, e da disposição a investir em práticas novas, como por exemplo, no caso dos dominados, as migrações para cidades industriais e, mais tarde, a participação no movimento sindical. Esta análise tenta mostrar que a passagem de um modo de dominação a outro não se faz de maneira automática e previsível, segundo uma direção necessária e única, como conceberia toda concepção evolucionista, mas ela é objeto de uma luta constante entre agentes que ocupam posições diferentes no espaço social, com diferentes interesses e dispendo de meios socialmente desiguais. Luta esta que é tanto material, visando à distribuição dos recursos e dos capitais socialmente utilizáveis, quanto simbólica, quando visa mudar as percepções sociais do que é possível fazer e do que é possível dizer, e, particularmente, de dizer o que é necessário fazer. A transformação não é dada nem conhecida *a priori*.

Três mediações essenciais são necessárias para compreender este caso concreto de transição de uma estrutura de dominação a outra. A primeira é a concorrência entre as *plantations*, sobretudo no tocante ao mercado de derivados da cana-de-açúcar, com o surgimento das *usinas* e o declínio dos *engenhos*. Mas para entender o conjunto dos movimentos das *plantations*

⁵⁴A imobilização da força de trabalho é uma condição específica ao funcionamento e movimento da *plantation* tradicional, a ser reproduzida constantemente. Cf. Palmeira (1971a).

dessa região é necessário descartar a idéia preconcebida de que a “monocultura de cana-de-açúcar” impede a tentativa de implantação de outros cultivos comerciais. Vários outros produtos, como o algodão, o café, a agave, foram objeto de cultivo, e mesmo de beneficiamento no interior das propriedades, visando ao suprimento de mercados distantes. A explicação do declínio das *plantations* na região não pode ficar restrita ao mercado e às condições de produção de uma só lavoura.

A segunda é a possibilidade dos deslocamentos maciços para o Rio e São Paulo desde os anos 50 deste século, época em que estas cidades conheciam um forte crescimento industrial que se traduzia na ampliação do mercado urbano. A terceira é o surgimento das primeiras associações camponesas e o impacto que tiveram no campo político, particularmente através da fixação de um novo quadro legal para regular as relações entre proprietários e trabalhadores agrícolas, e do estabelecimento de um novo quadro institucional, cujos símbolos são a justiça e a inspeção do trabalho; assim como leis dando poderes ao Governo Federal para operar uma redistribuição fundiária, juntamente com a criação de novas instituições que teriam essa incumbência (o IBRA, denominado INCRA, desde 1970 até sua extinção em 1987).

A situação histórica, encontrada em nossa pesquisa de campo, é característica de uma época de transição, em que a dominação tradicional foi abalada pela ação conjunta e cumulativa destes três fatores.

A Concorrência entre Grandes Proprietários

Há constância nos dados históricos de que a região que hoje é denominada de Brejo e Agreste era ocupada, até o século XVIII, por grupos indígenas. Carvalho (1952, p.102) fala de índios da família Cariri, como Joffily (1892, p. 25), enquanto José Américo, dizendo-se apoiado em Frei Vicente Salvador, fala em aldeias potiguares (Almeida, J.A., 1937, p. 102). De qualquer forma todos apontam que o Brejo só foi ocupado por colonizadores no século XVIII, vindos tanto de uma frente a leste da Borborema, da “várzea”, quanto vindos do sertão. Joffily (1892, p. 117) refere mesmo que os primeiros habitantes do Brejo seriam agregados de fazendeiros do Sertão, e Correia de Andrade (1957, p. 28) registra que o povoamento desta área foi feito em função do abastecimento dos boiadeiros provenientes do Sertão, que iam abastecer os engenhos do litoral da Paraíba e Pernambuco. O nome da região, hoje denominada Arcia, era Sertão de Bruxaxá, explicado por seu passado indígena. Horácio de Almeida situa a ocupação colonizadora em inícios do século XVIII (Almeida, H. 1957, p. 5), falando de sesmarias concedidas em 1672 e 1719 (idem, p. 14), e José Américo apresenta como referência mais antiga uma data de sesmaria de 8/07/1725 que era concedida para “situação de seus

gados”, acrescentando ser este o momento da disputa com os grupos indígenas:

“O maior interesse dos habitantes do interior era, de feito, a criação: a lavoura destinava-se ao abastecimento das fazendas ou ao *mantimento para guerra do gentio brabo*” (grifo no original). (Almeida, J.A.; 1937, p. 252).

Não vamos aqui especular sobre a história do choque dos colonizadores com os grupos indígenas, em nosso precário conhecimento, ainda por fazer. Da mesma forma, interessante seria estudar se os recebedores de concessões de sesmaria e datas não encontraram posseiros em suas terras e os reduziram a *moradores* pela força, como aponta Cantalice (1980) para Alagoa Nova no Brejo da Paraíba; e Stein (1961) descreve quando da expansão do café no Estado do Rio de Janeiro. São hipóteses: a história por fazer não precisa ser substituída por história conjetural.

Fato é que no início do século XIX começam a ser descritos os fatos que atestam a prosperidade econômica e política dos grandes proprietários da região. Segundo José Américo, é com a chegada de D. João VI a terras que hoje denominamos Brasil, e a abertura dos portos “às nações amigas”, que cresce a produção de algodão, além dos cultivos já existentes de milho, feijão e mandioca, e a criação de gado nas áreas secas do Curimataú e Agreste. Em 29/06/1813, Areia passa à condição de freguesia, sendo dotada de vigário a partir de então (Almeida, H. 1957, p. 19). Em 18/05/1815, foi erigida por Alvará Régio em Vila, realizando-se o ato solene de instalação em 30/08/1818 (Almeida, H. 1957, pp.: 20-21). Até meados do século XIX o produto principal foi o algodão, havendo 4 bolandeiras⁵⁵ para beneficiamento nesta cidade e outras ainda nas fazendas, sendo o produto comercializado para as praças de Goiana e Recife (Almeida, H., 1957, p. 148).

É em meados do século que o produto principal passa a ser a cana-de-açúcar, embora o algodão continue a ter relevância, pois em 1862 houve a maior colheita da Paraíba: 18.000 arrobas em Brejo de Areia, segundo o relatório do presidente da província citado por Horácio de Almeida (Almeida, H., 1957, p. 147). Note-se que José Américo cita o relatório do presidente da província de 1852 que menciona a progressão do café na área de Bananeiras (Almeida, J.A., 1937, p. 254), cultivo que é dado por Horácio de Almeida como cobrindo terras de *engenhos* em Areia, em 1894.

Na verdade, mesmo referida ao século XIX, a categoria *engenho* não tem como significado necessário ser propriedade monocultora de cana-de-açúcar. *Engenho* indica claramente o papel fundamental da cana-de-açúcar, pois as instalações de beneficiamento são importantes e têm custos monetários altos, pois as tachas e o maquinismo, a partir de 1888, têm de

⁵⁵Nome dos maquinismos primitivos de descaroçar algodão.

ser adquiridos pela via mercantil. Mas nada impede que haja vários cultivos para venda e, com a flutuação dos preços e variação das condições ecológicas, várias explorações comerciais, simultâneas ou alternativas tenham lugar. Tal parece ter sido o caso do cultivo do café e do algodão, além da cana-de-açúcar, na segunda metade do século XIX, no interior da área ocupada por *engenhos*.

Por outro lado, ser *senhor-de-engenho* no Brejo estava freqüentemente associado, ao longo do século XIX, a possuir *fazendas* nas partes mais secas do território de Areia, no Agreste e no Curimataú; é que o gado empregado para mover a moenda, antes da introdução do maquinismo⁵⁶, passava o *verão* no Brejo, mas no *inverno* era levado para regiões mais secas, fugindo ao risco de epizootias (cf. Almeida, H., 1957, p. 151 e Almeida, J.A., 1976, pp. 57-62). Nestas *fazendas* das partes mais secas cultivava-se o algodão, portanto o binômio gado-algodão é bem antigo. Lembre-se de que havia ainda, em qualquer uma das regiões ecológicas, cultivo de feijão, milho, mandioca por parte de escravos e/ou *moradores*, tanto em *roçados* destinados ao consumo dos trabalhadores como em *roçados* destinados ao consumo dos *senhores de engenho* e *fazendeiros*. Por conseguinte, a fortuna dos *senhores de engenho* não foi construída apenas com a cana, embora esse fosse o produto principal.

O açúcar produzido nesta região, assim como o algodão, que o precedeu, e que constituía o principal produto comercial das partes secas do município, eram escoados pelos mercados de Goiana e Recife, em Pernambuco. O estudo de Peter Eisenberg⁵⁷ sobre a evolução das exportações de açúcar a partir de Pernambuco permite avaliar as flutuações do comércio internacional que incidiram sobre a produção da região estudada. Entre 1836-40 e 1886-90, as quantidades exportadas foram multiplicadas por 4,2. É verdade que, a partir de 1856-60, o preço das exportações em libras esterlinas baixou (-50% entre 1856-60 e 1886-90), mas esta baixa foi compensada, em parte, por uma queda da taxa de câmbio, o que permitia aos produtores de açúcar trocar as divisas adquiridas por um volume crescente de moeda nacional. Por conseguinte, durante a segunda metade do século XIX, o açúcar constituía um negócio lucrativo e próspero. Esta época representa, para Horácio de Almeida,⁵⁸ o apogeu da

⁵⁶O primeiro engenho a vapor data de 1888, implantado por Manuel Gomes da Cunha Melo no engenho Jussara (cf. Almeida, H., 1957, pp. 151-152).

⁵⁷Cf. Eisenberg, Peter (1977, p. 42, quadro 3).

⁵⁸Horácio de Almeida fornece indicadores precisos desta prosperidade passada, alguns deles materializados no espaço e ainda hoje visíveis. Em suas palavras:

"A feira de Areia, nascida com a criação do município, gozou a reputação de ser a maior da Paraíba, até o fim do século. Afirma Joaquim da Silva que era a maior do norte do Império, pelo menos até 1881, época em que enviou ao Barão de Ramiz Galvão o memorial que figurou na Exposição de História do Brasil, que o ilustre historiador organizara na Biblioteca Nacional" (...)

"Naqueles tempos, os maiores comerciantes de Areia eram Francisco Jorge Torres (que casou-se com a irmã da avó materna de José Américo), João dos Santos, Manuel Gonçalves Lisboa, Antônio Gonçalves Lima, Joaquim Gomes e

cidade de Areia, que conhece grandes progressos; o comércio se desenvolve, fazendo com que Areia apresente a feira mais importante de toda a Paraíba, com lojas de comércio possuindo estoques de valor dez vezes superior ao preço de instalação de um *engenho*. À mesma época, se diversificavam as atividades culturais da cidade, com a circulação de jornais locais, a construção de teatro, a formação de orquestra e criação de curso de música e canto, a inauguração de clube para bailes e reuniões sociais. Também por esta época, foram construídas as casas mais imponentes da cidade e as ruas foram calçadas.

Porém, a partir do último decênio do século XIX, o açúcar brasileiro foi deslocado de seus principais mercados consumidores externos: primeiro, dos mercados europeus, em virtude do crescimento do açúcar de beterraba; depois, do americano, devido à produção crescente de Cuba, Havai e Porto Rico. Entre 1900 e 1910, as exportações de açúcar caíram mais de 80% em relação aos níveis de 1890; enquanto Pernambuco representava sozinho 2% do mercado internacional do açúcar, entre 1886-90, tal participação se reduziu a 0,1% do mercado mundial entre 1901-1905 (Eisemberg, 1977, p. 44, quadro 6 e p. 47, quadro 7). Segundo o mesmo autor, entre 1856 e 1890, o mercado externo era o destino básico da produção de açúcar da província de Pernambuco, pois a média das quantidades exportadas em relação à produção anual média da província oscilou em torno de 80%. Tal relação cai a 46% entre 1897-1901, e a 9%, entre 1903-1905. Seguiu-se uma forte queda do poder de compra dos *senhores-de-engenho*. Como todas as regiões açucareiras brasileiras, sobretudo as do Nordeste, a região em tela conheceu uma violenta crise de mercado.

José da Fonseca Milanez, este último avô de Álvaro Machado, primeiro presidente constitucional da Paraíba. Só de botica, havia duas, a do homeopata Sabino Coutinho (que segundo o depoimento citado de José Américo seu pai seguia) e a de Inácio Evaristo Monteiro. Daí por diante, em toda a segunda metade do século passado, o progresso fez morada em Areia. Pouco faltava à cidade para que ostentasse a fisionomia de uma minúscula capital. Sobrados de azulejo, ruas calçadas, teatros, colégios, bibliotecas, jomais, banda de música, sociedade dramática, clube de dança, tudo isso e mais um comércio à satisfação, completando o quadro de urbe. A cidade, pelo seu ar de importância, fugia à chateza comum aos burgos da época. Clara, limpa, graciosa, nos dias de sol, mas se chovia dava também uma nota característica, quando as bocas de jacaré, do alto dos sobrados, espanjavam água nas calçadas de pedra, com estrondos de catadupa."

(...)

"Na segunda metade do século, as maiores casas de negócio eram as de Antônio dos Santos, Teotônio Guedes de Moura, Alves Gama, Joaquim Bezerra, Santos da Costa Gondim, Francisco Arteiro e Casumba. Pelo menos uma vez ao ano, os comerciantes iam à praça do Recife, acompanhados de tropas de burro, para renovação do sortimento. Alguns, como Francisco Arteiro, recebiam diretamente da Europa, enquanto outros iam fazer compras à capital do Império, velejando 20 dias, por mar, numa época em que ir ao Rio de Janeiro constituía aventura para ser contada aos netos. De fato, muitos anos depois, já afastados do comércio, Francisco Cavalcante, Antônio Pereira e outros narravam desvanecidos os episódios da heróica viagem" (Almeida, Horácio, 1957, pp. 167-168-169).

Portanto, já no início do século XX, intensifica-se a concorrência também no mercado interno dos derivados da cana-de-açúcar. Por esta época, a preocupação dos proprietários de *plantation* açucareira estava voltada tanto para o mercado externo como para o *mercado interno*. É desta época que data a primeira tentativa de dominar o mercado interno através de um cartel privado, que ficou conhecido por *Colligação* (Eisemberg, 1977, p. 57), funcionando entre 1906-1910. Não teve sucesso como forma de controlar a oferta, pois o poder privado de uns proprietários se contrapunha ao de outros e se anulava através da concorrência; esta experiência precedeu contudo as formas de controle da oferta sancionadas e organizadas pelo Estado na grande crise de superprodução dos anos 30, através da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool⁵⁹.

Efetivamente, as referências à crise dos *engenhos* em Areia vão ser localizadas por Horácio de Almeida na última década do século XIX e na primeira década do século XX (Almeida, H., 1957, p. 153). Durante esta crise já menciona os primeiros deslocamentos de *moradores* para fora da região: no caso seria para a Amazônia, que conheceu na época o ciclo da borracha. Outro fator porém virá acentuar grandemente esta crise: é a época em que se constróem estradas de ferro, cujo traçado marginaliza Areia, passando os circuitos comerciais mais importantes para Campina Grande, no alto da Borborema, e para Guarabira, a leste da Borborema, “cercando” Areia quando o ramal atingiu Alagoa Grande, no sopé da Borborema (1/07/1901) de um lado, e Campina Grande de outro (2/10/1907). José Américo dá um dado que ressalta bem a importância do fator transporte: o frete com carros de boi e animais de carga saía a 500 réis t/km, enquanto a ferroviária saía a 72 réis t/km (Almeida, 1937, p. 180). É evidente então que o traçado da estrada fosse alvo de intensas disputas. Numa delas opõe José Américo, como redator do memorial redigido por um *comité* de Areia, apoiado posteriormente pela Associação Comercial, e a Comissão Rondon, que vetou o traçado (episódio narrado em Almeida, J.A., 1937, pp. 181-185)⁶⁰. Obviamente, se quedas de preços e quantidades vendidas

⁵⁹Note-se que a tentativa de controlar a sobreoferta através de acordo entre os produtores, primeiro a nível privado, e depois forçar a criação de instituição pública com o mesmo fim, parece ter acontecido tanto no caso do açúcar como no do café: a criação do Instituto Brasileiro do Café, também com a crise dos anos 30, sucedeu à experiência do Convênio de Taubaté (Holloway, 1978). Quando os cartéis passam a *institutos*, a potência pública pode forçar os produtores mais renitentes a respeitarem as regras estabelecidas para todos; além disso, os cartéis podem ir à falência quando o mercado não sanciona a decisão de seus gestores, mas as contas dos *institutos* fecham sempre, mesmo que o prejuízo real se transforme em lucro por meio de subsídios do Governo. O crescimento do “Estado” está ligado, neste caso, a um reforço do poder dos donos de *plantations*, e não à sua destruição: os *institutos* são organismos permanentes que institucionalizam o subsídio como regra de operação no campo econômico, a partir da fixação de níveis de demanda outros que os que resultariam da “livre concorrência”, e o Tesouro Nacional como suporte último de qualquer decisão.

⁶⁰Stein (1961) ressalta em sua monografia como a estrada de ferro modificou a importância relativa das regiões produtoras de café do Estado do Rio de Janeiro.

para os centros demandantes tradicionais, por um lado, já são problemas causadores de crises, somados à redistribuição espacial da produção, que se segue a mudanças nos circuitos de transportes, permitem entender que a crise do início do século XX fosse uma crise grave. Porém, entendamos bem: isto foi uma crise dos *senhores-de-engenho*, diminuindo seu potencial de consumo e sua importância relativa na produção açucareira, o que afetou diretamente o *comércio* e o fausto da cidade de Areia. Mas não foi uma crise que liquidasse com as possibilidades materiais para construir e manter as redes de dependência personalizada através da *morada*.

Se em Areia a crise de mercados de derivados da cana assumiu feições particularmente difíceis, fato é que os problemas com o *mercado externo* e com o *mercado interno* do açúcar se colocavam mesmo para a principal região produtora do Nordeste: Pernambuco. Para conjurar tal situação adversa, os *senhores-de-engenho* vão usar de uma dupla estratégia: primeiro, levar a cabo uma modernização industrial e produzir em maior escala, passando dos *engenhos* às usinas; em segundo lugar, reverter suas atividades na produção de rapadura e aguardente voltada apenas para o mercado interno brasileiro. Foi a opção principal dos *senhores-de-engenho* de Areia até 1931⁶¹.

Inicialmente concebidas como estabelecimentos exclusivamente industriais, as usinas se transformaram rapidamente em vastas unidades agroindustriais, reagrupando vários antigos *engenhos*⁶², utilizando, além da cana produzida em terras da própria usina, cana comprada aos *engenhos* das vizinhanças. Elas continuaram a empregar uma mão-de-obra de *moradores*. A expansão das usinas provoca assim uma reorganização da produção açucareira e uma diferenciação no interior do grupo dos *senhores-de-engenho*. O *usineiro* tornou-se um *senhor* bem mais potente que os demais, enquanto os outros *senhores-de-engenho*, incapazes de resistir à concorrência do mercado de açúcar, se transformaram em simples fornecedores de matéria-prima. Estes últimos foram assim desqualificados socialmente, pois os efeitos desta reorganização do parque açucareiro iam do econômico ao campo político, numa dupla subordinação aos usineiros. Não parar as atividades fabris do *engenho* tinha uma significação tanto simbólica quanto política: *fogo morto*, expressão de época, transcrita tanto

⁶¹José Américo de Almeida fornece os dados seguintes: em 1909 havia 102 *engenhos* moendo para fabrico de rapadura (Almeida, J.A., 1937, p. 253). Neste mesmo livro apresenta o mapa de estimativa das colheitas em 1922 (ano anterior à primeira publicação), preparado pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas. Podemos aí verificar que é *nula* a produção em Areia de açúcar de primeira, de açúcar de segunda, de açúcar mascavo, e é de 10.000t o "açúcar em rapadura", que representa 40% da rapadura produzida na Paraíba naquele ano (Almeida, J.A., 1937, p. 274). Portanto, há documentação segura de que desde o início do século XX a produção de cana-de-açúcar desta região estivesse voltada para a produção de rapadura e aguardente.

⁶²Para maiores detalhes sobre a modernização da agroindústria açucareira e a aparição das usinas, ver: Eisenberg, (1977, caps. 4 e 5); Correia de Andrade, (1964); Perucci, G., (1978).

por José Américo de Almeida como por José Lins do Rego⁶³, significava que o *senhor* estava reduzido à impotência.

Nas regiões periféricas das áreas dedicadas à cana, que não foram objeto do interesse imediato das usinas, operou-se uma reconversão da produção para artigos menos nobres. Foi o caso de Arcia, onde os engenhos se consagraram à produção de rapadura e aguardente. Esta estratégia permitiu aos *senhores de engenho* conservarem suas atividades agroindustriais, porém sem poder afastar o risco de declínio, pois a falta de uma modernização tecnológica os condenava a serem batidos a longo prazo no plano mesmo do mercado interno pela produtividade mais elevada das usinas. Esta trajetória coletiva de declínio mudou a posição relativa dos *senhores-de-engenho* de Arcia com relação às posições ocupadas pelos demais grandes proprietários do Brasil, em particular os produtores de açúcar e, sobretudo, os produtores de café do Centro-Sul em ascensão.

A criação das usinas não ocorreu através de autofinanciamento, através do simples reinvestimento dos lucros dos *engenhos* mais prósperos, e não resultou assim da ação dos “mecanismos de mercado” capazes de explicar a passagem de uma a outra escala de produção industrial. Ela só se tornou possível graças às subvenções públicas, obtidas através de lutas políticas, cujo móvel era a legitimidade mesma da intervenção dos poderes públicos neste setor da economia e suas implicações⁶⁴. Nos anos 30, os efeitos da crise econômica mundial se fazem sentir nos mercados dos principais produtos de exportação brasileiros: o café e o açúcar. São criadas então novas instituições públicas, sobretudo para conjurar os efeitos da crise e assegurar a manutenção de um determinado nível de renda para os produtores, mediante a utilização de fundos públicos e mesmo pela destruição de estoques invendáveis.

A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933, instituiu um controle minucioso da oferta de derivados da cana: o Instituto passou a fixar o preço, a produção de cada usina, a cana que ela podia cortar e a quantidade que devia comprar de fornecedores, e os cadastrou⁶⁵. O IAA tornou-se o responsável pela venda da produção de açúcar e álcool nos mercados externo e interno. Esta institucionalização administrativa da produção e do mercado dos produtos canavieiros tem como efeito a transformação das formas de concorrência entre produtores, pois desde então, é menos decisivo antecipar as flutuações da demanda interna ou internacional, do que conhecer e participar das decisões da nova instituição. No tocante aos produtores de rapadura e aguardente, esta institucio-

⁶³O romance de José Américo refere-se à região do Brejo alto, enquanto os romances de José Lins do Rego, do ciclo da cana-de-açúcar, tinham por referência as planícies próximas ao litoral, a *várzea*, onde as usinas cresceram bem antes do que no Brejo.

⁶⁴Sobre a importância das subvenções, (cf. Eisenberg, (1977 cap. 5).

⁶⁵Um estudo minucioso das práticas de controle da oferta no mercado de cana-de-açúcar e seus derivados, bem como do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), como instituição, e dos usos dos novos poderes criados com seu surgimento, é apresentado por Szmrecsányi, Tamas (1979).

nalização resultou num reforço de uma posição marginal: eles só ficaram reconhecidos como fornecedores de cana. A estratégia econômica de seguir produzindo tais subprodutos não foi bloqueada, mas sob tal condição, não se beneficiaram nem mesmo das vantagens concedidas aos demais fornecedores. A imagem de produtores tradicionais, coisa do passado, se viu assim reforçada.

A usina de açúcar, estudada durante a pesquisa de campo, foi implantada em 1931, mas sua produção não chegava a mais de 10% da produção de uma usina média brasileira até 1970, data na qual atingiu a produção de uma usina média dos anos 50, o que significou que sua implantação não teve por efeito imediato o desenvolvimento rápido da concorrência entre usinas e *engenhos* por terras, cana-de-açúcar e mão-de-obra de *moradores*. Somente entre 1970 e 1980 a produção foi multiplicada por 4,5 e grandes investimentos, financiados pelo IAA, estão ligados à expansão da capacidade de produção. No momento da pesquisa de campo, a concorrência *engenho*/usina tornava-se uma questão local, enquanto tal concorrência tinha marcado o espaço da produção açucareira brasileira desde o início do século.

Entretanto, as estratégias de reconversão econômica não se limitaram à produção de derivados da cana-de-açúcar. Vários outros produtos foram experimentados com sucesso limitado e temporário. Já vimos que o cultivo do café era praticado desde finais do século XIX; sua importância foi crescente do início do século XX até 1921-22, quando ocorreu uma praga que tomou tristemente célebre a região:

“Manifestou-se a praga na fazenda Tauá, entre Areia e Guarabira, no ano de 1921. Rápido se alastrou com fúria devastadora por todo o município, invadindo ao mesmo tempo os territórios de Serraria e Bananeiras. O povo apelidou de *vermelho* o bicho responsável pela doença do cafezal, mas os entomologistas do Ministério da Agricultura deram-lhe o nome pomposo de *Cerococus Parahybensis*” (Almeida, H., 1957, p. 160).

José Américo, quase simultaneamente ao fato, atribui-lhe a mesma datação (Almeida, J.A., 1937, p. 254). Diz ainda que, em 1923, o Brejo era o celeiro do Sertão, apontando como produções principais: a rapadura, a aguardente, a farinha, os cereais e o café. Ressalta, porém, que o café estava dando praga, e que a farinha de mandioca e os cereais não tinham preços compensadores pois

“Com o advento do inverno, tudo baixa de preço. Só as secas prolongadas mantêm as altas” (Almeida, J.A., 1937, p. 254).

Lavouras de mandioca e cereais cultivadas por todos, *moradores, agricultores, senhores-de-engenho e fazendeiros* contavam permanentemente com uma sobrecoferta potencial que deprimia os preços; só

catástrofes climáticas reduziam as disponibilidades, forçando a alta de preços.

Com tudo isto, Horácio de Almeida (1957) vai referir-se ao momento de 1922-1940 como de “quebradeira geral”. Porém, 5 anos antes do livro de Almeida, Bernardes registrava, de forma acurada, que mais esta crise não levou nem ao fim, nem à subdivisão dos *engenhos* (Bernardes, 1952, p. 47). Ambos notam as tentativas feitas, sem sucesso, como a exploração comercial do bicho-da-seda com o cultivo de amoreiras e a exploração do fumo. Registre-se ainda a coerência de José Américo, com a importância que atribuía ao progresso técnico: dotado de poder a nível nacional, implantou em Areia em 1932 a Escola de Agronomia do Nordeste.

Em 1940, tem início o ciclo da agave, ligada à exportação novamente. Essa sucessão de cultivos comerciais, neste caso concreto, faz ressaltar como a hipótese da rotina e do tradicionalismo das estratégias econômicas dos *senhores-de-engenho* nos afasta do entendimento das práticas historicamente observáveis e, portanto, “poupa” o esforço de reconstrução da lógica da *plantation* tradicional⁶⁶. O relato histórico de Horácio de Almeida apresenta a introdução e difusão da agave, em termos que lembram as inovações “schumpeterianas” e os ciclos de crescimento econômico que acarretam:

“Foi por essa época que surgiu uma cultura nova, a da agave, que levantou os ânimos decaídos. O pioneiro dessa cultura no município foi Germano de Freitas, na mesma propriedade Bujari, que seu pai, o velho Torquato de Freitas, cobrira de café. Germano lançou-se ao plantio com a obstinação de quem estava cavando uma mina e enquanto plantava adotava métodos racionais de extração e industrialização da fibra. Mas não ficou apenas nisso. Aperfeiçoou uma máquina rudimentar de extração, que Antônio de Andrade vinha experimentando, incipientemente, no vale do Gramame, incentivou os agricultores do município a que o acompanhassem na nova exploração agrícola, oferecendo de graça as mudas que desejassem, montou cordoaria e foi ele, finalmente, quem abriu o mercado da agave na Paraíba, exportando pela primeira vez a fibra para o exterior.

Em pouco tempo, a economia do município estava recuperada. A cultura do sisal estendeu-se rapidamente por vasta zona do território da Paraíba, do litoral aos Cariris, disseminando-se inclusive pelos Estados vizinhos. Por toda a parte só se via agave. *Onde foi engenho de rapadura ou fazenda de café não se fazia outra plantação* (grifo meu). Os maiores produtores de Areia eram Germano de Freitas, José Rufino, João Barreto, Nilo Moreira, Bento Jardelino, Francisco Gondim, José Leal, Sebastião Maia, Severino Teixeira e muitos outros entre grandes e pequenos. A lavra de José Rufino orçava por um milhão de pés, não sendo poucos os que trabalhavam para ultrapassá-lo no volume da plantação. As terras se valorizavam de ano para ano, de modo a anular

⁶⁶ A mesma observação é válida para a produção camponesa, sobretudo se considerarmos que seus movimentos se dão em campo dominado pela *plantation*.

as previsões mais otimistas. Propriedades que antes eram oferecidas a 50 contos de réis e não encontravam comprador, tinham agora cotação acima de dois milhões de cruzeiros. O Banco do Brasil montou uma agência em Areia, logo classificada entre as melhores do interior. Era o tempo das vacas gordas. Todo mundo gastava dinheiro à-toa porque as boladas recebidas quase não cabiam no bolso" (Almeida, H., 1957, pp. 161, 162).

Efetivamente, a excursão da Associação dos Geógrafos Brasileiros visitou Areia no fim de 1951- janeiro de 1952 (Bernardes, 1952, p. 39), e pegou a região no último ano em que os preços foram considerados altamente compensadores. Em 1951, Areia produziu 5.500 t de fibra, representando 12% da produção da Paraíba, sendo o 3º município do Estado (Carvalho, 1952, p. 105); 10 anos antes a produção era de 270 t (Almeida, H., 1957). Aquela autora apresenta observações análogas às dos relatórios de Bernardes (1952) e Lacerda de Melo (1952), sendo que documenta seu trabalho sobre a geografia urbana de Areia com uma foto que mostra a agave chegando ao quintal das casas (Carvalho, 1952, p. 104).

Mas a partir de 1952, as cotações da agave entraram em queda e todo este surto de prosperidade dos *engenhos e fazendas* ruiu:

"Em 1940, a Paraíba exportou cerca de 40 mil quilos, no valor de Cr\$ 47.421,00 [Cr\$ 1,20/kg]; já no ano seguinte a exportação subiu a 269.774 quilos, deixando um saldo de Cr\$ 826.653,00 [Cr\$ 3,06/kg]. O mercado franco e o preço compensador aceleraram o ritmo da produção. Em 1951, a exportação alcançou o volume de 51.765.519 quilos, no valor de Cr\$ 423.355.233,00, ao preço de oito cruzeiros por quilo. Daí por diante, com o retraimento dos mercados compradores, entrou em crise a lavoura agaveira, acarretando graves reflexos para a economia do Estado, mais ainda para a dos agricultores da Zona do Brejo, já castigados por tantos reveses econômicos" (Almeida, H., 1957, p. 163).

Note-se porém que a prosperidade econômica associada à agave atingiu sobretudo os *senhores-de-engenho e fazendeiros*, permitindo o aumento da renda monetária obtida por esta classe específica. A observação feita pelos geógrafos, ainda em pleno auge do ciclo, mostra que seu cultivo foi interdito aos *moradores*, que tiveram ainda lotes de terra para *roçado* reduzidos, e muitos foram reduzidos a *moradores de sujeição*, forçados a trabalhar 5 dias nos campos de agave do proprietário.

É Lacerda de Melo quem observa:

"Outra manifestação do poder de avassalamento da agave manifesta-se ainda na paisagem. Em certos lugares, as plantações se estendem circundando, imprensando, afogando as casas rurais, como se observa um pouco antes da Fazenda Santo Antônio (km 27 do itinerário). Diminuem ou desaparecem as pequenas áreas em torno das habitações. Áreas que seriam normalmente destinadas a pequenas culturas de subsistência dos moradores.

Agave, ademais, não é lavoura de gente pobre. Existe mesmo proibição, por parte dos proprietários, da cultura dessa planta pelos moradores dos engenhos. O fato poderia indicar uma cupidez dos donos das terras, dada a rentabilidade da cultura. Deram-nos um esclarecimento que, todavia, não conseguiu substituir de todo essa impressão. Trata-se de cultura permanente e os proprietários temem que, no caso de dispensa de morador, venham a sofrer dificuldades ou prejuízos decorrentes das liquidações a que estão obrigados” (Lacerda de Melo, 1952, p. 88).

Esta observação foi feita no Brejo, em área de *engenhos*. Mas é interessante observar que a agave se estendeu também pelas partes secas, pelo Agreste e Curimataú, em área de *fazendas*. Embora a ecologia seja diferente, a prática de uma mesma cultura esteve associada à extensão da relação de *morador de sujeição*, até então característica dos *engenhos* do Brejo. Este fato mostra bem como a relação de *morada* é objeto de construções e reconstruções, e que ciclos dos preços das lavouras comerciais constituem um dos fatores fundamentais a informar as estratégias dos dominantes sobre os termos da relação de *morada*. Nilo Bernardes descreve assim o que constatou na Fazenda Guaribas, no Agreste, também visitada por nós em 1977:

“Na Fazenda Guaribas encontram-se atualmente, para tratamento da agave, 25 moradores de sujeição. Estes recebem 2 a 3 ha para o cultivo próprio, obrigando-se, fora da safra, a dar 3 dias semanais ao patrão, com 10,00 de diária [o salário-mínimo era Cr\$ 22,60]. Durante a safra, dedicam-se inteiramente aos trabalhos da agave, recebendo, por quilo de fibra já seca, uma quantia que varia entre 5 e 30 centavos de acordo com as funções de cada um [segundo os *agricultores*, em 1976-77 cada *puxador* conseguia 20-30kg por dia – note-se que pelos preços aí fornecidos no mínimo teriam que fazer 33 kg por dia para atingir a diária ou então 200 kg]. Em bases semelhantes são também remunerados os trabalhadores de fora que são empregados por ocasião da safra. No ritmo de trabalho e organização da produção procede-se do mesmo modo que nos engenhos do Brejo. Assim, o sistema de cultivo, transporte, beneficiamento e comércio, a intercalação de produtos anuais entre as fileiras da agave nova, o calendário das atividades e os modos de pagamento, etc, muito pouco variam de lugar para lugar.

A necessidade de manter mão-de-obra permanente para o seu trato fez, pois, com que a cultura da agave generalizasse nas fazendas do Curimataú o sistema do morador de sujeição que ele adotara no Brejo, pela coexistência com a cana-de-açúcar. Por outro lado, ao fazendeiro não mais interessa manter os rendeiros que, por um aluguel irrisório, ocupam áreas onde a fibra renderia pequenas fortunas. Deste modo, os rendeiros foram direta ou indiretamente convidados a tornarem-se moradores de sujeição; alguns cederam, porém os mais altaneiros preferiram sair em demanda de novas terras. Por este processo uma classe rural numerosa desaparece ou recua aos avanços de uma nova onda verde” (Bernardes, 1952, p. 67).

Nilo Bernardes fornece ainda o mapa da Fazenda Guaribas antes e depois da introdução da agave (cf. Bernardes, 1951, p. 65), onde fica claro que os *roçados* de *rendeiros* e *meeiros* foram substituídos pela agave, cultivada sob as ordens do proprietário por *moradores de sujeição*. Possuímos assim observações documentadas suficientemente para aproximar os efeitos do ciclo de preços das lavouras comerciais da *plantation* aos ciclos do domínio feudal polonês entre os séculos XVI e XVIII, estudados por Kula (1970): prosperidade da lavoura do senhor associada à diminuição das áreas cultivadas por camponeses submetidos ao domínio; o declínio da lavoura do senhor associado ao crescimento das áreas cultivadas por camponeses submetidos ao domínio⁶⁷.

Com a queda acentuada dos preços internacionais do sisal a partir de 1953, a produção de rapadura e aguardente, que constituía, apesar de tudo a menos ruim das alternativas de produtos comerciais para *senhores-de-engenho*, foi retomada no Brejo⁶⁸. A utilização das mesmas estratégias econômicas do passado não conseguiu deter a trajetória de declínio dos *senhores-de-engenho*, que passavam a ocupar uma posição cada vez mais dominada no interior do campo das classes dominantes brasileiras. Ela permitiu contudo conservar a posição de dominantes a nível local e assegurar sua sobrevivência física e social. Foi também no começo dos anos 50 que se intensificaram os deslocamentos dos pequenos proprietários e dos *moradores* para o Sul do país, reduzindo o número de indivíduos submetidos à dominação específica da *morada*, colocando *senhores-de-engenho* e *fazendeiros* em concorrência com os industriais do Centro-Sul que procuravam atrair a mão-de-obra local. Eram atingidas assim as bases mesmas dos poderes dos grandes proprietários. É interessante observar o tom dramático que assume o relato do historiador Horácio de Almeida⁶⁹, em 1957, que não hesita em tratar os deslocamentos para o Centro-Sul do país de “conspiração muito séria contra esta atividade agroindustrial”:

“Novamente os engenhos de rapadura voltaram a fumer, mas contra esta atividade agroindustrial há agora uma conspiração muito séria. Surgiu o problema do salário alto [sic], agravado mais ainda pela falta

⁶⁷ Colocando sob a forma de equação, para facilitar o raciocínio anterior:

Situação de mercado favorável à lavoura do *senhor-de-engenho* = redução das lavouras de *moradores + meeiros + rendeiros*

Situação de mercado desfavorável à lavoura do *senhor-de-engenho* = expansão das lavouras de *moradores + meeiros + rendeiros*

⁶⁸ Manoel Correia de Andrade observou a agave já em fase de declínio e documentou, inclusive com foto, partidos de agave bem próximos da planta industrial da usina de açúcar (Correia de Andrade, 1957, p. 46).

⁶⁹ Horácio de Almeida é descendente de família de *senhores-de-engenho* de Areia, ao menos há 4 gerações (Almeida, H., 1957, p. 168).

de braços para a lavoura. O êxodo do homem do campo para o sul do país, atraído pela miragem das cidades grandes e também pelo espírito de aventura, aumenta de ano para ano, acarretando a agonia aos agricultores. Os governos [de 1950-1954 José Américo foi governador eleito da Paraíba e depois ministro de Estado] se mostram indiferentes a esses deslocamentos em massa, nos chamados “paus-de-arara”, cujas consequências estão sendo fatais para a lavoura do Nordeste. Os morros e favelas do Rio de Janeiro já transbordam de desajustados, e é nessa lixa de corrupção e de malandragem que vai cair o nordestino para desgaste de suas últimas reservas morais” (Almeida, Horácio, 1957, p. 163).

Efetivamente, o declínio dos *senhores-de-engenho* se acentuou entre 1950 e 1980, de uma forma sem precedentes até então. Vimos que em 1909 haviam 102 engenhos moendo, segundo registro de José Américo de Almeida (1937, p. 243); para 1949, Nilo Bernardes fornece um mapa organizado pelo Serviço Nacional de Febre Amarela onde se pode contar 97 engenhos, numa queda de apenas 5% em 40 anos. Em 1980, Braga de Sá, que tomou os engenhos como objeto de análise, registra 37 engenhos produzindo rapadura, citando como fonte a Coletoria Estadual do Município (Braga de Sá, 1980, p. 88). Deixam de moer, portanto, no período 1950-80, 60 engenhos, ou 62% dos estabelecimentos em atividade no início do período. É neste período que muitos *senhores* vêem seus *engenhos* quedarem-se de *fogo morto*⁷⁰.

Os Deslocamentos Maciços para as Cidades Industriais

Rememorando sua infância, José Américo insistiu sobre a imobilidade dos *moradores*, àquela época, ao escrever em 1976 que para eles “a geografia era mínima”, limitada aos horizontes do domínio. Em seu romance de 1928 havia imagem semelhante (a “geografia era uma lição de vagabundagem” (Almeida, 1974, p. 135), adotando o autor o ponto de

⁷⁰ Mas a decadência observada não se manifesta apenas em deixar de moer, passando de *senhor-de-engenho* a *fornecedor de cana*. Há *engenhos* abandonados completamente, onde o *morador* torna-se *liberto* de fato. Visitamos *engenhos* abandonados em Areia e Bananeiras, onde os antigos *moradores* viviam de agricultura e criação, controlando tanto o processo de trabalho agrícola como a circulação dos produtos. Paulilo (1980) descreve mesmo, que foi o único *engenho* que visitou onde os trabalhadores podiam trabalhar para outro que não fosse o *patrão*. Para Alagoa Nova, Cantalice (1980) fala de 9 *engenhos* abandonados com *moradores* dentro. Obviamente, é nestes casos, quando os *patrões* querem retornar à *sujeição*, *patrões* novos ou antigos, que os conflitos de terra têm lugar, sendo o estudo de Cantalice (1980) um caso exemplar. Em Areia, havia ainda, em 1977, 5 *engenhos* abandonados, mas de onde todos os *moradores* foram expulsos, segundo um *senhor-de-engenho* e político municipal.

vista de um *senhor-de-engenho* modernizador, que concede aos *moradores* melhores condições de vida e trabalho e os torna *livres* (idem, p. 137), traçando o modelo do que considerava ele mesmo o *bom senhor de engenho*. Esta representação, segundo a qual fora do domínio só resta a vida de vagabundo, de errante, de desocupado, para os *ex-moradores* tinha uma grande eficácia simbólica: fora do *engenho* não há salvação. A força deste simbolismo estava ligada à quase-ausência de alternativas reais à submissão. Uma alternativa concreta de trabalho fora do *engenho*, impen-sável àquela época, que só se materializou 20 anos mais tarde, foi a aparição de um mercado de trabalho industrial no Centro-Sul, em expansão rápida. Esta alternativa era extremamente custosa, pois implicava viver e trabalhar em universo social desconhecido, situado a 3.000 km de distância. Porém tal aprendizado, na prática, da geografia do país, ao menos por parte daqueles que escolheram partir e que descrevem retrospectivamente sua decisão como meio de “escapar da sujeição”, passou a ser associado à noção de *liberdade*.

Para aqueles que, como os dois irmãos entrevistados em 1977, são pequenos proprietários residindo na periferia dos *engenhos*, não submetidos ao mesmo sistema de dependência, e que se definem como *libertos*, os deslocamentos para o Sul do Brasil são representados como um meio para os *moradores* escaparem de condições de vida difíceis e submissão à vontade arbitrária dos *senhores*⁷¹. Esta representação é tão mais significativa quanto seu formulador teve *ex-moradores* como companheiros de viagem para São Paulo, pois o que toma a palavra em nome dos dois só pôde evitar o fracionamento do patrimônio fundiário, ou a passagem à condição de *morador*, através da emigração para as grandes cidades do Centro-Sul por duas vezes, e tais viagens lhe permitiram acumular dinheiro para adquirir as terras que cultivava atualmente.

⁷¹Note-se que tais viagens eram feitas, nos anos 50, em caminhão, os famosos *paus-de-arara*, durando 15 a 20 dias. Lacerda de Melo e sua equipe observaram os preços de tais viagens fixados num cartaz, em bar da cidade de Esperança: quinhentos cruzeiros e seiscentos cruzeiros (cf. Lacerda de Melo, 1952, p. 97). Isto significava, pelos preços da diária do *morador* que transcreve, 2 meses de trabalho na agave, 1 mês, caso se pagasse o salário-mínimo local, e 15 dias de trabalho pelo salário-mínimo da época na cidade do Rio de Janeiro. Como o trabalhador tinha também as despesas de comida durante a viagem, vê-se que passava, no mínimo, de mês e meio a dois meses nas cidades do Centro-Sul só para pagar a viagem.

A sujeição e os deslocamentos para o Sul

– Este movimento de ir para o Rio começou por aqui em que época? (...)

– Começou a viajar para o Rio e São Paulo, começou numa base de 30 anos – e mesmo, começou numa base de 48 para cá. É muita gente. Antigamente ia uma pessoa, duas, era uma dificuldade, mas ia sempre. Saía sempre do Nordeste para o Sul.

– E por que o pessoal saía daqui para o Sul?

– Por causa do Nordeste, primeiramente, o salário é pequeno, salário da Paraíba é pequeno. E segundo que as produções, as agriculturas, não dá para muita gente. As sujeições nestes engenhos, foi embora muita gente desses engenhos (...). Os salários são pequenos daqui da Paraíba e de Pernambuco, aliás, desses Estados aqui do Nordeste. No Nordeste todo salário é pequeno. Aí o pessoal do Nordeste acha que o salário do Sul é maior, aí se larga para o Sul. Vão trabalhar no Sul, que o salário é alto. Esse povo que morava nos engenhos, que quem mais vai é esse povo. Que o Sul hoje é mais cheio desse pessoal que morava nos engenhos.

– Ah, quem mais vai é o povo dos engenhos?

– É! O mais que vai é o pessoal desses engenhos, desses brejos de engenho, são os que mais vão. Quer dizer, vão de toda parte do Nordeste, mas os que mais vão são esses povos que viviam sujeito, ganhando pequeno salário, e sem abundância de nada, não tinha direito nenhum no corrente do ano, senão aquele pequeno salário. Por aborrecimento o patrão jogava pra fora e ele ficava ou ia pra outra propriedade sem direito a nada. Até mesmo, às vezes, topava que até o

que ele possuía ficava aí para outros que viessem morar, e eles não tinham direito a nada. Aí vivia assim. Aí eles começaram a procurar, a ir para o Sul. Depois que começaram a ir para o Sul, que viram os direitos que existiam lá, aí chegaram aqui, aí começaram a procurar os direitos deles. Pois quando um está morando numa propriedade, como eu acabei de lhe dizer sobre aquela outra, que o patrão não quer dar o direito deles, aí eles avoam para o Ministério do Trabalho. Aí o proprietário tem que dar os direitos deles. Mas antigamente eles não davam. Quer dizer, já existia a lei, mas eles não entendiam. Aí, depois que pegou, pegaram a andar de lá para cá, aí começaram a entender que tinham os direitos deles (...). Aí hoje é que o proprietário está no relho com eles, porque se não der o direito deles, perde o deles (...). Aí vivem assim que nem umas formigas, pra lá e pra cá. (...)

– Agora, aqui por exemplo, os agricultores aqui que tinham terras e moravam no que era deles, também não foram?

– Foram muitos sim. O sujeito tinha uma terra, mas vivia em má situação, então viajava para o Sul. Lá teve muitos que foram, acharam bom e vieram, venderam as terras aqui e foram embora para lá. Outros ficaram ainda indo pra lá e pra cá. Outros arranjaram qualquer recurso aqui, aí ficaram por aqui, compraram novos terrenos. Outros não tinham terreno, foram pra lá trabalhar, arranjaram dinheiro, chegaram aqui e compraram terrenos. Aí depois que compraram terrenos...

– Teve gente que foi pra lá, trabalhou e...

- E arranjou. Comprou terrenos, e aí depois que comprou os terrenos ficou livre da sujeição. Aí foi trabalhar para viver aqui mesmo (em 8/03/77.)

(Entrevista na casa do irmão mais velho do informante, em sua

presença, sendo ambos agricultores e negociantes de cereais em feiras de Areia e Remígio. O entrevistado por duas vezes foi trabalhar no Sul, e assim conseguiu acumular alguns recursos).

Segundo o entrevistado, as migrações para o Sul, onde os salários eram mais elevados, constituíam algo de raro antes do final dos anos 40, passando a um fenômeno maciço a partir de então⁷². Tais deslocamentos de população se relacionam com a industrialização do Brasil a partir de 1930 – em particular entre 1940 e 1950 – e igualmente com o progresso dos meios de transporte, sobretudo o desenvolvimento da malha rodoviária destinada ao comércio interno.

Aparece ainda nesta entrevista que as viagens dos trabalhadores eram financiadas por industriais do Sul, que lhes asseguravam emprego ao chegar e que haviam instaurado um verdadeiro sistema de recrutamento – iniciado em Areia e municípios vizinhos desde os anos 50 – pagando recrutadores de mão-de-obra escolhidos entre os pequenos proprietários que haviam migrado anteriormente, para que fizessem transportar os efetivos necessários. Esta mão-de-obra e os caminhões que a transportavam ficaram conhecidos por *paus-de-arara*. Os *senhores-de-engenho*, para se oporem à drenagem da mão-de-obra a eles submetida, foram os primeiros a tentar impedir ou denunciar as precárias condições de tais viagens, bem como os mecanismos de endividamento utilizados por estes, em quase tudo semelhantes aos que empregavam nos *engenhos e fazendas*, mas que colocavam os trabalhadores sob a dependência dos recrutadores. Nesta época a construção da dependência por dívidas passava a enfrentar a concorrência de empregadores de outras regiões que, para drenar mão-de-obra, utilizavam meios análogos aos que eram usados no passado para imobilizá-la na região.

Se o entrevistado, para explicar as partidas para o Sul, lembra primeiro o poder de atração dos salários mais elevados, logo em seguida ele menciona a *sujeição* como causa principal do deslocamento maciço de *moradores* de Areia; embora também relacionada a nível de salário, a questão da *sujeição* não se reduz ao aspecto salarial. Para os *moradores*,

⁷²Os dados do recenseamento demográfico mostram que a queda da população no município de Areia começa entre 1940 e 1950, seguida de um reganho entre 1950 e 1960, e se acentua novamente entre 1960 e 1980. A queda só atinge a população rural, que perde 40% de seus efetivos entre 1940-1980, enquanto a população urbana de Areia triplica no mesmo período. Tendências análogas podem ser observadas a nível da microrregião do "Brejo da Paraíba", segundo a classificação do IBGE, onde se situam os engenhos desde o século XIX. A queda da população ocorre entre 1950 e 1980: a população rural diminuiu 33% entre 1940 e 1980; enquanto a população urbana duplicou no período.

sem ter como se defender frente às arbitrariedades dos *senhores*, privados dos meios de acumular e possuir bens materiais, e despossuídos do controle do futuro de suas vidas, a partida em direção a cidades industriais, embora extremamente custosa, material e psicologicamente, podia se constituir em uma alternativa viável⁷³. A descrição feita da situação criada pela *sujeição* utiliza a referência ao direito (aqueles que “não têm nenhum direito”), ou seja, às vantagens garantidas por lei que podem ser acionadas para buscá-lo. O antigo sistema, a dominação tradicional através da *morada*, é pensado, em negativo, na linguagem de um novo sistema de dominação, ligado a um mercado de trabalho organizado em outras bases e existente em outra região⁷⁴, que funciona como um pólo de atração capaz de reorganizar o universo das representações mentais e relativizar a dominação tradicional. No discurso do entrevistado opera-se mesmo uma espécie de mudança gradual de significados, tendente a assimilar os deslocamentos para o Sul, fuga diante de situação intolerável, na busca direta e positiva das garantias da lei (“ir procurar seus direitos”), como se o ponto de vista de onde o discurso é emitido tivesse se deslocado completamente do sistema tradicional da *morada* para a nova organização do trabalho pelo direito.

A expressão *procurar seus direitos*⁷⁵, tão frequentemente utilizada pelos agentes sociais, exprime bem que as vantagens asseguradas em leis não são benefícios líquidos e certos: procura-se o que é vantajoso, mas oculto, ou fora do alcance imediato. Não se procura também a lei, o texto escrito, que pode ser encontrado em bancas de jornais; procura-se os *direitos*, ou seja, as vantagens materiais que podem ser legitimamente exigidas em virtude da lei. *Procurar seus direitos* significa também para o interessado procurar uma pessoa, indivíduo ou instituição, capaz de ajudá-lo a avaliar as chances de obter do texto legal o maior número de vantagens possíveis e a conhecer os meios necessários a serem acionados, portanto, capaz de simultaneamente informar e ajudar a avaliar os custos e

⁷³ Talvez pudesse ser concebido tal deslocamento de trabalhadores como uma ilustração da distinção estabelecida por Hirschman, a propósito dos comportamentos dos agentes econômicos, entre *exit and voice*: a impossibilidade da palavra de protesto acarreta o deslocamento da situação de cliente como uma das respostas possíveis. Hirschman, Albert (1970).

⁷⁴ O trabalhador nordestino nas cidades do Centro-Sul confrontava-se com um mercado de trabalho organizado segundo um outro princípio diverso do de sua região de origem. Leis trabalhistas, como a CLT de 1943, fixavam as obrigações patronais (salário-mínimo, jornada de trabalho delimitada, repouso semanal remunerado, férias, indenização no momento da dispensa, etc.). Mesmo quando os patrões urbanos não respeitavam as leis, como ocorre frequentemente, o próprio fato de que a aplicação das leis era um objeto de lutas provocava a discussão sobre o exercício dos poderes patronais, a demonstrar que, entre os dominantes, nem todos estavam de acordo sobre o exercício legítimo da autoridade.

⁷⁵ A análise da categoria *direitos* associada à ruptura da *morada* foi feita por Lygia Sigaud no estudo das representações mentais dos trabalhadores agrícolas das plantações canavieiras de Pernambuco. Cf. Sigaud, Lygia, (1979 e 1980).

benefícios da demanda. Tudo leva a crer que o conhecimento e o controle dos *direitos* sejam desigualmente distribuídos entre os emigrantes, e dependam das experiências concretas e dos investimentos feitos com este intuito, a “ir procurar seus direitos”. Se a experiência urbana tende a favorecer a aquisição deste controle, é somente na medida em que ela implica a inserção em um mercado de empregos organizado segundo normas explícitas e objetivas de funcionamento, que contribui para transformar as categorias de percepção dos que nele se inserem e que nele adquirem uma nova representação de seus direitos e dos meios para defendê-los.

Por outro lado, o trabalho de adaptação às exigências e instituições do meio urbano permite acumular um conjunto de experiências e conhecimentos sobre as condições de vida e trabalho no universo industrial, que favorece uma avaliação mais realista das chances de se instalar definitivamente nestas cidades, e de poder fazer face às novas despesas ligadas à vida urbana (residência e alimentação que tomam-se mercadorias a serem adquiridas, mas também os custos ligados à apresentação pessoal, como roupas, calçados, documentos de identificação, etc.). Alguns podem se achar insuficientemente providos para se instalar definitivamente nas cidades e preferem retornar para viver no município de origem; contudo, tudo o que adquiriram em meio urbano constitui uma espécie de capital que os coloca em posição mais vantajosa para tentar novos meios de vida. A maior parte dos que retornam se lança em empreendimentos que exigem um mínimo de investimento, seja transformando-se em recrutadores de mão-de-obra, seja comprando casa ou terras de cultivo, seja se instalando como negociantes nas feiras. Buscam sempre ocupar uma posição social mais alta que antes do deslocamento: o impensável seria voltar para ser *morador*. Os *moradores* que, ao retornarem, conseguem adquirir terras são designados como *libertos da sujeição*. Mas, para que isto ocorra, não basta que tenham acumulado dinheiro, é necessário que encontrem grandes proprietários dispostos a se desfazer do patrimônio fundiário; o que ocorre, sobretudo, no caso de *senhores* em declínio, que o deslocamento dos *moradores* só veio para acentuar.

As migrações para o mercado de trabalho industrial do Sul não acarretam apenas uma diminuição do número de *moradores*, tomando mais custosas e ineficazes as estratégias de imobilização da força de trabalho. Tornam possível também um vaivém contínuo, sobretudo porque, além dos *moradores*, também os pequenos produtores utilizam tal estratégia para acumular dinheiro e adquirir terras. O resultado é uma transformação radical do mercado fundiário desta região, pois entram novos concorrentes como compradores legítimos, aqueles mesmos que no passado só podiam ter acesso a uma casa e a terreno de cultivo mediante a “concessão gratuita”, cuja contrapartida era a dependência.

No entanto, mesmo depois de abalada, a dominação tradicional não desapareceu. Os deslocamentos para o Sul constituíram um fenômeno

importante, mas não ilimitado: com as condições de vida se deteriorando para os novos contingentes que chegam ao mercado de trabalho formalizado, cai a rentabilidade do deslocamento, e conseqüentemente a incitação a partir. Uma das melhores ilustrações deste fato é a queda constante do poder de compra do salário-mínimo, conforme mostra o Quadro 4. Entre 1940, data do primeiro valor fixado, e março de 1988, o salário-mínimo perdeu 65% do seu poder aquisitivo. O DIEESE calculou ainda que entre 1940 e 1980 o PIB *per capita* foi multiplicado por 4. Por conseguinte, os contingentes de migrantes, em geral desprovidos de qualquer experiência anterior, que os qualifique para postos no mercado de trabalho diferentes dos ocupados por trabalhadores percebendo salário-mínimo, certamente não se beneficiaram do crescimento econômico que contribuíram para produzir. Por outro lado, os emigrantes que adquiriram uma situação estável no Sul, que aí têm residência e emprego, constituem uma rede de apoio para novos candidatos ao deslocamento, o que diminui os custos materiais e psicológicos associados à partida⁷⁶. De modo geral, os deslocamentos para o Sul não tiveram uma amplitude tal que suprimisse as condições para que os *senhores* retivessem uma rede de dependentes a eles submetida, se bem que tenham contribuído para diminuir a eficácia de suas estratégias.

Organizações Camponesas e Novo Quadro Jurídico

Se a possibilidade dos deslocamentos para as cidades industriais do Sul contribuiu para quebrar as “fronteiras sociais” da propriedade – pois sair é *liberar-se da sujeição*, é escapar dela –, o aparecimento das organizações camponesas teve um efeito análogo de abertura do horizonte social, mas atingindo o interior da propriedade, através da concorrência que introduziu quanto à legitimidade e à concentração dos poderes dos *senhores*. Os direitos e vantagens materiais dos trabalhadores localizavam-se antes no *Sul*, lugar distante; com as organizações camponesas, tornam-se acessíveis localmente, assim como a possibilidade de limitar o poder dos senhores. Para conceber a violência que o aparecimento destas organizações desencadeou, é preciso entender que elas não significavam apenas uma limitação dos poderes dos grandes proprietários, mas uma mudança das condições de produção da dominação tradicional.

⁷⁶Uma análise mais fina dos deslocamentos deveria ressaltar os diferentes modos de geração das migrações, como propõe a análise exemplar de Abdelmalek Sayad (1975 e 1977). Analisando as práticas de migração de argelinos para a França, Sayad demonstra haver, na origem do deslocamento, condições sociais diferentes, bem como maneiras diferentes de encarar e realizar a emigração.

Quadro 4 – Salário-Mínimo Real Médio Anual em cruzados de março de 1988

<i>Ano</i>	<i>Valor Real Cz\$03/88</i>	<i>Índice Jul./40 = 100</i>
1940	17.511,36	98,02
1941	15.962,37	89,35
1942	14.331,15	80,22
1943	14.074,82	78,78
1944	14.861,43	83,19
1945	11.974,44	67,03
1946	10.507,60	58,82
1947	8.028,50	44,94
1948	7.416,15	41,51
1949	7.535,95	42,18
1950	7.117,68	39,84
1951	6.573,54	36,80
1952	17.645,73	98,77
1953	14.533,02	81,35
1954	17.665,17	98,88
1955	19.837,24	111,04
1956	20.153,24	112,81
1957	21.911,85	122,65
1958	19.061,94	106,70
1959	21.339,20	119,45
1960	17.918,13	100,30
1961	19.923,55	111,52
1962	18.189,70	101,82
1963	15.990,24	89,51
1964	16.523,01	92,49
1965	15.933,35	89,19
1966	13.582,42	76,03
1967	12.848,94	71,92
1968	12.574,75	70,39
1969	12.100,25	67,73
1970	12.314,42	68,93
1971	11.784,40	65,96
1972	11.573,22	64,78
1973	10.605,57	59,36
1974	9.733,03	54,48
1975	10.166,26	56,91
1976	10.100,44	56,54
1977	10.525,54	58,92
1978	10.843,20	60,70
1979	10.948,74	61,29
1980	11.036,58	61,78
1981	11.316,12	63,34
1982	11.794,62	66,02
1983	10.022,54	56,10
1984	9.296,13	52,04
1985	9.511,52	53,24
1986	8.996,37	50,36
1987	6.486,17	36,31
1988 (1)	6.233,38	34,89

Fonte: DIEESE (levantamento não-publicado)

Notas: 13º salário incluído desde março/62

(1) Valor médio até março

Depois de várias tentativas, da parte de grupos e partidos políticos de origem, urbana de mobilizar trabalhadores agrícolas inseridos em redes de clientelismo político, as Ligas Camponesas se constituíram por volta de 1955, primeiro em Pernambuco e depois na Paraíba, precisamente na

periferia da região açucareira⁷⁷. O início das Ligas Camponesas corresponde às primeiras tentativas de utilização sistemática das leis existentes, em particular do Código Civil, para defender na justiça antigos *moradores* de *engenhos* abandonados por seus proprietários, e para dar uma existência jurídica à associação de *moradores*.

A situação particular destes antigos *moradores* tem por origem o deslocamento para as cidades de certos proprietários que tentaram enfrentar a decadência de seus *engenhos* através da reconversão de suas atividades, passando para o comércio ou para cargos administrativos e favorecendo os investimentos escolares de seus filhos. Deixavam os *moradores* cultivarem as terras dos antigos *engenhos* em troca de pagamento em dinheiro. A submissão direta a todo instante deixava de se materializar, o que permitia a estes *moradores* muito particulares exercerem o controle das decisões sobre a exploração da terra e sobre a comercialização dos produtos⁷⁸. A ausência de proteção do senhor colocava cada chefe de família diante da responsabilidade de atender às necessidades familiares só através da utilização do trabalho dos membros da família. No momento em que os *senhores* quiseram aumentar as prestações em dinheiro, ou, retornando à propriedade e querendo controlar os trabalhos agrícolas, voltar a apelar ao trabalho não-remunerado que se destinava às atividades de manutenção da infra-estrutura da propriedade (o *cambão*), muitas vezes para reconstituir os canaviais, ou ainda submeter os trabalhadores às suas ordens diretas liquidando as vantagens materiais adquiridas, os trabalhadores puderam apelar para os serviços de Francisco Julião, advogado residente em Recife e deputado estadual⁷⁹. Ele propôs aos *moradores* não apenas que levassem os conflitos para a justiça, mas também que agrupassem em associação todos os que enfrentavam as mesmas dificuldades.

No início, a ação das Ligas consistia, diante de cada conflito singular, em levar os proprietários aos tribunais e tornar conhecidos dos *moradores* tais meios de ação. O recurso a instâncias judiciárias e o formalismo jurídico que se seguia tinham um efeito simbólico preciso: colocavam no mesmo plano a palavra do *morador* e a palavra do *senhor* e materializavam a existência de um poder acima do *senhor*. As surras, ameaças de morte, os atentados contra as casas e os animais dos trabalhadores, ou mesmo assassinatos foram meios habitualmente utilizados pelos *senhores* contra aqueles que apelavam para a justiça, e também contra testemunhas, para

⁷⁷ Cf. Julião, Francisco (1962 e 1970); Camargo, Aspásia (1973).

⁷⁸ Tal categoria era denominada *foreiros*, já que a prestação monetária, o *foro*, era o que materializava a relação *morador-patrão*. Cf. Julião (1962 e 1970). Para o estudo da composição social de regiões que conheceram os primeiros núcleos das Ligas e para o estudo das trajetórias sociais e históricas deste campesinato ver: Herédia, Beatriz (1979); Garcia Jr., A. (1983a).

⁷⁹ Francisco Julião, à época deputado estadual pernambucano pelo PSB, é descendente de uma família de *senhores-de-engenho* em declínio. O encontro entre Julião e os *foreiros* do Engenho Galiléia, primeiro núcleo das Ligas, teve como mediadores militantes comunistas. Cf. Camargo, A. (1973); Azevedo, Fernando; (1982).

tentar pôr fim aos processos. Os *senhores* que participavam de tais ações de represália podiam contar com a ajuda de outros *senhores* que não estavam diretamente envolvidos nos conflitos, nem mesmo eram seus parentes, contudo tinham interesse em impedir a condenação de um de seus iguais: a condenação ameaçava o reconhecimento social da vontade do proprietário como único e inquestionável princípio de ordenação do mundo interior dos *engenhos*. Era o próprio capital simbólico⁸⁰ de todo e qualquer *senhor* que se via ameaçado. O fundador e primeiro presidente da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, foi assassinado por pistoleiros em 1962, a mando, provavelmente, de um *usineiro* de município vizinho a Areia⁸¹.

O aparecimento das organizações camponesas provocou efeitos de reestruturação do campo político. Originadas da colaboração entre o PCB e políticos de esquerda, as Ligas vão se distanciar posteriormente das associações semelhantes ligadas à ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), próxima do PC, instaurando uma concorrência no interior das instâncias pretendendo o monopólio da representação legítima do campesinato⁸². Desde o início dos anos 60, a Igreja Católica interveio, por seu turno, para tentar impedir que os trabalhadores agrícolas fossem representados apenas por “organizações comunistas”, e criou instituições que favoreciam o surgimento do sindicalismo de trabalhadores agrícolas. Outros homens políticos, desejosos de ampliarem suas próprias clientelas políticas, entraram também nessa competição. Assistiu-se portanto, no período, ao desenvolvimento de uma oferta múltipla e diversificada de instrumentos de representação de camponeses e trabalhadores rurais e instaurou-se um novo terreno de concorrência entre as diversas instituições políticas e ideológicas. Esta diversificação da oferta não visou apenas à clientela das associações já existentes, mas também aos trabalhadores agrícolas não organizados até então. A rapidez da criação de sindicatos e associações camponesas no país inteiro esteve intimamente ligada à intensificação da concorrência entre as diversas tendências políticas e ideológicas, e a competição contribuiu para legitimar as organizações e assegurar sua

⁸⁰Para o conceito de capital simbólico, cf. Bourdieu, P. (1980; capítulo 7, pp. 191-207).

⁸¹O filme *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho, é mais do que a história deste assassinato interpretado pela viúva e os filhos de João Pedro Teixeira. Serve também para compreender as condições sociais e históricas em que pode ou não pode ser descrita a história do surgimento das organizações camponesas, as condições e os efeitos desta luta simbólica específica. Se este filme traz à luz documentos não-disponíveis em outros arquivos, apresentando um interesse histórico indubitável, ele força a reflexão sobre as condições de possibilidade de qualquer história, oral, escrita, filmada ou materializada em monumentos.

⁸²Para a análise do trabalho de representação na construção das classes sociais ver: Bourdieu, P. (1984: p. 5); Champagne, P. (1984, p. 18-41).

permanência⁸³. Em Areia, como nos municípios vizinhos, a criação de sindicatos deveu-se à corrente católica.

A expansão das organizações camponesas teve também um impacto sobre os debates parlamentares, em particular com referência aos instrumentos legais e institucionais destinados a gerir as modificações das relações trabalhador-patrão no campo e a dar possibilidades de redistribuição do patrimônio fundiário⁸⁴. Em 2 de março de 1963, foi votado o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214), que estendeu aos trabalhadores rurais as vantagens materiais asseguradas aos trabalhadores urbanos – salário-mínimo, repouso semanal remunerado, férias, indenização no momento da dispensa, etc. – bem como o direito à sindicalização e à proteção previdenciária. Os poderes necessários para proceder a uma redistribuição fundiária e fazer uma reforma agrária não foram votados antes do golpe militar de abril de 1964; uma versão mais moderada do projeto apresentado pelo presidente deposto foi votada em novembro de 1964 pelo Parlamento, depois de terem sido cassados os parlamentares mais progressistas. O primeiro governo militar concebia tais poderes como meio importante para acalmar as “tensões sociais” no meio rural, e para promover a “modernização agrícola necessária”. Esta Lei (4.504 de 30/11/64), conhecida por Estatuto da Terra, dá poderes ao governo federal para efetuar desapropriações pagáveis em títulos da dívida agrária, fixa normas para as relações de parceria e arrendamento, e estabelece algumas normas quanto aos posseiros.

Este novo quadro jurídico e institucional se aplica à diversidade das situações encontráveis nas relações *morador-senhor* e abre a possibilidade para todos os *moradores* de buscar a aplicação da lei para modificar seus níveis de vida, para adquirir ou estabilizar vantagens materiais, ou ainda, como meio de resposta a um relacionamento desfavorável com um patrão: tornava-se possível ir à justiça para impedir o patrão de expulsar os *moradores* sem indenizações, ou obter compensações monetárias no momento das dispensas. O golpe militar não suprimiu o novo quadro legal e institucional e o sindicalismo não foi liquidado. Os líderes camponeses mais à esquerda foram presos, torturados, e alguns assassinados, particularmente aqueles ligados ao PC, às Ligas e a certas correntes católicas (AP, MEB). Mas nem todos os sindicatos foram dissolvidos⁸⁵, e os sindicalistas de origem católica passaram a controlar o

⁸³ Até 1960 só havia quatro sindicatos municipais em todo o território brasileiro, situados nos Estados do Rio, Bahia, São Paulo e Pernambuco. Em 1962 são criados 153 novos sindicatos, número que passa a 475 em fins de 1963. Por esta época existiam sete federações estaduais e foi criada a CONTAG. Em 1964, depois do golpe, o número de sindicatos cai para 144, inferior a 1962, mas em seguida aumentará novamente atingindo, em 1984, 2.600 sindicatos de base municipal, agrupados em 22 Federações estaduais e ligados à CONTAG.

⁸⁴ Cf. Camargo, A. (1979).

⁸⁵ Para a análise do sindicalismo dos trabalhadores agrícolas no Nordeste depois de 1964, ver: Palmcira, Moacir (1979, pp. 41-56).

conjunto dos sindicatos existentes. Sua ação, após 64, teve por objetivo principal a aplicação das novas leis. Por conseguinte, a oferta dos direitos através de sindicatos de base municipal se cristalizou de maneira duradoura, reunindo trabalhadores agrícolas sindicalizados e advogados.

Mesmo tendo sido forte e brutalmente limitadas, as práticas sindicais, assim como a ação da Justiça do Trabalho e da Inspeção do Trabalho, sua simples existência foi encarada como uma grave ameaça pelos grandes proprietários. Com efeito, estas novas práticas materializaram a coexistência de dois princípios de dominação objetivamente diferentes: um que Max Weber⁸⁶ chamou de tradicional, cuja legitimidade se baseia no “caráter sagrado das disposições transmitidas pelo tempo”, que só tem por materialidade as ordens emitidas pelos proprietários e as respostas imediatas a que dão lugar. O outro princípio assenta sobre um conjunto de regras formais, um conjunto de direitos acoplado a instituições destinadas a zelar por sua aplicação e respeito, que Max Weber denominou de “dominação legal com direção administrativa burocrática”.

Mesmo as ordens que são obedecidas imediatamente, sem nenhuma resposta imediata, podem dar lugar a reclamações futuras diante da justiça. É então a resistência à dominação tradicional que tornou-se um elemento de ruptura. Weber precisa claramente⁸⁷ que “a resistência tradicional se opõe à pessoa do detentor do poder (...) mas não contra o sistema como tal”. Entretanto, nestas circunstâncias, aquele que tem interesse em responder ao detentor de poder tinha desde então a possibilidade material de apelar à justiça, e assim acelerar as transformações do sistema de dominação.

Se o *morador* não estivesse contente com a troca de dons e contradons com o *senhor*, tinha a possibilidade efetiva de “ir buscar seus direitos”, primeiro através do sindicato, mas também através da Justiça ou da Inspeção do Trabalho, e portanto operar uma verdadeira “tradução” de seu problema na justiça. Suas queixas, ou sua disposição em responder ao patrão, podiam ter como origem comportamentos do *senhor* que não responderam às suas expectativas de *morador*; mas o que podia ser reclamado na justiça são reparações definidas por normas objetivas previstas em leis, correspondendo às obrigações de todo empregador ou de todo proprietário que cede terras em arrendamento ou parceria. O motivo real das queixas podia ser, por exemplo, a ameaça de ser expulso das terras que ocupava, enquanto a demanda na justiça podia ser o pagamento dos salários passados que foram pagos por um montante inferior ao mínimo legal. Não há correspondência direta e necessária entre os motivos das queixas e as demandas concretas na justiça, da mesma forma que podem englobar retrospectivamente ordens obedecidas sem resposta imediata. Isto permite explicar como atos considerados a seu tempo como legítimos,

⁸⁶Cf. Weber, Max (1971, p. 232).

⁸⁷Ibidem (p. 233).

como níveis salariais inferiores ao mínimo oficial, sejam posteriormente colocados em questão.

O recurso à justiça para fazer valer os direitos implica toda uma reconversão das práticas habituais e do universo mental dos *moradores*. Assim, tudo o que devem dizer ou não diante dos tribunais depende do *status* legal que “escolhem” assumir, e que varia segundo cada caso preciso, seja como assalariado, parceiro, arrendatário ou possessor, o que implica todo um trabalho preparatório, no seio mesmo das organizações camponesas, para que as estratégias de apresentação de si mesmos sejam eficazes.

A economia da dominação pela *morada* foi afetada, pois o que constituía seu próprio fundamento, o dom ou o favor do *senhor* que acarretava o contradom do *morador*, destinado a saldar a dívida, ficou definido como uma simples contrapartida numa relação contratual, quer se tratasse da casa, do lote de subsistência, da lenha e da água, etc. As retribuições monetárias foram fixadas em níveis mais elevados que os precedentes, ao mesmo tempo que foram impostas obrigações até então desconhecidas, como o repouso semanal remunerado, as férias, o décimo terceiro mês de salário, as horas suplementares, o trabalho noturno, a indenização quando da dispensa. Com a aparição deste sistema de equivalência monetária é sempre o *senhor* que fica devedor de seus *moradores*, se for levado à justiça, e geralmente por montantes de dinheiro apreciáveis. Portanto, as estratégias tradicionais dos *senhores* que instauravam dívidas da parte dos *moradores*, e assim construíram uma relação de dependência pessoal, tornaram-se uma ameaça para si próprios, se confrontadas a um sistema de equivalência que os torna devedores dos *moradores* e os faz correr o risco de serem condenados pela justiça. A partir desta época, é a própria recusa de mudar de atitudes que faz crescer a dívida dos *senhores*: ela cresce na exata medida em que os pagamentos não são efetuados segundo as normas legais. Como muitos são proprietários em declínio, que não dispõem de dinheiro líquido para quitar a dívida fixada pelo juiz, são obrigados a renunciar à integridade de seus patrimônios em terras e conceder, em pagamento, uma parte ao *morador*. A busca dos direitos pode ter o mesmo efeito que os deslocamentos para o Sul: quem o faz pode passar de *sujeito a liberto*.

As estratégias tradicionais dos *senhores* não somente perdem em eficácia, elas se voltam contra eles, pois a passagem de um sistema – no qual o poder econômico e social baseava-se nos usos do patrimônio fundiário – para outro, baseado em trocas monetárias, é tão mais difícil e custosa quanto eles tinham acumulado um patrimônio grande de terras e nelas faziam trabalhar um grande número de *moradores*. As estratégias tendem então a se modificar: não somente não accitam mais novos *moradores*, mesmo se tratando de filhos de *moradores* que chegam à idade do casamento, como também tentam se desfazer dos que residem ainda na propriedade. Todavia, os *senhores* não se tornam trabalhadores agrícolas: têm que alterar o sistema de recrutamento da força de trabalho que

utilizam. Os trabalhadores que deixaram as propriedades para residir em outros cantos voltam a trabalhar sobre as mesmas terras, mas agora apenas sob as formas de assalariados, parceiros ou arrendatários.

O discurso de um pequeno comerciante em feiras locais, que já foi *morador* em fazenda do Agreste, enfatiza esta mudança das disposições mentais dos grandes proprietários, relacionando-a diretamente à aparição das leis e do sindicalismo camponês, à sua prática e aos novos temas que impõe. Observa-se mesmo a categoria *sujeito* utilizada ao inverso de sua referência habitual, para marcar bem a ameaça sentida pelos grandes proprietários de uma dependência em relação aos *moradores*:

“Eu era morador, morava com ele e arrendava a ele. Nesse tempo lá era fácil, eu criava muito gado. Criava gado, muito miunça, o Velho Teixeira era muito bom pra mim, gostava muito de mim, e eu gostava dele porque era um velho bom (...). Lá criação era mato, às pampas. Eu tinha a criação, o gado, trabalhava na agricultura e comerciava. Era bom, mas agora depois que veio aquela época de... que tinha para os moradores, os proprietários pagavam os moradores uma quantia para morar na terra pela uma lei, pelo negócio de sindicato, era por esse negócio de reforma agrária, uma coisa assim, uma inquisição que houve para os proprietários e eles não quiseram mais gente morando com eles. O caso foi esse. Aquele pessoal evacuou tudinho para as pontas de rua e eles não quiseram mais, porque eles não queriam por causa desse negócio de sindicato, eles não iam ficar *sujeitos* pelos moradores, exclusivamente para ficar pagando aqueles direitos todinhos ao Governo daquele morador. Foi o caso que esse povo rico, com propriedade, não querer mais morador. Foi isso!” (em 16/03/1977).

Por conseguinte, a imobilização dos trabalhadores no domínio não é mais o princípio unificador das estratégias dos *senhores*. Esta mudança da prática dos *senhores* vai acelerar a mudança das práticas e disposições mentais de todos os outros agentes sociais. Para todos trata-se de operar uma verdadeira reconversão de suas posições sociais⁸⁸ e de se inserirem em um espaço social transformado, caracterizado pela operação de diferentes mercados interdependentes: um mercado de trabalho⁸⁹, construído no campo segundo os mesmos princípios que o mercado de trabalho industrial; um mercado de terras agrícolas, acoplado a um mercado de terrenos para construção de moradias; um mercado de produtos, tanto alimentos como materiais de construção, raízes e ervas com virtudes terapêuticas, roupas, calçados, combustíveis, etc. Tudo que podia ser objeto de trabalho pessoal torna-se mercadoria que só pode ser adquirida mediante dinheiro. Além disso, tudo que estava organizado no interior da

⁸⁸Sobre o conceito de reconversão da posição social, ver: Bourdieu, P. (1979, pp. 184-185).

⁸⁹Para uma análise das condições sociais de funcionamento do que é designado por mercado de trabalho e sua relação com a dinâmica das relações sociais, ver Combessie, Jean Claude (1982; pp. 73-85).

propriedade práticas religiosas na capela, ensino escolar, controle ético dos atos quotidianos, uso da violência física, festas e práticas esportivas, reuniões dos homens no barracão para tomar uma lapada, ou das mulheres ao lavarem a roupa – vai agora escapar do olhar direto da *casa-grande*. O clientelismo político, para se manter, tem de ser reconstruído em novas bases. Todos os bens e serviços ofertados supõem agora um espaço de concorrência⁹⁰. É todo o espaço social que se transforma, numa mudança bem mais profunda do que se supõe, quando se classifica tal processo como uma simples passagem de “trabalhadores residentes” a “trabalhadores não residentes”.

⁹⁰Sobre a questão das condições de possibilidade de um campo religioso relativamente autônomo, e sobre a relação entre o campo religioso e o campo do poder simbólico, ver: Saint-Martin, Monique (1984, p. 110).

Capítulo III

A Dinâmica da *Plantation* Tradicional e seus Limites

Gostaríamos de sistematizar aqui algumas constatações históricas feitas nos capítulos anteriores, que permitem examinar a lógica específica da *plantation* tradicional, seus momentos de expansão e de declínio, os cálculos dos dominantes, as condicionantes das variações nas formas concretas que assume a dominação personalizada, suas condições-limite de existência. Na segunda parte examinaremos a multiplicidade de estratégias de reconversão associadas a cada posição social, as lutas em jogo e os efeitos sociais das transformações em curso. Cabe antes demonstrar que alguns movimentos das grandes plantações estudadas, empiricamente constatáveis, só encontram explicação teórica plausível se referidos a uma dinâmica própria da *plantation* tradicional e à relação de dominação específica que a possibilita⁹¹.

Passemos em revista algumas destas constatações cujo modelo explicativo tem de dar conta. A primeira é que os *engenhos* sofreram várias crises quanto à produção e a quantidades e preços de comercialização: relativas ao açúcar, à rapadura, ao café e à agave; mas tais crises não impediram a reprodução da estrutura social do *engenho*. A queda de preços é um problema, estoques de produtos invendáveis outro, mas não são insuperáveis. Não ocasionam “falências” como as falências de empresas capitalistas, cujos proprietários são forçados a abandonar o ramo de negócio. Dão provas, ao menos, de uma plasticidade frente às contrações da produção mercantil vendável, incomum nos empreendimentos capitalistas.

A segunda constatação prende-se a um dos principais elementos explicativos desta plasticidade: o *engenho* não é propriedade monocultora de cana, nem mesmo é unidade voltada apenas para a produção de mercadorias; seis produtos comerciais com seus ciclos aparecem na história de Areia, mas todos coexistem em cultivos de *lavouras de subsistência*. Usamos aqui a expressão *lavouras de subsistência* num sentido bem particular, já analisado em trabalhos anteriores (cf. Heredia, B., 1979; Garcia Jr. 1983b): trata-se de lavouras como mandioca, milho e feijão, que se destinam tanto ao autoconsumo quanto à venda eventual.

⁹¹ Todo o esforço teórico deste capítulo se inspira diretamente no trabalho de Witold Kula (1970) e no capítulo IV da tese de Moacir Palmeira (1971a). No essencial foi redigido à época de minha tese de doutoramento (Garcia Jr., 1983 b). Mais recentemente encontramos o historiador Marcyn Kula, que nos enviou seu trabalho publicado onde compara explicitamente a dinâmica do grande domínio polonês entre os séculos XVI e XVIII e a *plantation* canavieira do Nordeste baseada no trabalho escravo (cf. Kula, Marcyn, 1981).

Têm, por conseguinte, a marca da *alternatividade*: ou uso comercial, ou uso doméstico. Identificá-las a cultivos não-mercantis, à “economia natural”, é cair no erro simétrico de ver o *engenho* como monocultor, vendo-o como unidade que busca a autarcia. A relação com o mercado não é a mesma nas *lavouras comerciais*, totalmente voltadas para a circulação mercantil, e nas *lavouras de subsistência*, regidas pelo princípio da alternatividade; mas são os usos sociais complementares desses dois tipos de cultivo que parecem estar na origem da capacidade adaptativa do *engenho* em expandir a oferta de mercadorias ou de fazer frente à contração da demanda das mercadorias que pode produzir.

Note-se que no *engenho*, não é só a cana-de-açúcar que exige instalações para beneficiamento da matéria-prima: a farinha de mandioca, o café, a agave, o fumo, o bicho-da-seda, todas estas explorações exigem equipamentos e atividades de beneficiamento. É certo que o *engenho*, enquanto local onde há as moendas, é a construção mais imponente e onde se localizam os equipamentos que têm o maior custo monetário. Por isso mesmo servem de símbolo do poder dos proprietários⁹², mesmo quando a cana-de-açúcar deixa de ser o cultivo principal da propriedade. Mas isto não justifica que se esqueça que há outras atividades de beneficiamento de produtos agrícolas nestas mesmas propriedades, que não escaparam ao olhar atento dos geógrafos (Lacerda de Melo, 1952, p. 81).

Em terceiro lugar constata-se que a crise, encarada como particularmente grave, é a provocada pela drenagem da força de trabalho submetida, que *escapa da sujeição* local em busca dos empregos oferecidos pelo mercado de trabalho do Sul. No momento da pesquisa de campo (1976-82), os dias de trabalho do *morador de sujeição* eram remunerados abaixo do valor pago ao trabalhador *alugado*, e bem abaixo do salário-mínimo oficial. No entanto, a simples diminuição do número de *moradores* era vivida como fato altamente ameaçador. As alternativas à construção da dominação personalizada são percebidas pelos dominantes como entraves a seus próprios poderes. Na mesma época que nossa pesquisa de campo, Paulilo registrou as seguintes declarações de um *fazendeiro*, referidas à entrada em vigor da aposentadoria aos maiores de 65 anos, paga pelo então Funrural:

“O salário elevou-se demais pela falta de gente. Eu me queixo muito... da aposentadoria do velho. O velho aposentado não trabalha mais. Pega o dinheiro, dá aos filhos e eles vão embora para o Sul” (Paulilo, 1980, p. 18).

Por fim, cabe constatar que, frente ao declínio da renda procurada pelas atividades do *engenho* ou da *fazenda*, não houve ausência de cálculos, de estratégias, de experiências. Vimos que as tentativas de novos produtos ou

⁹²O significado de *engenho* como “estabelecimento agrícola destinado à cultura da cana e à fabricação do açúcar” é registrado pelo Aurélio como *brasileirismo* (cf. Holanda Ferreira, Aurélio Buarque, op. cit., p. 530).

de usos de novos processos foram inúmeras, todas perseguidas com constância e método. Sobretudo, não foi só um problema tecnológico, porque esta foi a frente mais atacada. Até mesmo pela implantação da “Escola de Agronomia do Nordeste”, em Arcia, já no início dos anos 30. Muitos foram os descendentes dos *senhores-de-engenho* que ingressaram nessa escola superior e dela procuraram extrair soluções para a “decadência dos engenhos”. A explicação do declínio dos *engenhos* não está na ausência de um cálculo, mas sim no fim das condições de eficácia do cálculo específico à *plantation* tradicional (Palmeira, 1971a; Wolf e Mintz, 1957) e das práticas que ele informa. É a reprodução do isolamento social, da imobilização da força de trabalho (Palmeira, 1971a), que está ameaçada, o que afeta diretamente as próprias condições de existência da produção cotidiana.

O cálculo do *engenho*, expresso nas lavouras comerciais, destinadas a serem transformadas em renda monetária, como a cana-de-açúcar, o café, o algodão e a agave, é tão somente feito para ver se as receitas monetárias excedem os custos monetários envolvidos na produção. Não se pense que inexistia contabilidade no *engenho* tradicional, pois o guarda-livros tinha freqüentemente um papel de destaque. Apenas a contabilidade aí praticada é a do haver (em moeda), bens que foram comprados ou podem ser vendidos, e do dever, pagamentos em moeda a serem feitos ou empréstimos em moeda recebidos⁹³. Ao final de cada ciclo agrícola estima-se se as receitas monetárias excederam os custos monetários: em caso positivo, há lucro; em caso negativo, há prejuízo.

O confronto com o cálculo de rentabilidade do capital empregado na produção, mesmo que estilizado por padrões de manual de teoria econômica, é aqui ilustrativo. Neste último caso, toma-se o lucro monetário como percentual de todos os recursos usados na produção, também avaliados em termos monetários, obtendo-se dessa forma a taxa de lucro. A taxa de lucro assim calculada é comparada com a taxa de juros do mercado financeiro; pois se o patrimônio fosse vendido e aplicada a quantia assim obtida no mercado financeiro, esta seria a rentabilidade esperada. Sempre que a taxa de lucro for maior que a taxa de juros, temos a tendência à ampliação dos investimentos capitalistas; quando for inferior, o capital tende a se deslocar para os ramos onde a taxa de lucros supera a taxa de juros.

No caso da *plantation*, não se trata de cálculos de padrões alternativos de fazer render um mesmo patrimônio em valor. Os recursos proporcionados pelo *engenho*, o “haver” do *senhor-de-engenho*, de onde tira sua força específica, não está apenas no realizável em termos monetários, naquilo que pode assumir a forma de liquidez monetária. Ter terra não é apenas condição para um ato produtivo, é condição para ser *senhor-de-engenho* ou *fazendeiro*, ou seja, construir a subordinação de

⁹³ Martins (1979) desenvolve o cálculo para a fazenda de café paulista, relacionando-o à especificidade do *colonato*, de uma forma próxima a que fazemos aqui.

grupos domésticos inteiros através da *morada*, grupos cuja reprodução cotidiana passa por um contrato de reciprocidades *patrão-morador*, mas cujo fundamento e prática não são mercantis (cf. Palmeira, 1976). O custo monetário da força de trabalho é assim reduzido, pois a totalidade dos elementos necessários à reprodução do trabalhador e de sua família não tem de ser coberta por uma renda monetária equivalente àquela “cesta de bens”, como no caso do assalariado, por um *salário* na acepção capitalista da palavra.

É que expropriado de *chão de casa e terra para trabalhar* com seu grupo doméstico, o trabalhador tem forçosamente de passar ou reproduzir o “contrato” de *morada* (cf. Palmeira, 1976; Sigaud, 1979). O “contrato” da *morada* submete o trabalhador ao *senhor-de-engenho* pela *sujeição*, ou seja, pela disponibilidade da força de trabalho do *morador* e seu grupo doméstico em relação ao *senhor*. E o *senhor auxilia* seu *morador* “dando” as condições no *engenho* para que reproduza sua força de trabalho, e proporcionando recursos monetários (ou diretamente através do *barracão*) para que sejam adquiridos fora só aquilo que não possa ser produzido internamente. Evidentemente, a força de trabalho e a terra, dois “fatores de produção”, não são no *engenho* tradicional dois fatores independentes, cada qual com custos próprios, pois é a sua combinação específica que assegura as condições sociais de existência da *morada*, e suas condições de reprodução⁹⁴. O número de *moradores*, que constitui o estoque da força de trabalho para o *engenho*, depende diretamente do estoque de terras de que o *engenho* disponha para *chão de casa, roçados e sítios de moradores*. É quando não dispõe de terra em escala suficiente para o número de trabalhadores que a exploração comercial requer que terá de contratar *alugados*, pagando mais caro por unidade de trabalho, o que aumenta os custos monetários de sua produção.

As fases de prosperidade do *engenho* estão associadas a preços favoráveis das lavouras comerciais, que permitem que a receita monetária obtida pela venda da produção seja bem superior ao custo monetário nela envolvido. Mas o fausto do *engenho*, ou da família do *senhor-de-engenho*, depende do consumo ostentatório de bens não-produzidos localmente que a renda monetária permite adquirir; por conseguinte, depende ainda do poder de compra da renda monetária obtida com relação aos bens manufaturados⁹⁵. Inversamente, o declínio do *engenho* está associado a quedas da receita monetária proporcionada pela lavoura comercial, seja devido a flutuações desfavoráveis nos preços ou nas quantidades demandadas, ou a momentos em que a receita monetária sobe menos que os custos monetários da produção, podendo mesmo haver prejuízos frequentes e renovados. Por outro lado, mesmo com uma renda monetária

⁹⁴Ruy Muller Paiva (1968) percebeu e descreveu claramente a *morada* como condição da possibilidade de oferta de mão-de-obra em larga escala e por preços monetários muito baixos ao proprietário de terras (Paiva, 1968, p. 189).

⁹⁵Isto também é válido para os equipamentos metálicos usados pelo *engenho*.

líquida positiva, obtida pelo *senhor de engenho*, o consumo dos bens não-produzidos localmente pode cair em termos reais, isto é, se deterioraram os termos de troca dos bens manufaturados que permite adquirir. Muitas vezes a referência à “decadência dos *senhores-de-engenho*” designa apenas a queda das distâncias relativas dos padrões de consumo que aquelas famílias podiam exibir em relação aos demais grupos domésticos da região, ou distâncias que passam a conhecer frente a outros grupos dominantes, cujos setores estavam em expansão acelerada, como os plantadores de café do Centro-Sul.

A trajetória de declínio dos *senhores-de-engenho* da região estudada, desde fins do século XIX, é explicada pela conjugação de dois movimentos distintos: a queda secular, com amplas flutuações, da receita monetária líquida positiva proporcionada pelas produções comerciais do *engenho*; a elevação dos padrões de exigência de consumo das classes dominantes brasileiras⁹⁶, que não podem ser atingidos com as receitas monetárias obtidas através do *engenho*. Examinaremos a seguir, mais em detalhe, cada um desses componentes.

Vejamos em primeiro lugar a queda da receita monetária líquida, ou seja, a relação entre a receita monetária proporcionada pelos produtos do *engenho* e os custos monetários de produção. É que os produtos dos *engenhos* têm a oferta superabundante, caindo progressivamente a fatia do mercado dos consumidores de rapadura, porque agora, como todos diziam, “o povo só quer comer açúcar, não quer saber mais de rapadura. Antes todo pobre comia rapadura com farinha”. O deslocamento não vem apenas de custos monetários de produção no mercado externo que podem ser compensados por voltarem-se para o mercado interno, como fizeram desde o início do século XX. É que a produção de açúcar para o *mercado interno* vai deslocando progressivamente a rapadura, com mudanças de hábitos sociais de consumo. E a aguardente conhece também uma oferta abundante, pois não é preciso um *engenho* para produzi-la. Vimos também cair o preço da agave, pela substituição desta fibra no mercado internacional. E por mais que tentem e procurem, não acham um produto cuja receita monetária supere de muito os custos monetários de produção, como foi o caso da agave entre 1940-52.

Por que não as *lavouras de subsistência* destinando-as ao mercado interno? Por um motivo simples e já descrito por José Américo em 1923: são “sem preço”, como a farinha de mandioca e os cereais, porque “durante o inverno” todos produzem e, dispondo do produto, não só não o compram como constituem concorrentes potenciais para a venda.

O cultivo das *lavouras de subsistência*, tanto para o autoconsumo doméstico como para a venda, faz parte da lógica do *engenho* tradicional para uma parte da produção. A alternatividade de produtos como farinha de

⁹⁶A relação entre padrões de consumo dos indivíduos e a posição dos indivíduos na estrutura de classes assim como as percepções que os indivíduos têm da estrutura do espaço social são analisadas em Bourdieu, P. (1979).

mandioca, feijão e milho permite garantir a reprodução da força de trabalho dos *moradores* e o consumo da *casa-grande*. O consumo dos produtos de subsistência no *engenho* tem dois componentes: o *gasto* da *casa-grande* se soma ao *gasto* de cada casa de *morador*. Há *sítio*, *roçado*, *criação* para o *gasto* da *casa-grande* como pode haver *sítio*, *roçado*, *criação* para cada casa de *morador*. O *engenho* é um grande espaço doméstico, ao menos representado assim pelos *senhores* (Palmeira; 1971a); tanto que consideram seus limites como “invioláveis”. Mas só a *casa-grande* tem acesso fácil a bens de consumo não produzíveis no *engenho*, que por sua raridade são percebidos como “bens de luxo”, porque estes custam dinheiro vivo, e dinheiro vivo é proporcionado pelos *produtos comerciais*, monopólios do *senhor-de-engenho*, como a cana-de-açúcar e a agave. Por conseguinte, só a reprodução da *casa-grande* tem uma faixa de produtos em que a reprodução é semelhante, e melhorada, à reprodução dos trabalhadores, e inclui uma gama de produtos em que os trabalhadores estão relativamente excluídos. Porém as *lavouras de subsistência*, são produzidas tanto pelo *engenho*, quanto pelos *agricultores*. Lacerda de Melo (1952) registra a oposição *lavouras de pobre* e *lavouras de rico*, em que as primeiras designam as que podem ser de cultivo generalizado, enquanto as segundas, como a cana e a agave, são assim distintivas dos *senhores*.

É verdade que os *engenhos* também vendiam os *produtos de subsistência* quando o montante obtido era superior ao *gasto* da *casa-grande*, assim como os compravam se tinham usado seus recursos preferentemente nas *lavouras comerciais*. Sempre houve mercado para estes produtos, se entendemos por isto que sempre houve circulação mercantil de tais produtos. Porém, tais produtos “não dão preço” que compense a produção em larga escala baseada em trabalhadores remunerados a dinheiro: José Américo já dizia, em 1923, que só com grande seca davam preço. É que, assim como os *senhores* e *moradores*, também os *agricultores* estão voltados para estes produtos; e, mesmo que não consigam vendê-los, os produzem para não ter de comprá-los. Positivamente, os produtos de consumo generalizado nunca se tornaram opção para o *engenho*: a oferta de tais produtos tende a ser superabundante, e as tendências do mercado interno não geram opções para os *senhores-de-engenho* em termos de produtos a preço compensador (cf. Paiva, R.M., 1969). Para o crescimento da renda líquida proporcionada pelo *engenho* seria necessário um produto com as propriedades equivalentes às da agave dos anos 40-52, de demanda em expansão e preços relativos em alta, e cujos concorrentes de outras regiões do Brasil não pudessem deslocá-los.

Contudo, mesmo as quedas de quantidades comercializadas e preços das *lavouras comerciais* podem ser compensadas pela queda dos custos monetários de cada unidade produzida. O custo monetário pode cair, teoricamente, tanto ou mais do que a receita, e a renda líquida não diminui neste caso. A modernização tecnológica poderia gerar este efeito, mas a modernização da produção açucareira não abrangeu todos de maneira uniforme: diferenciou-os em *usineiros* e *senhores-de-engenho*,

concentrando os recursos nos *usineiros*. Assim, com os mesmos níveis absolutos de produtividade do trabalho, a produtividade relativa dos *engenhos* caiu, pela não-modernização tecnológica, no mesmo ritmo que as *usinas*. Consta-se aí que não é só no beneficiamento da cana-de-açúcar que se perde a vantagem relativa: não se equipando na parte agrícola como os demais produtores de outras regiões, ele deixa de ter condições de produção competitiva, mesmo em produtos alternativos. Suponhamos uma nova agave: o que garante que não haja produtores de outras regiões que tenham custos de produção mais baixos e que aceitem preços que para *senhores-de-engenho* não seriam compensadores?

A importância relativa da produção de subsistência dos moradores

Não se dispõe de dados sobre a área cedida para *roçados* e *sítios* de *moradores*. Porém o Censo Agropecuário calcula, em separado dos dados referentes à “produção municipal”, os dados referentes à “produção particular do pessoal residente”, aquela obtida “pelos empregados, colonos, etc., em terras cedidas pelos estabelecimentos”. Por isto mesmo, ao relacionarmos a produção particular do pessoal residente à produção do município vemos que este quociente é algumas vezes maior do que 100%, ou seja, a produção dos *roçados* dos *moradores* é superior à produção total do município, excluído obviamente o produto destes *roçados*. Observar-se-á, por exemplo, que o quociente para ovos de galinha em Pilões é de 600%, o que significa que a criação dos *moradores* proporciona 6 vezes mais ovos para o consumo municipal do que o total do resto da produção municipal. Isto não é indicador de abundância da produção dos *roçados* e *sítios*, que são diminutos. É mesmo efeito do

fato de que a maior parte das terras estão cobertas de cana-de-açúcar, e que os que detêm a maior parte das terras, os grandes proprietários, não se interessam tanto pela produção dos alimentos básicos de consumo da população local. Mas demonstra de forma cabal que, se não fossem o *roçado* e a *criação* dos *moradores* a produção de alimentos básicos na área canavieira ficaria na inteira dependência da *importação* de produtos de outros municípios e regiões. E o custo deste abastecimento não é em trabalho doméstico, mas em dinheiro.

No quadro 5, incluímos a produção de lavouras permanentes, as fruteiras, as lavouras temporárias de amplo consumo entre os trabalhadores e a produção ligada à criação de animais. Além de Areia e Remígio, incluímos os municípios de Pilões, Serraria, Bananeiras e Alagoa Nova, os dois primeiros por serem, além de áreas de *engenho*, áreas de expansão da *usina*, os dois últimos por serem áreas tradicionais de *engenho*.

Quadro 5 – Produção Particular do Pessoal Residente como Percentagem da Produção Municipal – Paraíba 1975

Produtos Municípios	Bana- na	Jaca	Laran- ja	Manga	Abó- bora	Arroz	Batata	Fava	Feijão	Inha- me	Man- dioca	Milho em Grão	Milho em Espiga	Tomate	Bovinos	Galinhas Aves	Galinhas Ovos	Leite Vaca	Leite Cabra	Leite Suínos
	Areia	23	38	9	16	267	-	39	36	22	0	84	26	100	0	9	71	75	14	260
Remígio	0	-	-	-	0	-	2	-	3	-	3	4	-	-	1	5	9	0,3	0	7
Pilões	17	2500	2	1	0	0	92	100	2250	-	1230	1708	-	-	44	398	600	3,1	5000,10	850
Serraria	1	11	7	0,2	0	31	20	61	19	-	15	23	11	0	4,5	5	18	2	200	2
Bananeiras	7	7	0,4	0,6	100	4	13	5	6	-	9	5	1	0	1,5	8	9	0,5	11	11
Alagoa Nova	1	-	0,2	0	-	-	1,5	0	4	-	2	4	-	-	2	3	9	2	0	13
Brejo Paraibano	7	23	1	2	70	4	6	17	9	1%	15	11	4	0,9	5	19	33	5	71	28

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário pp. 360/467 e 630/637

* 5000 Litros/0 (Em valores absolutos – litros – pois a produção municipal registrada pelo IBGE é nula)

Observe-se para leitura do quadro: a) se produção particular = produção municipal o coeficiente=100

b) se produção particular > produção municipal o coeficiente>100

c) se produção particular < produção municipal o coeficiente<100

Contudo, além da queda relativa de produtividade do trabalho, há também a possibilidade de uma queda absoluta, da qual os *senhores-de-engenho* se queixam muito: é a drenagem pelo *Sul* dos homens adultos, exatamente nas idades de maior vigor físico. Como repetem: “Ficam na região os velhos, mulheres e crianças.” No quadro 6 apresentamos as relações de contingentes masculinos e femininos por faixa etária, e verifica-se que até os 15 anos a relação é sensivelmente próxima de 1:1. A partir de então começa a cair, acentuando-se na faixa etária de 20/30 e 30/40 anos, quando a relação homem/mulher cai a 0,7:1, começando a subir de novo a partir dos 40 anos, equilibrando-se, ou mesmo invertendo entre 50/70 anos. Como acentuam também os demógrafos, para os contingentes idosos é normal haver mais mulheres do que homens em virtude de maior mortalidade masculina, o que se verifica a partir da faixa etária dos 70 anos. Vê-se assim que o grande fluxo de deslocamentos é de homens na faixa dos 20 aos 40 anos.

Quadro 6 – População por Idade e Sexo – Relação Homem/Mulher por Faixa Etária – Paraíba – 1970

Local \ Ano	0	10	15	20	30	40	50	60	70	Total
	1-10	1-15	1-20	1-30	1-40	1-50	1-60	1-70		
Arcaia	99	101	96	76	73	94	110	100	84	93
Remígio	99	97	88	70	80	95	97	113	76	91
Microrregião Brejo PB	100	99	95	75	79	90	102	98	82	92
Microrregião Agreste Borborema	100	96	84	74	73	84	97	97	89	89

Fonte: IBGE -- Censo Demográfico -- pp. 153-167

Portanto, a drenagem de trabalhadores pelo mercado de trabalho do *Sul* dificulta que os *senhores-de-engenho* extraíam o mesmo volume de sobretabalho que, no passado, a imobilização dos *moradores* assegurava. Podem tentar sub-remunerar a mão-de-obra que utilizam, o que constatamos no caso de crianças e mulheres, assim como Paulilo (1980). Mas, quanto mais depauperam as remunerações oferecidas aos contingentes que utilizam, mais engendram incentivos ao deslocamento.

Atingimos aqui uma das condições-limite do *engenho* tradicional: o significado do emprego alternativo, no *Sul* ou em qualquer outro lugar, sobre a construção da dependência personalizada e a remuneração monetária inferior da força de trabalho. Se cai a rentabilidade da rapadura, ou no café

deu praga, o *senhor-de-engenho* pode até mesmo reduzir a remuneração monetária e/ou os dias de *trabalho sujeito*, compensando a queda de remuneração do *morador* com concessões sobre os produtos que pode plantar nos *sítios, roçados*, sobre o tamanho das terras cedidas em cultivo, ou nas possibilidades de *criação*. Justamente a relação de *morada* permite uma infinidade de arranjos práticos, de compensações que assegurem a manutenção da “boa vontade” do *morador*. Mas a *morada* se reproduz porque o *senhor-de-engenho*, como “pai”, garante o sustento de “seus cabras”, de sua clientela. Não garante com suas mãos: mas os *moradores* não se percebiam como “as mãos e os pés do senhor de engenho”? Basta que “dê”, que conceda as condições sociais de reprodução da força de trabalho dele dependente.

É verdade que os *senhores-de-engenho* lutaram contra a baixa dos preços monetários por unidade de produto buscando variações na relação de *morada* que diminuíssem o custo monetário do *trabalho sujeito*. A passagem de *morador de sujeição* para *meia* teve muitas vezes esta significação. Outra estratégia foi tentar pagar uma remuneração nominal mais baixa, ou deixar de aumentá-la no ritmo da inflação, ou ainda passando da *diária* ao pagamento por *tarifa*, forçando a intensificação do ritmo da força de trabalho, o que resulta em custo monetário inferior por unidade de produto. Em suma, buscar variações na *sujeição* que garantissem a diminuição dos custos monetários de produção, independentemente de qualquer alteração tecnológica.

Se se eleva a lucratividade da lavoura comercial, o *senhor-de-engenho* pode querer drenar mais *trabalho sujeito*, como ocorreu no caso da agave, e nestes casos pode proceder de maneira inversa à descrita anteriormente: retirar terras destinadas a *roçados*, concessões sobre *criação*, de forma relativa ou até mesmo absoluta, forçando assim a que a reprodução do *morador* passe a depender ainda mais do trabalho sob as ordens diretas do *senhor-de-engenho*. Neste último caso o nível de remuneração do *trabalho sujeito* tem de ser tal que garanta a reprodução dos *moradores* segundo os padrões tradicionais. Note-se que os *barracões* de *engenho* permitem uma avaliação da relação com cada *morador* de forma precisa: o trabalhador se aprovisiona aí durante a semana, e ao cabo desta, o pagamento pelos dias trabalhados é feito por um jogo contábil, com um saldo ou outro retribuído em dinheiro, que facilita diferenciar os *moradores*, ou a explicitação de déficits, para disciplinar os “indóceis” e “indolentes”.

Em ambas as situações, com *roçados* maiores ou menores, com maior ou menor número de *dias de sujeição*, a *morada* pode se reproduzir enquanto permite a reprodução da força de trabalho segundo os padrões sociais prevaletentes, enquanto há certo equilíbrio entre expectativas dos *moradores* e serviços exigidos pelo *senhor*. Mas e se, premido pelas circunstâncias, ou por pura “cupidez”, o *senhor-de-engenho* diminuir simultaneamente o *roçado* e a remuneração que assegura bens equivalentes, digamos, o padrão de vida real, que o *trabalho sujeito* proporciona? É nítido que estamos então diante de uma pauperização absoluta da força de

trabalho do *morador*. O trabalhador persistirá submisso se e somente se não tiver alternativas em outros horizontes sociais. Os próprios *senhores-de-engenho* formulavam em 1976/77 que “com o salário amarrado” e *roçados* insuficientes “o jeito que têm é ir para o Sul mesmo”. Bem antes, contudo, quando o deslocamento para o *Sul* apenas começava a tomar vulto, Lacerda de Melo observava, ainda durante a fase de prosperidade ligada à agave:

“Nas desfibradoras, como nos engenhos, o horário da atividade é o de 6 às 11 e das 13 às 18 horas. Verdadeira jornada de sol a sol, nesta latitude. As decorrências prejudiciais às camadas inferiores da população, oriundas da tendência para a monocultura, manifestam-se tanto no caso do trabalhador assalariado como no do *morador* [grifo no original]. No primeiro caso, em virtude de não haverem os aumentos de salários acompanhado a elevação dos preços, estimulada pela cultura agavieira. No segundo caso, por essa mesma razão e mais porque a cultura da agave, além de ser defesa aos *moradores*, reduziu-lhes as áreas de plantio de gêneros de subsistência.

O conhecimento desses fenômenos fez com que não nos surpreendêssemos com as informações e os queixumes dos fazendeiros sobre a emigração dos trabalhadores agrícolas para o Sul. O êxodo, no caso, não é uma consequência da adversidade do meio físico. É antes um resultado da hostilidade do meio social cujas condições de harmonia e estabilidade estão sendo desbaratadas pela nova e rendosa agricultura de um produto de exportação” (Lacerda de Melo, 1952, p. 97).

Note-se que a drenagem da força de trabalho acelerou-se com receitas monetárias bem acima dos custos monetários de produção, no auge do ciclo da agave. Pois, como explica Lacerda de Melo com toda a clareza, a renda dos trabalhadores caía em termos reais, e os *moradores* nem conseguiam manter o tamanho dos *roçados*. Ora, a queda das receitas monetárias, com o fim do surto agavieiro, só aumentou nos *senhores-de-engenho* a predisposição de extrair mais *trabalho sujeito*, se possível por remuneração inferior, e sem aumento dos *roçados*. A pauperização dos trabalhadores leva ao “desencantamento do mundo”⁹⁷ do *engenho*: a situação torna-se a cada dia mais insustentável, o *senhor-de-engenho* tem cada vez mais dificuldade de aparecer como “pai protetor”. Há *senhores-de-engenho* que, honestamente, se dão conta da amplitude da crise:

“S.J. – A mão-de-obra nossa é barata e ao mesmo tempo é cara, por causa da produção. Preço da produção. Porque para o operário aqui, o que

⁹⁷ Esta expressão weberiana é explorada por Bourdieu e Sayad (1964) para dar conta do momento da ruptura dos camponeses argelinos com as concepções tradicionais que os inseriam em seu universo social. Como Barrington Moore (1975) chama a atenção, uma das chaves para que se entenda a ação política de campeonatos submetidos está na análise dos momentos em que as trocas assimétricas senhor-camponês deixam de ser percebidas como balanceadas, e a noção de exploração ganha terreno.

ele ganha não dá para ele comer. Dá para ele viver. Mas para nós produtores ainda é caro. Porque a nossa agricultura não dá para cobrir as despesas”(em 29/03/77).

Este trecho sintetiza bem a contradição que se aguça: “A nossa agricultura não dá para cobrir as despesas.” Do ângulo dos custos de produção a mão-de-obra aparece como cara. Mas, avaliada a remuneração do ponto de vista do padrão de vida do trabalhador, o ganho é visto como insuficiente. E é cada vez mais difícil transferir os prejuízos, os ônus dos produtos comerciais, para as costas dos trabalhadores. A resistência dos *moradores*, como parece ter sido o caso de tantos outros campesinatos dependentes a nível pessoal, se manifestou também com os pés: trataram de *escapar da sujeição*. As “terras livres” de fronteira (cf. Velho, O., 1976), se não fossem concentradas com vigor ainda maior que as demais, como ocorreu, poderiam ter exercido o mesmo efeito de drenagem da força de trabalho *sujeita*. É porque não se consegue terra fértil a custo zero em país de terra virgem, que muitos aceitaram viajar mais de 3.000 km de caminhão ou ônibus para juntar dinheiro, refazer 3.000 km e pagar os mais altos preços por hectare de terra, das terras menos férteis e de pior localização.

Fato é que muitos *senhores-de-engenho* e autoridades locais, como os prefeitos, explicam que os *engenhos* estavam parando de moer ou em decadência, por causa do custo da mão-de-obra. Note-se que essas observações diretas, no momento da pesquisa de campo (76 - 77), referem-se à época em que os *direitos* não eram cumpridos: não se pagava salário-mínimo, nem os demais direitos trabalhistas. Quando estes *direitos* forem pagos de forma corrente, é a própria *sujeição* que será liquidada. Portanto este estudo de caso permite documentar que não foram os direitos trabalhistas que estiveram na origem da crise da *plantation* tradicional, pois os custos da mão-de-obra eram percebidos como elevados *antes mesmo* que tivessem vigência. A existência de alternativas à dependência personalizada pode levar à ineficiência crescente das estratégias tradicionais dos *senhores-de-engenho*, que signifiquem repassar para seus trabalhadores as flutuações adversas dos mercados das lavouras comerciais.

A existência de leis e de meios institucionais para garantir a obtenção das vantagens que asseguram, torna ainda mais precária a continuidade da construção da dependência personalizada. Explicitam que o *senhor-de-engenho* terá não só de remunerar seus trabalhadores pelo salário-mínimo e pagar todos os direitos trabalhistas, como indenizar cada *morador* que mandar embora da propriedade por toda benfeitoria que tiver construído, seja ela materializada na *casa*, no *roçado* ou no *sítio*. Se não tiver dinheiro para fazê-lo, terá de fazer uso de seu próprio patrimônio em terras: dispor de partes das terras dos *engenhos* para indenizar seus antigos *moradores*, que aí construirão suas *casas* e plantarão seus *sítios*. Vê-se assim, que a luta pelo pagamento do salário-mínimo, carteira de trabalho assinada e direitos trabalhistas desemboca de fato, dada a decadência dos *senhores-de-*

engenho, na transformação de *terras de engenho* em *terras de agricultura*, na passagem dos *moradores de sujeitos a libertos*, sem ter de ir ao Sul para consegui-lo. Os *direitos* passam a ser o *caminho do roçado*, ou o *caminho dos sítios*.

Vimos até aqui os fatores condicionantes da queda da receita monetária líquida, proporcionada pela produção comercial do *engenho*, e mesmo da possibilidade de os prejuízos se tornarem uma constante. Por outro lado, é preciso ver que mesmo quando as receitas monetárias excedem as despesas monetárias com a produção, quando há lucro em termos nominais, o poder de compra deste rendimento é crescentemente avaliado como insuficiente. Em suas *Memórias*, José Américo (1976) enfatiza o quão pouco comiam de manteiga dentro da *casa-grande*, porque consumiam mais do que era produzido no próprio *engenho* e qualquer produto adquirido a dinheiro era um luxo, que só era permissível em escala restrita. Em 1976, um professor de agronomia, ele mesmo filho de *senhor-de-engenho*, atribuía a decadência à modificação dos hábitos de consumo, que se igualaram ou tendem a buscar a igualdade com os padrões das classes dominantes das grandes metrópoles, sem terem os meios financeiros para tanto. Não olham só para baixo ou para o lado, como no passado, onde a única inferioridade admitida era frente aos padrões europeus. Seus padrões de referência voltam-se agora para cima: são os das classes dominantes que residem nas grandes metrópoles, em particular as do Sul. Assim, também para os dominantes, o Sul passa a ser uma referência, onde a ausência de seus atributos leva à percepção da situação local, do Norte, como atraso. Trata-se aí da interiorização progressiva da trajetória de declínio para uma posição cada vez mais dominada no seio da classe dominante.

Note-se que se as necessidades de consumo crescem, as relações de troca entre preços dos produtos de origem agrícola a que se dedicam e preços de produtos industriais lhes são crescentemente desfavoráveis. Desde que não produzem mais para a exportação, e já ocorria na virada do século XX, os bens de luxo importados tinham um custo em *trabalho sujeito* crescente. A industrialização substituidora de importações (Tavares; 1972) tornou os produtos industrializados disponíveis no mercado interno, mas a inflação e a política econômica, que fizeram parte deste processo, carregaram recursos da agricultura para a indústria, e não o inverso. É verdade que os industriais aceitaram também transferências em sentido oposto, subsídios no preço, subsídios no crédito agrícola, e outras, mas não foram os *engenhos* de rapadura que se beneficiaram dessas transferências.

Vê-se portanto que o uso das práticas de dominação tradicional e as várias estratégias econômicas que favoreciam não permitem reverter a trajetória de declínio no espaço social; embora também não haja uma falência súbita dos *engenhos* provocada por flutuações desfavoráveis no mercado de seus produtos, ou por aumento da concorrência pela mão-de-obra que recruta ou ainda pela disputa sobre a legitimidade das formas que usa para recrutar e organizar sua mão-de-obra. A mudança dos padrões de

dominação não se impõe como necessidade a todos os dominantes em um só momento e de uma só forma.

Nem todos visualizam os limites de seus procedimentos habituais, pois fatores que explicam o declínio coletivo não agem sobre todos de forma súbita e concentrada. Os recursos para pensar a própria situação, de forma a elaborar uma prática de reconversão, não são também igualmente distribuídos pelos *senhores*. E mudar as práticas de dominação não é ato que dependa só da vontade dos dominantes. A reconversão de suas práticas implica mudanças das práticas de todos os demais agentes sociais. E nenhuma fatalidade teórica exige que as práticas dos demais agentes sociais se conformem às reconversões dos dominantes. A transformação do espaço social é resultante de lutas individuais e coletivas por reconversões favoráveis. É o que examinaremos na segunda parte.

Segunda Parte

ESTRATÉGIAS DE RECONVERSÃO E DIFERENÇAS DE TRAJETÓRIAS SOCIAIS



Capítulo IV

Trajетórias Ascendentes e a Economia Familiar dos Agricultores: Agricultura, Criação e Negócio

Um fato recorrente em nossa observação, e também na formulação dos próprios agentes sociais, foi a combinação de *agricultura e negócio* entre pequenos proprietários, *rendeiros* e *meeiros libertos*. Essa combinação é vista como composta por atividades complementares. A formulação comum, que tem foros de adágio, é: “De agricultura só não dá, de negócio só não dá.” Efetivamente, os homens da unidade doméstica, sobretudo o *pai de família*, dividem o tempo semanal entre as atividades agrícolas nos *sítios* e/ou *roçados* e a frequência a uma ou mais feiras em que revendem produtos determinados que adquirem de outros produtores ou de *negociantes*. As feiras desta região são feiras de intermediários⁹⁸, onde só ocasionalmente o vendedor está vendendo o que produziu. Isto não quer dizer, entretanto, que não sejam feiras com dominância de pequenos produtores, nem que os *agricultores* não levem para vender nas feiras o que produziram. Como informou Dona J., que negocia com peixes secos em Areia e Remígio⁹⁹ junto a seu marido, logo no início da pesquisa de campo em 1976: “Em todos os setores dessas feiras existem pessoas que têm agricultura.” Nossa observação posterior só confirmaria este fato básico.

Entenda-se bem: freqüentemente não se encontram *agricultores* retalhando a consumidores eventuais, durante todo o tempo da feira, aquilo que produziram. Isto não exclui que os *agricultores* levem para a feira seus produtos e lá os vendam aos *negociantes* que se encarregam de retalhá-los; e estes próprios *negociantes* são, em sua grande maioria, também *agricultores*. Em recenseamento dos feirantes de Remígio, em 28/02/82, realizado por Marie France Garcia, constatou-se que 64% dos feirantes praticavam a combinação de *negócio e agricultura*, percentual que subia para 68% considerando apenas os homens. É mais simples do que parece: uma coisa é *levar para a feira* o produto de sua agricultura e aí vender tal produto. Isto todo e qualquer *agricultor* faz. Só que *levar para a feira* não significa retalhar, ou seja, vender direto o produto a cada consumidor final. *Levar para a feira* significa querer realizar o valor de sua produção, ou seja, *apurar* o dinheiro correspondente ao produto agrícola obtido. Neste sentido, ter de ficar horas a fio esperando os compradores, com o risco de não vender toda a mercadoria, já tendo sido despendido o esforço de transportá-la e incorrido na despesa do frete, representa uma atividade adicional cuja remuneração em dinheiro pode ser muito pequena ou mesmo levar a

⁹⁸Para análise e descrição das feiras da região, ver Garcia, M.F. (1984 e 1977b e c).

⁹⁹A feira de Arcia tem lugar aos sábados e a de Remígio aos domingos.

prejuízos¹⁰⁰. Assim, vender em grosso o conjunto de sua produção é para os *agricultores* um caminho normal. Neste sentido a formulação corrente nos é dada por um *negociante* de farinha de mandioca, L.V., também *agricultor* que planta mandioca: “Agricultor é esse que mora no sítio, na roça, que produz o produto e leva para a feira.”

Mas se, ao escutar esta frase, o observador for perguntar a cada feirante se está vendendo o que ele mesmo produziu, terá quase sempre uma resposta negativa: “Não. Isto aqui é de compra.” Com efeito, no censo de feira mencionado (28/02/82), só três *agricultores* e um *morador* em 222 feirantes (2%) retalhavam apenas mercadorias que eles mesmos haviam produzido diretamente. Se concluirmos apressadamente que praticamente não há *agricultores* nas feiras, que só há intermediários comerciais, estaremos acertando e errando ao mesmo tempo. É certo: os *feirantes* que são *agricultores* não estão na feira na condição de *agricultores*, mas na condição de intermediários. As pessoas concretas que estão na feira retalhando, na sua imensa maioria, o fazem como *negociantes*, ou seja, aqueles que compram para revender e assim obter uma renda monetária por esta atividade. O *negócio*, nestas feiras, é sempre uma atividade especializada, em que toda feira a mesma pessoa vende a mesma classe de mercadoria¹⁰¹, e mesmo aqueles que realizam só *negócio* em grosso constituem um grupo à parte (os *ambulantes* ou *ambulantes mangaieiros*). É erro, porém, pensar que o *negócio* para todos os feirantes nada tem a ver com o fato de ser também *agricultor*. Ao estudar o uso do tempo de cada indivíduo feirante, – nem precisa ser durante a semana, basta ser durante as próprias feiras – o observador verá que: nas feiras o indivíduo *negocia*, o que é evidente; ele adquire produtos para o consumo da unidade doméstica a que pertence, ele *faz a feira da casa*; e ele *leva para a feira*, para *apurar-lhe* o valor, o produto de sua agricultura; se além de *negociante* for simultaneamente *agricultor* (a maioria absoluta dos feirantes).

Assim se percebe que um indivíduo que *negocie* com carne de porco nas feiras (*marchante*) e também seja *agricultor*, por exemplo, possa *levar para a feira* o feijão-mulatinho de seu *roçado*, mas venderá este feijão aos *negociantes de cereais*, que por sua vez o retalharão, e durante o tempo da feira venderá a retalho só carne de porco. E um *agricultor* que possua suínos, e também se dedique ao *negócio* com *cereais*, os venderá aos

¹⁰⁰Ver Lindoso, F. (1983).

¹⁰¹Para classificação das mercadorias das feiras e dos setores em que podem ser divididas, assim como a quantificação dos vendedores por setor ao longo do ano ver Garcia, M.F.; 1977c. Os setores encontrados foram: verduras, frutas, peixe, banco de café, aguardente e cigarros, discos, caldo-de-cana e refresco, carne (boi, porco, bode, charque e carne-de-sol), ervas e sementes, rapadura, farinha de mandioca, confeitos e pipocas, fumo de rolo, estivas, banco de pão, cereais (feijão, milho), temperos e coloral, picolé, roupas e confecções, calçados, miudezas, tecidos, porcelana, mangaio (produtos em metal), vassouras (mangaio de palha), louças e panelas de barro, mangaio (artefatos de couro), peças de bicicleta, galinhas, carvão, móveis e utensílios em madeira, quadros de santos, gado.

markantes, e durante toda a feira venderá a retalho apenas *cereais*. E na mesma trilha perceberá variações nas transações mercantis: a compra e venda pode ser realizada na feira, mas a mercadoria só será entregue em outro dia, no *sítio* ou *roçado* do vendedor; ou, inversamente, a compra pode ser feita no *roçado* ou *sítio* do vendedor e só ser paga no dia da feira. Só há um dia de feira por cidade ou povoado, portanto, o *negócio* implica deslocamentos e frequência a várias cidades. O *negócio*, como a *agricultura*, é uma atividade realizada em bases familiares, sendo muito freqüente que o *pai de família* seja *ajudado* por um filho homem solteiro durante a feira, ou, na falta deste, eventualmente por sua mulher¹⁰².

Agricultura e Negócio

Se há cálculo da distribuição alternativa do tempo dos membros da unidade doméstica a ser despendido com a *agricultura* e o *negócio*, há também um cálculo para saber quando os recursos em dinheiro devem passar da *agricultura* para o *negócio*, ou do *negócio* para a *agricultura*, assim como cada uma destas atividades pode servir alternadamente ou conjuntamente para proporcionar o necessário à subsistência doméstica. Não constituem portanto atividades estanques, e o *negócio* não é algo externo à própria atividade agrícola. Assim, o dinheiro com que se compra sementes e adubo, com que se paga trabalhador *alugado*, freqüentemente provém do *negócio*. Do mesmo modo, a renda obtida com a venda dos produtos do *roçado* e/ou do *sítio* não necessita esperar o ciclo agrícola seguinte para ser reaplicada, mas pode ser transferida para o *negócio*. Note-se também que se o *negócio* proporciona uma renda suficiente para fazer face ao consumo doméstico, a venda dos produtos do *sítio* e do *roçado* pode ser adiada para o momento em que se julga dar o melhor preço, aumentando-se a renda líquida com a agricultura. Simultaneamente, o *negócio* em feiras proporciona as informações necessárias para que esse jogo seja feito com maiores possibilidades de êxito.

É interessante notar que, mesmo entre os que *vivem do negócio*, e *vivem na rua*, *negociantes* que não são simultaneamente *agricultores*, cuja renda para proporcionar a subsistência familiar provém apenas da atividade mercantil de compra e venda, esta lógica da combinação entre *agricultura* e

¹⁰²Note-se que o *negócio* em feiras é uma atividade em que há nítido predomínio de indivíduos *agricultores*. Não se encontra *senhores de engenho* ou *fazendeiros* entre feirantes: no recenseamento da feira de Remígio (28/02/82), não havia feirante com superfície explorada acima de 50 ha, e a superfície média, assim como a mediana, era de 3,9 ha. Dos que responderam ao quesito, 97,5% exploravam superfície abaixo de 10 ha. A participação de *moradores*, à época da pesquisa de campo, era marginal: no censo, só havia 5 em 222 (2,3%). Também este era o caso dos que forneciam *trabalho alugado*: só 4 em 222 (2%). Por outro lado, a atividade de feirante é majoritariamente masculina: havia 74% de homens contra 26% de mulheres; dentre as mulheres casadas figurando como feirantes, 50% eram mulheres de *agricultores*.

negócio é perfeitamente conhecida¹⁰³. Sobretudo se em suas trajetórias, como no caso da maioria dos que *vivem de negócio*, fizeram uso no passado da dupla condição de *agricultor e negociante*. Z.E. tinha, em 1977, 30 anos de atividade como *negociante* (iniciou em 22/09/1946), e até por volta de 1966 foi *rendeiro* em propriedade no Agreste, e antes mesmo fora *morador pagando renda*. Negociava com *miudezas*¹⁰⁴, fazia 5 feiras em 1977 vendendo, e 2 dias da semana eram dedicados a compras de mercadorias; dois filhos seus casados têm bancos com o mesmo ramo de *negócio* junto ao seu, e também *vivem de negócio*. Observe-se suas formulações sobre a utilização de recursos originários da *agricultura* (do *trabalho*) no *negócio* (comércio) e vice-versa, no diálogo com o casal de pesquisadores:

P₁ – O senhor tinha com quem trabalhar?

Z.E. – Tinha, porque eu tinha dinheiro. Eu possuía...

P₁ – Para pagar trabalhadores?

Z.E. – Sim. Trabalhava, negociava no mercado, e ganhava o dinheiro e me movimentava, e tirava um pouco e pagava o serviço [na agricultura] praquele pessoal vir trabalhar. (...) É porque é o seguinte: eu estava com o dinheiro reunido de tudo, de comércio e de criação e tudo, viu? Quando fazia falta uma coisa, que tinha aquele outro, arranjava de um para o outro. Se eu tinha uma criação vendia, botava no trabalho, tirava. Fazia um arranjo do trabalho dum tempo que o trabalho chegava, que dava aquele produto, eu vendia e botava no comércio, e assim continuava e estou aí até hoje. Deixei o trabalho, mas vivo do comércio. Direto, direto, sem parar.

P₂ – Mas, quer dizer, o dinheiro que vem do trabalho passa para o comércio?

Z.E. – É! Era assim, agora eu só estou no comércio, não tenho mais trabalho, só estou no comércio. E o dinheiro do comércio agora está me dando para tudo. Negócio, as despesas, minha despesa é meia grande, despesa por semana, é. A feira é 200, 200 e tantos cruzeiros, 220 ou 240, e pago INPS, pago uma coisa, pago outra, pago imposto: cento e tantos cruzeiros por mês. É assim que eu vivo do comércio” (em 16/03/77).

Duas questões centrais para qualquer economia camponesa encontram solução através dessa articulação específica entre *agricultura e negócio*: uma é a sazonalidade da produção, dividindo o tempo anual entre épocas em que há muita produção para vender e épocas em que há poucos produtos para venda; outra é a variação da produtividade a cada ciclo agrícola, entre os *anos bons de lavoura* e os *anos ruins*. Com efeito, a dualidade *inverno-verão* comanda o ritmo do trabalho agrícola e também as

¹⁰³No censo de Remígio, esta possibilidade representava 22% dos feirantes, e o informante citado a seguir, no texto, constava entre estes.

¹⁰⁴*Miudezas* são barracas que vendem produtos de amarelo, tais como botões, pentes, linhas de costura, cadernos, sabonetes, etc.

épocas de fartura e escassez de produto. Examinemos com mais vagar a sucessão das tarefas agrícolas e da produção que permite obter.

Em primeiro lugar, para que haja plantio é preciso que a terra esteja devidamente úmida. Assim, só há plantio no *inverno*, como é designado o período de maior pluviosidade. Portanto, o calendário de tarefas agrícolas está na estrita dependência do calendário de chuvas da região. Não é só para o plantio que as chuvas são importantes. A evolução biológica das plantas depende da umidade relativa do clima ao longo de todo o ciclo biológico. Chuvas suficientes para se plantar não significam chuvas suficientes depois que as plantas nascerem. Ou mesmo, chuvas demais em certos momentos precisos do ciclo biológico das plantas podem, mesmo sem “matar a planta”, diminuir a produção. Portanto, não é uma questão apenas de índices pluviométricos, de “quantidade de chuva”, mas de uma quantidade e distribuição de chuvas adequadas ao ciclo evolutivo das plantas cultivadas. Um ano pode dar *resultado*, isto é, uma grande produção, e outro não dar *resultado*, tanto porque falte chuva como porque a chuva “seja demais”.

Em *ano bom*, o *inverno* tem de ser *forte* no momento do plantio, “que molhe bem a terra”, mas também tem de ser *inverno continuado*, ou seja, aquele que “não deixa a terra sofrer privação de chuvas”, nem é “exagerado”. Então haverá “lavouras ótimas”. Como as chuvas não dependem dos homens, o calendário das atividades agrícolas a serem desempenhadas e o resultado de todo o esforço humano materializado no trabalho agrícola é algo variável, e essa variação está fora do controle das atividades humanas. Os *agricultores* representam este fato dizendo que é “Deus que manda a chuva”. O trabalho agrícola, assim, é visto como dependendo tanto do esforço humano despendido como da “vontade de Deus”.

Um breve contraste com as condições materiais que suportam o trabalho industrial: o trabalho industrial supõe que a seqüência de tarefas a serem desempenhadas dependa apenas do trabalho humano, e o resultado variável guarda estrita correlação com o esforço humano despendido na obtenção do produto. As exceções, que confirmariam a idéia exposta, são as indústrias extrativas. É exatamente no momento de esquematizar o ciclo agrícola que se percebe a clara diferença entre nosso *tempo cronológico*, de dias, semanas, meses e anos, e o *tempo agrícola*, tempo dos trabalhos agrícolas e tempo dos produtos do trabalho agrícola. O que muitas vezes pareceu ser erro ou imprecisão de informações era erro ou imprecisão de minha análise, que queria estabelecer seqüências precisas, insofismáveis, do tipo: quantas limpas se dá até a colheita do feijão? Havia variações na resposta que nada tinham a ver com a força de trabalho disponível. Mas tinham a ver com o crescimento de ervas daninhas que também não dependia do controle estrito do *agricultor*.

Controle, questão-chave. O que controla o *agricultor*? Ele não controla o que fará amanhã, ou depois de amanhã, porque ele não pode saber antecipadamente a evolução exata das plantas da sua *agricultura*, e das plantas e pragas antagônicas à sua *agricultura*. O que ele controla, o que ele tem de controlar a cada dia, a cada momento do dia, é o que acontece com a sua

agricultura. É esta observação continuada e renovada que permite decidir “o que fazer” a cada momento. Este controle, este tipo de controle, é tão decisivo quanto o desempenho das tarefas que cada momento do ciclo agrícola requer.

Neste ponto, precisamente, reside uma das diferenças básicas no controle do tempo do *agricultor* e do *trabalho alugado*¹⁰⁵. O trabalho do *agricultor*, qualquer tarefa que desempenhe ou resolva desempenhar, da mais *pesada* à mais *maneira*, tem seu significado preso à sua avaliação de todo o ciclo agrícola. Já o trabalho do *alugado*, não por acaso, tem o dia por referente; o significado do que faz, o próprio resultado do que faz, depende da avaliação que o *agricultor* que o utiliza faça do tempo agrícola. Observamos *roçados* em 1977 que tiveram de repetir quase todas as tarefas prévias ao plantio, porque as chuvas não “sustentaram”, e todo o plantio de feijão-mulatinho já feito se perdeu. Os *donos dos roçados* tiveram de recomeçar. É que, embora objeto de intensas discussões, sobretudo durante as feiras, se “pegou ou não o inverno”, “onde o inverno já pegou”, demonstrando que há uma avaliação social do *inverno*, cada *agricultor* vai realizar a seqüência das operações segundo uma avaliação individual da terra de que dispõe, dos recursos e força de trabalho doméstico disponíveis, da necessidade da produção a ser feita. Em particular, é examinando a terra em que vai trabalhar aquele ano que decide se já pegou o *inverno*. Mas é preciso ter estas observações em mente para entender que em *roçados* contíguos, *sítios* contíguos, plantando os mesmos produtos, realizando a mesma seqüência de tarefas, não se fazem coisas iguais todos os dias ou nas mesmas semanas. Cada grupo doméstico tem uma determinada composição de consumidores, uma determinada composição por sexo e idade, que implica possibilidades e impossibilidades de mobilização da força de trabalho doméstica, um determinado montante de recursos disponíveis. Se todos dizem que a “luta dali é uma só” é que os mesmos padrões sociais de avaliação destas dimensões estão em operação.

Estas considerações foram feitas para que se avalie melhor o significado dos esquemas que apresentaremos a seguir. As tarefas agrícolas estão correlacionadas aos meses e estes a variações climáticas observadas. Há assim uma correlação entre tarefas agrícolas, disponibilidade de produtos e tempo cronológico. Isto não é feito apenas por um observador externo ao grupo. Estas constâncias são também objeto de preocupação permanente do próprio grupo. Em março de 1977, como constatassem que o inverno não tinha “pegado para valer” até o dia 19, dia de São José, o que só ocorreu na semana seguinte, a tensão que pudemos observar na avaliação de que era um “ano ruim” subiu ao auge¹⁰⁶. Três observações rápidas antes

¹⁰⁵ Estas análises sobre a concepção diferencial de tempo segundo as relações sociais específicas que permitem dar unidade e estabilidade ao processo de trabalho foram inspiradas em Bourdieu (1963) e Thompson (1963).

¹⁰⁶ O dia 19 de março, dia de São José, é tomado como indicador do *inverno* do ano: caso chova, o *inverno* será bom, caso contrário será ruim. Em 1977 todos falavam muito que fazia 100 anos da terrível *seca* de 1877. O plantio no dia de São José tem caráter ritual.

de passarmos ao esquema. A primeira é que o aumento da variação das chuvas faz com que os *agricultores* vejam que “a Paraíba está descontrolada”. O *inverno* começa em períodos diferentes a cada ano¹⁰⁷. Assim, o cálculo para que com o produto de um ciclo agrícola possa ser garantido o abastecimento do grupo doméstico até o *inverno* seguinte torna-se, a cada ciclo agrícola, um problema de mais difícil solução. A segunda é a diferença constatada entre *agricultores* que esperaram até março e abril para iniciarem seus plantios e outros que fizeram plantio em fins de janeiro e em fevereiro. É que há uma diferença, da qual, em ambos os casos, constatamos a recorrência na formulação, entre o *inverno* de janeiro-fevereiro, “inverno em que não se confia”, e *inverno* de março-abril, “inverno em que se confia”. Quem podia esperar, isto é, tinha recursos com que se manter até março-abril, não plantou em janeiro-fevereiro; quem tinha *precisão* plantou. Cabe observar, por último, que fizemos a comparação sistemática dos calendários agrícolas com as observações de Bernardes (1952), Lacerda de Melo (1952), Correia de Andrade (1957), e Correia de Andrade e Potengi (1980). As observações são, no geral, coincidentes, com ligeiras variações mensais. Optamos então por apresentar cada dado como datado. Há uma variação maior: Bernardes (1952) e Lacerda de Melo (1952) apresentam o plantio do milho como anterior ao plantio do feijão, com um mês de diferença. As formulações que recolhemos e os *roçados* que observamos invertem esta seqüência, sendo o feijão-mulatinho o que primeiro é plantado, precedendo o milho e a fava, de uma semana a 15 dias, e só o feijão-macáçar ou de corda é plantado depois do milho e da fava. A diferença pode provir da qualidade do feijão, mas mais provavelmente tem outra razão. Nossas observações se referem aos *roçados* dos pequenos proprietários, *rendeiros* e *meeiros*, cujo trabalho agrícola é desempenhado pela força de trabalho doméstica somada a *trabalhadores alugados*. Só para a cana-de-açúcar e agave nos referimos ao ciclo de trabalho nos *engenhos*, *usina* e *fazendas*. Bernardes (1952) se refere ao ciclo de produtos de um *engenho*, de um *sítio* que segue o padrão dos *engenhos* e de uma *fazenda*. E Lacerda de Melo (1952) apresenta informações do agente estatístico do IBGE de Areia, que deve ter se pautado pelo comportamento dos grandes proprietários. Observe-se o quadro 7¹⁰⁸.

Vários *agricultores* plantaram milho, mesmo sem chover. Regavam as covas plantadas, todos os dias, para ter milho no São João (24 de junho). Obtivemos estas informações nas feiras do sábado (19/03) e do domingo (20/03), e depois pudemos observar diretamente o milho que havia sido plantado.

¹⁰⁷ A preocupação com o desmatamento de parte das grandes propriedades e a conseqüente mudança de clima são constantes na literatura sobre a região.

¹⁰⁸ Correia de Andrade e Potengi (1980) descrevem o calendário agrícola da microrregião Agreste da Borborema, que compreende o município de Remígio, nos seguintes termos:

“As condições climáticas marcam o calendário agrícola agrestino. O ‘inverno’ ou estação chuvosa começa em fevereiro-março e vai até julho-agosto, sendo junho e julho os meses de mais chuvas. De setembro a janeiro estende-se o ‘verão’, ou estação seca. De março até maio, procede-se à limpa e plantio de feijão e milho, processo que vai de maio até

Para que se possa plantar, antes de caírem as “primeiras chuvas”, ou seja, aquelas que são consideradas necessárias e suficientes para que se inicie o plantio, é preciso que se *prepare a terra*. Caso se trate de terra de *mata* ou *capoeira*, começa-se por *roçar* a vegetação, derrubando os “pés de pau” lá existentes, “cortando as moitas”. Limpa-se então o terreno, juntando o mato e queima-se tudo. Caso sobre mocos e raízes, deve o terreno ser *destocado*. Revira-se a terra numa operação feita com a enxada, denominada *encamar*. Neste caso, não se aduba a terra, por se tratar de terreno que supôs pousio por tempo maior ou menor. Caso se trate de terra usada no ciclo agrícola anterior, procede-se à colheita do último produto que resta, no princípio do ciclo agrícola seguinte, a mandioca (caso haja no *roçado*), conforme se pode visualizar no quadro 7, e elimina-se todos os restos das lavouras anteriores. Passa-se então a revirar a terra, depois a *encamar* a terra, preparando o “leito” onde repousarão as sementes que germinarão. Por cima da terra *encamada*, que são faixas estendendo-se longitudinalmente por todo o terreno, deposita-se o adubo logo antes, ou no momento em que “pega a chover”. O *adubo* pode ser estrume de gado ou resíduos de beneficiamento da agave, ou adubo químico.

Depois que “bateram as chuvas”, com “inverno forte”, chega o momento de *cavar o leirão*, elevação de terra na forma de um cilindro cortado ao meio que se estende pelo terreno, exatamente por cima da terra *encamada* e/ou adubada. Quando se cava o leirão procede-se ao primeiro plantio, que na maior parte das vezes é de feijão-mulatinho. O feijão-mulatinho é geralmente plantado nos dois lados do leirão, nas duas lombadas, deixando a parte central, o *lombo do leirão*, para outro plantio, que pode ser o algodão herbáceo ou a mandioca. Assim:

x feijão mulatinho
o produto do lombo do leirão



No quadro 8 expomos um esquema da seqüência das tarefas do *roçado* com duas variantes: a) terra de mata ou capoeira; b) terra usada nos ciclos agrícolas anteriores.

Nota-se no quadro 8 que a operação *cavar o leirão* é feita apenas uma vez por *roçado*, no momento em que se realiza o primeiro plantio, e posteriormente nos mesmos *leirões* vão sendo semeados os demais cultivos consorciados. Assim, é preciso deixar claro que todos os plantios,

junho para o algodão. A colheita do feijão e a do milho se iniciam praticamente juntas, em junho, ocasião não por acaso coincidente com as festas de São João e São Pedro, verdadeira celebração agrária. Em toda a região abundam os pratos com milho e feijão verdes. Essa colheita vai até o fim de agosto, em que é recolhido o milho seco, que produz até novembro. Começa então a colheita ou “apanha” do algodão, prolongada até o fim de dezembro. Ou seja, nos meses de janeiro a março; a atividade agrícola diminui, limitando-se à pecuária” (Correia de Andrade e Potengi, 1980, p. 171).

Quadro 7 – Calendário das Tarefas Agrícolas em Arcia e Remígio

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Inf. Correia de Andrade e Potengi (1980) Brejo e Agreste	Seca	Inv.	Inv.	Inv.	Inv.	Inv. + Chuva	Inv. + Chuva	Seca	Seca	Seca	Seca + Seco	Seca
Feijão-Mulatinho * {P C **	R:PL	R:PL	PL	PL	PL;L	PL;L	L					
		R	PL	PL	C	C	C	C				
					L	C	C					
Feijão * {P C	R:PL	R:PL	PL	PL	PL;L	L						
			C	C	C	C						
	R	PL	PL	L	C	C						
Milho * {P C	R,PL	R,PL	PL	PL	PL;L	PL;L						
	R	PL	PL	L	L	C	C+V	C+V	C+V	C+V	C	
Fava * {P C	R,PL	R,PL	PL	PL	PL;L	PL;L						
					C	C	C					
Algodão Herbáceo * {P C	C	C			PL	PL	PL	L	L	L	L	
										C	C	C
Mandioca * {P C **	R	R	PL	PL	PL	PL	PL	L	L	L	L	L
	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
	C		R	PL	PL	L	L	L	L	L	L	C
Batata de Rama * {P C	R	R	PL	PL								
						C	C					
Cebola * {	R	R	PL	PL								
						C	C					
Alho * {	R	R	PL	PL								
						C	C					
Cana-de-Açúcar * {P C ** ***					PL	PL	PL	PL	PL			
	C	C						C	C	C	C	C
	C	C				PL	PL		C	C	C	C
	C	C	C		PL	PL	PL	PL	PL;C	PL;C	C	C
Agave * {P C ** ***												
	C	C	C					C	C	C	C	C
	C	C	PL				PL	C	C	C	C	C
	C	C	C					C	C	C	C	C

Fontes dos Dados:

* - Pesquisa de campo do autor (1967/77)

** - Pesquisa (1952, p. 56) e Lacerda de Melo (1952, pp. 88,89)

*** - Correia de Andrade (1957, pp. 36, 40, 50, 51)

Correia de Andrade e Potengi (1980)

Convenções utilizadas para Tarefas Agrícolas

Linha P- plantio; Linha C- colheita


R - preparo da terra

C - colheita

PL - plantio

V - operação de virar o milho

L - limpa e tratos culturais

mesmo consorciados, não são feitos simultaneamente, fato que pode ser observado no quadro 7 onde, por exemplo, o feijão-mulatinho pode ser plantado em março, nos lados do leirão, e o *lombo* pode ficar desocupado até maio, época que é julgada mais conveniente para o plantio do algodão herbáceo. Ou mesmo a cebola e o alho serem plantados no *lombo* do leirão em março-abril e, ao serem colhidos em junho-julho, darem lugar a plantio de feijão-mulatinho nos lados do leirão, feijão-macáçar no rego do leirão (onde a curvatura do leirão toca o terreno , rego do leirão) e mandioca no *lombo* do leirão. Há mesmo uma prática comum de se voltar a plantar feijão-mulatinho e feijão-macáçar no mesmo leirão, já que o ciclo do feijão é de 60 a 90 dias, sendo o macáçar mais ligeiro que o mulatinho, e no limite havendo mesmo três plantios sucessivos¹⁰⁹.

Não há melhor antídoto contra a idéia do tradicionalismo camponês¹¹⁰ do que a observação sistemática de suas práticas agrícolas. A uniformidade também não é a regra dos *roçados*. Um dos *agricultores* que visitamos, S.F., que também *negocia* em feiras, ao mostrar seu *sítio* e explicar cada cultivo (em 04/04/77) nos falou muito de suas *experiências*, seus *testes*, nos quais já tinha mesmo consorciado algodão herbáceo num dos lados do leirão com mandioca no outro. E segundo ele tal experiência deu bom resultado. Note-se que, até então, todas as regras formuladas sobre como era um *roçado*, referendadas por observações, mostravam que a mandioca disputa com o algodão o lugar nobre no *lombo* do leirão, e que temos ora um *roçado* com algodão, ora com mandioca. Da mesma forma, o mesmo *agricultor*, em suas andanças ligadas ao *negócio*, havia visto a lavoura de amendoim em Mari e Sapé, e dizia “estar dando muito dinheiro”. Queria fazer uma experiência com ela em seu *sítio*, uma “moitinha”, e só não faria naquele ciclo agrícola (1977) porque estava com poucos recursos monetários disponíveis para aquisição de sementes. A observação sistemática das práticas agrícolas, confrontada às regras, às formulações explícitas dos *agricultores* sobre por que fazem tal ou qual operação, ou por que cultivam tal ou qual produto, mostra que não há nenhum respeito pela “rotina”, um mero desejo de se conformar à “tradição dos antepassados”. Ao contrário, o que pudemos observar foi o cálculo constante, que informa a prática cotidiana, das necessidades de produto ou renda do grupo doméstico por um lado, e dos recursos com que contava o grupo doméstico por outro. Este cálculo reaparecia a cada momento em que buscávamos explicar variantes de comportamentos observados.

Não nos estenderemos aqui sobre as técnicas agrícolas, apenas, como pode ser observado no quadro 7. Cabe ressaltar que os trabalhos agrícolas se iniciam pouco antes do começo do *inverno*, antes do “inverno pegar”,

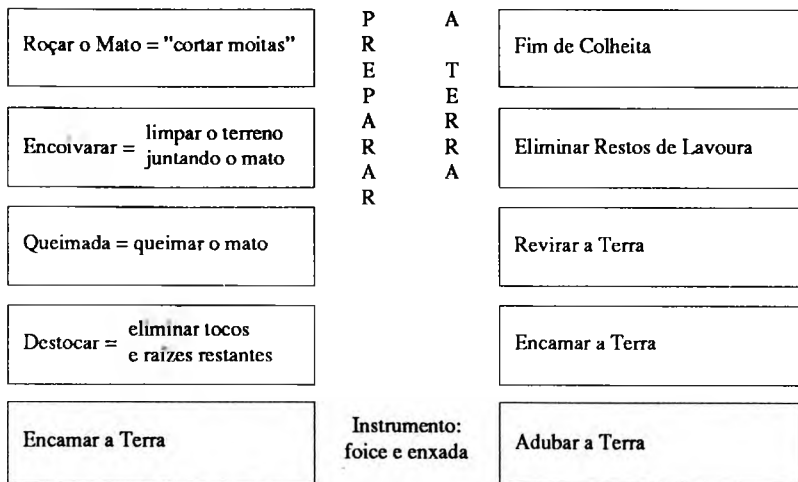
¹⁰⁹Prática essa que é conhecida como feijão de primeiras águas, de segundas águas e feijão de seca.

¹¹⁰Para excelente crítica da noção de “tradicionalismo camponês” na literatura antropológica, ver Leite Lopes (1982).

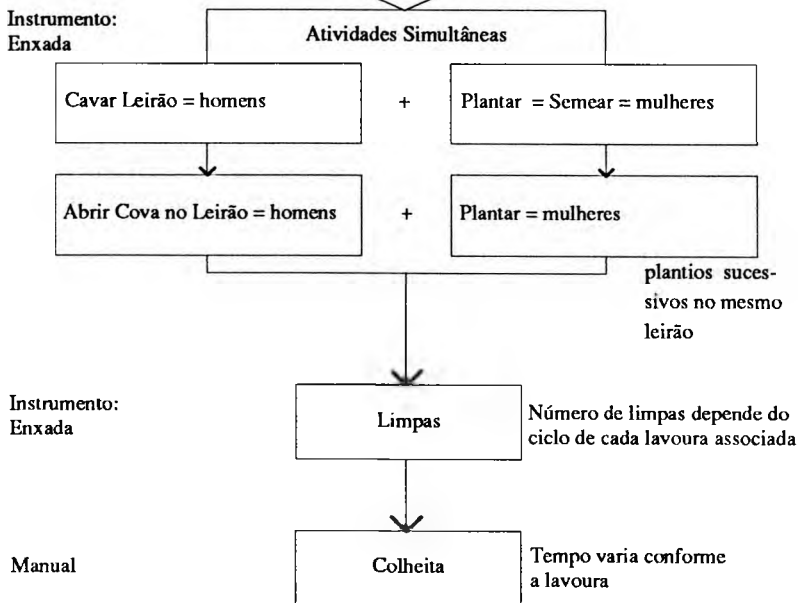
Quadro 8 – Tarefas Agrícolas do Roçado em Areia e Remígio

Caso 1
Terra em Capoeira ou Mata

Caso 2
Terra Usada em Ciclos Anteriores



← CHUVA FORTE →



concentram-se neste período, e só a partir de dois meses do início do plantio começam as primeiras safras, o que na região significa março-abril, para quem plantou em janeiro-fevereiro, ou maio-junho, para quem iniciou o plantio em março-abril. Se observarmos atentamente as épocas de colheita dos vários produtos (linhas C) do quadro 7, veremos que o consorciamento e a sucessão de cultivos obedecem a uma lógica clara: é que haja produtos para colher em épocas defasadas, e que penetrem o mais possível pela época de *seca*. Com efeito, só a mandioca foge ao tempo certo da colheita, podendo ser *arrancada* com doze meses, e embora a época considerada ideal seja dezoito meses, mas em caso de *precisão* até de seis meses em diante *arrancam*. Daí ser o único produto que pode ser colhido o ano inteiro, o que tem um valor inestimável do ponto de vista de poder atender às necessidades do grupo doméstico e se submeter à disponibilidade dos recursos deste grupo em força de trabalho e dinheiro¹¹¹. Nota-se mesmo que é o único produto que tem o ciclo de colheita semelhante aos plantios característicos das grandes propriedades: a cana-de-açúcar e a agave, cuja colheita se dá nos períodos de *seca*. Usando a linguagem utilizada por Lacerda de Melo (1952 e 1958), é a única *lavoura de pobre* que tem colheita possível em época onde toda a subsistência doméstica pode ter de ficar na dependência da colheita da *lavoura de rico*.

Não é à-toa que se ressalta tanto que o *roçado* no que é seu tem mandioca, enquanto no *roçado* botado em fazendas do Agreste, onde há o binômio *roçado-gado* do fazendeiro, o produto do *lombo do leirão* é o algodão. É que, além da *renda* paga em dinheiro (*rendeiro*) ou em produto (*meeiro*), o *roçado* tem de ser colhido antes do último ou dos dois últimos meses de *seca*, para que o gado do fazendeiro “se alimente dos restolhos”. Por isto mesmo, seria até impróprio falar de parceria ou arrendamento *anual*, pois a terra de outrem é cedida contra pagamento em dinheiro ou parcela do produto, mas o próprio ciclo anual é encurtado em benefício das atividades do grande proprietário: a alimentação do seu gado na *seca*, nos momentos mais difíceis da *seca* para os trabalhadores, está embutida na “concessão” de cada *roçado*. Nota-se aqui a perfeita homologia do lugar do gado do fazendeiro com a cana-de-açúcar e a agave do *senhor-de-engenho*, onde o *roçado* do trabalhador abre o espaço para novos plantios (Correia de Andrade, 1964). Para se manter, cada trabalhador em terra alheia, de qualquer categoria que provenha, realiza atividades cujo subproduto é condição essencial para o produto explorado pelo grande fazendeiro. Tepicht (1973, p. 28) denomina *autoconsumo intermediário* o aproveitamento sistemático do subproduto da produção agrícola para a alimentação do gado, vice-versa no caso de adubo orgânico, e demonstra que desempenha um papel fundamental na produção camponesa. No caso da Polônia, é mesmo através do autoconsumo intermediário do feno, produzido pelos cereais da exploração coletiva das cooperativas polonesas, que

¹¹¹Para maiores desenvolvimentos sobre as propriedades da mandioca ver Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983a).

a criação de gado, pelos grupos domésticos, aumenta sua produtividade por hectare, e o lote individual supera a produtividade do lote coletivo. No caso do Agreste da Paraíba temos o inverso: é o *fazendeiro* quem drena o autoconsumo intermediário dos *roçados* dos trabalhadores, extraindo desta forma um sobretabalho através de uma renda produto. A exploração econômica do *fazendeiro* no final do *verão* não só impede que a exploração econômica dos *agricultores* continue por este tempo, diminuindo o uso da força de trabalho doméstica ao longo de todo o ano, como impede que se cultive produtos como a mandioca que permitam abastecer a unidade doméstica no fim do *verão*. Assim é que os pequenos proprietários têm garantida a possibilidade de contar no *verão* com a mandioca, enquanto os *roçados* em terra alheia estão sempre na dependência de o fazendeiro não querer usar aquelas terras como *solta de gado* entre dezembro e fevereiro¹¹².

Cabe ainda ressaltar que do quadro 7 fizemos constar uma operação que é restrita ao milho, qual seja, a prática de envergar a haste da planta protegendo a espiga, o *virar o milho*, e que permite que o próprio *roçado* sirva de local de estoque do milho durante os primeiros meses de *verão*. Assim, sua colheita efetiva, denominada *quebrar o milho*, fica na dependência das necessidades domésticas e disponibilidade da força de trabalho. Esta prática, como vemos, dá ao milho propriedades equivalentes – não ter *tempo marcado* de colheitas – às descritas para a mandioca. Vale dizer ainda que os primeiros cultivos, servindo para abastecer a casa direta ou indiretamente (pela venda do produto e compra mercantil do bem necessário), num certo sentido “financiam” os demais. O feijão-macáçar, por exemplo, era valorizado por ser rápido seu ciclo biológico, e particularmente rápido, porque podia ser “comido verde” (sem amadurecerem as vagens). O milho, consumido “verde”, apresenta propriedades análogas.

O Cálculo dos Agricultores e a Escolha dos Cultivos

Dissemos atrás que não é a rotina nem a tradição que informam a escolha dos produtos do *roçado*. O quadro 7 não contém toda a lista de produtos observados nos *roçados* dos *agricultores*, como inhame, maxixe, pimentão, etc.; nem contempla o ciclo das lavouras permanentes dos *sítios*, como laranjeiras, urucum (açafraão), etc., que seguem outro

¹¹²Nos dados do censo da feira de Remígio, constata-se que só 24% dos feirantes praticam *agricultura* em terra própria, enquanto 36% usam terras de terceiros para tal fim (como *rendeiros*, *meeiros* ou *moradores*), 3% usam tanto terras próprias como de terceiros e 0,5%, terras públicas. Mesmo para os *agricultores* em melhor situação, o acesso à terra de terceiros, sobretudo às terras em poder dos grandes proprietários, continua a ser fundamental.

calendário. Em anexo¹¹³, fornecemos o quadro das lavouras permanentes e temporárias no Censo de 1975, que dará ao leitor a precisão necessária sobre a variedade dos cultivos e a intensidade relativa de cada um na região pesquisada. Mas cabe aqui observarmos que, se não é a “cultura tradicional” que explica como certos cultivos são incorporados, reproduzidos ou rejeitados, também não são as lavouras que proporcionam maior rentabilidade monetária, de *melhor preço*¹¹⁴, tanto por hectare como por trabalhador, as que estão no *roçado*. Veremos que o cálculo específico que permite escolher entre os vários cultivos alternativos não revela nenhuma falta de sensibilidade à flutuação dos preços de mercado, como poder-se-ia pensar, por não estar a escolha submetida nem à busca da maior produtividade valor por hectare, nem à busca da maior produtividade valor por trabalhador. É que mesmo no cálculo da composição da produção, o fato de o grupo doméstico ter de proporcionar o necessário ao seu consumo através do produto do seu trabalho, seja diretamente, seja pela venda de produção e aquisição posterior dos bens que não produz, implica efeitos específicos. Não há falta de sensibilidade à flutuação dos preços de mercado: apenas a incidência desta flutuação não tem o mesmo efeito que no caso de empresas capitalistas, sendo “ponderada” pelo fato de que o grupo doméstico camponês é simultaneamente unidade de produção e unidade de consumo. Não que haja identidade das duas unidades, pois o momento da produção difere do momento do consumo, e basta pensarmos na composição variável ao longo do ciclo de vida do grupo doméstico para vermos que um membro, que conta como consumidor em determinado momento, como criança, velho, doente, nem sempre pode ser mobilizado como trabalhador. Mas a simples unidade produção/consumo como duplo referente para um só grupo doméstico implica movimentos específicos a nível da composição da produção.

As entrevistas que fizemos e as observações que realizamos mostravam que havia cultivos *para o gasto*, ou seja, produtos que eram destinados ao consumo da unidade doméstica – o *gasto da casa* – e cultivos *para exportação*, ou seja, destinados diretamente à venda mercantil. Assim, o feijão-de-corda ou macáçar era dito para o *gasto*, bem como o milho era dito ser para o *gasto*. Contrapunham a estes produtos o feijão-mulatinho e o algodão, cuja produção estava destinada à venda. A mandioca podia tanto servir *para o gasto* como *para a exportação*. Como todos estes produtos são ou podem ser associados, em combinações múltiplas, no mesmo *roçado*, é evidente que obedecem a um cálculo só, de um mesmo agente. Como não há por que supor que os *agricultores* ora levem em consideração os preços, ora deixem de considerá-los, é perfeitamente perceptível que deve haver uma lógica única em operação. É particularmente claro e evidente que os produtos de *exportação* estão submetidos à flutuação dos

¹¹³Observe-se os quadros de lavouras temporárias e permanentes para Arcia e Remígio/adiante (pp. 167-168).

¹¹⁴Para cálculo de lavouras de melhor preço, ver Silveira, M.J. (1983).

preços, já que o trabalho neles materializado encontra seu significado mesmo na receita monetária que proporcionam. Enquanto os produtos *para o gasto* teriam por finalidade apenas o autoconsumo e não dependeriam assim da flutuação dos preços.

Já havíamos apresentado na *Morada da Vida* (Heredia, 1979) e *Terra de Trabalho* (Garcia Jr., 1983a) uma explicação para essa lógica única. Há uma esfera do consumo doméstico que pode ser abastecida diretamente do *roçado* para a *casa*, de produtos que podem ser autoconsumidos ou vendidos. Este é particularmente o caso da mandioca. São produtos que têm a marca da *alternatividade*. Alternatividade entre serem consumidos diretamente, e assim atender às necessidades domésticas de consumo, e serem vendidos, quando a renda monetária que proporcionam permite adquirir outros produtos também de consumo doméstico, mas que não podem ser produzidos pelo próprio grupo doméstico, como o sal, o açúcar, o querosene, etc. Com o princípio da alternatividade conseguimos mesmo dar conta dos paradoxos sobre o “excedente camponês”. Camponês que vende um “excedente” de produção mas que, simultaneamente, passa fome. “Excedente” que deveria ter a marca do eventual, mas cuja venda se observa durante o ano inteiro, no *inverno* e no *verão*, em *ano bom de lavoura* e em *ano ruim de lavoura*. Notamos simplesmente que o feijão sem sal não é comida, e que o orçamento doméstico é composto de dois tipos de produtos que têm de ser adicionados ou combinados para que se atinja os níveis de consumo socialmente necessários. Assim, o *mais do que o gasto* vendido da farinha de mandioca em uma semana determinada era condição da aquisição do sal, para que o feijão pudesse ser consumido juntamente com a farinha, segundo padrões socialmente aceitáveis. Ora, todos os *agricultores* entrevistados em Pernambuco sabiam que determinadas lavouras, como o maracujá em Bonito e o abacaxi em Carpina, proporcionavam maior renda monetária por hectare e maior renda monetária por unidade de tempo de trabalho. Ou simplesmente: “dão mais dinheiro”. Mas não substituíam o cultivo destes produtos pelo da mandioca por uma razão muito simples: o cálculo em valor, em renda monetária, está diretamente ligado aos produtos que têm de ser necessariamente comprados. Nesta parte do orçamento doméstico, dados os preços e suas flutuações naquele momento (1972), o maracujá suplantava a mandioca. Mas substituir a produção de mandioca pela de maracujá ou abacaxi, na parte referente ao consumo de farinha de mandioca, era outra coisa. Se o fizesse, ficaria à mercê da flutuação dos preços em dois mercados: o do maracujá ou abacaxi e o da farinha de mandioca. No caso mantinham a produção de mandioca como principal, mas não deixavam de produzir também o que chamamos então *lavoura comercial*.

Ao me deparar com a classificação de lavouras *para o gasto* e *lavouras de exportação* entre os *agricultores* do Brejo e Agreste da Paraíba, acreditei estar apenas diante da confirmação de nossas formulações anteriores sobre Pernambuco. Ou seja: seria recorrente a formulação teórica sobre o *mais do que o gasto*. Mesmo a dominância das *lavouras de exportação* estaria

explicada, porque Beatriz Heredia e eu nunca pretendemos que a combinação alternatividade-lavouras comerciais se desse exatamente com os mesmos produtos que descrevemos nos casos estudados. Muito pelo contrário: a dominância do princípio alternatividade foi por nós relacionada à condição da ameaça constante e crescente de não-reprodução das condições sociais de produção. Portanto, um campesinato mais estabelecido, relativamente menos ameaçado de não-reprodução de suas condições sociais de produção, deveria apresentar um *mais do que o gasto* crescente, onde as *lavouras comerciais* cresceriam em importância. Assim, acreditei estar em presença da materialização mesma de um orçamento produção-consumo dos grupos domésticos com esferas segmentadas.

A entrevista com S. J. e S. H., *agricultores* donos de *sítios*, que também *negociavam* com cereais nas feiras, é ilustrativa de como se reforçavam minhas impressões. De nosso roteiro de entrevista constava a pergunta sistemática sobre os resultados obtidos no ciclo agrícola anterior (1976). S. J. tinha de cabeça exatamente quanto tinha semeado, colhido e quanto havia vendido de feijão-mulatinho. Porém, ao chegar ao milho disse:

“S. J. – Plantei milho. Esse eu não conto a colheita, porque foi todo destruído em casa com a família, com bicho, com essas coisas. Não sei calcular o milho.”

Ora, S. J. *negociava* com milho em feira duas vezes por semana e seu irmão *negociava* com *cereais* desde 1934. Se não tivessem habilidade para jogar com a flutuação dos preços, e dentro da flutuação dos preços, já teriam sido aniquilados no *negócio* há muito tempo. Note-se que *negociavam*, enquanto intermediários, tanto com feijão-mulatinho como com milho e feijão-macacão nas feiras de Areia e Remígio. Portanto, a diferença que estabeleciam a nível de produção não se reproduzia, diretamente, a nível de *negócio*. Ou melhor: a nível de *negócio* todos os três produtos eram perfeitamente equivalentes, e ofertavam os três toda semana. O ganho monetário que obtinham com cada um não dependia deles, mas da flutuação da demanda. Equivalentes a nível de *negócio* estes três produtos eram diferenciados a nível de *agricultura*. E foi a propósito da mandioca que explicitaram a regra que relaciona diretamente a decisão de produção *para o gasto* ou *para a venda* com a situação doméstica do *agricultor*, com o tamanho e a composição por sexo e idade do grupo doméstico. Vê-se, portanto, que o ciclo de vida do grupo doméstico tem efeitos diretos sobre as decisões de produção e de disposição da produção agrícola, entre vender ou autoconsumir, como seria de se esperar a partir do cálculo camponês especificado teoricamente por Chayanov (1966):

“S. J. – Mandioca eu faço só para o gasto. Até este ano mesmo [1977]. Os tempos passados sempre eu plantava mais mandioca e não tinha família, sempre vendia também. Hoje, depois que minha família está maior, eu não estou vendendo mais farinha. Todo o meu plantio de roça é mais para o gasto da casa mesmo” (em 08/03/77).

Como conhecessem perfeitamente, e mais do que ninguém, numa prática hebdomadária, a flutuação dos preços dos produtos, sobretudo feijão e milho, é claro que tal cálculo não podia resultar de “falta de sensibilidade aos preços de mercado”. Assim, julguei que realmente havia esferas segmentadas no orçamento produção-consumo: uma em que “se conta”, onde tudo é contabilizado a dinheiro; outra em que “não se conta”, “onde não entram os preços”, onde o cálculo, ou as decisões práticas que ocupavam este lugar é se o produto é “suficiente” ou “insuficiente” para o consumo da casa.

Porém, ao trabalhar sistematicamente sobre as informações que, com constância, renovadamente e com paciência forneceram, percebi que haviam usado o feijão-mulatinho, *produto de exportação*, para o auto-consumo, exatamente quando venderam parte do estoque de que dispunham porque os preços haviam subido muito. Então não seriam esferas segmentadas? Antes de desdobrarmos teoricamente a questão, passemos em revista outro caso especialmente significativo.

L.V. também é *agricultor*, com *sítio* quase vizinho a S.H. e S.J. *Negociava* com farinha de mandioca em 1976 e 1977, e tinha plantio de mandioca em seu *sítio*. Mas, em entrevista em seu *sítio*, esclareceu que a farinha que vendia na feira era *de compra*, comprava para revender. Mas o mais surpreendente era que, no momento da entrevista, naquele ciclo agrícola, ele comprava a farinha de mandioca para o consumo do seu próprio grupo doméstico. Vendia a mandioca aos *mandioqueiros*, donos de *casa de farinha*¹¹⁵, onde se transforma a mandioca em farinha, e adquiria farinha para o consumo doméstico. Evidentemente não há nenhuma falta de sensibilidade à flutuação dos preços, porque aí não é apenas o *negócio* que é arruinado por “falta de sensibilidade aos sinais do mercado”, é o seu próprio consumo e o de “sua *casa*” que poderiam ficar prejudicados num item que corporifica a própria *comida*, que dá identidade ao grupo no comer. O que estava em jogo?

L.V. explicava assim sua decisão: “estava sozinho”, ou seja, todos os três filhos que com ele viviam eram crianças, portanto a posição de seu grupo doméstico era de muitos consumidores, mas não havia nenhum *rapaz* que pudesse ajudá-lo no trabalho. E para fazer farinha precisava de mais cinco a seis pessoas, e ele só e a esposa não dariam conta. Então teria de *botar operários*, ou seja, trabalhadores de fora de seu grupo doméstico para serem pagos a dinheiro. Note-se que L.V. usa *operários* regularmente em seu *sítio*, nas mais variadas tarefas de seu *roçado*. Mas é que “o preço da farinha não é tão avançado, então a gente pode comprar para o consumo”. Em outras palavras: uma sensibilidade aguda para a flutuação dos preços da farinha de mandioca, preços de mandioca, preços do *trabalho alugado*, e uma determinada composição de seu grupo doméstico, em termos do número de consumidores potenciais e de força de trabalho

¹¹⁵Para descrição de *casas de farinha* e do processo produtivo, ver Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983a).

doméstica disponível, o levavam a optar por vender a mandioca e comprar farinha *para o gasto* e para revender.

Precisando mais: como o preço da farinha não era “tão avançado” naquele momento, ou seja, objetivamente baixo, o custo monetário do beneficiamento da mandioca, da transformação da mandioca em farinha, dada uma determinada composição do grupo doméstico, podia ser igual ou superior ao preço da farinha que adquire aos *mandioqueiros*. E que o consumo semanal de farinha de seu grupo doméstico é um dado anterior a qualquer decisão do processo de trabalho, uma “imposição social” de sua condição de *chefe de família*, de um *homem, liberto*, bem entendido, que *tem responsabilidade*. Ele precisa, segundo a informação que prestou, de cinco quilos de farinha toda semana para o consumo doméstico. A decisão portanto é se produz ele mesmo esta farinha, o que exige um mínimo de cinco trabalhadores a serem pagos em dinheiro; ou se adquire esta farinha aos *mandioqueiros*, o que implica que seu esforço equivalente seja alocado em atividades que lhe proporcionem, no mínimo, a renda monetária suficiente para a aquisição da farinha. Por isto mesmo, o preço da farinha é, junto com a disponibilidade da força de trabalho doméstica, um elemento fundamental de seu cálculo. O seu tempo equivalente, que seria dedicado à farinha, era alocado ao *negócio*, que proporcionava uma renda monetária (N) que, somada à renda obtida com a venda da mandioca (M), era superior ao custo semanal monetário dos 5 kg de farinha, caso ele tivesse de produzir ele mesmo, pagando trabalhador; e este último era superior ao custo monetário da farinha adquirida. Assim:

$$\begin{aligned} N + M &\geq \text{custo monetário dos alugados por} \\ &\text{farinhada} + M > \text{consumo de farinha} \times \text{preço da farinha} \end{aligned}$$

Logicamente, o preço da farinha pode subir de tal forma que as relações acima apontadas se invertam, e a decisão passe a ser produzir farinha ele mesmo, como produzia feijão-macáçar para o *gasto da casa*. Este caso mostra claramente que mesmo uma atividade humana contínua pode ser segmentada segundo uma lógica própria. Pois ao cultivo de mandioca segue-se a transformação da mandioca em farinha, nas casas de farinha, e depois a venda e/ou consumo de farinha de mandioca. Como L.V., *agricultor e negociante*, planta mandioca, *negocia* com farinha de mandioca em feiras, e tanto ele como seu grupo doméstico consomem farinha, a sua decisão de não produzir farinha ele mesmo, mas comprá-la para consumo e para revenda, nos revela claramente que não há aí nenhuma falta de conhecimento nem de sensibilidade à flutuação dos preços, nem de desconhecimento das condições de produção de farinha¹¹⁶. Ao contrário, é

¹¹⁶Vendo nosso interesse pelos detalhes técnicos da produção de farinha de mandioca, L.V. teve a gentileza de levar-nos ao *sítio* de seu pai, onde houve uma farinha que foi toda fotografada e onde pudemos anotar todos os dados que queríamos. Na verdade, a farinha foi realizada em função dos pesquisadores.

um agudo conhecimento desta flutuação dos preços, das condições de produção, que informa sua decisão.

Mas o que isto nos revela da especificidade sobre estas unidades domésticas de produção e consumo, sobre a economia camponesa a partir do estudo deste grupo particular? Estes dois exemplos revelam claramente que a flutuação dos preços é um elemento de cálculo, as condições técnicas de produção outro elemento de cálculo, mas dois outros elementos entram também e são decisivos ao informar o comportamento a ser observado: a) o consumo socialmente necessário dos produtos pela unidade doméstica – o *gasto de casa*; b) a disponibilidade de força de trabalho do grupo doméstico, quantas pessoas *de trabalho* tem na *casa*. Vemos assim a vigência do balanço produção-consumo, tal como especificado por Chayanov (1966).

Por estes dois exemplos vê-se claramente que nada há de “economia natural”, de “subsistência”, “voltada para o autoconsumo”, “autárquica”, “tradicional”, ou que outro nome queiram lhe impor além de “minifúndio antieconômico”. Há conhecimento detalhado e renovado semanalmente dos preços ao produtor, nas várias praças¹¹⁷ de mercado – nas feiras e Ceasas, em todo o território nacional, e dos preços ao consumidor. Mas há mais: esse saber prático, adquirido pelo exercício das atividades de *negócio*, teve suas condições de eficácia rigorosamente testadas pelos próprios mecanismos de mercado. Quem compra para revender, e se engana na flutuação dos preços, abre falência em seu *negócio*. O que não aconteceu com nenhum dos três *agricultores e negociantes*. Assim, a inserção e o conhecimento dos “mecanismos de mercado” *está suposta, está na base* mesma de um cálculo e de um comportamento que nada têm de idêntico ao cálculo e ao comportamento de uma empresa capitalista. A empresa capitalista produz mercadorias através de mercadorias, na expressão de Sraffa (1983), sobretudo porque existe a mercadoria força de trabalho, como especificou Marx (1967). Assim, o cálculo do capitalista estará

¹¹⁷S.H. e S.J., como *negociantes de cereais*, não eram apenas intermediários que retalhavam nas feiras de Areia e Remígio. Eram estas suas atividades de *negócio* na maior parte do ano. Porém, nos momentos em que começava a colheita da primeira safra de feijão, já em meados do inverno, chegavam mesmo a sair por vezes das feiras, tal o volume de operações que realizavam em seus depósitos. Compravam em grosso para a venda em grosso, e estavam associados a atacadistas de Campina Grande. Por conseguinte, nossas entrevistas sobre a flutuação dos preços a cada feira encontravam neles uma receptividade fora do comum, e por muitas vezes inverteram-se as questões: queriam saber de nós se tal ou tal preço no Rio de Janeiro vigorava, qual a diferença de preços da feira de Laranjeiras, onde moramos, e os demais, e assim por diante. Este é apenas um exemplo de um fato que foi uma constante na pesquisa em feiras: a visão nacional do mercado dos produtos é impressionante, falando-se de flutuações de demanda e preço de Belém do Pará, de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Maiores detalhes ver: Garcia, M.F. (1977b e c). Note-se que as decisões de importação de feijão, como ocorreu em 1977 na Argentina, e de tabelamento do feijão pelo Governo são outros focos de interesse e comentário. Positivamente, o *negócio* local não tem por horizonte a praça de mercado concreta em que se realiza, mas o *mercado nacional*, o mercado interno, na acepção teórica em que a economia usa esta expressão.

sempre informado pela situação social em que está inserido: trata-se de comprar as mercadorias, meios de produção e força de trabalho, e combiná-los na produção, de tal forma que o produto assim obtido, a *mercadoria* assim produzida, seja vendido e proporcione uma renda monetária superior ao *valor das mercadorias* adquiridas pelo capitalista para iniciar o processo produtivo. É assim que o capital inicial, valor inicial, se acumula, valor que engendra mais valor, unicamente por este movimento específico (Marx, 1967).

Nada mais lógico, para o capitalista, que escolha produzir as *mercadorias* que lhe proporcionam maior *lucro*. Não há paixão nem compaixão do capitalista por nenhuma mercadoria em particular, nem pela força de trabalho, nem pela terra: o capital “migra” sempre para o ramo produtivo que proporcione a maior taxa de lucro. Não entra em consideração o consumo do capitalista, nem o de sua unidade doméstica, muito menos o esforço possível de tais membros em sua empresa; pois é um pressuposto da própria relação capitalista de produção que o lucro proporcione tanto o fundo de consumo dos capitalistas quanto o fundo de acumulação do novo capital. A reprodução ampliada do capital é um suposto do próprio capitalismo.

Nada semelhante é o caso dos grupos domésticos acima referidos. O consumo socialmente necessário do grupo doméstico, o *gasto da casa*, é um referente contínuo, um pressuposto que atinge as próprias condições sociais de produção. Os produtos podem vir pela produção direta do grupo doméstico, como o milho e o feijão-de-corda descritos; podem vir por venda a dinheiro da produção doméstica e a aquisição posterior do consumo necessário, como no caso dos *produtos de exportação* – feijão-mulatinho e algodão. Podem vir das *n* combinações possíveis destas produções, sempre tendo como referente o consumo socialmente necessário por um lado, que depende da composição de cada grupo doméstico, em número de membros, sexos e idades; e por outro lado a composição do grupo doméstico por sexo e idade que configura determinadas possibilidades e impossibilidades de mobilização da *força de trabalho familiar*. Todas as decisões sobre produtos a cultivar e/ou a beneficiar, e o destino venda e/ou consumo levam em consideração os preços monetários e suas flutuações. Mas não se trata de um estoque de valor que se procura valorizar, de um estoque de dinheiro que por seu movimento específico engendra crescimento do estoque de dinheiro de seu possuidor, mas de pessoas a reproduzir mediante o produto da mobilização do esforço produtivo deste mesmo conjunto de pessoas.

Podemos então retomar as formulações teóricas sobre o princípio da *alternatividade* e sua incidência na condição camponesa. Evidentemente, o campesinato não é um maximizador de lucro, como é o caso de uma empresa capitalista. Mas também não é um simples maximizador de renda monetária, a exemplo de modelos a que chegaram os próprios economistas

marginalistas¹¹⁸, partindo da constatação de que, como a força de trabalho doméstica é um dado, a questão seria maximizar sua produção em valor. Estes modelos, embora mais ricos e desviando-se da fé na universalidade da racionalidade capitalista, não contemplam a explicação do porquê camponatos concretos, com pleno conhecimento da maior produtividade de valor por unidade de tempo trabalhada, não se especializam totalmente nestes produtos; mas apenas há uma especialização restrita à parte do consumo socialmente necessária que deve ser adquirida mediante renda monetária.

No tocante aos demais produtos objetos do consumo doméstico, os que podem ser produzidos internamente e autoconsumidos e/ou vendidos, não são necessariamente deslocados do processo produtivo por uma produtividade valor inferior por unidade de trabalho. Isto porque, a grosso modo, o montante do consumo destes produtos é dado pela composição do grupo doméstico, em número, sexo e idade (no nosso caso, o montante do consumo de feijão, de farinha de mandioca, de milho). O montante do consumo a ser atingido é, portanto, um dado anterior à própria produção. Ora, para que a lavoura comercial, que não tem alternativa, seja mais interessante nesta faixa do consumo doméstico, é preciso que com o mesmo trabalho doméstico se consiga uma renda monetária superior, não à renda monetária que possa ser proporcionada pela venda das lavouras com alternativa, ao final do ciclo agrícola, mas que *seja superior ao somatório das rendas monetárias que a cada semana, a cada feira, permitiriam comprar a dinheiro os produtos essenciais ao consumo doméstico*. A renda monetária da lavoura comercial tem, portanto, de ser ponderada pela variação dos preços dos *produtos de subsistência*, como denominamos os que têm alternativa, por oposição aos *produtos comerciais*, ao longo de todo o ano. A flutuação destes preços ao consumidor dos *produtos de subsistência* pode ser de tal ordem que anule a diferença de produtividade valor por unidade de tempo trabalhada.

A formulação matemática abaixo reproduz o mesmo argumento anterior, na tentativa de maior clareza e rigor lógico. A comparação que habitualmente é feita é a seguinte:

Dado um determinado volume de trabalho despendido = T_x
usado na produção comercial significa:

$$\begin{aligned} Q_L &= \text{produção física} \\ Q_L \times P_L &= \text{produção em valor} \\ P_L &= \text{preço unitário ao produtor da lavoura comercial} \end{aligned}$$

¹¹⁸ No *Projeto Emprego* (1977, volume IV) fizemos um levantamento sistemático destes artigos e livros. O artigo de Salm e O'Brien (1970) apresenta um bom resumo das principais questões que tal literatura levanta em relação à teoria econômica, e a revisão de Leite Lopes (1978) é uma boa demonstração de quantos caminhos se abrem com o debate teórico sério e cerrado, das idéias mesmas das pessoas junto com quem se trabalha. Um clássico no assunto é Georgescu-Roegen (1963).

usado na produção de subsistência significa:

$$\begin{aligned} Q_S &= \text{produção física} \\ Q_S \times P_S &= \text{produção em valor} \\ P_S &= \text{preço unitário ao produtor da lavoura de subsistência} \end{aligned}$$

Verifica-se em geral:

$$Q_L \times P_L / T_X > Q_S \times P_S / T_X.$$

Ou seja: que a produtividade valor do trabalho na lavoura comercial é superior à produtividade valor do trabalho na lavoura de subsistência.

Com esta constatação, muitos param por aí e vão explicar o comportamento observável por “tradicionalismo”, “resistência à mudança” ou expressões do mesmo estilo. O apelo a “fatores culturais” ou psicológicos, neste contexto, está na exata medida da impotência para explicar a racionalidade específica da escolha do agente. A entrada em linha de conta de tais fatores é para explicar o afastamento do agente da “escolha racional”; e é assim que a racionalidade específica ao empresário capitalista continua a ter a aparência de racionalidade universal. Fica claro como tais expressões adjetivas, qualificando o comportamento econômico camponês, embotam o raciocínio teórico: poupa-se todo o raciocínio que se segue. A questão básica, por tudo o que já foi analisado antes, é que o consumo socialmente necessário seja atingido. O chefe de unidade doméstica “tem de dar de comer à sua família”. Se:

C_S = consumo socialmente necessário para o grupo doméstico. O chefe da unidade doméstica pode, como L. V., ter as seguintes opções:

(a) produz a lavoura de subsistência. Para tanto é necessário que:

$$\forall Q_S, Q_S \geq C_S$$

neste caso a produção destinar-se-ia ao autoconsumo, e cobre o consumo necessário ao longo de *todo o ano*;

(b) produz a lavoura comercial. Só que aí vai vendê-la e, com a renda assim obtida, vai comprar as lavouras de subsistência na quantidade de C_S . Assim a renda obtida será suficiente se, e somente se:

$$Q_L \times P_L \geq C_S \times \bar{P}_S (C)$$

$\bar{P}_S (C)$ = preço médio ao consumidor das lavouras de subsistência.

Aqui introduzimos um outro símbolo, para designar o índice de preços a ser considerado. Por que este novo símbolo? Por que definir outro índice além de P_S que já havia sido definido antes?

É que aqui reside todo o mal-entendido deste eterno debate teórico. Se escrevêssemos:

$$Q_L \times P_L \geq C_S \times P_S.$$

O que estaríamos dizendo? Que a renda monetária proporcionada pela lavoura comercial é superior ou igual ao consumo socialmente necessário da lavoura de subsistência *medida em preços ao produtor*. Digamos que o consumo doméstico seja de 10 kg de feijão por semana, para não dificultar ainda mais tal questão. Por ano, como são 52 semanas, seriam necessários 520 kg. Se multiplicamos os 520 kg de feijão pelo preço ao produtor da época de safra *falseamos* os termos da questão para as unidades domésticas camponesas.

Basta ver que nenhum grupo doméstico vai comprar os 520 kg de feijão de uma só vez, mas sim 10 kg por semana. E na feira vai pagar, a cada semana, um preço diferente, o preço ao consumidor. Eis por que é preciso trabalhar com \bar{P}_s (C): *preço médio ao consumidor* do feijão das 52 semanas.

Então, podemos observar as seguintes situações:

(a) Caso 1 – Pode haver especialização em lavoura comercial

$$\text{Se: } Q_L \times P_L \geq C_S \times \bar{P}_s \text{ (C)}$$

a renda da lavoura comercial é mais do que suficiente para proporcionar o consumo socialmente necessário dos produtos de subsistência avaliados em termos dos preços semanais ao consumidor.

Matematicamente a desigualdade acima pode se escrever:

$$Q_L \times P_L / \bar{P}_s \text{ (C)} \geq C_S$$

O que significa que a renda monetária com lavoura comercial ponderada pelo preço médio ao consumidor é superior ao consumo socialmente necessário.

(b) Caso 2 – Continua-se a produzir lavoura de subsistência.

$$\text{Mesmo se: } Q_L \times P_L \geq Q_S \times P_S$$

a flutuação dos preços ao consumidor pode ser de tal ordem que:

$$\forall Q_S / Q_S \geq C_S \quad Q_L \times P_L / \bar{P}_s \text{ (C)} < C_S.$$

Ou seja: a renda monetária com a lavoura comercial não permite atingir o consumo socialmente necessário. E o mesmo trabalho aplicado em lavoura de subsistência permitiria proporcionar tal consumo. Contudo, um

cálculo direto de renda monetária da lavoura comercial por preços de safra contra renda monetária da lavoura de subsistência por preços de safra poderia levar à aparência de uma “decisão irracional”.

Sistematizando: o preço de referência real, para o confronto entre os dois tipos de lavoura, é o preço ao produtor para a lavoura comercial e o preço médio ao consumidor para as lavouras de subsistência. Deve-se confrontar, na verdade, $Q_S \times \bar{P}_S (C)$ com $Q_L \times P_L$.

Como $\bar{P}_S (C)$, o preço médio ao consumidor, é geralmente superior a P_S , preço ao produtor na época de safra, e ao longo do ano os preços ao consumidor tendem a aumentar, é perfeitamente possível que:

$$Q_L \times P_L \geq Q_S P_S \text{ e simultaneamente } Q_L \times P_L < Q_S \times \bar{P}_S (C).$$

Neste caso a especialização nas lavouras comerciais só atingiria a parte do orçamento que necessariamente passa pela mediação da renda monetária. Teríamos então as “esferas segmentadas” a que antes nos referimos como pensando ser o caso geral. Porém se:

$$Q_L \times P_L \geq Q_S \times \bar{P}_S (C)$$

então há especialização¹¹⁹, a dita “*farmerização*”.

Observe-se que nada há de particularmente *subjetivo* neste cálculo. Toma-se em consideração o consumo doméstico socialmente necessário porque, *objetivamente*, o *chefe de família* tem de buscar reproduzir a *totalidade* dos membros de seu grupo doméstico, e há sanções sociais muito precisas se não desempenha a contento este seu papel. Já no cálculo capitalista não há diferença entre *produto comercial* e *produto de subsistência* porque *objetivamente* é por produzir “mercadorias através de mercadorias” que o capitalista tem sua existência social especificada.

Entende-se também que, dado que o consumo socialmente necessário é um dado anterior ao processo de produção, mesmo que a produtividade

¹¹⁹ Este caso pôde ser observado empiricamente por Lindoso, F. (1983) e Silveira, M. J. (1983) : quando se estabilizaram as condições de reprodução do campesinato em Magé, no Rio de Janeiro, com a desapropriação da área depois de intensa luta, a composição da produção mudou. Passou dos produtos com alternatividade, mandioca, milho, feijão, bananeiras, para horticultura, e a mecanização das lavouras se deu numa escala impressionante. Estes dois estudos são particularmente reveladores dos efeitos da estabilidade ou da ameaça à reprodução camponesa, e como a sensibilidade aos “sinais do mercado” depende da sensibilidade às demais condições sociais de produção. As relações mercantis, como qualquer relação social, são apenas parte das relações sociais que especificam a vida de qualquer grupo (Polanyi, 1980). O sistema de mercado auto-regulável é que é uma abstração; abstração razoável e explicativa, quando a força de trabalho e a terra são mercadorias e em determinados limites. Tomá-la por forma a-histórica foi erigir não a teoria do mercado, mas a ideologia de mercado como explicação universal; o que tem por efeito limitar a análise do econômico, a pesquisa histórica propriamente dita e a pesquisa em ciências sociais (Polanyi, 1957; Finley, 1975).

valor por unidade de trabalho seja muito baixa, vizinha de zero, ou mesmo zero, porquanto invendável, a produção camponesa pode realizar tal esforço e tal produção se ela é necessária para completar, *in natura*, o consumo socialmente necessário. Portanto, quanto maior a ameaça ao consumo doméstico e à reprodução social camponesa, maior será a tendência ao princípio da alternatividade operar. E ao inverso, quanto maior a estabilidade das condições sociais de produção e consumo e da reprodução destas condições, maior será a tendência à especialização em lavouras comerciais, a se transformar num *farmer*. Mas a análise anterior permite precisar que nada indica que esta transformação se faça num único sentido, nem que seja irreversível. Cálculo realizado continuamente, sob constante flutuação de preços no mercado, a reconversão da produção comercial em produtos com alternatividade é sempre uma possibilidade.

As épocas de guerra na Europa parecem ter significado para os campesinatos dos países atingidos um momento de reconversão. Galeski (1972, capítulo I) enfatiza o fato de o campesinato ser produtor de alimentos, para além do trabalho familiar, como especificador da condição camponesa em confronto com os empreendimentos artesanais e comerciais que também podem ser operados com base no trabalho doméstico. Como tal, a produção agrícola camponesa tem condições de reprodução das suas condições sociais de produção, mesmo submetidas à flutuação de preços do mercado, que o trabalho familiar no artesanato ou no pequeno comércio não tem. Compartilham certas leis de movimento mas não todas.

De forma análoga, podemos perceber que, ao produzir as lavouras de subsistência, as unidades de produção camponesa minimizam os riscos com a flutuação dos preços ao consumidor destes produtos, ou mesmo adquirem a possibilidade de poder usá-la a seu favor. Em primeiro lugar, porque ao autoconsumir diretamente durante parte do ano diminui o tempo em que estão expostas à flutuação dos preços ao consumidor, reduzindo os momentos em que são apenas compradoras. E ainda se apropriam diretamente da diferença entre preços pagos ao produtor e preços pagos ao consumidor. De outro lado, a própria possibilidade de estocar produtos de subsistência, seja para venda, seja para autoconsumo, permite que possa tentar comprar os produtos para consumo quando os preços estão baixos, e que deixe para vender quando os preços sobem. No caso de ter sucesso essa estratégia, o preço médio ao consumidor torna-se inferior ao preço de venda ao produtor.

Entenda-se bem: não estou dizendo que os preços observáveis e observados nas feiras sejam inferiores aos preços observáveis e observados ao produtor nos mesmos momentos. Não. O que disse, de outra forma, é que se a unidade doméstica consegue realmente comprar as lavouras de subsistência quando os preços estão em baixa, e assim proporcionar o consumo das semanas correspondentes, e conseguir vender a quantidade que deixou de ser autoconsumida, quando os preços estão em alta, então consegue realizar um ganho monetário ou mesmo ao aumento da quantidade de produtos à sua disposição. Estas possibilidades estão obviamente excluídas

quando se produz *lavoura comercial*. Acreditamos que assim se possa explicar mais rigorosamente esta “preferência pela alternatividade”, num paralelo com a “preferência pela liquidez” de Keynes, que caracteriza a produção camponesa em vários cantos deste país e que aparece também na literatura internacional sob a forma da oposição *cash crop* e *food crop*. A oposição *lavoura de pobre* e *lavoura de rico*, observada por Lacerda de Melo (1952 e 1958) não provém apenas da interdição dos *ricos* no cultivo de certos produtos pelos *pobres*: vem também da situação objetiva em que sobrevivem os *pobres*.

Com os dados já apresentados e as análises efetuadas, podemos entender também por que as lavouras temporárias predominam no cálculo dos *agricultores* em detrimento das lavouras permanentes, embora as lavouras permanentes sejam aquelas que apresentam a mais alta produtividade valor por hectare. É simples: em primeiro lugar, só os *agricultores* que têm *sítios*, pequenos proprietários ou posseiros, podem plantar lavouras permanentes. Os *roçados* em terra alheia, como *rendeiro* ou *meeiro*, excluem as lavouras de ciclo anual, como a mandioca, quanto mais as lavouras de ciclo plurianual. E mesmo os *sitiantes* não se especializam totalmente no plantio de lavouras permanentes, pois:

a) a lavoura permanente implica o aumento do tempo plantio/colheita, entre o plantio e a primeira colheita, bem entendido. Portanto, em termos de consumo doméstico é preciso que outra atividade estável dê os elementos, *in natura* ou por renda monetária, para o consumo doméstico durante, no mínimo, 24 meses;

b) a flutuação de safras e preços pode ser muito grande, e se num ciclo agrícola não for rentável não se vai necessariamente eliminar as árvores, pois a decisão de replantá-las implicaria “novo ciclo de maturação”. Assim, como ocupam a terra por largos períodos, o *sítio* com lavouras permanentes dificilmente exclui o *roçado* a cada ciclo agrícola;

c) observamos também que o uso intensivo da mesma terra, por disporem de poucos recursos, levava a que o “cansaço da terra” se manifestasse em doenças das plantas (observação de doenças em coqueiros, em pimenta-do-reino, em café). Certos cultivos passam a ser escolhidos em função da resistência que têm, pois todo o trabalho materializado num cultivo que dá praga resulta inútil, tanto em termos mercantis como em termos do consumo da unidade doméstica.

Podemos ainda retomar a discussão sobre um traço muito apontado no campesinato no Brasil como marca de seu espírito “rotineiro” ou simplesmente “antieconômico”. Trata-se do *consorciamento dos produtos*. A observação do quadro 11 em anexo mostra que a cana-de-açúcar é uma das lavouras de maior produtividade valor por hectare em 1975; e se formos mais a fundo nos dados censitários para a Paraíba, perceberemos que 77,3% da tonelagem de cana produzida estão nos estabelecimentos de mais de 100 ha, os “grandes estabelecimentos”. *Lavoura de rico* como formularia Lacerda de Melo (1952 e 1958). E como é feito normalmente o cultivo? O cultivo é *simples*, ou seja, sem consorciamento de cultivos,

em 97% dos casos. Tanto pelos dados censitários como pelas experiências agrônômicas, verifica-se que, a não ser em casos especiais, os cultivos simples têm muito maior produtividade física por hectare ou por unidade de trabalho despendida do que o cultivo consorciado. Portanto, o padrão de produção de cana-de-açúcar está em conformidade com as normas de maior produtividade.

Porém, ao vermos a produção da mandioca, do milho e do feijão, das *lavouras de pobre*, observamos que o consorciamento é a regra e o cultivo simples a exceção. Tais práticas são percebidas no mundo técnico e acadêmico como demonstrações do caráter *antieconômico* do pequeno estabelecimento. Não dispondo dos dados por município e microrregião, apresentamos o dado para toda a Paraíba.

Veja-se o quadro 9:

Quadro 9 – Colheita e Tipo de Cultura – Mandioca, Milho e Feijão – Paraíba – 1975

Classe de Estabelecimento	Mandioca – Produção total da classe estabelecimento = 100–		Feijão em Grão – Produção total da classe de estabelecimento = 100–		Milho em Grão – Produção total da classe de estabelecimento = 100–	
	Cultivo simples	Cultivo as-soc. inter. e misto	Cultivo simples	Cultivo as-soc. inter. e misto	Cultivo simples	Cultivo as-soc. inter. e misto
0 l– 2 ha	30	70	3	97	2	98
2 l– 5 ha	30	70	4	96	4	96
5 l– 10 ha	30	70	4	96	4	96
10 l– 100 ha	39	61	4	96	4	96
100 l– 1000 ha	67	33	5	95	6	94
1000 l–	96	4	6	94	5	95
Total	33	67	6	94	4	96
Produtividade por ha de cada cultivo	7,12T/ha	6T/ha	0,372T/ha	0,317T/ha	0,556T/ha	0,5271/ha

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário 1975 (pp. 96, 97, 98, 99)

Vejam só: 67% da mandioca estão submetidos a algum consorciamento, 94% do feijão e 96% do milho. E são mesmo *lavouras de pobre* pois, embora não constem do quadro 9 estão submetidas a algum consorciamento. Estão nas páginas citadas do Censo Agropecuário os dados seguintes: 78% da quantidade produzida de mandioca, 79% da área colhida e 79% do valor da produção estão nos estabelecimentos de menos de 10 ha, sendo os de menos de 5 ha responsáveis por 63% da quantidade produzida. Para o feijão, os estabelecimentos de menos de 10 ha são responsáveis por 53% da quantidade produzida e da área colhida e por 59% do valor da produção. Para o milho, 55% da quantidade produzida e da área colhida e 47% do valor da produção provêm dos estabelecimentos de menos de 10 ha. Note-se porém que os estabelecimentos de mais de 1.000 ha não consorciam mandioca em 96% dos casos e só o fazem no residual 4%; e se considerarmos apenas os de mais de 100 ha, percebe-se que o cultivo simples predomina nos grandes estabelecimentos. Poder-se-ia assim pensar que os estabelecimentos acima de 100 ha seguem os padrões de racionalidade formal, que colocam em prática os preceitos econômicos, mas os de menos de 10 ha têm comportamento “antieconômico”.

Realmente, a última linha do quadro 9 nos informa claramente que a produtividade física do cultivo simples é nitidamente superior à do cultivo consorciado: 7,12 t/ha contra 6 t para a mandioca, 372 kg/ha contra 317 kg/ha para o feijão, e 556 kg/ha contra 527 kg/ha para o milho. Observe-se mesmo o seguinte: pelos dados do Censo Agropecuário pode-se calcular o valor médio por ha de mandioca com cultivo simples. Significa Cr\$ 3.303,00. Já o valor médio por ha com todos os tipos de cultivo, incluindo o simples, ou melhor, a média geral, significa Cr\$ 2.958,00. Assim, são os cultivos consorciados que rebaixam a produtividade valor por ha mesmo se considerarmos apenas a mandioca.

Os mesmo dados destes quadros nos servem de explicação para padrões aparentemente opostos de comportamentos econômicos nos grandes e nos pequenos estabelecimentos:

valor de um ha de mandioca com cultivo associado	Cr\$ 2.783,00
valor de um ha de feijão com cultivo associado	Cr\$ 462,00
valor de um ha de milho com cultivo associado	Cr\$ 849,00
<hr/>	
valor de um ha com cultivo associado dos 3 cultivos =	Cr\$ 4.094,00 ¹²⁰
valor do hectare com 3 cultivos associados =	Cr\$ 4.094,00
valor do hectare só com cultivo de mandioca =	Cr\$ 3.303,00

¹²⁰ Supôs-se aqui, explicitamente, para efeitos de cálculo, que o consorciamento de cada um dos três produtos fosse obrigatoriamente feito com os demais, o que não é sempre o caso. Os cálculos permitem assim uma aproximação dos processos reais, mas não são uma reconstrução direta de processos reais observados.

O consorciamento permite um crescimento em 24% do valor por ha, embora baixando a produtividade física em 16% no caso da mandioca, 15% da produtividade física do feijão e 5% da produtividade física do milho. Como a terra é o fator escasso para os agricultores, eles intensificam a auto-exploração do esforço de seus grupos domésticos, isto é, aceitam uma queda da produtividade do trabalho, física e em valor, para obter uma produção total maior, física e em valor, na pequena terra que conseguem para botarem seus roçados.

Veja-se mesmo o seguinte: mantidos os preços constantes, se dispusessem de terra abundante, se o acesso à terra fosse livre, se o mesmo trabalho fosse aplicado em 3 ha sendo 1 ha de mandioca, 1 ha de milho e 1 ha de feijão, poderíamos ter¹²¹:

valor de um ha de mandioca com cultivo simples	Cr\$	3.303,00
valor de um ha de feijão com cultivo simples	Cr\$	997,00
valor de um ha de milho com cultivo simples	Cr\$	488,00
	Cr\$	4.788,00

Assim, caso fossem produtos de um mesmo montante de trabalho, obteriam um valor de produção 17% maior. Há então uma perda de 17% da produtividade do trabalho para aumentar em 24% o valor extraído da terra, na substituição camponesa de terra por trabalho, como Tepicht (1973, p. 26) chamou esta lei de movimento do trabalho camponês.

Mesmo estritamente dentro do cálculo em preços ao produtor, basta que a renda da terra que paga pelo roçado em terra alheia supere em 17% o valor da produção para que seja mais “racional”, segundo os próprios critérios do senso comum técnico e acadêmico, associar cultivos. Note-se que a Lei agrícola (4.504/64) manda pagar no máximo (Art. 96) 10% da produção física para quem recebe a terra nua; os grandes proprietários cobram no mínimo 30% e na imensa maioria das vezes 50% da produção física, e exigem o monopólio da venda dos produtos plantados no lombo do leirão. Portanto, é a escassez de terras para os pequenos estabelecimentos e a abundância para os grandes que os condiciona a terem com o mesmo sistema de preços e até frente aos mesmo produtos comportamentos objetivamente diferentes. Não há por que imputar a uns os adjetivos racional e econômico e a outros os adjetivos opostos, irracional e antieconômico. Os agricultores por sinal conhecem perfeitamente o fato de que “plantando separado é melhor”, mas não chegam a fazer isto porque as terras de trabalho estão diminuindo em quantidade e aumentando em preço. Este “avanço tecnológico” lhes está sendo vedado pelo crescimento contínuo do preço da terra. Havendo

¹²¹ Aqui supomos o mesmo montante de despesa de trabalho e de insumos utilizados na produção, o que não é o caso, pois o preparo da terra teria então de ser multiplicado por três. Portanto, a produtividade do trabalho no exemplo é superestimada. Mesmo assim, ela revela a racionalidade específica do agente camponês, que se encontraria reforçada se o crescimento da produtividade valor com cultivo simples fosse menor.

condições de acesso a terras diversas podemos ter no cultivo dos mesmos produtos padrões de produção diferentes.

Assim sendo, ao contrário de uma posição “rotineira” e “tradicionalista”, vemos que os *agricultores* têm de fazer face às áleas do clima e às áleas sociais. Por isto mesmo formula um *agricultor* entrevistado em 1977 (L. B.):

“Mas quem está na agricultura tem que arriscar, só aventurando mesmo.”

Compreendemos, portanto, por que a própria divisão do ano entre *inverno* e *verão* signifique que *inverno* esteja associado à idéia de muito trabalho e de fartura, e *verão* à idéia de pouco trabalho e de escassez. Entende-se, também, que *ano ruim* seja assimilado a *inverno ruim*, pois do que ocorrer nesta parte do ano dependerá a vida do grupo doméstico o ano inteiro. O *negócio* permite suprir a unidade doméstica tanto de uma fonte de renda específica durante o *verão*, tornando a flutuação do consumo doméstico entre *inverno* e *verão* menos sensível para os que *vivem do alugado*, por exemplo, como contrabalançar os efeitos negativos de *invernos ruins*. Ressalte-se que, de certos momentos do ciclo agrícola, em que há picos de trabalho, como os momentos em que se *cava leirão* e se *planta*, depende a produção de todo aquele ano. O *negócio* pode propiciar por conseguinte uma fonte de renda que permita aumentar a produção da unidade doméstica, ou apenas permitir que o consumo doméstico daquele período não se faça às expensas das reservas a serem dedicadas à produção. Poderia ser mostrado que inversamente a *agricultura* é um dos sustentáculos básicos do *negócio* dos *agricultores* nas feiras¹²². De qualquer forma, além do ditado de que “de agricultura só não dá, de negócio só não dá”, era freqüente que, ao falar dos problemas da *agricultura*, como os que analisamos aqui, dissessem que o *roçado* era só *ajutório*, e inversamente, ao falar dos problemas do negócio, o vissem como um *ajutório* para a *agricultura*. Formulações que destacam a conexão dessas práticas no caso estudado.

A Divisão Familiar do Trabalho e a Distribuição do Produto do Trabalho Familiar

A divisão do tempo e dos recursos entre *agricultura* e *negócio* se articula, mas não se confunde, com a oposição entre a esfera masculina e a esfera feminina das unidades domésticas dos *agricultores*. Na verdade, esta partição do tempo semanal entre dias dedicados ao *sítio* ou *roçado* e dias dedicados a feiras é característica aos homens das unidades domésticas,

¹²² Para o desenvolvimento deste ponto, ver Garcia, M. F. (1977b).

particularmente aos *pais de família* que são *ajudados* por seus filhos homens. Geralmente quando se encontram mulheres preenchendo o mesmo esquema, ou seus maridos também participam das feiras, ou se trata de viúvas ou mulheres abandonadas por seus maridos, quando têm de assumir o papel de *chefe de família*¹²³. Mesmo neste último caso, é freqüente que um filho homem já crescido possa poupar a *mãe de família* daquelas tarefas, ou muitas retornavam à casa paterna.

A oposição homem-mulher permeia todas as atividades domésticas dos *agricultores*, especificando esferas articuladas e hierarquizadas. Como formula um *agricultor*, pequeno proprietário, que *negocia* com louça de barro em três feiras por semana, ao explicar que iria casar de novo dali a cinco meses, embora sentisse muito a falta da mulher que perdera há pouco: “É um homem no campo e a mulher na casa, porque senão é um dismantelo.” Ao homem, *pai de família*, cabem as decisões sobre o *sítio* e/ou *roçado*, bem como o *negócio*, controlando assim as decisões sobre a produção da unidade doméstica¹²⁴ e os meios de fazer face ao consumo doméstico semanal materializado na *feira*¹²⁵. À mulher, *mãe de família*, cabem as decisões da *casa*, o consumo diário de alimentos do grupo doméstico, a reprodução das condições sociais de consumo, o cuidado das crianças menores.

Isto não significa que as mulheres não tenham atividades agrícolas. Há tarefas especificamente femininas no *roçado*, como *plantar*, enquanto os homens *cavam leirão*. Também é comum que as mulheres *ajudem* os homens na colheita do algodão. Mas tarefas como *preparar a terra*, *cavar leirão* são consideradas exclusivamente masculinas. As mulheres podem ainda ser responsáveis por *limpar*, ou seja, remover de enxada o mato que cresce entre os cultivos do *roçado*. Contudo, a utilização de trabalhadores *alugados* substitui preferencialmente o trabalho feminino, embora as tarefas especificamente femininas como *plantar* (colocar as sementes no leirão) sejam então realizadas por mulheres trabalhando no *alugado*. Quanto mais próspera a situação da unidade doméstica menor será a utilização da *mãe de família* e das *filhas* no *roçado* e/ou *sítio*. Contudo, tanto a *mãe de família* como suas *filhas* podem ter um *roçadinho* por elas

¹²³A participação de mulheres em feiras está desenvolvida em Garcia, M. F. (1977c). No censo da feira de Remígio, verificou-se que dos 10 feirantes que declararam ser viúvos ou separados 9 eram mulheres, sendo que 3 combinavam agricultura e negócio e 6 apenas negociavam. Das 33 mulheres casadas que participavam da feira, 18 declararam praticar a combinação agricultura e negócio, sendo que em 17 casos o marido também combinava as atividades de agricultura e negócio. A combinação de agricultura e negócio é bem mais freqüente entre os homens (65%) do que entre as mulheres (50%).

¹²⁴A idéia de que a oposição *casa-roçado*, ou no caso presente *casa-campo*, permite pensar as determinações da economia do pequeno produtor surgiu das pesquisas anteriores em Pernambuco. Ver Heredia e Garcia (1971), Garcia Jr. (1983a), Heredia (1979). Uma recorrência e variante importante foi a observada por Eliane Gonçalves Bastos (1977), pois se tratava de pequenos produtores cujo cultivo básico eram laranjais.

¹²⁵*Feira* é como são designadas as compras de periodicidade semanal que propiciam o consumo doméstico necessário durante o período.

controlado e cuidado, ou mesmo *hortas*, quando só se cultiva verduras, e que aparece sempre como atividade feminina. No caso da *mãe de família*, seu cultivo pode destinar-se ao consumo doméstico, e neste caso sua plantação será de *verduras*, como coentro, tomate, alface, pimentão, maxixe, etc. Note-se que as *verduras* não são consideradas como alimentos fundamentais para o grupo doméstico, fazendo parte das *misturas*, enquanto que a *comida* compreende feijão e farinha, em segundo lugar aparecendo a *carne* (aqui compreendendo também peixe).

Mesmo quando a atividade da *mãe de família* fornece o consumo doméstico, concentra-se no aprovisionamento de alimentos hierarquicamente menos valorizados, pois o aprovisionamento regular de farinha de mandioca, feijão e carne cabe especificamente ao *pai de família*. O cultivo da *mãe de família* pode também destinar-se à venda, e a renda obtida servir para a compra tanto dos instrumentos de consumo da casa, como panelas, toalhas de mesa, como também para objetos de seu uso pessoal, como fazendas para vestidos, calçados, etc. No caso de *filhas*, a destinação do cultivo é para venda, objetivando a compra de objetos de seu uso pessoal¹²⁶. Em todos esses casos cabe ao pai *preparar a terra e cavar o leirão*, embora aí seja muito mais freqüente que as mulheres se ocupem das *limpas*. Observe-se que no caso de *hortas* as mulheres delas se ocupam diariamente, tendo de regar os leirões pela manhã e ao fim da tarde.

No *negócio* é ainda menos freqüente a participação feminina, a feira sendo um espaço predominantemente masculino. A *ajuda* da mulher ao homem quando *negocia* é esporádica e momentânea, quando tem de sair de seu *ponto* por alguma necessidade imperiosa, e de modo algum equivale à *ajuda* que um filho dá ao pai durante a feira. Contudo, assim como no caso do *roçadinho*, há mulheres de *agricultores* nas feiras em setores predominantemente ou exclusivamente femininos, como nas *verduras* ou *bancos de café*¹²⁷, e o *negócio*, nessas circunstâncias, propicia uma renda necessária à aquisição de instrumentos de sua esfera ou a objetos de uso pessoal. Nota-se também que este caso tende a ser mais freqüente entre mulheres que residem na *rua*, já que o *roçado* ou o *sítio* não ficam tão próximos da casa. Ressalte-se que a *feira* da casa, no sentido das compras necessárias ao consumo doméstico semanal, é realizada pelo *pai de família*, e se a mulher participa, sobretudo avaliando a qualidade dos produtos, é o homem que acerta o preço e o volume das transações, e quem efetua os pagamentos¹²⁸.

¹²⁶Estes fatos são recorrentes com as formas de individualização dos membros das unidades domésticas de pequenos produtores em Pernambuco, como a existência de *roçadinhos* e *criação* individual. Cf. Heredia e Garcia (1971), Heredia (1979), Garcia Jr. (1983a).

¹²⁷Maiores detalhes em Garcia, M. F., 1977c.

¹²⁸Há ainda uma outra atividade desempenhada por algumas mulheres de *agricultores* cuja renda destina-se a suas despesas pessoais: a de professora primária, exercida tanto no *sítio* como na *rua*.

A criação de animais é uma atividade que também se apresenta segmentada em esferas masculinas e esferas femininas. A criação de cabeças de gado, tanto vacas como garrotes, é atividade masculina, enquanto que a de outros animais, designados como *miunças*, cabra, ovelha, porco, peru, galinha, pato e outras aves, pertence à esfera feminina. Quem se ocupa da alimentação e do trato das *miunças* são as mulheres e crianças pequenas. É interessante observar que o cálculo do produto necessário ao consumo da casa inclui as *miunças*, como são designados os animais de pequeno porte, e é freqüente a referência ao *gasto* da casa com milho, por exemplo, referindo-se também ao consumo destes animais. A criação de *miunças* dota a unidade doméstica de instrumentos de reserva e acumulação na esfera propriamente feminina¹²⁹. Assim, estes animais, além de poderem fornecer alimentos, como os ovos das aves e o leite das cabras, servem para paliar qualquer aumento do consumo necessário, como doença ou visita, ou ainda, para fazer face ao consumo em ocasiões festivas. Neste sentido, utiliza-se a categoria *precisão*, em que a criação permite fazer face diretamente a qualquer necessidade eventual do grupo doméstico. Caso as necessidades do consumo doméstico de alimentos possam ser atendidas sem que se elimine o estoque desses animais, e já se tendo tido o cuidado de reproduzi-los, a sua venda proporciona renda para compra de instrumentos ou objetos pessoais da esfera feminina, como roupas, calçados, produtos de uso pessoal. Assim, o agricultor L. V., ao tratar da aquisição de roupa para o grupo doméstico, explicita que esta é uma esfera de sua esposa. E sua esposa explicita que sua esfera de aquisições compreende tanto os tecidos para costurar as vestimentas, a roupa, como todo o necessário à sua função de *dona-de-casa*. Mais interessante ainda é notar que, embora sendo uma esfera própria da *mãe de família*, estas atividades estão submetidas também ao resultado da agricultura, portanto, ao campo de atividades masculinas. Vale a pena transcrever o trecho da entrevista:

“L. V. — A roupa é ela quem compra.

D. N. — A roupa quem compra sou eu. Quando ele vai pra Campina, eu vou e compro. Chega o mês de novembro eu vou com ele, aí compro o que precisa dentro da casa, de toalha de mesa a lençol de cama, compro tudo. Aí, quando ele colhe o legume, faz mais dinheiro, que o dinheiro da agricultura aqui é pouco, é curto, só dá pra um negócio. Aí ele vai novamente, assim de setembro para outubro, e eu compro de novo. Para tudinho, eu mesmo é que faço essas roupinhas caseiras. Costuro a roupinha dos meninos, e mesmo a minha. Eu mesmo é quem costuro. Não pago nada.”

Mas a criação de *miunças* não é atividade exclusiva da *mãe de família* dos grupos domésticos de agricultores. Pode caber tanto à *mãe de família* como a uma de suas filhas. Se preenche a função reserva, como forma de

¹²⁹ Esta função de reserva e acumulação dos pequenos animais está descrita e analisada em Heredia e Garcia (1971), Heredia (1979), Garcia Jr. (1983a).

assegurar o consumo no tempo, também permite uma acumulação, que tem por limite o que se pode despendir com sua alimentação, já que a reprodução biológica é assegurada pelo cruzamento de animais de sexo oposto. Esta acumulação na esfera feminina permite passar da aquisição de objetos vistos como mais essenciais para objetos considerados menos essenciais. Já no caso das *filhas*, é ela que permite proporcionar os meios necessários para as despesas de casamento, momento fundamental do ciclo de vida, que marca a passagem de *moça a mulher, mãe de família*.

A *criação* de gado também pode proporcionar, quando se trata de vacas, leite para o consumo da casa, mas este não é o objetivo principal. Hoje em dia, dentre os *libertos*, só os proprietários de *sítios* têm criação de gado, ou então *moradores* de propriedades abandonadas, embora no passado houvesse *rendeiros* e *meeiros* que tinham direito de criar¹³⁰. Isto porque a *criação* exige a ocupação durante o ano inteiro do terreno em que está, e mesmo sua alimentação exige atualmente atividades agrícolas anteriores. É freqüente que os pequenos proprietários reservem uma área de seu *sítio* onde plantam capim, tanto tipos de capim em que podem soltar o gado dentro para pastar, como o *pangola*, como tipos que são cortados e misturados a palhas e à cana-de-açúcar, servidos como forragem. Há assim uma produção agrícola destinada especificamente à alimentação do gado, embora se possa também aproveitar subprodutos da *agricultura*, como as palhas. Por outro lado, os excrementos dos animais servem de estrume para o *roçado* e o *sítio* dos *agricultores*, embora raramente em escala suficiente para que não se adquira fora da propriedade. Observa-se, portanto, da *agricultura* para *criação*, da *criação* para *agricultura*, aquilo que Tepicht denomina autoconsumo intermediário, uma das características básicas da economia camponesa (Tepicht, 1973, p. 28).

A *criação de gado* soma-se à *agricultura* e ao *negócio* como forma de obtenção da renda que garante o consumo doméstico necessário e permite a reprodução das condições sociais de produção. Entretanto, além disso, a

¹³⁰No passado havia *rendeiros* no Agreste e *meeiros* no Brejo, assim como *moradores* que pagavam renda e *moradores* que davam a *meia*, no caso dos que residiam dentro das grandes propriedades, que podiam mesmo ter criação de gado na grande propriedade. Conflitos jurídicos com grandes proprietários, em particular na década de 1960, quando foram fundados sindicatos de trabalhadores rurais, levaram os grandes proprietários a expulsar *moradores* de suas propriedades, e a não permitir mais a *criação*. Os conflitos atingiram sobretudo essas categorias que passaram a exigir indenização quando eram mandadas embora da propriedade, ou que resistiam a passar de sua antiga situação à de *morador sujeito* se os proprietários assim o quisessem. Assim é que, entre 1977-82, geralmente só se encontrava *moradores sujeitos* com criação de gado dentro da grande propriedade, mas essa criação estava geralmente associada ao *patrão*. Suas formas eram a *meia* ou pelo lucro. No primeiro caso o produto da cria é dividido entre o *patrão* e o *morador*, e no segundo, o animal é entregue pelo *patrão* e engordado pelo *morador* e a diferença entre a receita e o preço inicial do animal é partida ao meio. Nesse caso o gado não permite escapar da *sujeição*, mas a supõe. Interessante notar como os modelos familiares em jogo são reproduzidos nas formas de dominação: observamos que os *patrões* davam gado a *meia* ou pelo lucro a seus *moradores*, e que suas mulheres davam cabras a *meia* ou pelo lucro às mulheres dos *moradores*.

criação de gado preenche a função de reserva e acumulação na esfera masculina, ou seja, funciona como reserva e acumulação para a *agricultura* e o *negócio*, ou mesmo, quando estas proporcionam apenas uma renda insuficiente para o consumo necessário, a criação de gado pode garantir o abastecimento da casa em ocasiões difíceis ou a realização de uma despesa eventual particularmente grande. O volume de cabeças de gado aumenta na medida em que há prosperidade na *agricultura* e no *negócio*, e diminui em épocas ruins. No caso da *agricultura*, a *criação* serve mesmo de meio de acumulação para aumentar o estoque de terras em poder da unidade doméstica. Não só observamos casos de *agricultores* que adquiriram esta condição através da compra e engorda de cabeças de gado, com o dinheiro obtido por si mesmos ou *filhos no Sul*, mas também esta era a forma de acumulação de *filhos de agricultores* para se estabelecerem depois do casamento, e mesmo de *pais de família* para expandirem o patrimônio da unidade doméstica. Em todos esses casos, o gado serve também como forma de acumulação para construção, reforma ou ampliação de casas. Em situações difíceis, nas quais a renda proporcionada pela *agricultura* é insuficiente, a venda de cabeças de gado permite reequilibrar a situação. É muito conhecido nas carteiras agrícolas dos bancos que os *agricultores* têm no gado o meio principal de pagar o empréstimo realizado para algum beneficiamento no *sítio*, como reforma na *casa de farinha*, ou para o *custeio* das tarefas agrícolas como aquisição de adubos. Fatos análogos podem ser apontados quanto ao *negócio*. Em época de prosperidade a renda obtida no *negócio* serve para ampliar o estoque de cabeças de gado possuído pela unidade doméstica. Se há algum *negócio* mal-sucedido que exige um desembolso de vulto, é a venda de gado que proporcionará o dinheiro necessário¹³¹. Note-se que fato revelador da intensidade de compra e venda de cabeças de gado por *agricultores* é a existência de um setor em toda feira destinado somente a estas transações, a *feira do gado*¹³², sendo também um dos *negócios* a que se dedicam *agricultores*.

Vê-se que *agricultura*, *negócio* e *criação* constituem o tripé da economia dos *agricultores*. Como é possível ter *agricultura* sem ter *criação*, mas a *criação* para este grupo sempre supõe a *agricultura*, no discurso corrente aparece a atividade de *criação* subsumida na categoria *agricultura*, enfatizando-se o binômio *agricultura-negócio*. Porém, numa unidade doméstica com todas as posições presentes, ou seja, *pai, mãe, filhos e filhas*, este trinômio pode ser desdobrado em uma articulação *agricultura-negócio-criação* da esfera masculina, sob o poder do *pai*, a

¹³¹ A *criação* serve ainda de reserva para qualquer despesa, necessária mas inesperada, de grande vulto, como vimos no caso de doença da esposa de um *agricultor* que chegou a vender todas as cabeças que possuía, ou ainda num caso de atropelamento de um motociclista por um pequeno proprietário que dirigia um jipe de sua propriedade.

¹³² As fazendas de gado não participam, a não ser marginalmente, das *feiras de gado* locais, apenas das importantes *feiras de gado* regionais. Nas feiras locais os clientes importantes são os pequenos proprietários e os *marchantes*, que compram gado para abate, havendo ainda compra e venda de gado na *meia* e pelo *lucro* de *moradores sujeitos*.

quem cabe fornecer o consumo doméstico necessário, materializado na *feira* semanal, e responsável pela reprodução das condições sociais de produção e de vida da unidade doméstica; e uma articulação *agricultura-negócio-criação* da esfera feminina, sob o poder da *mãe de família*, diferenciada da anterior, a que tem de ser somada o *cuidar da casa*. Um outro desdobramento ainda poderia ser feito, a partir de cada *filho* ou *filha* em que a articulação *agricultura-negócio-criação* se aproximaria de uma ou outra das anteriores, segundo o sexo do indivíduo, porém tendo por objetivo propiciar meios de fazer face a despesas pessoais, como roupas, calçados, objetos de uso pessoal, ou ainda de acumulação prévia para o casamento¹³³. Nota-se contudo a menor frequência de negócio praticado por moça solteira, restringindo-se o esquema à *agricultura-criação*, bem como, mesmo no caso de *mães de família*, o recurso ao *negócio* é em escala muito mais restrita que para os homens. Na verdade, no binômio *agricultura-negócio*, esta última atividade é mais marcadamente masculina. Definindo-se como atividade de intermediação a compra e venda de produtos, sua realização exige constantes contatos com pessoas de outras unidades domésticas fora do espaço ocupado pelo grupo doméstico em suas atividades (*casa, sítio* ou *roçado*), e também deslocamentos para outras cidades que não a do município onde reside. Como esse papel de mediação entre os membros do grupo doméstico e os de fora cabe ao *pai de família*, o *negócio* é visto como pertencendo particularmente à esfera masculina. Assim, em épocas de muito trabalho agrícola, o homem pode ir *negociar* em uma determinada feira, enquanto sua mulher “toma conta dos trabalhadores”¹³⁴, mas nunca pediria para substituí-la no *negócio* para ficar trabalhando na *agricultura*.

Com efeito, se o *negócio* está articulado com a *agricultura*, embricado nela, não perde com isto sua especificidade, ou seja, nunca *negócio* se identifica com *agricultura*. Nem saber trabalhar com *agricultura* dá por isso mesmo acesso ao *negócio* com esses produtos agrícolas, nem *negociar* com determinado produto implica que se saiba como produzi-lo. Sob este aspecto é curioso observar o uso que fazem os *agricultores* da categoria *trabalho* e do verbo *trabalhar*. *Trabalho* se opõe a *negócio* e *trabalhar* a *negociar* quando se designa as atividades de cultivo da terra em oposição às atividades de compra e revenda de produtos. Nesses contextos *negócio* não é *trabalho*, e um exemplo é quando questionados durante as feiras se “viviam de negócio”, respondiam logo: “Não. Eu também trabalho”¹³⁵.

¹³³ A iniciação dos filhos no *negócio* e a passagem progressiva dos setores menos importantes, que exigem também menor capital, para setores mais importantes estão tratadas em Garcia, M. F. (1977c e 1984).

¹³⁴ Mesmo nesse caso o preço e as condições de trabalho já foram acertados previamente pelo homem.

¹³⁵ Esta resposta à pergunta – o senhor vive de negócios? Não, eu trabalho – é recorrente com o que ocorreu nos censos de feira da Zona da Mata de Pernambuco, para a pesquisa de Moacir Palmeira. Participamos daquele realizado em 1972, onde foi muito comum este tipo de oposição entre *trabalho* e *negócio*.

Porém, *negócio* é percebido como *trabalho* toda vez que designa esfera em que se aplica o esforço próprio ou de algum membro da unidade doméstica, e donde se extrai uma renda necessária ao consumo doméstico. Esta duplicidade só ressalta a relativa autonomia destas duas atividades, que, embora articuladas no mundo do *agricultor*, têm determinações próprias.

Note-se também que a ênfase do esforço dos homens da unidade doméstica pode visar uma ou outra dessas atividades, configurando assim estratégias possíveis diferentes. Isto se evidenciará, por exemplo, no número de dias por semana dedicado ao *sítio e/ou roçado* ou ao *negócio*, que varia de um a dois dias para *negócio* – cinco para *agricultura*, a quatro para *negócio* – três para *agricultura*; sendo que há casos de pequenos proprietários que têm no *negócio* por atacado uma fonte de renda essencial, e dedicam praticamente os seis dias da semana ao *negócio*, definindo-se então mais como *negociantes* que como *agricultores*. Efetivamente, o *negócio* abre caminho à diferenciação social sob dois pontos de vista: por um lado, alocando o tempo dos membros masculinos da unidade doméstica e dele fazendo depender a renda necessária ao consumo doméstico; de outro, porque a renda obtida com o *negócio* serve também para pagar *trabalhadores alugados*, que substituem portanto o esforço dos membros do grupo doméstico. É importante notar que aqueles que dedicam mais de três dias por semana ao *negócio*, mais da metade da semana, são os que mais fazem questão de afirmar que trabalham, e não *vivem só de negócio*; *trabalhar* é assimilado a *viver do cabo da enxada*, por oposição, portanto, a *negociar*. Outro fato que ressalta esta estratégia do *negócio* como diferenciadora é o empenho dos *agricultores* em socializar os filhos no *negócio*, e assim que possível propiciar-lhes um *negócio* autônomo, explicitamente como forma de livrá-los da dependência futura do *cabo da enxada*. Não se entenda por isso que deixa de haver socialização dos filhos na *agricultura*, mas apenas que há preferência pelo *negócio*. Como os que *vivem do alugado* estão normalmente excluídos do *negócio*, esta atividade marca e possibilita uma real diferenciação¹³⁶. Mesmo do ponto de vista dos *agricultores*, que combinam *agricultura* e *negócio*, haveria limites na substituição do trabalho dos membros da unidade doméstica pelos *alugados*, ou progressivamente todo o esforço doméstico tenderia a se concentrar no *negócio*, o trabalho agrícola dependendo totalmente do *alugado*? Em outras palavras: o processo de acumulação dos *agricultores* implica necessariamente a substituição do *trabalho* dos membros da unidade doméstica pelos *alugados*?

¹³⁶ É necessário ressaltar que o *negócio*, no caso do Brejo e Agreste da Paraíba, que é uma atividade monopolizada pelos mais prósperos entre os *agricultores*, significa o oposto da situação observada anteriormente em Pernambuco, em que era característico dos menores entre os pequenos produtores que buscavam assim *escapar do alugado* (Garcia Jr., 1983a.). Não se pode, portanto, substituir o papel de uma ou outra atividade, mas sim ver nessas articulações diferenciais indicadores de variações nas oposições sociais e na sua dinâmica, isto é, variações no próprio processo.

Capítulo V

Trajetórias Ascendentes e a Economia Familiar dos Agricultores (II): Campesinato, Acumulação e Diferenciação

No caso em exame há, claramente, a presença de recursos monetários destinados pelos *agricultores* a pagar *trabalhadores alugados*, ou seja, dinheiro que serve para pagar a força de trabalho utilizada nos *sítios* e/ou *roçados*, cuja produção será vendida e proporcionará ao dono do dinheiro um valor acima daquele que desembolsou¹³⁷. Logicamente, a este “fundo para pagar trabalhadores” soma-se um “fundo para dispêndio com meios de produção”, ou seja, o dispêndio em dinheiro com instrumentos e objetos de trabalho – sementes, adubo, pesticidas, etc., onde poderíamos incluir, para evitar discussões que não cabem aqui, as próprias despesas com o pagamento pela terra utilizada. O cálculo dos *agricultores* permite referendar este esquema, pois somam todas as despesas com *trabalhadores alugados* a despesas com pagamento pela terra (quando se trata de arrendamento), sementes, adubo, pesticidas, enxadas e outros instrumentos adquiridos, ou aluguel de *boi de cultivador* ou mesmo trator, quando é o caso, e confrontam-nas com o valor obtido com a venda dos produtos do *roçado* ou da safra daquele ano no *sítio*. Neste cálculo julgam a rentabilidade dos recursos empregados e em quanto o valor da venda superou os desembolsos realizados. Não computam aí os dias de trabalho dos membros da unidade doméstica, mesmo quando desempenharam funções idênticas às dos *trabalhadores alugados*, muitas vezes trabalhando lado a lado. Qual a lógica do uso do que aqui denominamos “fundo para pagar trabalhadores”?

¹³⁷ Em artigo anterior (Garcia Jr., 1977), havia mesmo trabalhado com o conceito de *capital variável* para designar os recursos monetários assim destinados pelos *agricultores*. José de Souza Martins, em sua crítica, mostrou que tal utilização do conceito não era pertinente, e que ia em sentido oposto ao de meu próprio esforço teórico. Isto porque já estariam em operação as leis da acumulação de capital especificamente capitalista ao examinar se o processo de acumulação dos *agricultores* nisto desembocaria. Se propunha uma postura crítica a raciocínios teleológicos, onde o fim do processo não dá as determinações da transformação, ao adotar o conceito de *capital*, eu mesmo era induzido a raciocínios teleológicos. Como Martins (1980) formulou bem: se examinava como o trabalhador se tornava *liberto*, nesta parte examinava como os recursos monetários ficavam *libertos* de serem combinados com o trabalho doméstico, e aí então terem as propriedades do conceito de *capital*, como valor que se acumula. Estas observações de Martins, cobrando meus próprios pressupostos teóricos, numa crítica precisa e por dentro de minhas formulações, muito me ajudaram a prosseguir no rumo que este livro consubstancia. Registro aqui a minha gratidão à sua disposição ao debate teórico e à seriedade com que o faz.

A Acumulação dos Agricultores e a Utilização de Trabalhadores Alugados

A função mais aparente, como deixam perceber os desenvolvimentos anteriores, é diminuir a auto-exploração da força de trabalho do grupo doméstico. O esforço que seria necessário ao *pai de família agricultor* extrair dos membros de seu grupo doméstico pode ser substituído pelos serviços de um *trabalhador alugado*. Isto se faz respeitando a ordem interna à unidade doméstica, ou seja, as mulheres e crianças pequenas devem permanecer excluídas do trabalho agrícola, ou sua participação ser limitada às tarefas consideradas especificamente femininas. Depois então vem o trabalho dos elementos masculinos, sendo que a doença ou a velhice entram nos cálculos de prioridade de substituição. Se o *alugado* permite aliviar a unidade doméstica do *pesado*, a própria avaliação do que é *pesado* leva em conta a diferença de sexo e de posição dentro da unidade doméstica. Note-se que o marco de que estão deixando de *trabalhar* significa que o esforço de membros masculinos da unidade doméstica está sendo substituído pelo trabalho de *alugados*.

Devemos nos lembrar, contudo, de que o trabalho no *roçado* e no *sítio* não é uniforme ao longo do ano, exigindo um volume constante de trabalhadores e de esforço despendido. Vimos que concentra-se no *inverno*, sendo relativamente pequeno durante o *verão*. Mas ainda mais importante é que mesmo no *inverno* o volume de trabalho requerido não é uniforme. *Preparar a terra*, que antecede um pouco o *inverno*, é tarefa que pode ser feita por um mesmo trabalhador vários dias seguidos, ou por vários trabalhadores no mesmo dia, dada uma quantidade de terreno determinada. O mesmo se poderia dizer das *limpas*. Este não é o caso de *cavar leirão* e *plantar*. Se as chuvas foram abundantes aquele é o momento; perdê-lo significa diminuir a produção que pode ser obtida. O trabalho despendido por dia não é equivalente ao trabalho despendido por vários dias consecutivos. Neste sentido, a expressão *pico do ciclo agrícola* ganha todo o seu significado, já que se trata de trabalho inadiável do qual depende toda a produção que será obtida, bem como todas as tarefas futuras e mesmo a utilidade das tarefas já realizadas¹³⁸.

Da extensão do trabalho em tais momentos dependem o volume da produção e o volume do trabalho a ser feito posteriormente. Assim sendo, nestas tarefas, substituir o trabalho dos membros do grupo doméstico por *trabalhador alugado*, em vez de somá-los, denota abundância de recursos monetários em poder daquela unidade. Quando somada, a utilização do

¹³⁸Georgescu-Roegen (1963) chama a atenção para a irrecuperabilidade do tempo durante o ciclo agrícola, o que difere o tempo da produção agrícola do da produção industrial.

“fundo para pagar trabalhadores” preenche função análoga à acumulação de meios de produção por camponeses, tal como formulada por Chayanov (Chayanov, 1966, capítulo IV), em que a plena utilização da força de trabalho doméstica, ao longo do ciclo agrícola, exige a substituição de trabalho humano por equipamento, nos momentos de pico do ciclo agrícola, já que aumenta assim o potencial produtivo da unidade doméstica. Mesmo ao somar, pode-se diminuir relativamente a auto-exploração da força de trabalho doméstica, destinando-se os serviços particularmente *pesados a trabalhadores alugados*.

Ao falar da disponibilidade de recursos monetários nos momentos de pico do ciclo agrícola estamos tocando num ponto especialmente sensível para os *agricultores*. Isto porque, sobretudo para o *roçado*, nos momentos de pico do ciclo agrícola é que a *diária* do *alugado* sobe consideravelmente, assim como a *empreitada*. Pudemos observar claramente, em 1977, que os *agricultores* que puderam *encamar* a terra no início de março, usando *alugado*, já que a diária estava entre 15,00 e 20,00, não puderam *cavar leirão e plantar* com *alugado* porque assim que o “inverno pegou”, na última semana de março, a diária foi a 30,00. Com a alta do *alugado*, como formulou um *agricultor*, “plantar é que nem trovoadá”, e muitos que *encamaram* com *alugado*, *cavaram o leirão e plantaram* apenas com os próprios trabalhadores domésticos. Reclama-se muito de que mesmo pagando-se os preços correntes não se encontra *trabalhador*. É evidente que parte disto é efeito do aumento da demanda por *alugado*, o conjunto de *agricultores* procurando *trabalhadores* simultaneamente e em curto espaço de tempo. Mas o outro lado da questão é que a maior parte dos *alugados* também está trabalhando em seus *roçados*, o que é assegurado ao menos para os pequenos proprietários de *sítio*, mas também para aqueles que conseguem terra por *renda* ou na *meia*. Diminui assim a oferta de *trabalhadores alugados*, pois a produção destes, mesmo que vise apenas ao autoconsumo, também sofre as mesmas determinações do ciclo agrícola que os *agricultores*. Portanto, é algo que se renova a cada ciclo agrícola, e assim, a unidade doméstica constitui sempre um referente dos cálculos do montante da produção a ser obtida e das tarefas a serem realizadas.

Pudemos mesmo observar, nas duas idas ao campo, que *agricultores* que tinham *botado roçado* em 1976, baseados no *trabalho alugado*, em 1977 faziam um uso maior do trabalho dos membros de suas unidades domésticas, o que explicavam tanto pela alta de preços do *alugado*, como por terem menos dinheiro disponível devido a insucessos no *negócio*. Evidentemente também observamos o inverso. O que se quer ressaltar é que a substituição de trabalhadores domésticos pelos *alugados* não é algo que é feito de uma vez para sempre. Há uma avaliação constante e renovada a cada ciclo agrícola, entre utilizar a força de trabalho doméstica na *agricultura*, ou poupá-la destas tarefas utilizando *alugados*. Fica claro também que a composição do grupo doméstico por sexo e idade afeta diretamente este cálculo.

Neste sentido poderíamos considerar que, menos do que uma quebra do cálculo camponês descrito por Chayanov (Chayanov, 1966), em que a produção seria determinada pelo balanço entre o consumo necessário à unidade doméstica, por um lado, e o grau de auto-exploração do trabalho doméstico por outro, teríamos um caso limite, que aponta como a própria realização desse cálculo pode conduzir à ruptura da situação camponesa¹³⁹. Observa-se contudo, que para pensar a própria lógica de substituição de trabalho doméstico pelo de *trabalhador alugado* é essencial ter em mente as determinações para que aponta o conceito de balanço entre o consumo e o trabalho familiar. Particularmente, fatos como a presença de crianças pequenas, consumidores mas não produtores, doentes, pessoas idosas e mesmo ter mais filhos do sexo masculino ou feminino não são questões secundárias, mas centrais para este cálculo¹⁴⁰. É importante não esquecer que, no caso em exame, poupar a força de trabalho dos membros masculinos da unidade doméstica significa alocá-la ao *negócio*, portanto a eficácia desse deslocamento depende da renda que o *negócio* proporcione.

¹³⁹Há aqui uma diferença em relação à perspectiva de Chayanov (1966), embora nos tenhamos inspirado largamente em suas análises. É que Chayanov tende a dar as determinações do trabalho familiar como decorrência do cálculo particular que é feito por cada unidade doméstica, enquanto que nossa tentativa é de precisar as estruturas sociais que delimitam a existência e a eficácia desse cálculo. Acreditamos que a acusação de subjetivismo que se faz a esse autor se prenda a este fato, só que assim formulada tende a jogar fora o bebê junto com a água do banho. Sem nenhuma dúvida, sua retomada de categorias de cálculo das unidades familiares permite especificar determinações da economia camponesa e certas tendências básicas. É necessário acrescentar que particularmente em "On the Theory of Non – Capitalist Economic Systems" (Chayanov, 1966, pp. 1–28) ele precisa as condições de validade estrutural das leis do trabalho familiar, e mesmo de suas variações sob diferentes formas de dominação. Sua atenção, contudo, está mais voltada para determinantes do comportamento de unidades domésticas camponesas que para a reprodução das relações sociais que lhes dão existência. Assim é que o sistema camponês é definido mais a partir das unidades que operam uma forma de cálculo específico, do que das relações que constituem tais unidades como unidades sociais de produção e das suas conexões. Julgamos que se a tendência a ter como referente de cálculo a auto-exploração da força de trabalho doméstica se reproduz constantemente, isto não é efeito de uma forma imanente de vida camponesa que tenda a se perpetuar, mas de determinações objetivas que renovam a necessidade do mesmo cálculo. Tentar precisar os limites em que as variações não mais reproduzem essa necessidade é o problema fundamental.

¹⁴⁰Poderia ser objetado que esses mesmos problemas existem para unidades domésticas de trabalhadores assalariados, operários, por exemplo. A diferença palpável é que ambas não controlam da mesma forma o processo de trabalho onde aplicam suas forças de trabalho. A decisão camponesa permite efetivamente pensar na troca de tempo livre por tempo de trabalho, conseqüentemente por produção, a cada momento, embora esteja submetida ao calendário do ciclo agrícola. Já o assalariado troca tempo livre não pelo produto que obterá com o esforço adicional, mas pela remuneração obtida com a venda de sua força de trabalho. Há mediação de um mercado aqui, o mercado de força de trabalho, que não se coloca no primeiro caso. O vendedor pode estar decidido a vender mais força de trabalho, mas o detentor dos meios de produção pode não querer comprar. Já no caso da produção camponesa o mercado que importa é o mercado de produtos, que só indiretamente atinge o trabalhador assalariado, passando pela mediação do capitalista.

Não é obra do acaso se as inovações importantes são aquelas que permitem aumentar a produtividade do trabalho e poupá-lo exatamente nos momentos de pico do ciclo agrícola. Estas permitem efetivamente aumentar o potencial produtivo dos *agricultores* ao longo de todo o ciclo agrícola. Se isto é verdade para unidades de trabalho familiares (Chayanov, 1966, capítulo IV), nas quais a alternativa é entre um novo equipamento e o trabalho da família na forma anterior, não deixa de ser válido quando o cálculo inclui a mediação de trabalhadores pagos em dinheiro, por dia de serviço, como os *alugados*. Caso interessante na área estudada é a alternativa entre o uso do *boi de cultivador* e fazer os serviços na enxada. A descrição anterior e o quadro 8 se baseavam na ordem das operações quando todos os serviços são feitos na enxada. Porém, o *preparo da terra* pode ser completado passando-se *capinadeira* mediante a tração de um boi, instrumento que serve para revolver a terra, e que, segundo as indicações obtidas, deve ser passado duas vezes em cada sentido. Posteriormente, coloca-se o boi fazendo a tração de um equipamento em metal denominado *cultivador*, que vai formando os *leirões*, acompanhados simultaneamente por *plantadeiras* que vão colocando as sementes. Segundo as informações obtidas, o serviço conseguido pelo boi em um dia é equivalente a 6 ou 8 dias de serviço na enxada. Mesmo alugando-se os serviços do boi, que em 1976 variavam de Cr\$ 60,00 a Cr\$ 80,00 por dia, enquanto pagava-se a *trabalhador alugado*, em setembro de 1976 (*verão* – comparabilidade subestima o último preço) Cr\$ 20,00, “sai mais barato que pagar trabalhador”. Reconhece-se contudo que “o serviço não sai tão bem-feito”, sabendo-se assim, que as lavouras ali plantadas não produzirão tanto. Há *agricultores* que, mesmo tendo possibilidade, preferem “pagar trabalhador”. O cálculo em moeda dos serviços desempenhados por *alugados* parece ser um argumento a mais para a substituição de trabalhadores por equipamentos.

Mas, deve-se notar aqui um fato fundamental: devido ao alto valor dos equipamentos, esta substituição implica a reintrodução do trabalho doméstico. A resultante aqui é a oposta a que mencionamos anteriormente, ou seja, ela implica substituição de *trabalhador alugado* por trabalho doméstico. Com efeito, devido ao custo de *ensinar o boi*, e ao valor dos equipamentos a ele associados, quem vai atrás do boi segurando a *capinadeira*, por exemplo, é o próprio *agricultor* que o possui, ou um filho já crescido. Isto, tanto quando o serviço é no próprio *sítio* do *agricultor* como quando se trata de *roçados* de outros, serviço que é pago na *diária*. A explicação corrente é que só quem é da família “tem cuidado com as coisas”. Assim, se o terreno se mostra acidentado, tem tocos ou pedras, tudo pode ser controlado, caso contrário o prejuízo será grande. Há assim *recomposição do trabalho doméstico* em um nível mais alto de *produtividade*. Não deixa de haver acumulação da unidade doméstica, nem de prosseguir o processo de diferenciação frente aos *agricultores fracos*, mas a acumulação em meios de produção exige mais e não menos trabalho doméstico.

Um processo semelhante pode ser observado na recente substituição das *casas de farinha a braço* por *casas de farinha a motor*¹⁴¹. Atualmente, praticamente só se transforma a mandioca em *casas de farinha a motor*, sendo mesmo que muitos *agricultores* que têm *a braço* vão fazer farinha em outras pagando a *congá* – como se denominam as duas cuias em cada sete produzidas, dadas em pagamento ao proprietário da *casa de farinha*¹⁴². Note-se que o motor vem poupar trabalho na tarefa que mais exigia esforço na *casa de farinha a braço*, que era cevar a mandioca. Contudo, antes podia-se *pagar trabalhador*, dois normalmente, para mover a grande roda que aciona o *rodete* que ceva a mandioca através de uma polia. Agora, o motor é sempre operado pelo dono da *casa de farinha* ou por um filho seu. Estes casos mostram que o surgimento do ‘fundo para pagar trabalhador’ pode ser o caminho de sua transformação em meios de produção, mas os novos meios de produção serão combinados com força de trabalho do grupo doméstico, e não com força de trabalho externa a este grupo, que poderia ser paga com um “fundo para pagar trabalhador” de valor inferior¹⁴³.

Acumulação Camponesa e a Reprodução Social Ameaçada: A Acumulação Reversível

Não é estranho, vistas as considerações anteriores, que a força de trabalho doméstica seja um referente constante do cálculo dos *agricultores*. É mesmo muito freqüente formularem que a quantidade de *trabalhadores alugados* que utilizam deve-se à falta de filhos homens já crescidos:

¹⁴¹Para maiores informações sobre os processos utilizados nas *casas de farinha*, ver: Garcia Jr. (1983a), Heredia (1979).

¹⁴²É de se notar que a rápida difusão do motor nas *casas de farinha* do Brejo e Agreste da Paraíba foi facilitada pelo reaproveitamento de motores de desfibrar agave, depois que caiu a rentabilidade desse produto. Nota-se, comparando com os dados de 1952 de Lacerda de Melo (1952) e Bernardes (1952), que a *congá* subiu de 10% em 1951 a 29% em 1976, portanto triplicou.

¹⁴³Note-se que no modo de produção capitalista a acumulação de capital se processa com a tendência ao aumento da composição orgânica do capital, ou seja, o crescimento do capital constante é mais rápido que o do capital variável, e permite assim se opor à tendência à alta dos salários que a acumulação de capital com composição orgânica constante fatalmente representaria (Marx, 1968, tomo 3, capítulo XXV, seção II). No caso apontado para o campesinato, a mesma lei aparece do ponto de vista do valor, pois o “fundo para pagar trabalhador” é diminuído em prol de um aumento do valor dos meios de produção possuídos, sendo que os mesmos níveis de produção, devido à mais alta produtividade propiciada por novos meios de produção, podem ser alcançados com menor dispêndio de força de trabalho. Contudo, há aqui uma variação fundamental, pois o dispêndio de força de trabalho global é menor, mas há substituição de força de trabalho extradoméstica por uma maior utilização da força de trabalho doméstica (cf. Galeski, 1972, capítulo I).

"L.M. – Se eu tivesse 4 ou 5 filhos então não ia pagar trabalhador, não ia ter despesa. A despesa que teria seria só com a feira" (*rendeiro e negociante* de feijão e milho) (em 24/08/76).

Aparentemente, teríamos aqui apenas uma forma particular de se resolver, através do *alugado*, a questão do ciclo de vida da unidade doméstica, que se colocaria em qualquer economia camponesa. Mesmo com muitos filhos do sexo masculino, enquanto são crianças contam como consumidores mas não como trabalhadores; daí a *feira* necessária durante esta fase exigir uma produção além daquela que seria obtida apenas pelo trabalho do *agricultor, pai de família*, e este trabalho adicional seria obtido com trabalhadores pagos em dinheiro. Neste caso, quando os filhos crescessem não seria mais necessário pagar trabalhador externo ao grupo doméstico¹⁴⁴. Isto é efetivamente válido e explicativo do comportamento de unidades domésticas de *agricultores*. Temos aqui apenas uma outra maneira de formular a questão, já analisada, de que a auto-exploração dos membros do grupo doméstico, necessária para proporcionar o consumo desejável, pode ser substituída por *trabalhadores alugados*, obedecida a ordem interna em que se avalia quão *pesado* é o trabalho para cada membro do grupo doméstico (não-equivalência entre o trabalho masculino e o trabalho feminino, não-equivalência entre o trabalho de *crianças* e o de *rapazes*, e o dos *velhos*, etc.).

Entretanto, as próprias entrevistas e a observação direta apontavam para um paradoxo do ponto de vista do ciclo de vida das unidades domésticas dos *agricultores*. Da perspectiva acima se deduziria que o melhor momento para o *agricultor, pai de família*, é quando os filhos homens, já crescidos, podem fornecer um trabalho equivalente ao de qualquer adulto, e ainda são solteiros, isto é, não constituíram uma nova unidade doméstica, o que implicaria sair da órbita paterna. Ora, o fato mais freqüente é que os *rapazes* de dezoito anos, inclusive os filhos dos *agricultores*, viessem para o Rio de Janeiro ou São Paulo trabalhar como *empregados*, para o Sul. Assim se reproduz constantemente a situação de um grupo doméstico com muitas *crianças*, algumas meninas e moças, e o *agricultor, pai de família*, trabalhando com *alugados*, enquanto seus filhos estão no Sul. Obviamente, a explicação de que o grupo doméstico diminui assim o número de consumidores nada explicaria, já que quem sai são exatamente os membros potencialmente mais produtivos, no momento em que sua força de trabalho aplicada seguramente produziria além de seu consumo, e depois de contar pelo menos dez a doze anos basicamente como consumidores. De mais a mais, quem mais se desloca são os *rapazes*

¹⁴⁴ A formulação seria válida também para o caso de unidades domésticas com muitos elementos do sexo feminino, com doentes, pessoas idosas. O *alugado* seria assim uma forma de resolver a insuficiência de trabalho necessário ao consumo doméstico. Focalizamos este ponto no ciclo de vida para facilitar a compreensão do paradoxo colocado a seguir.

e não as *moças*, o que seria o caso, se o problema central fosse diminuir o número de consumidores. Não é por acaso que uma das observações mais comuns é que na *agricultura* só ficam os *velhos* e as *crianças*, pois os *rapazes* “vão-se embora para o Sul”. Além do quadro 6, que demonstra estatisticamente a defasagem entre os contingentes masculinos e femininos entre 20-45 anos, observe-se a formulação de S.I., hoje *agricultor e posseiro*, no passado *morador*, vivendo em terra de *engenho* abandonado e que *negocia* com materiais de construção:

“S.I. – O senhor vê rapaz por aqui? O senhor não vê rapaz. Inteirou 19 anos, vai para o Sul” (em 14/03/77).

Na verdade, o paradoxo apontado anteriormente só aparece porque a própria noção de ciclo de vida da unidade doméstica fica pela metade. Ou seja: pensar as variações da produção de uma unidade doméstica na agricultura, em função do seu ciclo de vida, significa ter por limite inicial a constituição da unidade doméstica pelo casamento, mas implica ter em mente, no extremo oposto, não o fim do casal inicial, mas sim a possibilidade de os filhos constituírem, pelo casamento, unidades domésticas do mesmo tipo. Só neste caso poderíamos dizer que a reprodução social preside ao raciocínio. Porém, como se observa, o raciocínio não depende apenas das condições de vida de uma unidade doméstica, mas se articula com as condições de vida das várias unidades domésticas passíveis de trocas matrimoniais e o espaço social em que estão todas inseridas. Efetivamente, o problema central para os filhos dos *agricultores*, e mesmo para seus pais, é que atividades permitem garantir a condição de *liberto* e que formas de acumulação permitem reproduzir, depois do casamento, a posição social da família de que se originam.

Mesmo aqueles que chegaram na ponta da diferenciação, como *negociantes*, reconhecem que para as novas gerações *ir para o Sul* se impõe. É a esposa de Z.E. (E.Z.E.) quem formula a regra geral de que o *rapaz* para casar vem se arrumar no *Sul*. Regra esta que foi seguida por seu próprio neto, que nos encontrou no Rio de Janeiro em 1978, e residia com os avós em 1977; e por seus filhos, já que uma parte deles está no Rio e outra parte voltou para a Paraíba, como o mais velho:

“E.Z.E. – Um rapaz aqui leva as necessidades, é assim, vai rolando, sem trabalhar, sem ter nada.

Z.E. – Por exemplo, esse filho aqui, esse rapaz aqui em casa, esse nosso, tem que ir para o Sul para se manter. Que aqui o comércio é pouco, dá pra mim, só dá pra mim mesmo, ele não. Não gosta mesmo. Carece de comerciar, quer ganhar um dinheiro, vai para o Sul, se mantém melhor. Mas é isso.

E.Z.E. – Aqui um rapaz, quando quer se casar, vai se arrumar lá, vai pro Sul, vai pra São Paulo, vai pro Rio.

P₁ – Senhora?

E.Z.E. – Um rapaz quando quer se casar aqui, que não tem aqui com que se mobiliar uma casa, ajeitar, primeiro vai pro Sul trabalhar, pra poder” (em 16/03/77).

O casamento de cada novo *chefe de família* exige uma acumulação prévia de meios materiais, sobretudo em dinheiro, que a simples articulação *agricultura–negócio–criação* frequentemente não permite fornecer; particularmente, se o novo casal quiser ter como ponto de partida o padrão de vida já atingido pelos grupos domésticos de origem. É fácil perceber que, havendo crescimento demográfico, a situação do casal inicial só poderia ser mantida caso o estoque de terras se ampliasse na mesma proporção, ou fisicamente, ou por efeito de aumento da produtividade do solo. Na verdade, a conjuntura atual é de extrema escassez de terra, sendo que o fator principal são as transformações dentro das grandes propriedades, a expansão das *terras de gado*, onde a criação é feita com capim plantado, e a expansão de *usinas de açúcar*, levando a uma expansão ainda maior das *terras de cana*. Como a demanda por terra em pequena escala, tanto para *sítio* como para *chão de casa*, tanto nos *sítios* como na *rua*, é ainda maior em virtude da passagem de *moradores sujeitos para libertos*, a decadência e o fracionamento de antigas grandes propriedades não chega a atenuar a escassez de terra e a alta de seus preços. Assim, mesmo para os atuais *agricultores*, é difícil transmitir a todos os filhos a mesma condição familiar. O caminho mais comum, já tradicional, para garantir a situação de *liberto*, é o fracionamento do patrimônio familiar.

Aqui chegamos a outro ponto em que se precisam outros limites à acumulação e à diferenciação. Mesmo a acumulação intensa numa geração não garante que o processo de fracionamento do patrimônio familiar por herança deixe de contra-arrestar essa tendência, e possa mesmo invertê-la. Temos aqui um paradoxo real da produção camponesa, sob condições de propriedade privada da terra. A existência de muitos filhos, sobretudo de homens, permite à unidade doméstica crescer sua produção e portanto acumular recursos, mas isto não garante que na geração seguinte a própria existência de muitos “herdeiros” não pulverize o patrimônio obtido anteriormente.

Permita-se aqui uma digressão. Há, sem dúvida, em Chayanov, uma tentativa de mostrar que as estatísticas apresentadas para demonstrar a diferenciação no seio do campesinato russo se explicavam muito mais por ciclos de vida diferentes de unidades domésticas contemporâneas, não havendo portanto uma diferenciação propriamente social (Chayanov, 1966, p. 57). Seu argumento básico é que a produção camponesa se ampliava ou contraía, segundo o número de consumidores e de trabalhadores da unidade doméstica. Quando recebe a objeção de Ernst Laur, que tinha sob seus olhos as condições suíças, de que onde havia propriedade privada da terra a produção não poderia ser estendida, segundo o número de trabalhadores da unidade doméstica, reconhece que há aqui uma variação importante (Chayanov, 1966, pp. 112 e 231). Precisa então que as leis que

estabeleceu baseiam-se em estoque de terras móvel, que pressupunham a comunidade camponesa controlando as terras (o *mir* russo) e atribuindo-as às famílias segundo suas necessidades. Tepicht, que conhece o texto russo, chama a atenção para o *labor-consume balance* que reproduzia as categorias mesmas que serviam à atribuição de terras no *mir* (Tepicht, 1973, p. 33)¹⁴⁵. No caso de propriedade privada de terra, reconhece Chayanov, a produção só pode ser estendida pagando-se renda ao proprietário do terreno. A resposta que encontra, e que as estatísticas de Laur permitem referendar, é que a extensão da produção é substituída por sua intensificação. Se a resposta é válida para pensar o ciclo de vida de cada unidade doméstica isolada, como já assinalamos, ela descarta um outro problema, que apareceria inevitavelmente na diferença entre as duas situações: a transmissão do patrimônio familiar¹⁴⁶, em particular da terra. De maneira oposta à situação de campesinato comunal, a situação de campesinato parcelar, onde há propriedade privada da terra, apresenta uma dupla avaliação de filhos homens, positiva como aumento da capacidade produtiva, negativa enquanto possibilidade de fracionamento do patrimônio familiar.

Ir para o Sul tornou-se uma possibilidade para os *agricultores* desde o final dos anos 40: o deslocamento dos homens da unidade doméstica permitia reequilibrar o orçamento doméstico em ano de *inverno ruim* ou quando houvesse necessidade de dinheiro particularmente grande, como doença na família ou dívida a saldar. Já vimos, na primeira parte, que os deslocamentos para o *Sul* se generalizaram a partir dos anos 50, abrangendo mesmo os *moradores sujeitos*. No caso dos *agricultores*, o *Sul* permitia resolver dois problemas importantes: variações adversas na produtividade do ciclo agrícola e a acumulação para extensão do patrimônio.

¹⁴⁵Tepicht acentua que: "Por conseguinte, o que conta aí antes de tudo é a relação entre o número de bocas a alimentar e o dos braços suscetíveis de trabalhar dentro de cada unidade familiar. Chayanov consagra a essa relação, decisiva em sua ótica, uma parte importante de sua obra principal." E completa, em nota de pé de página: "Detalhe significativo: em seus textos em russo Chayanov emprega neste lugar as palavras *yedoki* (os que comem) e *rabotniky* (os que trabalham) que alternativamente encontravam-se no linguajar dos camponeses quando se falava do princípio em vigor na repartição periódica das terras em um povoado" (cf. Tepicht, 1973, p. 33).

¹⁴⁶Onde a transmissão do patrimônio familiar é fundamental na reprodução das condições sociais de produção, o caminho para não fracionar o patrimônio pode ser o de limitar o número de filhos, se há herança com partilha, ou então formas de herança que mantenham a indivisibilidade do patrimônio. Essa questão é tratada por Kautsky, que chega a apontar como solução do primeiro tipo a prática usada na França de sua época, conhecida como "sistema dos dois filhos" (Kautsky, 1974, p. 239). É bom que se frise que as críticas de teóricos europeus a Chayanov, como Skalwert, Sering, Laur, incidiram precisamente sobre a diferença de regime de acesso à terra, entre o campesinato russo e o europeu, e no que isso significava de modificações das leis descritas por Chayanov. Chayanov reconhece o acerto das observações de seus críticos (Chayanov, 1966, pp. 111 e 112), e enfatiza que nos casos em que o acesso à terra não é flexível há compra e venda de força de trabalho como formas regulatórias.

No primeiro caso, a falta de chuvas ou seu excesso podiam causar uma safra pequena, e a subsistência do grupo doméstico, durante o *verão* se mostrava então particularmente difícil. O trabalho remunerado, no *Sul*, dos homens da unidade doméstica permitia obter a renda necessária para fornecer a *feira* dos membros da unidade doméstica que permaneciam no *Norte*. Como a viagem é longa e dispendiosa, além da adaptação a outras formas de trabalho e de convivência social nas grandes cidades, mesmo quando vêm para resolver problemas de *ano ruim de lavoura*, há possibilidades de ficar mais tempo que o período exclusivo do *verão*, de dois a três ciclos agrícolas do *Norte*. Nestes casos, o dinheiro que mandam para a família inclui também as despesas com *roçado e sítio*, para *pagar trabalhador*¹⁴⁷.

No segundo caso, parte do dinheiro obtido no *Sul* é guardada com o trabalhador e parte é enviada para a *família* no *Norte*, que com ele adquire gado. Na volta o gado é vendido e, com a renda obtida, compra-se terra, *chão de casa* ou *sítio*, faz-se alguma benfeitoria, como *casa de farinha a motor*, constrói-se a casa em que vai morar, ou se aumenta o patrimônio voltado para o *negócio*, um “capital comercial” maior, passa-se a um tipo de *negócio* mais rentável¹⁴⁸, ou compra-se carro, jipe ou Rural.

É fundamental observar que essa acumulação não se dá porque os salários no *Sul* são altos, ou mesmo considerados suficientes para que se viva bem por lá, pois é freqüente a inserção no mercado de trabalho industrial, nos postos de remuneração inferior, em torno do mínimo legal, que já demonstramos ter o poder aquisitivo em queda no período. Acumula-se dinheiro porque se aceitam condições de trabalho e de residência muito precárias, mas que permitem economizar dinheiro ou para mandar para o *Norte* ou para arrumar um local de moradia no *Sul*, se possível uma casa própria, que permita *trazer a família*. Como ressalta Francisco de Oliveira (1972, p. 52), esta forma própria da venda da força de trabalho nas grandes cidades industriais, como São Paulo e Rio de Janeiro, permite deprimir o salário real abaixo do valor necessário à reprodução da força de trabalho em condições propriamente urbanas. Assim, *morar na obra*, quando trabalham em construção civil, diminui despesas de transporte e também com local para dormir e comer, mas tudo isso só é possível porque já se supõe um distanciamento entre a *casa* onde vive o grupo doméstico, do trabalhador e o local de trabalho. Tendo de obter os meios de vida para seu grupo doméstico, sozinho ou com um filho homem, faz parte dos valores aceitar *pegar no pesado* e viver de uma

¹⁴⁷Tais informações provieram de conversas com parentes de unidades domésticas, antes entrevistadas no *Norte*, e que residem em favelas do Rio de Janeiro, sendo notável que haja concentração de pessoas provindas da mesma região, em certas favelas. Interessante também é a expressão utilizada pela esposa de um trabalhador que se deslocou para o Rio de Janeiro, referindo-se à forma como obtinha a subsistência doméstica: *Comia de correio* (através dessa agência se envia dinheiro).

¹⁴⁸Para a passagem de *negócio* menos rentável a mais rentável, ver Garcia, (M.F, 1977c).

forma impensável caso o referente fosse submeter toda a unidade doméstica às mesmas condições.

Não é por acaso que a decisão de *trazer a família* só se coloca depois que se está estabilizado em um *emprego*, ou se tem uma *profissão* ¹⁴⁹, e se encontra um local julgado conveniente para instalar a unidade doméstica. Como mostra Francisco de Oliveira (1972, p. 52), os custos com a reprodução da força de trabalho tendem assim a aumentar, e é a reprodução da situação em que tais contingentes afluem que possibilita manter os salários a nível tão baixo. Poderíamos completar com o reverso da medalha: como o estoque de terras está monopolizado nas mãos dos grandes proprietários, aceita-se jornadas extremamente longas e salário baixo no *Sul* para permitir comprar terra a preços muito altos no *Norte*. O *Sul* possibilita assim duas trajetórias para a condição de *agricultor*: uma ascendente, no caso de *ex-moradores sujeitos* que, através de seu trabalho ou do de seus filhos, no *Sul*, conseguem comprar terra no *Norte*; outra para evitar o fracionamento do patrimônio familiar, no caso de *agricultores* já estabelecidos.

Ir para o Sul é uma estratégia de grande destaque quando se trata de acumular recursos monetários necessários à compra e/ou construção de *casa, sítio* ou dinheiro para o *negócio*. Nestes casos é mesmo considerada estratégia prioritária, que na formulação verbal dos *agricultores* aparece, por vezes, como estratégia única. Z.E., *negociante* que escapou da *morada* com dinheiro vindo do *roçado* em ano de grande seca, fato excepcional, conta assim o itinerário de seu irmão que comprou *sítio* com o dinheiro do *Sul* (fato mais corriqueiro):

“Z.E. – Não estava dando lugar pra mode eles, eles não tinham comparação, não tinham oportunidade de terem nada deles, aí foram embora. Arranjar mais. Pro Sul. Lá tinha um homem, lá o salário era bom, aqui no Norte o salário sempre é pouco. Eles se fazerem para lá. E tem deles aí, tem irmão meu que foi para o Sul e hoje é um proprietário. Adquiriu dinheiro lá, trabalhando, comendo na lata, comendo na lata. Ele mesmo queimando lata, ele mesmo fazendo a comida na obra, juntando um dinheirinho, viu? Sem sair da obra, fazendo a comida dele na lata lá, e comendo. Aí juntou um dinheirinho e comprou um sítio muito bom para morar. Cinquenta mil (...) Voltou, ele veio embora. Ficou a família aqui, trabalhando sempre e sempre, na terra de outro irmão, e ele juntando e trabalhando lá, e juntando o dinheirinho para comprar o sítio. Que tinha vontade de comprar um sítio e comprou.

¹⁴⁹Ter *profissão* significa mais do que ter conhecimentos e habilidades específicas necessários ao desempenho de uma atividade especializada na indústria ou por conta própria. Diferencia as próprias condições em que se vende a força de trabalho, não só obtendo um preço mais elevado do que os não profissionais, como só aceitando desempenhar determinadas tarefas e não qualquer serviço que o empregador queira lhe impor. A estratégia dos que se deslocam para o Rio de Janeiro e São Paulo, e que aí querem permanecer, inclui o objetivo de *aprender uma profissão*. Uma excelente análise de como a profissão incide na condição operária e a diferencia é a de Leite Lopes (1976, capítulo I).

Com o dinheiro do Sul. (...) Agora, esse meu irmão foi quem arranjou dinheiro de lá do Sul, pra comprar o sítio aqui, não teve oportunidade de ganhar dinheiro aqui pra comprar nada. Só pra se manter, se fazer feira somente. E das pequenas. Tem nem vantagem. Só daqui só tem vantagem mais é o comércio. Mais para trabalho, não (em 16/03/77).

Este trecho enfatiza bem que a acumulação de dinheiro para expansão do patrimônio familiar é solidária da aceitação das condições de vida precária no *Sul*, expressas no distanciamento entre os membros da família, e no fato de “comer na lata” e dormir na obra (evitando despesas com residência e transporte). Para um *pai de família*, dadas todas estas dificuldades, tal pode ser ainda um dos únicos caminhos para buscar uma trajetória ascendente de seu grupo doméstico. No caso dos *rapazes*, como são designados os homens a partir de certa idade (13 a 15 anos), enquanto permanecem solteiros, ir trabalhar no *Sul* aos 18 anos aparece como uma necessidade, como formulou a esposa do informante citado acima. Isto porque é no *Sul* que tentará conseguir acumular recursos para casar e se estabelecer como *agricultor* e *negociante*, ou então é lá que obterá um *emprego* bem remunerado ou aprenderá uma profissão e se estabelecerá. Note-se, sob este último aspecto, que o *emprego* no *Sul* significa uma remuneração regular que não depende das flutuações do ciclo agrícola ou de sucessos e insucessos do *negócio*, e freqüentemente uma renda monetária superior às rendas obtidas na *agricultura* e no *negócio*, contexto em que é muito valorizado. É comum ouvir-se nesse sentido que “lugar de dinheiro é o Sul mesmo”. Tanto para quem pensa em ficar no *Norte*, como para quem pensa em ir definitivamente para o *Sul*, o *emprego* no *Sul* se apresenta como uma fase necessária do ciclo de vida. Só há duas outras formas de acumulação de recursos prévias ao casamento que podem eludir a ida ao *Sul*. Uma é o *negócio* individualizado, ainda solteiro, não mais como *ajuda* ao *pai*¹⁵⁰, e que exige uma trajetória particularmente bem-sucedida nesta atividade.

Outra possibilidade é o *estudo*, aí entendido o término do curso secundário ou mesmo a realização do curso universitário. Nestes casos, *ter estudo* dá acesso a *empregos* no *Norte* onde a remuneração é considerada compensadora, ou é parca a renda, mas regular no tempo, e então é combinada com *negócio* ou mesmo *agricultura*. Note-se que quando um filho consegue ter sucesso na escola, tanto meninos quanto meninas, fato altamente valorizado, diz-se que *dá para o estudo* e tende-se a poupá-lo das tarefas agrícolas, ou mesmo deslocá-lo para horários que não prejudiquem sua ida à escola. Isto não acontece sem disputas ou queixas entre irmãos. Nota-se contudo que pelo *Sul*, pelo *negócio*, pelo *estudo*, não se trata de a família preservar e transmitir um patrimônio determinado, mas, através de estratégias múltiplas, conseguir que as unidades domésticas formadas pelo casamento de seus filhos tenham um padrão de vida adequado. Assim, o

¹⁵⁰Sobre este ponto ver Garcia, M. F. (1977c).

próprio cálculo da auto-exploração do trabalho doméstico tem de levar particularmente em conta a individualização de cada membro e a acumulação de recursos individuais no momento que deixa de pertencer ao grupo doméstico pelo casamento. Fato interessante é como os *agricultores* dizem que se tornou banal a ida para o *Sul*, sobretudo no caso dos *rapazes*: “O *Sul* hoje é o caminho do roçado”.

O processo de diferenciação de que tratamos anteriormente atinge assim não só indivíduos pertencentes a famílias com diferentes posições sociais, como *agricultores versus* os que *vivem do alugado*, mas também membros originários de um mesmo grupo doméstico. O fato mais evidente é observar que os *agricultores* já idosos tinham parte dos filhos como *empregados* no *Sul*, operários em construção civil com *profissão*, operários fabris, vigias e porteiros, e outra parte como *agricultores*, *negociantes* e *empregados* na mesma região; ou então, que *agricultores* de meia-idade sempre tinham parte dos irmãos no *Sul*, e parte por perto; todos falando que seus filhos queriam ir para o *Sul*¹⁵¹. Mas a diferenciação não está apenas na oposição *Norte versus Sul*, já que nada há de definitivo na ida para o *Sul*, havendo uma influência recíproca entre *Norte* e *Sul*, de tal forma que a decisão de estar num ou noutro lugar é constantemente renovada. Mesmo se os velhos mostram maior preferência por não se deslocar, sempre mencionam que os filhos no *Sul* estão convidando a ir viver com eles¹⁵².

Encontra-se também entre irmãos já casados, uns como *agricultores*, combinando *agricultura* e *negócio*, e outros como *agricultores fracos* e

¹⁵¹ *Empregado* é a categoria utilizada para designar qualquer situação em que o indivíduo forneça seu trabalho contra pagamento em dinheiro, mas de forma constante no tempo e com uma remuneração invariável, paga semanal ou mensalmente. O *emprego* difere tanto do *trabalho no que é seu* como do *alugado*, porque chova ou faça sol, no *inverno* ou no *verão*, em *ano bom de lavoura* ou *ano ruim*, a remuneração por período de tempo é constante, ou como formulam os trabalhadores: “o dele é certo”. Particularmente quando referido ao *Sul*, o *emprego* conota ainda uma maior renda monetária que a proporcionada no *Norte* ao *alugado*, e até mesmo em certos casos na *agricultura* e no *negócio* por conta própria, bem como a existência dos *direitos*: repouso semanal remunerado, férias, décimo terceiro salário, previdência social. Referido ao *Sul*, o mundo do *emprego* aponta geralmente para a construção civil, o trabalho em fábricas e as ocupações de vigia, porteiro e zelador de edifícios de apartamentos.

¹⁵² Os homens de certa idade preferem continuar no *Norte*, e formulam suas razões de forma muito simples. No *Sul*, seriam apenas mais *uma boca para comer*, enquanto no *Norte* continuam a trabalhar. Está em jogo uma questão de autoridade sobre o grupo doméstico, já que sendo apenas consumidores passariam a uma posição subordinada. Contudo, para os *velhos* e *doentes*, que não podem mais trabalhar, a questão se apresentava de forma ambígua, pois teriam de passar a segundo plano de qualquer forma. A aposentadoria concedida pelo Funnural, a partir de 1972, veio contribuir para fixar os velhos no *Norte*. Note-se que essa partição da família, em velhos no *Norte* e mais jovens no *Sul*, favorece a tendência à baixa de salário no *Sul* que não precisa incluir a reprodução da força de trabalho já idosa, assim como não incluía a reprodução dos novos contingentes que afluem ao mercado de força de trabalho, e, simultaneamente, a indústria se beneficia a uma dada taxa de salário de força de trabalho jovem e, portanto, de alta produtividade.

mesmo como os que *vivem do alugado*. A razão desta trajetória diferente tem menos a ver com o casamento¹⁵³ que com o sucesso da acumulação individual prévia ao casamento, no *Sul* ou no *negócio*, e sua continuação posterior pela combinação *agricultura e negócio*. Efetivamente é freqüente observar *agricultores* bem-sucedidos que vivem em *sítios* ou *casa na rua* que compraram eles mesmos, raramente coincidindo com terras herdadas pelo homem ou pela mulher do casal. Do lado oposto, ainda mais freqüente, é o caso de *agricultores fracos*, no limite *vivendo do alugado*, que moram em propriedades subdivididas entre irmãos, herdadas pelo homem ou pela mulher do casal. Não há assim transmissão substantiva da condição ocupada pela unidade doméstica de origem para as unidades domésticas formadas por seus filhos. Isto não exclui a manifestação da solidariedade familiar. Mais comum é o auxílio entre pais e filhos já casados, do pai para os filhos quando acabam de casar, em sentido inverso quando o pai torna-se mais idoso ou doente, assim como é freqüente o auxílio entre irmãos já casados. Se a diferenciação entre irmãos enfraquece os laços de solidariedade familiar, ela não os elimina. Em termos de estratégia de reprodução dos membros da unidade doméstica é curioso notar que as disputas entre *agricultor, pai de família*, e seu filho solteiro, quanto à ida deste para o *Sul*, tendem a ocorrer nos casos em que o *filho* não terá substituto dentro do grupo doméstico. Sua falta na *agricultura e/ou negócio* é particularmente ressentida, especialmente se é, no caso, o último filho solteiro. Isto ressalta o fato de que os interesses da unidade doméstica original, encarnados pelo *pai*, não se opõem à transformação de qualquer filho em outra condição que não a de *agricultor*, mas esta própria legitimação das formas de acumulação prévia ao casamento pode conduzir, em certos momentos, a um conflito entre os interesses da unidade doméstica de origem e a de seus filhos.

Reprodução Camponesa e o Mercado de Terras

Fora os elementos de cálculo próprios à acumulação dos *agricultores*, que nos permitiram examinar até que ponto esta se manifesta em maior uso de trabalhadores *alugados* e na diferenciação frente a estes, há outras determinações mais gerais, como a disponibilidade de terras, que são decisivas para se conhecer a eficácia das estratégias postas em prática, e que não dependem apenas desta categoria social. Por um lado, a oferta de

¹⁵³ Interessante aqui é pensar, por contraste, no caso analisado por Bourdieu (1962), no qual a transmissão do patrimônio controlado pela família é fundamental e preside as estratégias matrimoniais. Acreditamos que aprofundar este tipo de problema permita diferenciar a posição de "campeinato estabelecido" *versus* "campeinato ameaçado", mesmo quando a trajetória é ascendente, como no caso aqui analisado. Para discussão de diferentes formas de transmissão da condição camponesa e de patrimônio, ver: Mendras (1976).

terras em pequena escala para compra e venda tem dois componentes básicos: a venda de *sítios* pequenos e as partilhas de antigas propriedades. Os donos de *sítios* pequenos vendem a propriedade que possuem, regra geral, quando, tentando escapar de *viver do alugado* conseguem no *Sul* uma situação que lhe permita buscar a família. Ou ainda, dependem de terra arrendada para *roçado*, e combinando *roçado* e *negócio*, julgam que residir na *rua* é mais vantajoso. Em ambos os casos é comum que *sítios* contíguos pertençam a irmãos ou a parentes e a estes é dada preferência de compra. As partilhas de grandes propriedades são mais comuns em *terras de engenho* ou *fazendas*, ou ainda quando as propriedades limitam com cidades e povoados, caso em que o fracionamento dá origem à formação de *ruas*. A decadência dos *engenhos*, examinada no capítulo IV, leva certos proprietários a abandonar o controle das propriedades, tentando outras maneiras de viver nas cidades da região ou também no *Sul*. A decadência dos *engenhos* leva, assim, seus proprietários, ou seus herdeiros, a venderem tais propriedades: ou indivisas, quando compradas pelas *usinas* ou por proprietários que se tornem *fornecedores* das *usinas*; ou partilhadas.

De outro lado, a demanda por terra em pequena ou grande escala tem por componentes fundamentais: as unidades domésticas de *moradores* que conseguem acumular via *Sul* querendo escapar da sujeição, os *agricultores* e filhos de *agricultores*, contingentes que se ampliam também devido ao crescimento demográfico, a ampliação das terras em poder das *usinas* de açúcar ou sua projeção sobre propriedades que se tornam *fornecedoras*, a ampliação das terras de fazendas de gado com pastos formados. Não descaremos aqui a maiores detalhes sobre cada um destes componentes. Alguns serão estudados com maiores detalhes, nos capítulos que se seguem. A resultante da interação entre as forças presentes na oferta e na demanda por terras é a alta constante de seu preço, sendo que, como é comum em mercados de terras, os lotes em pequena escala são os que apresentam o mais alto valor por hectare¹⁵⁴. Assim, para os *agricultores*, a acumulação em terras se faz às custas da diminuição do capital total acumulado, que pode ser usado produtivamente tanto na *agricultura* como no *negócio*¹⁵⁵. Comprar terra para um *agricultor* que quer se estabelecer é uma coisa, ampliar o patrimônio para um *agricultor* já estabelecido é outra, pois neste caso, pode ser às expensas do *roçado*, do cuidado do *sítio* ou mesmo do *negócio*. Isto não significa que, efetivamente, a acumulação dos *agricultores* não se manifeste no aumento do patrimônio doméstico em terras, mas apenas que isto se faz diminuindo, e não aumentando, o capital disponível para *agricultura* e *negócio*, o que pode ameaçar a reprodução da situação já alcançada pela unidade doméstica.

¹⁵⁴No capítulo VII será explorada esta questão, inclusive as evidências estatísticas disponíveis.

¹⁵⁵Esta lei da esterilização do "capital produtivo" no pagamento do preço da terra é descrita por Kautsky como freio ao processo de acumulação na agricultura (Kautsky, 1974, p. 234).

Concretamente, como diminuem os recursos monetários, diminui o “*fundo para botar trabalhador alugado*”, e assim a resultante pode ser uma maior auto-exploração do trabalho doméstico e não menor.

Uma clarificação se impõe sob este aspecto. A acumulação em terras não permite, por si mesma, a expansão das atividades agrícolas, porque ter terra não garante mais a estabilidade de aprovisionamento de força de trabalho pela *sujeição* dos *moradores*. Efetivamente, como os *moradores* hoje podem exigir na justiça, pela mediação do Sindicato de Trabalhadores Rurais, uma indenização por benfeitorias para sair da propriedade, ter *morador* é considerado um risco que mesmo os *agricultores* mais prósperos preferem não correr¹⁵⁶. Há ainda arranjos com *moradores meeiros* em *sítios* de pequenos proprietários, mas que são feitos quando a unidade doméstica se desloca para o *Sul* e não quer vender a terra, ou quando o pequeno proprietário está velho e não tem filho homem que possa ajudá-lo, ou ainda no caso de viúvas, casos limites que só confirmam não ser uma situação avaliada positivamente.

Observe-se o seguinte fato que é bastante ilustrativo: ao percorrer um *sítio* comprado recentemente observamos que uma segunda casa ali existente estava fechada. Ao perguntar para que servia, o *agricultor* nos mostrou ser um depósito de produtos com que *negociava*. E antes de ele comprar? Casa de *morador*. Por que então não queria mais *morador*? Sua resposta foi: “*Morador* é um santo para entrar (na propriedade) e um satanás para sair.” Assim, a acumulação dos *agricultores* hoje não segue o mesmo padrão que o dos grandes proprietários do passado, quando acumular terras permitia também obter força de trabalho por *sujeição*¹⁵⁷. À acumulação de terras tem de se somar a acumulação em dinheiro, para

156 Há notícias de conflitos entre *moradores* que pagavam renda e “*davam meia*” e proprietários de terra que eram levados para tribunais civis, já na década de 1940. Isto porque, com a expansão da agave, de alta rentabilidade naquela época, os proprietários queriam passar estes trabalhadores para *sujeitos*, obrigando-os a 3 dias de serviço na propriedade, para desta maneira formar seus *partidos de agave*. Contudo, os grandes conflitos que marcam a história da área se deram no início da década de 1960, em que surgiu um movimento organizado de trabalhadores, e quando foram criados sindicatos de trabalhadores rurais. É dessa época que trabalhadores e grandes proprietários datam a generalização da indenização ao trabalhador quando é mandado embora da propriedade, e também da tendência de certos proprietários a preferir reduzir o número de *moradores*. Diversamente do caso pernambucano (Sigaud, 1979 e 1980) em que os proprietários da área canavieira cortam *sítios* e *roçados*, ou seja, não dão mais terra aos *moradores*, na Paraíba, eles continuam a atribuir *sítios* aos *moradores*, mas só os pés já plantados podem ser cuidados e deles obtidos os frutos. Qualquer novo pé a ser plantado só o pode ser por trabalhadores pagos na diária, para não configurar benfeitorias de *morador* para efeito da Legislação Agrária. Aproxima-se assim, da resposta dos proprietários, descrita em área de cultivo de laranja observada por Gonçalves Bastos (1977). Outra resposta dos grandes proprietários foi transformarem a propriedade em pastagens e dedicarem-se exclusivamente à criação de gado, o que diminui brutalmente o número de pessoas que trabalham nessas terras. Esse caso é muito semelhante ao que observamos em Pernambuco (Garcia Jr., 1983a).

157 Isso não exclui a ocorrência desse padrão de acumulação no passado. Não temos, no momento, dados que permitam maiores esclarecimentos.

que se possa pagar *trabalhador*, ou no *alugado* ou por *empreitada*. Uma forma objetivamente existente de resolver esta dificuldade é pôr em prática mecanismos semelhantes aos das grandes fazendas de gado. Transformam o *sítio* em pastos, plantando capim, e dedicam-se básica ou exclusivamente à criação de gado. Nestes casos, é revelador que a diferenciação atinja seu limite: tais proprietários deixam de ser considerados *agricultores*, e passam a ser referidos como *fazendeiros*, ou então passam a ser designados como *ricos* por oposição a todas as outras categorias de trabalhadores, como *pobres*. Note-se que não se trata de ter *criação* e alimentá-la com capim plantado, fato comum a todo dono de *sítio*, mas sim que a combinação *agricultura-criação-negócio* foi rompida em prol da *criação*.

Examinamos até aqui a disponibilidade de terras para compra e venda; entretanto, ainda mais importante é o estoque de terras para arrendamento e meação. Pelo lado da demanda observa-se que todas as categorias de *libertos* buscam ter *roçado* e assim garantir uma das formas de fazer face às exigências do consumo doméstico. Assim, há concorrência por terras mesmo entre os *agricultores* e os que *vivem do alugado*, e como já tratamos, as categorias *pequenos proprietários*, *rendeiros* e *meeiros* não são mutuamente exclusivas. A *renda* é mais característica das regiões de *Agreste*, onde o cultivo se restringe ao *inverno*, e supõe a combinação com o gado do grande proprietário que é alimentado pelas *palhas do roçado* durante a *seca*; e a *meia* é mais característica do Brejo, onde o cultivo se concentra no *inverno*, mas onde há tarefas na *seca*, mesmo porque a mandioca aparece aqui como produto principal¹⁵⁸. Há ainda arrendamento de grandes propriedades a grandes proprietários ou comerciantes estabelecidos, designados neste contexto como *rendeiros*, fato mais comum nas propriedades onde se planta cana destinada à *usina de açúcar*. Esta especificação das forças por trás da demanda por terras em arrendamento e meação bastaria para mostrar que, com um estoque de terras limitado, a tendência é para a alta dos preços.

No entanto, o fato fundamental é que a oferta de terras está decrescendo rapidamente, sobretudo porque antigas fazendas, que combinavam o cultivo do algodão com a criação de gado, estão se dedicando exclusivamente à pecuária, formando pastos em terrenos até então atribuídos a *roçados*. Este movimento atinge também certas *terras de engenho*. Não é por acaso que a observação mais freqüente, tanto entre *agricultores* como entre os que *vivem do alugado*, é de que falta *terra de trabalho*, pois “o mundo está coberto de capim”. Portanto, essa tendência à alta do preço da terra está presente tanto no mercado de compra e venda de pequenas parcelas, como nos arrendamentos e nas contraprestações da meação. Se este fato, por si só representa um freio à acumulação dos *agricultores*, é de se notar que este processo não chega a eliminar os *agricultores fracos* e os que *vivem do alugado* destes mercados, apenas

¹⁵⁸ Note-se um fato interessante: associado ao feijão-mulatinho e ao macáçar encontra-se o algodão herbáceo no *lombo* do leirão, no *Agreste*, e a mandioca, no *Brejo*.

tomando a auto-exploração da força de trabalho doméstica muito maior que a dos *agricultores*. O processo incide diferencialmente sobre todas as categorias de trabalhadores, barrando a acumulação de uns, forçando para baixo o nível de vida de outros, mas não de forma a fazer com que uma só categoria se beneficie dele em detrimento das demais; mais explicitamente: que com ele os *agricultores*, em processo de acumulação, encontrassem uma força de trabalho, expropriada da terra, que permitisse substituir a auto-exploração dos membros do grupo doméstico, sem nenhum ônus para seu processo de acumulação.

Negócio e Diferenciação Camponesa

Estes mecanismos permitem entender por que o processo de acumulação dos *agricultores* não se materializa apenas em maior patrimônio de terras, ou maiores explorações agrícolas, mas tende a reproduzir a combinação *agricultura-negócio-criação*. O ponto máximo de diferenciação ocorre quando a acumulação se materializa em terras que são utilizadas para plantio de capim para alimentar o gado, onde a *agricultura* tende a desaparecer, e onde a acumulação se assemelha às transformações dominantes nas grandes propriedades.

Vimos como a disponibilidade de terras representa um freio ao processo de acumulação e de diferenciação. Falta examinar as determinações do *negócio*, se também aí estão presentes tendências a reproduzir a combinação *agricultura-negócio*, ou se a acumulação tende a se manifestar, necessariamente, na especialização no *negócio*. Em primeiro lugar cabe assinalar que, como demonstra Marie France Garcia (1984), os diferentes tipos de *negócio* estão estruturados numa certa ordem, podendo haver, portanto, uma acumulação e uma diferenciação na esfera propriamente do *negócio*, pela passagem de um tipo de *negócio* a outro. Sem entrar em detalhes, remetendo-nos aos trabalhos citados, é possível ter uma imagem desta ordenação entre os diversos tipos de *negócio*, no fato de que ela está associada ao “capital” em dinheiro que é movimentado semanalmente, aos conhecimentos específicos que cada *negócio* exige e ao número de dias por semana dedicados ao *negócio*. Assim, opõem-se os *negócios* fracos com frutas, por exemplo, em que há presença de *agricultores fracos*, e eventualmente de *trabalhadores alugados* tentando sua sorte, ao *negócio* com a *farinha*, *cereais* (feijão, milho) ou carne, via de regra dominado por *agricultores*. Não é por acaso que o limite superior é composto por setores nos quais predominam produtos industrializados, como *fazendas*, *calçados*, *miudezas*, e a presença de *agricultores* é menor, e maior a de *negociantes*, setores a que se dedicam geralmente, de 3 a 5 dias por semana. Ainda mais interessante é verificar que a trajetória de vida de um *agricultor* que negocia, e muitas vezes dos próprios *negociantes*, que já combinaram *agricultura e negócio* em suas

vidas, segue esta ordem, começando com *negócio fraco* quando solteiros, e tentando passar a setores em escala superior, depois de casados¹⁵⁹. Há portanto uma via de acumulação própria ao *negócio*, e propiciada pelo *negócio* quando bem-sucedido, e que referenda o processo de diferenciação. Por sinal, um limite muito claro e apontado é o tipo de *negócio* e o número de dias por semana dedicados a esta atividade, em que os que vivem de *negócio*, os *negociantes*, se concentram nos setores de ordem superior da hierarquia acima apontada. A exceção, que confirma a regra, são os *mangaieiros ambulantes* que só *negociam* em grosso, porém sempre através de feiras, cuja atividade exige um capital maior, grande conhecimento das feiras que percorrem e uma dedicação quase integral do tempo.

Se o *negócio* propicia e assinala um processo de diferenciação, em cujos limites não estão apenas os *agricultores* e os que vivem do *alugado*, mas também os *negociantes*, esta atividade, contudo, não chega a ter seu destino completamente independente do que acontece com as várias categorias de trabalhadores agrícolas. Significativamente, um *negociante* com *miudezas*, que no passado foi *morador* que pagava renda, depois *rendeiro* e *negociante* com cereais, definiu o *negócio* em feiras como *comércio da pobreza*, designando com isso as determinações comuns a que estavam submetidos estes *negociantes* e trabalhadores agrícolas. De fato, o *negócio* em feiras também depende da produção dos *agricultores*, pois em *ano ruim de lavoura* “poucos têm dinheiro”, sobretudo para aqueles bens como *fazendas, calçados, miudezas*, e portanto as compras diminuem nesses setores. Um menor número de transações significa menor lucratividade. Em ano em que o *inverno é bom* os *negócios* prosperam, e fatos análogos podem ser apontados nas variações sazonais. Fundamental entretanto, é que o *negócio* aqui referido é o que depende do circuito de feiras, onde a dominância das várias categorias de trabalhadores agrícolas é fato marcante.

As medidas de política econômica tomadas sobre o circuito de feiras afetam, portanto, tanto o processo de acumulação dos *agricultores* como o processo de diferenciação. A concentração da esfera comercial ou medidas tributárias que incidam, igualmente, sobre comércio estabelecido e *negócio* em feiras tendem a quebrar o processo de acumulação e diferenciação. Na ida ao campo, no princípio de 1977, pudemos presenciar as discussões sobre duas medidas que afetariam os *negócios*, uma de caráter local, outra nacional, mas com o mesmo objetivo: a redução do consumo de gasolina. De ordem nacional, eram os cupons que deveriam ser adquiridos em bancos para serem destacados, na compra de cada litro de gasolina. Como o número de cupons de uma cartela exigiria o gasto de mais de 200 cruzeiros, a opinião geral era a de que haveria uma grande dificuldade. Isto porque o transporte de pessoas e de cargas, em geral ao mesmo tempo, é feito com Rurais e jipes, de pessoas que dispõem de pouco capital,

¹⁵⁹ Ver Garcia, M. F. (1977c).

inclusive *agricultores* que praticam o ramo. Dependem, em geral da renda obtida numa feira para pagar a gasolina da próxima. O aumento de preço, como seria repassado de imediato, não era visto com tão maus olhos como esta medida, que exigiria um grande desembolso periódico. De ordem local, que vigoraria em todo o estado, mas que dependia dos prefeitos, era passar todas as feiras para o dia de sábado. Como toda a estratégia do *negócio* depende de dois ou mais dias por semana dedicados a esta atividade, esta medida era a que mais se temia. As discussões revelavam, contudo, um ponto extremamente significativo: o que acontecia com as feiras estava associado ao fato de a *probreza* estar fora dos mecanismos do poder, incluindo-se aí *negociantes, agricultores, alugados e mesmo moradores*. Sem esquecer que se trata de esfera com determinações próprias, o fato é que o *negócio* compartilha com a *agricultura* certas oposições comuns. Outro ponto muito enfatizado por *negociantes* é a expansão das terras de gado, deixando “o povo sem terra para trabalhar”, e portanto sem produção que possa ser vendida, conseqüentemente sem renda para comprar seus produtos.

Um limite concreto da acumulação, via *negócio*, é a transformação para comércio estabelecido, isto é, casa comercial devidamente registrada com localização permanente. Muitas vezes não são nem os recursos monetários que faltam, mas exigências de leituras, cálculos e registros contábeis, de *estudo* enfim, que o indivíduo não possui¹⁶⁰. Além disso, há aqui exigências de um capital comercial que teria de permanecer o tempo todo enquanto tal, e ainda facilita a ação da fiscalização, que é um ponto particularmente sensível para este tipo de *negócio*. Nem por isso o *negócio* em feiras deixa de estar associado, algumas vezes, a formas permanentes de comércio nos *sítios*¹⁶¹, as *bodegas*, onde se encontram produtos disponíveis nas feiras, a preços bem mais caros, onde se vende *fiado*¹⁶², e onde se adquire, na época das safras, produtos daquela região. Aproveitando espaço da casa em que mora o *agricultor*, ou sua extensão, abertas ou fechadas, dependendo do tempo e recursos do grupo doméstico, não pagando impostos, nem sendo registrados, tais estabelecimentos estão mais próximos dos *negócios* em feiras do que do *comércio*. São também pontos de reunião de trabalhadores no final da tarde, que ali *palestram* tomando uma *bicada*¹⁶³.

¹⁶⁰O *negócio* permitido pelas feiras, ou mesmo pelas *bodegas*, não exige o mesmo capital escolar, proporcional ao tempo de escolaridade formal, que o *negócio estabelecido*. Não se trata de requisitos formalizados de acesso à profissão, como no caso dos agricultores franceses estudados por Sylvain Maresca (1986), mas de exigências tácitas do exercício da profissão que dificultam o acesso dos que não possuem escolaridade suficiente.

¹⁶¹E também nas *ruas*, compartilhando as mesmas formas de operação.

¹⁶²*Fiado* é como se designa o crédito feito ao comprador que não precisa pagar imediatamente o objeto que adquiriu.

¹⁶³*Bicada* é como se designa a dose de cachaça que se toma, geralmente, em companhia de amigos ou participantes de um *negócio*.

Esta passagem para comércio estabelecido exige ainda que se tenha *empregado*, pessoa a quem se paga uma renda fixa mensal para que fique durante a jornada de trabalho atendendo os clientes e fazendo os serviços que sejam necessários. O comércio estabelecido exige assim recursos e esforços permanentemente dedicados a esta atividade, para que ela proporcione uma renda monetária tal que permita cobrir constantemente as despesas que têm de ser efetuadas. Ao contrário, o *negócio* dos agricultores permite o deslocamento constante de recursos e do tempo dos membros do grupo doméstico de uma atividade para outra, seja *agricultura*, *negócio*, *criação*, e assim permite o uso intensivo do tempo da força de trabalho doméstica e fazer face às vicissitudes de cada uma daquelas atividades. Nenhuma das atividades precisa ser rentável em si mesma, nenhuma tem de proporcionar, por si só, a renda necessária ao consumo doméstico e à reprodução de suas condições de existência, mas é sua combinação específica e maleável que as tornam rentáveis. Nesse sentido, seria lícito falar do uso de forças marginais da família, no sentido de Tepicht (Tepicht, 1973, p. 40), forças de trabalho que só são aproveitadas porque articuladas dentro do campo doméstico, e que ficariam inaproveitadas caso estas atividades se tornassem objeto de práticas especializadas extradomésticas. Esta articulação específica entre *agricultura-negócio-criação* permite que o esforço dos membros do grupo doméstico seja utilizado de forma intensiva a cada semana, no *inverno* e no *verão*, em *ano bom*, em *ano ruim*, assim como fornece os meios de individualização e marca as próprias etapas do ciclo de vida.

Há ainda uma outra forma de acumulação, na qual a articulação *negócio-agricultura* assume uma forma específica: trata-se do beneficiamento de produtos agrícolas ou naturais. Nestes casos, o beneficiamento está relacionado a uma produção mercantil em expansão, em que, além dos membros da unidade doméstica utiliza-se trabalhador *alugado*, e a acumulação se manifesta de duas maneiras. De um lado, tornando esta atividade o mais constante possível, portanto ampliando a escala de produção. Por outro lado, substituindo o esforço dos membros do grupo doméstico por trabalhadores *alugados*, o que nem sempre é fácil porque certas tarefas exigem conhecimentos ou habilidades específicas.

Normalmente, as equipes de trabalho para desempenhar tais atividades exigem um número de pessoas superior ao proporcionado pela unidade doméstica, e o *alugado* tem portanto seu lugar. Mas a diferença básica é que, em um caso, trata-se de a unidade doméstica beneficiar seus próprios produtos ou então adquirir a matéria-prima, tendo necessidade do produto final para seu uso. No caso a que estamos nos referindo aqui, o beneficiamento passa a ser encarado como a forma mesma do *negócio* do chefe de família. Tradicionalmente, este era o caso do beneficiamento da agave, em que o desfibramento exigia uma equipe de 8 a 10 pessoas, podendo mesmo ser que a agave beneficiada fosse comprada a uma grande propriedade. Caso semelhante é o do abate de gado e o do preparo da carne-seca, sendo que esta é uma atividade especializada. Recentemente, a

produção de farinha de mandioca vem conhecendo esta transformação, havendo em certa época *casas de farinha* que funcionam 24 horas por dia, com dois turnos de trabalhadores¹⁶⁴. Este é ainda o caso da produção de tijolos, em que se arrenda barreiros das grandes propriedades, sendo que casas de tijolos vêm substituindo casas de taipa entre *agricultores* do *sítio* e da *rua*, e em escala mais restrita, dos *moradores* e dos que vivem do *alugado*. Em todas estas atividades, o responsável dirige as tarefas produtivas, podendo chegar a participar delas, e se ocupa da venda do produto final. Há, portanto, desenvolvimento de formas manufatureiras no processo de acumulação e diferenciação. Contudo, a relação entre o *patrão* e os trabalhadores não assume a forma de *emprego*, mas reproduz o *alugado* e a *empreitada* das tarefas propriamente agrícolas.

Significativamente, todos eram unânimes em afirmar que se a força de trabalho tivesse de ser fichada como no Sul, isto é, ter carteira assinada e direitos a repouso semanal remunerado, férias, décimo-terceiro salário, não poderiam continuar com este negócio. Da mesma maneira, se tivessem de pagar os impostos normais à atividade industrial, sua rentabilidade ruiria. Manifesta-se um processo de acumulação e de diferenciação, mas seu prosseguimento encontra ameaças muito concretas, fato responsável, por exemplo, pelo não abandono da *agricultura*, mesmo pelos responsáveis por essas atividades manufatureiras. Fatos análogos poderiam ser apontados nas atividades artesanais em barro (fabricação de louças), em palha (peneiras, abanos, etc.) e em madeira (peças para casa de farinha, instrumentos agrícolas, etc.). Assim, esta diferenciação pelo *negócio* conhece um freio que é comum à agricultura. S.J., *agricultor e negociante*, já citado, veio por duas vezes ao Sul; trabalhando na construção civil, tem experiência direta do diferencial de salários. É ele quem formula que se o *alugado* tiver a remuneração correspondente ao salário-mínimo oficial, a *agricultura* dá prejuízo. Em suas palavras:

“S.J. – O agricultor não pode pagar o salário [refere-se ao salário-mínimo], porque se o agricultor pagar o salário a agricultura não dá, a produção não dá. Há prejuízo para o agricultor” (em 8/03/77).

Sem dúvida, as análises anteriores permitem visualizar um processo de acumulação dos *agricultores*, processo esse que combina de forma específica *agricultura-negócio-criação*, e que tende a reproduzir essa combinação em escala ampliada, ao longo da trajetória. Esse processo de acumulação dos *agricultores* é também um processo de diferenciação frente aos *agricultores fracos*, tendo por extremo oposto os que *vivem do alugado*. Além disso, essa acumulação permite diminuir a auto-exploração do trabalho doméstico por uma maior utilização de trabalhadores *alugados*. No próprio nível da percepção dos agentes sociais, a diferenciação é marcada pela variação do valor atribuído ao trabalho agrícola por aqueles

¹⁶⁴Tecnicamente, o processo é idêntico ao das *casas de farinha* em poder das unidades domésticas de *agricultores*.

que combinam *agricultura-negócio* e por aqueles que combinam *agricultura-trabalho alugado*. Para os últimos, *trabalho* se refere a atividade agrícola, e *viver do seu trabalho* quer dizer *viver do cabo da enxada*, atividade que praticam o tempo todo, seja por conta própria, seja no *alugado*. Marcando a diferença frente aos *agricultores*, acentua-se a atividade de *negócio*, que é fundamental para os últimos.

Finley (1975), a propósito da *Economia Antiga*, da Grécia Antiga e de Roma, ressalta que o próprio conceito de riqueza enfatizava a *agricultura*, que era vista como a atividade por excelência do cidadão, e o comércio e a atividade de empréstimo de dinheiro a juros eram atividades desvalorizadas, valendo-se das regras morais expostas pelos intelectuais da época, particularmente Cícero, e confrontando-as aos fatos estabelecidos pela ciência histórica. Nota Finley que o comércio é desprezado, não porque seja fonte de riqueza, cuja acumulação é também o objetivo da atividade agrícola, mas porque o comércio é uma atividade cuja base está na capacidade de ocultar as informações verdadeiras. Ou seja, o *negócio* é um jogo que supõe a argumentação, a verbalização, mas esta deve ser tal que cada parte tente assegurar sua pretensão de vender ou comprar, e o preço por que realmente deseja realizar a transação mercantil, sem deixar transparecer os seus reais objetivos e intenções. Buscar a verossimilhança do que diz, ocultando a verdade no que é dito. L.V., o *agricultor* e *negociante* já citado, observa, em sua entrevista, que não há regateio no feijão e na farinha, ou tem “mas é pequeno”, porque todos conhecem o produto, sabem quanto vale, “o preço é um só”. Enquanto na *miudeza* e na *estiva* “ninguém sabe por quanto o *negociante* adquiriu o lote” e aí cada mercadoria vendida tem um preço diferente, segundo o regateio do freguês. Ou seja, o que é dissimulado, e nem discutido abertamente sobre os produtos conhecidos, é o *lucro* que o *negócio* proporciona. Não que se acabe com o *lucro*, pois ele está previsto no *negócio*, mas o que está dissimulado no *preço* é o montante do lucro. É bom notar que o lucro por transação mercantil não determina o *lucro* global de mesmo montante, porque pode-se não vender toda a mercadoria de que se dispõe e ela estragar (exemplo: *fruta e verdura*).

Assim, na discussão de cada transação, o vendedor tenta maximizar o *preço* por que adquiriu a mercadoria e aumentar as despesas que tem de fazer para *negociar*: o frete, os impostos, o *chão* na feira, o transportador dentro da feira – *chapeado*, no limite deixando transparecer que sempre está vendendo “a preço de custo”. Um dos supostos da eficácia deste jogo é que o comprador não chegue a saber quem vendeu ao *negociante* a mercadoria, quanto custou. Por este motivo, ocultar o lucro a cada transação, é que L.M., *agricultor* e *negociante* com *cereais*, chegou a formular: “todo negociante é ladrão”. Isto porque seu ganho monetário depende menos do esforço físico de adquirir as mercadorias, transportá-las, pagar os tributos, do que da habilidade de ampliar ao máximo a diferença entre o preço de compra e o preço de revenda. Esta habilidade depende do monopólio relativo das informações sobre a qualidade dos produtos e a flutuação dos

preços, ou de práticas, como a medida de peso ou volume inferiores ao explicitamente dito, que aumentem o preço do produto vendido pela manipulação da quantidade. Neste caso, não há dissimulação “da verdade” da operação, mas aberta mentira. Daí a configuração de “fraude”, de “roubo”.

Bourdieu (1972) assinala que o “*dom*”, como viu Mauss, é objetivamente uma troca não-mercantil, que supõe o *contradom*. Mas o *dom* é uma troca que se renega enquanto tal, uma ação que visa ocultar o interesse real que o ato denega, e portanto, a troca objetiva é subjetivamente vivida como dois atos unilaterais, que não teriam nenhuma conexão. Já a troca mercantil põe em contato dois indivíduos, e cada qual tem necessidade do recurso possuído pelo outro, explicitamente, claramente. Por isto mesmo a barganha, que também é uma troca retórica de palavras e gestos, visa ocultar o real objetivo de cada parte, a necessidade do recurso do outro e a sua disponibilidade de recursos a serem oferecidos. Portanto, o fato da qualidade de produto e suas condições de produção (“seus custos”), sua disponibilidade, serem de controle diferencial influí diretamente sobre a operação. A “honestidade” da outra parte não pode ser posta em dúvida durante a barganha, sob pena de poder aniquilar a troca mercantil. A “honestidade” não se avalia no momento da troca, mas pelo que em outros momentos acontece, pela comparação das trocas mercantis feitas simultaneamente ou posteriormente, e de que não se tem conhecimento ao realizá-la.

O *negócio* marca a diferenciação em relação ao *trabalho*, à *agricultura*, porque o resultado do *negócio* é a acumulação de recursos monetários só visível para quem realiza o *negócio*, ou visível na escala completa apenas para este. Em contraposição, o resultado de *trabalho* se materializa na *agricultura*, resultado visível para todo o grupo social, que pode acompanhar todos os seus momentos e percalços. Qualquer um sabe quem é *trabalhador*. É só olhar para seu *sítio* e *roçados*. Quanto à “honestidade” do *negociante*, qualquer indivíduo fala apenas pelas transações de que participou, pode dar o seu testemunho, mas necessariamente não pode acompanhar o conjunto das transações. Embora ambas as atividades sejam feitas “em família”, por grupos domésticos e para grupos domésticos, têm efeitos sociais diferentes na articulação entre os grupos domésticos. Daí, na prática e na representação são *atividades que se combinam*, e se combinam de uma maneira muito específica que buscamos explorar aqui, mas isto *não as identifica*.

Examinamos assim os limites à acumulação dos *agricultores* e ao processo de diferenciação, centrando a análise sobre as determinações de processo pelo ângulo desta categoria social. No próximo capítulo completaremos estas análises, examinando a outra face da moeda: as determinações da oferta de força de trabalho. Em particular, a oferta crescente de *alugado*, a pauperização dessa categoria, seus limites. No entanto, as observações anteriores mostram que mesmo a acumulação dos *agricultores* não exclui que parte de seus filhos venha a se tornar

assalariado urbano no Centro-Sul (*empregado*), seja temporariamente, para se estabelecerem no *Norte*, seja definitivamente, nem mesmo que os próprios *pais de família* deixem de *ir para o Sul* a fim de reequilibrarem-se depois de situações difíceis. Além disso, o *Sul* possibilita a passagem à condição de *agricultor* de personagens sociais que de outra forma não poderiam cumprir esta trajetória: os *moradores sujeitos*. O *negócio* e o *estudo* configuram ainda outras possibilidades de acumulação e de trajetórias ascendentes, embora diferenciadas para os filhos de *agricultores*. As circunstâncias em que se dá o processo de acumulação e diferenciação dos *agricultores* ressaltam o seu caráter não-linear, e sobretudo que este processo supõe e reproduz o deslocamento de parte dos seus contingentes para os *empregos* no *Sul*. A acumulação camponesa, neste caso, confronta-se muito menos com a proletarização de parte de seus efetivos do que com os movimentos de expansão da grande propriedade¹⁶⁵.

¹⁶⁵As análises sobre diferenciação do campesinato, aqui formuladas, inspiram-se na excelente discussão de Galeski (Galeski, 1972, capítulo V, seção II) sobre o tema. Idéias também presentes aos escritos de Tepicht (Tepicht, 1973, pp. 21, 22, 45, 46).

ANEXO

Quadro 10 – Lavouras Temporárias – Colheita – Paraíba – 1975

	Areia			Remígio			Brejo Paraibano		
	Quant.	Área (ha)	Valor Cr\$ 1000,00	Quant.	Área (ha)	Valor Cr\$ 1000,00	Quant.	Área (ha)	Valor Cr\$ 1000,00
Ahacaxi (1.000 frutos)	5	2	3	—	—	—	53	10	35
Algodão (t)	92	294	237	283	879	940	697	1827	1859
Arroz (t)	—	—	—	0	0	0	455	444	841
Cana-de-açúcar (t)	140132	5239	13298	216	14	29	379407	12952	39466
Fava (t)	14	37	28	7	20	15	180	609	367
Feijão (t)	246	795	841	478	1731	1800	1875	6503	7519
Mandioca (t)	2761	476	1125	2280	415	1124	26652	4821	12174
Milho (t)	239	576	235	470	1074	528	2177	4845	2214
Tomate (t)	27	10	40	0	0	0	115	33	156
Abóbora (1.000 frutos)	3	—	7	2	—	2	20	—	50
Amendoim (t)	0	—	0	1	—	4	0	—	1
Batata-doce (t)	139	—	88	86	—	60	3263	—	1642
Batata-inglesa (t)	1	—	1	2	—	5	321	—	524
Cebola (t)	20	—	61	7	—	20	154	—	379
Fumo em folha (t)	1	—	2	—	—	—	114	—	275
Inhame (t)	0	0	0	—	—	—	107	—	73
Mamona (t)	0	0	0	2	—	4	3	—	3
Melancia (1.000 frutos)	—	—	—	0	—	0	3	—	2
Milho espiga (t)	—	—	—	—	—	—	493	—	472
Capim-napier (t)	2151	—	103	1670	—	311	5063	—	682
Cana-forageira (t)	30	—	3	30	—	3	401	—	52
Outras forrageiras (t)	13686	—	323	25	—	1	13696	—	323
Palma-forageira (t)	—	—	—	369	—	56	543	—	14
Alface (t)	4	—	9	0	—	0	115	—	170
Cenoura (t)	12	—	18	0	—	0	23	—	33
Chuchu (t)	6	—	5	0	—	0	35	—	56
Coentro (t)	1	—	0	4	—	10	64	—	58
Couve (t)	1	—	1	—	—	—	1	—	1
Erva-doce (t)	—	—	—	3	—	32	3	—	13
Pimentão (t)	4	—	12	0	—	0	138	—	161
Quiabo (t)	0	—	1	—	—	—	1	—	1
Repolho (t)	11	—	32	0	—	0	27	—	55
Vagem (t)	0	—	0	—	—	—	225	—	320

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Quadro 11 – Lavouras Permanentes – Colheita – Paraíba – 1975

	Areia			Remígio			Brejo Paraibano		
	Quant.	Área (ha)	Valor Cr\$ 1000,00	Quant.	Área (ha)	Valor Cr\$ 1000,00	Quant.	Área (ha)	Valor Cr\$ 1000,00
Agave (fibra) (t)	1405	922	3095	2825	3003	6313	2835	2585	6662
Algodão Herbáreo (t)	—	—	—	90	241	352	14	48	53
Banana (1.000 cachos)	220	240	989	18	10	157	1700	2212	7134
Caju (1.000 frutos)	15	—	1	184	2	12	4319	50	89
Coco-da-baía (1.000 frutos)	55	2	37	44	1	18	934	48	571
Jaca (1.000 frutos)	37	4	33	34	3	32	295	30	224
Laranja (1.000 frutos)	1015	15	126	735	9	79	22595	190	1653
Manga (1.000 frutos)	1081	20	103	421	8	27	9162	130	558
Abacate (1.000 frutos)	312	—	43	50	—	7	2426	—	287
Café (t)	0	—	2	—	—	—	3	—	21
Caju (castanha) (t)	4	—	4	1	—	1	50	—	60
Fruta-do-conde (1.000 frutos)	—	—	—	0	—	0	6	—	2
Goiaba (1.000 frutos)	23	—	3	39	—	2	135	—	11
Limão (1.000 frutos)	52	—	6	107	—	14	1699	—	40
Mamão (1.000 frutos)	6	—	5	4	—	2	47	—	25
Pimenta-do-reino (t)	0	—	0	0	—	1	12	—	108
Tangerina (1.000 frutos)	22	—	3	9	—	1	130	—	44
Urucu (t)	—	—	—	—	—	—	435	—	1579
Uva (t)	—	—	—	—	—	—	2	—	2

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (pp. 475-509)

Capítulo VI

A Pauperização dos Agricultores Fracos e dos Trabalhadores Alugados

Nos dois capítulos anteriores examinamos as atividades dos grupos domésticos de *agricultores*, a combinação específica das atividades de *agricultura*, *criação* e *negócio* que particulariza a economia deste grupo social, e, especialmente, procuramos nos deter nas condicionantes da trajetória ascendente de grupos domésticos de *agricultores*, o seu processo de acumulação e de diferenciação. Voltemo-nos agora para o pólo oposto do processo de diferenciação. Se quem tem de trabalhar para outrem, por dia de serviço ou por tarefa, contra pagamento em dinheiro, quem *está no alugado*, é visto como ocupando posição inferior à dos *agricultores*, estes não chegam a excluir quem *trabalha no alugado* do seu grupo de referência, designando-os em geral como *agricultores fracos*. De qualquer forma, mesmo ao marcar distâncias, não os excluem de seus horizontes, como excluem os *moradores de sujeição*. E muito menos os confundem, por uma homogeneização de condições objetivamente diferentes. Não os reduzem a um só bloco de assalariados, mesmo divididos em dois tipos, como um observador externo poderia fazer. Ser *agricultor e liberto* é pré-condição para trabalhar alugado. Por isto mesmo, formulam dois irmãos *agricultores* e *negociantes*, S. H. e S. J., já citados anteriormente, que todos na região têm *agricultura*, tanto os que combinam *agricultura* e *negócio* como os que mesmo ao *trabalharem alugado*, vivem da combinação da *agricultura* com o *alugado*. Mesmo a *rua* de Remígio é vista como composta de pessoas que *botam roçado*. Em suas palavras:

“S.H. – Os que não têm propriedade própria trabalham nas propriedades de A. P. [grande proprietário local] (...)

S.J. – Tudo tem agricultura. Todo o povo da cidade, de rico a pobre. Tudo tem agricultura, tudo.

S.H. – Os que não têm sítios próprios, compreende, têm...

S.J. – Trabalham em arrendamentos, meias, mas tudo são agricultores” (em 08/03/77).

É curioso observar que, no dia seguinte a esta entrevista, visitamos pela primeira vez Z. E., *ex-rendeiro* e que hoje *vive só de negócio*, que formulou sobre a cidade de Remígio uma regra aparentemente oposta à acima explicitada. Disse ele:

“Z.E. – Em Remígio todo mundo vive de feira” (em 09/03/77).

Ao invés de tratar as afirmações como contraditórias e mutuamente exclusivas, onde só a verificação estatística permitiria resolver o dilema,

passemos a outro caso que nos revela o sentido do paradoxo aparente. Em princípios de março de 1977 (4/03/77), realizamos uma excursão por toda uma determinada área de Areia, guiados e introduzidos pelo então tesoureiro do Sindicato de Trabalhadores Rurais, ele mesmo *agricultor* e *negociante* nas feiras de Areia e Remígio. Esta excursão durou todo um dia e realizamos inúmeras entrevistas. Entre elas, uma com M.P., que estava realizando uma *farinhada* com a ajuda de irmãos e de seu grupo doméstico¹⁶⁶. A mandioca beneficiada nesta oportunidade era de seu próprio *roçado*. Destinava-se parte para o *gasto da casa* e parte para *levar para feira* de Areia no dia seguinte. Na manhã seguinte fomos à feira de Areia e encontramos M.P. vendendo *miúdos*¹⁶⁷, carne de boi, num boxe. Vimos assim que era também *negociante*, atividade que não havia mencionado no dia anterior. Evidentemente, como analisamos no início do Capítulo V, não vendia a farinha de mandioca que fabricara na véspera em seu boxe. Apenas carne. Voltamos a entrevistá-lo. Sua explicação foi:

“M.P. – Tenho que fazer de um tudo porque só de agricultura não dá” (em 05/03/77).

Justificou sua decisão dizendo que a terra de sua propriedade é pouca, o produto de sua *agricultura* insuficiente para garantir a subsistência de sua unidade doméstica; tinha então de *negociar*; mas também esta renda era insuficiente. Tinha mesmo de trabalhar para outros, no *alugado*. Só combinando *agricultura*, *negócio* e *alugado* conseguiria fazer frente ao conjunto de despesas exigidas pela sua unidade doméstica. Assim:

“M.P. – Tenho que lutar com muitas coisas porque a terra é pouquinha. Tenho que trabalhar os sete dias.”

Neste caso concreto, para atingir o produto e a renda necessários ao consumo doméstico, temos a combinação da *agricultura*, do *negócio* e do *alugado*. Só esta combinação proporcionaria a subsistência familiar, já que cada uma das três atividades, isoladamente, era incapaz de fazê-lo. Não há nada que possa causar estranheza. O *alugado* é uma virtualidade para todo e qualquer *agricultor*, mesmo os *fortes*. Numa situação de seca, por exemplo, isto é, em *ano ruim*, que o *inverno foi fraco*, a pouca produção é insuficiente para proporcionar o consumo socialmente necessário até o *inverno* seguinte. Então há escassez de produção em relação às necessidades de subsistência, e a crise temporária é tanto mais aguda quanto mais distante do *inverno* anterior e mais o novo *inverno* custa a pegar. Se as condições climáticas atingem a todos, atingem diferencialmente cada grupo doméstico, segundo os recursos de que

166 Esta *farinhada* era em casa de farinha a braço, e não a motor, o que revela uma situação de maior auto-exploração do trabalho doméstico.

167 *Miúdos* é como se designa o *negócio* com as vísceras do gado abatido.

disponha¹⁶⁸. Fenômeno designado por referência climática, ele será tão mais duramente ressentido quanto mais desprovido de recursos for o grupo doméstico. E a *seca* nos serve aqui apenas de exemplo paradigmático. Mesmo os que *vivem de negócio* não estão totalmente isentos de passar momentos difíceis, e terem de completar a *feira* da semana com o *trabalho alugado*. O *alugado* é uma virtualidade; e estará tanto mais presente quanto mais necessário para completar o nível de consumo socialmente desejável.

Este último exemplo nos dá elementos para ler as citações precedentes, de forma a resgatar informações que contêm e a entender os motivos das proposições contraditórias. S.H. e S.J. nos informam, de fato, que todos, nos *sítios* e na *rua*, *tentam ter agricultura, tentam botar roçado* a cada ciclo agrícola. Só podem prescindir desta tentativa os que têm um *negócio* particularmente rendoso, que garanta a subsistência doméstica no *inverno* e no *verão*, em *ano bom de lavoura*, ou em *ano ruim de lavoura*. Ou então um *emprego*, como funcionário, onde a renda monetária é garantida todo mês. Assim: de rico a pobre todos tentam ter *agricultura*, a menos que disponham de recursos suficientes para que possam dispensá-la. E Z.E. nos informa, na verdade, que para os que vivem na *rua*, que podem ser donos de *chão de casa* mas não de *sítio*, *tentar ter no negócio* uma fonte de renda monetária é algo particularmente importante. Cada informante fala a partir da situação que vive, sobretudo a que vive no momento e no contexto da entrevista. A tendência a universalizar situações individuais é bastante corrente; mas as afirmações que encerram ganham tanto mais significado quanto mais conseguimos objetivar a posição social de quem as profere¹⁶⁹.

Também o terceiro informante mencionado, M.P., que diz “tenho que lutar com muitas coisas porque a terra é pouquinho”, fala de sua própria condição no momento e no contexto de uma determinada situação frente aos pesquisadores. Se revela uma regra geral é porque confrontada à sua situação e história de vida, a situação e história de vida de S.J., S.H., Z.E. e demais entrevistados, tal proposição se revela explicativa. Uma verificação estatística, por pergunta através de questionário, poderia chegar a uma média, e tanta dispersão em torno da média que difícil seria dizer que valor analítico atribuir a tal medida. Procedendo dessa forma alternativa, inspirada por certo em Lévi-Strauss (1958), buscamos dar conta dos padrões mais frequentes e das exceções a tais padrões¹⁷⁰.

¹⁶⁸O caso de Z.E. é ilustrativo sob este aspecto, exatamente por seu caráter excepcional: como obteve produção abundante de sua agricultura, foi com a seca de 1958 que acumulou recursos monetários suficientes para comprar casa na *rua* de Remígio, e assegurar dessa forma a condição de *liberto*.

¹⁶⁹Os “juízos”, “gostos” e “opiniões” ganham sentido e significado à medida que são referenciados à posição e à trajetória no espaço social dos indivíduos que os manifestam, conforme a demonstração feita para práticas culturais e políticas na sociedade francesa atual por Pierre Bourdieu (1979).

¹⁷⁰Note-se que o censo da feira de Remígio só registrou 2% de indivíduos que diziam ter no *alugado* uma fonte de existência. Seguramente tal proporção está ligada à

Fechemos nosso parêntese. Vimos que o *alugado* é uma virtualidade para várias situações sociais dentro dos *libertos*. É portanto algo embutido na própria operação do sistema de relações sociais. Então o que explica a oferta crescente de *trabalho alugado*? Quais as suas determinações? Há tendência para que um número crescente *viva só do alugado*, e isto marque de tal forma sua existência que passe a identificar novo grupo social com contornos próprios?¹⁷¹

Determinações da Oferta de Trabalho Alugado

O *alugado* será ofertado sempre que haja necessidade de dinheiro para fazer face à subsistência do grupo doméstico, que não possa ser enfrentada pelos recursos provenientes da *agricultura*, nem mesmo do *negócio*, se o chefe do grupo doméstico chega a combinar *agricultura e negócio*. Assim, a oferta do *trabalho alugado* significa que o produto do *roçado*, diretamente ou através da realização de seu valor, e a renda monetária proporcionada pelo *negócio*, quando for o caso, são insuficientes para cobrir o *gasto da casa*. Por conseguinte, a venda da força de trabalho é absolutamente necessária para proporcionar uma *feira* semanal de dimensões adequadas ao tamanho e composição sexual e etária de cada grupo doméstico.

Nas voltas ao campo, com o tesoureiro do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Areia, pois houve mais de uma para cobrir o município, por inúmeras vezes passamos e paramos em locais onde se concentravam inúmeros *sítios* pequenos, alguns mesmo onde literalmente havia só a *casa da morada* e algumas árvores no *terreiro*. S.A. confrontava sistematicamente a situação de precariedade destes *agricultores fracos*, destes pequenos proprietários, com as terras das *fazendas de gado*, com os *engenhos e usina*. Mas o mais interessante é a expressão que repetia muito, para designar quão pequeno era um determinado *sítio*: “onde só dá para comer verde”. Significa que toda a produção de feijão e de milho do

interpretação pelos informantes do quesito como uso constante e regular do *trabalho alugado*, a exemplo do uso da agricultura e do *negócio* como formas de sobrevivência.

¹⁷¹Notar que este é o pressuposto básico do processo de diferenciação camponesa ao longo do desenvolvimento capitalista: a camada superior se aburguesará, tomar-se-á uma *burguesia rural*. A camada média desaparecerá, tendendo a assumir a identidade de um ou outro pólo. A camada inferior torna-se o *proletariado rural*. É a que tende a ser majoritária em termos quantitativos. E sua subsistência estará, de forma crescente e insofismável, na dependência da venda da força de trabalho. Estou simplificando o esquema, mas esta tem sido a leitura corrente do *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* de Lenin (1969). Fato é que se constituiu praticamente uma “teoria da diferenciação”, como demonstram Hamsa Alavi (1962) e Moacir Palmeira (1977a), que surge freqüentemente sob a forma de teoria geral da relação camponato e capitalismo. Mas o que pode ser mais estranho à historicidade do mundo social do que tomar uma teoria referida a um caso concreto e torná-la geral, sem o confronto permanente com a multiplicidade do real?

roçado será consumida ainda verde, ou seja, a premência é tão grande que nem se vai esperar secar, ou melhor, como “come-se verde” durante o *inverno*, não sobrar nenhum produto de lavra própria para a *seca*. Vemos aqui, de novo, a mesma preocupação da adequação do ciclo de produção dos produtos agrícolas com a alternativa ao ciclo do consumo doméstico socialmente necessário.

No capítulo V, estudamos essa questão da ótica dos *agricultores*, analisamos o *mais do que o gasto*, o falso “excedente camponês”. Aqui temos a mesma questão de forma invertida: ao “comer verde” toda a produção, o grupo doméstico demonstra que só tem produtos próprios durante o *inverno*, que nada fica para o *verão*. Há, portanto, um *gasto* diário durante o *verão* que não pode vir do *roçado* para a *casa*: terá forçosamente de provir de uma feira, conjunto de compras a dinheiro para provisão hebdomadária. O *gasto da casa* traduz-se assim para o chefe do grupo doméstico, durante o *verão*, na necessidade de obter uma renda monetária que lhe permita adquirir o consumo doméstico socialmente necessário. Portanto temos aí um “menos do que o gasto”¹⁷², uma produção insuficiente para adequar o ciclo de produção ao ciclo de consumo.

No *mais do que o gasto* temos uma produção dos *agricultores*, que é superior às necessidades do *gasto* doméstico, cujo cálculo é renovado toda semana para avaliação da *feira* a ser feita. Este *mais do que o gasto* será tanto mais efetivo quanto este cálculo semanalmente renovado permita chegar a meados do *inverno* do ciclo agrícola seguinte sem nunca faltar produto. Não vamos aqui repetir as análises do capítulo V, que mostram que este cálculo não significa que não haja sensibilidade à flutuação dos preços, nem compra e venda. Há tudo isto; mas isto tudo supõe a reprodução periódica deste cálculo e não sua liquidação. O *mais do que o gasto* proporciona uma renda monetária que pode ser dedicada a outros produtos além dos constantes no *gasto da casa*, ou, mais precisamente, permite adquirir tanto os produtos do *gasto* que necessariamente têm de ser comprados a dinheiro (sal, querosene, etc.) quanto os outros produtos que são necessários ao consumo doméstico, mas que só são adquiridos quando o *gasto* semanal não ficar ameaçado, tais como móveis, roupas, calçado, etc. Ou então, permite alimentar uma *criação* em maior escala, que servirá tanto para paliar qualquer *gasto* eventual especialmente grande, a *precisão*, quanto para ser vendida “quando a agricultura dá produto”, e fornece o mesmo acesso ao conjunto de bens que só são comprados em determinadas épocas do ano.

No caso do “menos do que o gasto” temos a situação oposta. Não temos uma renda monetária que permita passar dos bens de aquisição semanal para os bens de aquisição anual. Temos a necessidade de uma determinada renda monetária para que possa ser feita uma *feira*, e com os

¹⁷² Expressão que estou utilizando como recurso de exposição e análise. Nenhum trabalhador a usou ou a usa.

produtos assim adquiridos realizar o *gasto da casa*. O *alugado*, nestas circunstâncias, mesmo que num *sítio* ou *roçado* de outro *agricultor*, significa literalmente a necessidade de trabalhar para quem tem recursos monetários a trocar contra a oferta de seus serviços, porque a unidade doméstica que oferta o trabalho *alugado* não tem esses recursos monetários e precisa deles para não passar fome.

Em 24/08/76, fomos ao *roçado* de L.M., *agricultor e negociante* de *cereais* que lá trabalhava ajudado por um *alugado*, J. J., que por sua vez, também tinha *roçado*. Por sinal L.M. tinha um *roçado* de 3 *quadros* (= 3,75 ha) e J. J. tinha um *roçado* de 2 *quadros* (= 2,50 ha). A dimensão do *roçado* de J. J. corresponde a 75% do de L.M., porém não se conclua rapidamente que L.M. tem 50% mais produtos que J. J.. L.M. era *rendeiro* e pagava Cr\$ 100,00 por quadro. Mas J. J. era *meeiro* e, nesta condição, o milho e o feijão-mulatinho eram partilhados em metade para o *patrão*, metade para ele. Portanto, trabalhava 2 *quadros*, para poder dispor da produção de 1. Assim, a produção disponível de J. J. deve significar algo em torno de 33%, a diferença era de 1 para 3. Não é mera coincidência que J. J. fizesse também uma *feira* semanal, por esta época, de Cr\$ 60,00, enquanto L.M. fazia sua *feira* com Cr\$ 180,00. E J. J. realmente iria trabalhar durante toda a *seca* na construção de tijolos, evidentemente como *alugado*. Esta insuficiência de terras gerando privação aguda na época da *seca* foi uma constante durante toda a pesquisa de campo. E uma das respostas mais ouvidas, de quem só tinha até 1 *quadro* (1,25 ha) de terra, foi:

“Não tenho terra para trabalhar. Só para não ser sujeito a ninguém. Não tendo terra o jeito que tem é este mesmo.”

Note-se também que, na falta de renda monetária para *feira* pode-se comprar *fiado* nas *bodegas* dos *sítios*, onde os preços são bem maiores. Mas o próprio *fiado* supõe pagamento, embora diferido do momento em que se pega a mercadoria. E o *fiado* não garante o provisãoamento durante toda a *seca* até o próximo *inverno*. Mesmo que o fizesse, a dívida contraída já diminuiria a própria produção disponível do ciclo agrícola futuro. É de se supor que no *verão* seguinte o problema será ainda mais grave. A insuficiência do *roçado*, não devida à falta de braços para trabalhar, mas à falta de *terra de trabalho*, leva a que muitos não tenham como “escapar do alugado”.

Verificamos assim que o mesmo cálculo que está presente nos *agricultores*, e mesmo nos *agricultores fortes*, também está presente nos *agricultores fracos* e, no limite, nos que *vivem do alugado*. O que varia é a situação objetiva do grupo doméstico, particularmente os recursos por ele controlados, sobretudo a terra. A esposa de um trabalhador *alugado*, D.M., que reside em um *sítio* próprio pequeno, onde *botam roçado*, sintetiza com uma clareza admirável o modelo ideal da *agricultura* em que a propriedade da terra, de dimensões adequadas à força de trabalho doméstica, permitisse

um *trabalho* tal que seria compatível ter vaca de leite para os meninos, e *criação* para venda no final do ano e compra de roupa e calçado para o grupo doméstico. Em suas palavras:

“D.M. – Eu não vou dizer, eu não vou falar para a senhora que a agricultura pouca como meu meio de vida, eu digo comigo, eu não vou dizer que dá pra mim folgar. Porque a senhora... É o seguinte: se eu possuísse uma vaca, não era, se eu possuísse uma propriedade grande, que meu esposo trabalhasse a punho dele, não é? Vamos dizer assim. Mas como eu não possuo. Se eu possuísse uma vaca de leite para dar leite ao filho, que eu pudesse criar 2 ou 3 bacorinhos, né? Se eu pudesse criar, para dizer assim, chegar o fim do ano, eu vou vender, de fazer renda de bicho, de 2 ou 3 bichos desses, para comprar roupa, calçado para a família. Que é o que a gente fala, né. Mas eu chego no fim do ano a agricultura não dá, eu não compro uma roupa para um filho, não compro um vestido para mim, eu vou dizer que sou folgada? (...) O marido trabalha um tanto assim de roçado, não dá nem para a gente comer. Trabalha no alugado. Emprego não tem” (em 04/04/77 – dia em que o marido trabalhou alugado).

Observando-se atentamente as formulações acima, e confrontando o modelo de relações que apresenta com aquele estudado no capítulo IV, verifica-se haver recorrência da concepção do que é viver “folgado”: o trabalho da família depende da extensão da propriedade fundiária (para que o “esposo trabalhasse a punho dele”); há divisão sexual do trabalho e de esferas de responsabilidade entre o *roçado* masculino e a *criação* e *casa* femininas; há cálculo de adequação do ciclo de produção agrícola ao consumo periódico familiar, explicitado na expressão “agricultura dá” ou “não dá”; o uso da *criação* para alimentação e/ou para troca mercantil que possibilita comprar produtos cujo ciclo de consumo é anual (roupa, calçado). Porque não pode atingir os padrões de produção/consumo que desejaria sente “que não está folgada”. Referenda assim a percepção de que o *agricultor* combina *agricultura* e *criação*, de tal forma que, tendo terra própria suficiente, terá a *criação* necessária ao consumo doméstico (a vaca de leite) e mesmo *criação* como valor equivalente das necessidades de consumo não-alimentar. Já o *agricultor fraco* tem “um tanto assim de roçado”, a *agricultura* não chega a garantir nem o comer, que dirá o resto do orçamento doméstico. Então combina o *roçado* com o *trabalho alugado*, como dizia M.P., “para completar”.

Nota-se assim que, tanto para *agricultores* como para os *agricultores fracos*, as estratégias e práticas familiares de que se lança mão são as mesmas, os cálculos sobre produção e consumo usam termos equivalentes, mas os montantes de produção atingidos e o consumo proporcionado variam em função da situação objetiva em que se encontra cada grupo doméstico, a cada ciclo agrícola.

Neste particular, uma categoria muito usada é a oposição *equilibrado* x *desequilibrado*. *Equilibrado* é um qualificativo para designar o chefe do grupo doméstico que consegue abastecer a *casa* nos prazos socialmente

determinados, mediante o produto por ele conseguido, a renda monetária que lhe é equivalente em valor, a renda do *negócio* ou pela venda de força de trabalho. *Equilibrado* é aquele que consegue as rendas e/ou produto para fazer frente às despesas necessárias e/ou *gasto*, sem se endividar com ninguém. *Equilibrado* é aquele que consegue adequar o ciclo de produção ao ciclo de consumo, fazendo uma *feira* suficiente a cada semana ao longo de todo o ano, sem que recursos externos ao mundo doméstico sejam usados, o que significaria se endividar, material ou moralmente.

Ressalte-se que é o *trabalho alugado* que permite o equilíbrio, quando o produto da *agricultura* se mostra insuficiente. Por conseguinte, o *alugado* simboliza o próprio *equilíbrio* precário, a conta de chegar. Porém o “cabra enganchado em venda” ou “em bodega” é o próprio símbolo do *desequilibrado*. Se muitas vezes a *bodega* pode lesá-lo nas *contas*, imputando despesas que não ocorreram, ou preços exorbitantes, é que quem *compra fiado* já se demitiu de fazer *contas*, como se o *desequilíbrio* de seu cálculo produção/consumo fosse redobrado por um *desequilíbrio* mental. O *desequilibrado* não faz frente às suas *responsabilidades* como chefe do grupo doméstico, e portanto se desqualifica socialmente como *homem*. Entende-se assim que o *alugado* redobre a oposição feminino-masculino no mundo do *trabalho*, no qual a mulher, que relativamente deve ser excluída do *roçado* próprio, deve ser excluída de uma forma ainda mais radical do *trabalho alugado*. Se mulher no *roçado* do grupo doméstico, em tarefas não especificamente femininas, indica situação de *precisão* do grupo doméstico, mulher no *trabalho alugado* marca situação de extrema *precisão*. Entende-se também que *desequilibrado* seja a imagem física de alguém que não se sustente sobre seus próprios pés: como um bêbado. E *bêbado* seja a categoria mais usada para desqualificar um *homem de respeito*.

Contudo, deve-se qualificar a relação entre insuficiência de terras para um grupo doméstico *botar roçado* e oferta de *trabalho alugado*. É que o cálculo da necessidade do *trabalho alugado*, para completar a *feira semanal*, passa pela mediação dos recursos objetivamente disponíveis para o grupo doméstico, do número e composição por sexo e idade dos consumidores do grupo doméstico, da produção obtida no ciclo agrícola presente, confrontada com a possibilidade de assegurar a subsistência até o início do ciclo agrícola futuro. Ou melhor, a predisposição para *trabalhar alugado* será tanto maior quanto mais desfavorável for a *situação objetiva* do grupo doméstico de *agricultores*, para fazer frente ao consumo socialmente necessário mediante o trabalho doméstico materializado no *roçado*. Esta situação desfavorável tem na pouca terra disponível um elemento central, mas não único; e inclui o balanço desfavorável nº de trabalhadores/nº de consumidores, que varia ao longo do ciclo de vida de cada grupo doméstico¹⁷³, assim como o volume e o preço dos produtos agrícolas do

173 Esta teoria de a variação da produção camponesa estar vinculada ao ciclo de vida do grupo doméstico vem, evidentemente, de Chayanov (1966), que apresenta um abundante e

ciclo agrícola presente; e, eventualmente, a renda monetária que possa ser proporcionada pelo *negócio*.

Foram os próprios *agricultores* que me corrigiram, quando explorava nas entrevistas a *falta de terras*. L.V., já referido anteriormente, levou-me ao *sítio* de seu pai, no Agreste, para ver uma farinha. No caminho, paramos numa *bodega*, pertencente a um *agricultor* seu conhecido (D.B.), e lá estava também outro *agricultor e negociante* (S.S.) que havia arrendado 35 quadros de terra a um grande fazendeiro, onde *botava roçado* através de *meeiros e rendeiros*. L.V. apresentou-me como interessado na *agricultura* da região, e me instou a gravar a entrevista. Note-se que S.S. era proprietário apenas de 2,5 ha, ou melhor, residia em *sítio* de seu sogro, já idoso, que se retirara do trabalho agrícola. Todos os 3 indivíduos, L.V., S.S. e D.B., se opunham intensamente à ocupação dos campos pela pecuária com capim plantado. Mas L.V. especifica que o problema não é só de escassez de terra:

D.B. – De 64 para trás era agricultura, tudo era agricultura aqui. Me falaram.

P. – Ah, é?

S.S. – Era, tudo isso era roçado, né não, L.V.?

L.V. – Era!

S.S. – Tudo era roçado aqui. Não tinha um mato aqui. Tudo era roçado.

D.B. – E tudo dá bem de lavoura. Terra que dá muita lavoura.

L.V. – Qual é o problema desse pessoal que está todo deslocando para o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Minas? Qual é? É esse! Ele não tem onde trabalhar. E se tem também onde trabalhar, é o seguinte: ele não tem condições.

S.S. – A terra é do burguês.

L.V. – Ele não tem condições. Então quer dizer que ele tem que se deslocar pra outro canto, para arranjar o comer” (em 15/03/77).

À falta de terras, L.V. adiciona o problema da falta de *condições* de trabalhar. O que constituem “condições de trabalhar”? São as condições de assegurar as despesas para o consumo do grupo doméstico enquanto se está preparando a terra e plantando¹⁷⁴, as despesas com *trabalhadores alugados* que se somem à força de trabalho doméstico disponível, as despesas com o

minucioso material estatístico de comprovação. A noção de ciclo de vida do grupo doméstico é desenvolvida, em termos antropológicos, por Meyer Fortes (1958).

¹⁷⁴Entende-se assim porque é preciso desenvolver a explicitação de Marx (1966), de que o trabalhador assalariado tem de estar expropriado dos meios de produção e dos meios de subsistência. É que a detenção dos meios de produção como a terra propicia, no caso do campesinato, o acesso aos meios de subsistência, porém a terra, como tal, não fornece ao nível imediato os meios de subsistência, a não ser para grupo de coletores e/ou caçadores. A situação dos ciclos agrícolas precedentes influi diretamente sobre as condições de produção de um dado ciclo agrícola. Neste caso, tanto o processo de acumulação de recursos, como o de desacumulação de recursos não são coisa de um só ciclo agrícola, mas de vários.

equipamento utilizado, adubo, se for o caso, e as despesas com sementes. São os recursos disponíveis nesta fase-chave do ciclo agrícola que determinam não só o trabalho do grupo doméstico ao longo do ano, como o montante da produção para fazer frente ao consumo doméstico. Vimos no capítulo IV que o *negócio* combinado à *agricultura* é a fonte de recursos monetários que permite a um grande número de *agricultores* resolver este problema. Vemos agora a outra face: os *agricultores fracos*, e desprovidos de *negócio*, têm ainda maior dificuldade para aumentar a sua produção. Não é só que não possam *pagar trabalhadores* nos momentos de pico do ciclo agrícola. É também, como o marido de D.M. citada atrás, que, mesmo durante o início do *inverno* (04/04/77), tem de continuar a vender sua força de trabalho, embora em menor escala, porque só assim garantirá sua *feira* semanal durante o período. Desfalcam seus próprios *roçados* nos momentos de pico do ciclo agrícola, o que diminui a produção potencial do novo ciclo que se inicia.

Voltemos porém ao caso do arrendamento de S.S. a *fazendeiros*, no montante de 35 *quadros* (43,75 ha), no ciclo agrícola de 1977. Teria de pagar Cr\$ 10.000,00 de renda (Cr\$ 285,70 por quadro ou Cr\$ 228,60 por ha). A terra correspondente era de capocira, portanto a seqüência de operações está no Caso 1 do quadro 8. Não adubava a terra, porque o pousio anterior garantia certa fertilidade. Além disto, como formulou S.S., o arrendamento só duraria três anos, e não iria adubar terra que teria de entregar a outro beneficiado por este tipo de investimento. Mas este arrendamento não era por três anos, como poderia parecer à primeira vista. Digo isto porque S.S. não podia plantar mandioca, como informou que faria, caso a terra fosse sua, e neste prazo a colheita. Só o algodão herbáceo poderia ocupar o lugar nobre no lombo do leirão, porque em dezembro-janeiro-fevereiro o fazendeiro soltaria seu gado, durante os últimos meses de seca, para serem alimentados pelos restolhos do *roçado*. Havia, portanto, embutido neste contrato particular de arrendamento tanto uma renda monetária paga todo ano como uma renda em produto como insumo da pecuária do *fazendeiro*. Note-se que, ao cabo de 3 anos, o *fazendeiro* plantaria capim, e o *roçado* serviria, portanto, ao avanço das *terras de gado*.

S.S. porém não tinha recursos monetários suficientes para *botar roçado* daquelas dimensões só com *trabalhador alugado*. Então fazia todas as tarefas de *preparar a terra*, excluindo *encamar*, quando o preço do *alugado* é menor, com base no *trabalho alugado*. A partir de então arrendava a terra a *rendeiros*, na base de Cr\$ 400,00 o quadro (portanto 40% acima do que pagava ao fazendeiro), e a *meeiros*. Qual a diferença? É que os *rendeiros* tinham *condições* de trabalhar, de se manter e manterem os trabalhos exigidos pelo *roçado*. Assim se apropriavam da totalidade do produto obtido, ou da renda equivalente, e tinham como contrapartida apenas um pagamento em dinheiro previamente estipulado. Os *meeiros* não tinham *condições*. Então S.S. os *auxiliava*, ou seja, fornecia o dinheiro a cada semana para que fizessem a *feira* semanal. Como *patrão*, dava o

*sustento*¹⁷⁵. Dava também as sementes. Plantavam algodão herbáceo, feijão-mulatinho e milho na *meia*; e o feijão-macáçar e a fava eram plantados, mas destinavam-se apenas ao gasto dos *meeiros*. A partir das informações aí colhidas, e com base nos preços observados por nós, nas feiras daquela quinzena, animamo-nos a realizar os cálculos a seguir, que demonstram a hierarquia de rendimentos monetários entre *pequeno proprietário, rendeiro, meeiro, quem vive do alugado*.

S.S. disse que naquelas terras obteria 200 kg de algodão por *quadro*, o que significa 160 kg por hectare. É uma produção física bem inferior àquela constante do Censo Agropecuário de 1975, que registra uma produtividade média de 368 kg por ha. Trabalhamos com a produtividade do algodão local, por ser informação direta, mas pode ser verificado que o argumento não se alteraria se trabalhássemos com a produtividade do Censo. Naquela semana (em 15/03/77), o kg de algodão estava a Cr\$ 7,00. Não colhemos os dados diretos sobre produtividade física do feijão-mulatinho e do milho. Fomos ao Censo Agropecuário para 1975. Em Areia, a produtividade física apontada pelo Censo foi:

Feijão	-	309 kg/ha
Milho	-	415 kg/ha ¹⁷⁶

Observamos os seguintes preços:

Feijão-mulatinho	Cr\$ 14,00 por kg	(em 14/03/77)
Milho	Cr\$ 2,50 por kg	(em 06/03/77)

Portanto, a renda por ha com os 3 cultivos consorciados seria de:

Algodão	-	160 kg/ha	x	7,00	=	1.120,00
Feijão	-	309 kg/ha	x	14,00	=	4.326,00
Milho	-	415 kg/ha	x	2,50	=	<u>1.037,50</u>

Renda/ha com os três cultivos consorciados: 6.483,50

Logicamente, o *meeiro* teria direito apenas à metade desta renda bruta. Assim sendo, se seu *roçado* tivesse 2 (dois) hectares, sua renda bruta teria o valor de Cr\$ 6.483,50. Sua renda líquida seria de Cr\$ 6.483,50 menos a quantia que recebeu a título de *auxílio* ao longo do ciclo agrícola. Se o

¹⁷⁵ Este mesmo esquema para *meeiros* com algodão arbóreo foi analisado em 1977 por Eliane Cantarino Gonçalves Bastos (1977), e graças a suas análises é que desenvolvemos este ponto.

¹⁷⁶ Para que se tenha idéia de como a variação climática influi, observe-se a diferença de produtividade física por hectare, nos 2 municípios, sendo Areia predominantemente no Brejo e Remígio com predominância de áreas secas:

	Areia	Remígio A/R
Feijão	309 kg/ha	276 kg/ha + 12%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 1975.

auxílio for gravado com juros, sua renda líquida será deduzida de mais esta parcela. Porém, como o *auxílio* é para ser gasto com a subsistência doméstica, é lícito trabalhar com a renda bruta, como indicativa da renda disponível para consumo doméstico¹⁷⁷.

Já para o *rendeiro*, temos de ter uma idéia do montante de suas despesas no *roçado*. S.S. calculava em Cr\$ 2.500,00 as despesas do *rendeiro* por ha, aí incluídos os pagamentos monetários pela terra, as compras de sementes e o pagamento de *trabalhador alugado*. Assim, se também cultiva 2 ha de terra, temos:

Renda por ha com 3 cultivos consorciados	=	6.483,50
Renda Bruta com roçado de 2 ha =	=	12.967,00
Despesas Brutas em terra, trabalhador, sementes (2 ha)	=	5.000,00
Renda Líquida do <i>Rendeiro</i>	=	7.967,00

Fica fácil constatar-mos que, para o pequeno proprietário, que não teria de pagar renda da terra, tudo o mais constante, sua renda monetária seria de:

Renda Bruta do Roçado de 2 ha	=	12.967,00
Despesas Brutas só com trabalhador e semente	=	4.200,00
Renda Líquida do Pequeno Proprietário	=	8.767,00

Como a diária do *alugado* naquela semana era de Cr\$ 20,00, supondo que quem *viva do alugado* trabalhe 6 dias por semana, e as 52 semanas do ano, temos (Cr\$ 120,00 x 52):

Renda Líquida Anual de Trabalhador Alugado	=	6.240,00
--	---	----------

Podemos assim verificar a hierarquia dos rendimentos monetários das várias categorias¹⁷⁸:

¹⁷⁷Evidentemente, isto significa fazer abstração das despesas com semente e com *trabalhador alugado*. Estas despesas computadas representam deduções da renda bruta para atingir a renda disponível para consumo doméstico.

¹⁷⁸Rigorosamente, tratar-se-ia de um modelo, e não de rendimentos efetivamente observados. Baseiam-se em supostos que foram devidamente explicitados. Mas supostos são necessários, se queremos comparar coisas que tenham comparabilidade, particularmente para isolar a influência específica da renda da terra, sob a forma de renda dinheiro ou parceria.

Quadro 12 – Rendimentos Monetários Comparados de Roçados com 2 ha
– Areia – Março 1977

	Renda Disponível	Renda Pequeno Proprietário = 100	Renda Alugado = 100	Renda Emprego no Sul = 100
Pequeno Proprietário	8.767,00	100	140	95
<i>Rendeiro</i>	7.967,00	91	128	86
<i>Meeiro</i>	6.843,50	78	110	74
<i>Trabalhador</i>				
<i>Alugado</i>	6.240,00	71	100	68
Salário-Mínimo no RJ *	9.216,00	105	148	100
Salário-Mínimo Paraíba	6.537,60	75	105	71

* Como estamos calculando com base nos preços de março de 1977, tomamos o salário-mínimo nesta data e multiplicamos por 12. Como houve alteração em maio de 1977, o salário-mínimo médio de ano do 1977 é diferente do valor aqui apresentado.

O quadro 12 mostra uma hierarquia de rendimentos monetários que é absolutamente consistente com todas as análises anteriores. Em particular, cabe ressaltar a posição do *alugado* embaixo da hierarquia. Se incluíssemos aí o *morador de sujeição*, ele estaria abaixo do *alugado*, pois nossas observações mostram que, na mesma semana, ele recebia Cr\$ 15,00 de diária nos *engenhos*, o que significa Cr\$ 4.680,00 de renda anual, supondo-se trabalhar seis dias por semana.

O fato mesmo de dispor de terra, no caso do pequeno proprietário, e/ou de *condições para trabalhar*, como o *rendeiro*, aumenta significativamente os rendimentos monetários em relação ao *meeiro*. Só as *condições* representam um acréscimo de 16,5% de renda disponível. Mas não é só por uma questão monetária que temos a hierarquia entre estas situações. Ter *condições* de trabalhar significa não depender de um *patrão* para ficar *equilibrado*, para aprovisionar a sua *casa*, sem a mediação de ninguém. Por isto, o *rendeiro* assim como o pequeno proprietário, que não recebem *auxílio*, se vêem como plenamente *libertos*, porque capazes de realizar a adaptação do ciclo de produtos agrícolas ao ciclo de consumo, sem passar pela mediação de uma relação personalizada, de que dependerá a *feira* semanal. *Liberto*, assim, significa um controle pleno do tempo ao longo de todo o ano, em *ano bom*, em *ano ruim*, no *inverno* e no *verão*. *Liberto*, portanto, significa não só ter a *casa*, o *chão de casa*, fora das grandes propriedades, sem sujeição do grupo doméstico, mas também manter a casa aprovisionada “sem depender de ninguém”, sobretudo para não alienar nem a capacidade de controle da força de trabalho doméstica, nem *a priori* o produto do esforço de todo o grupo doméstico. A não-dependência da vontade alheia está diretamente relacionada à capacidade de manter o seu grupo doméstico ao longo de todo o ano, sem precisar de alguém que *auxilie*, criando ao menos uma dívida moral.

O *meeiro*, que recebe *auxílio*¹⁷⁹, se endivida socialmente, como analisou Palmeira (1977c), aliena sua capacidade de se *equilibrar* por seus próprios pés. Como disse S.S., que lhes serve de *patrão*, precisam de um *cabeça*. Metáfora sugestiva esta: entram os *agricultores fracos* com o corpo, perdendo suas *cabeças* em prol de um *patrão* que, com uma só cabeça, ganha muitos corpos. Mas o *meeiro* ainda tem sua vida ligada ao ciclo agrícola, e mesmo num cálculo degradado, realiza a mesma tentativa dos demais *agricultores*: adequar o ciclo de produção ao ciclo de consumo doméstico.

Sob este prisma, o *alugado* também aparece como uma situação degradante, ligada à mudança da própria noção de temporalidade: é aquele cuja vida está materialmente desligada do ciclo agrícola. “O que arranja de dia, vai comer de noite.” Fórmula recorrente para designar o *alugado* como suprema degradação. Não tem o que comer a cada dia, e não tem como esperar para produzir, por si mesmo, o que comer. O ciclo de reprodução da vida humana torna-se mais curto que o ciclo vegetativo das lavouras mais rápidas. Então o *trabalhador alugado* se vê na contingência de se dispor a trabalhar para quem tem recursos monetários, para um grupo doméstico *equilibrado* e que tem *agricultura* em escala suficiente. A sua simples presença no *roçado* de outrem designa a ausência de suas alternativas. Se o *auxílio* de um *patrão* introduz uma dimensão de sujeição na vida de um *meeiro liberto*, ele permite a continuidade do *trabalho* enquanto atividade que só tem sentido pleno quando se completa o ciclo agrícola; ele permite tentar, através da auto-exploração do esforço familiar e/ou da contenção do consumo doméstico, “escapar” desta situação no ciclo agrícola seguinte ou no posterior. O *alugado* é a negação mesma do trabalho para si, manifestação viva de situação de *precisão*.

Note-se porém que se a situação de *trabalhador alugado*, de quem *vive do alugado*, é a situação limite dos *agricultores fracos*, significando em muitos contextos a negação mesma da condição de *agricultor*, isto não identifica o *alugado* ao *sujeito* apenas por estarem embaixo da hierarquia social. Muitas vezes são até referidos em conjunto, objetivamente assimilados, como símbolo mesmo dos que passam *privação* constante. Contudo, assimilar não significa identificar. É que várias dimensões de ambas as relações relembram a oposição *libertos e sujeitos*. Se a *sujeição*, cuja cristalização mais típica está no *engenho*, implica a obrigatoriedade de trabalhar para o *patrão*, de estar à disposição do *patrão*, o *trabalho alugado*, mesmo no *engenho*, não implica nenhuma obrigatoriedade de trabalhar para além do que foi explicitamente contratado, e implica o acerto prévio do tempo a ser trabalhado, do número de dias, ou da tarefa a ser realizada e do seu preço.

¹⁷⁹ Como já analisamos, há vários tipos e possibilidades de *meeiros*. Aqui centramos na dimensão do *auxílio*. Tomar a terra em parceria não implicava, necessariamente, em 1976/77, receber *auxílio*. Esta porém era a forma dominante dos *meeiros* que trabalhavam com *agricultores fortes* ou *fracos*, como S.S., e mesmo nas grandes propriedades, como vimos na fazenda Guaribas, visitada em 1952 por Nilo Bernardes (1952).

Por outro lado, o valor da diária do *alugado* é superior ao do *trabalhador sujeito*, e na semana de 14/03/77 a 21/03/77 representava uma diferença de 33%, pois a diária do *alugado* era 20,00 e a do *sujeito* era 15,00. Da mesma forma, o *morador* tem de trabalhar para seu *patrão* e só trabalhará para outrem se o *patrão* consentir. O *alugado* do *morador* depende do *patrão*. O *alugado* trabalha para quem quiser, o que significa a quem pagar mais. É aqui que a flutuação dos preços do *alugado* condiciona sua oferta, num prenúncio de verdadeiro mercado de trabalho. E, por último, enquanto o *morador* reside dentro das terras do *patrão* que detém o controle do espaço onde está a casa, como mundo privado do *patrão*, e há controle dos membros do grupo doméstico do trabalhador e do tempo de todos, o *alugado* mora *no que é seu*, ou em *casa na rua* pagando aluguel. O senhorio só tem direito a receber o dinheiro equivalente ao aluguel, e nem se atreveria a entrar porta adentro da *casa* do inquilino sem ser imediatamente lembrado de que o domicílio é privado.

Os dados do Censo Demográfico para 1980 mostram que na área rural de Areia predominam os domicílios cedidos (55%); e na de Pilões, município vizinho e também área onde cresce a *usina* e há *engenhos*, tal percentual atinge 88%. Já na área de Remígio, onde os *sítios* de pequenos proprietários são em maior número, e são contíguos a grandes fazendas de gado com capim plantado e com poucos *moradores*, os *cedidos* passam ao segundo lugar e os *próprios* ao primeiro. Note-se porém a inversão entre *cedidos* e *alugados* no mundo urbano, pois na *rua*, aí sim, o acesso à casa é mediado por uma transação mercantil de compra e venda, ou de aluguel, e conseqüentemente os *próprios* e *alugados* representam mais de 85% dos domicílios. Veja-se o quadro 13:

Quadro 13 – Domicílios Particulares por Condição de Ocupação – 1980

	Rural					Urbano				
	Total	Próprio	Aluga- do	Cedido	Outros s/ decl.	Total	Próprio	Aluga- do	Cedido	Outros s/ decl.
Areia	100	44	0,5	54,5	1	100	78	18	3	1
Remigio	100	62	3	33	2	100	78	15	4	3
Pilões	100	11	0,5	88	0,5	100	74	11	15*	—

Fonte: IBGE – Censo Demográfico - (pp. 155-173)

* Tal proporção de cedidos em Pilões está diretamente relacionada ao domínio dos *senhores-de-engenho* sobre o espaço que é tido como urbano para efeitos administrativos e censitários. Um dado significativo: a cadeia pública, a delegacia de polícia ficam em terras de engenho que visitamos. Eram de propriedade da família que detinha o controle político do município.

Note-se que todo o raciocínio desenvolvido até aqui baseou-se na situação do grupo doméstico. Porém, como especifica a análise de Meyer Fortes (1958), o grupo doméstico é feito de posições diferenciadas, *pai, mãe, rapaz, moça, criança, velho e velha*, e para um mesmo grupo doméstico as situações variam ao longo do ciclo de vida do grupo, e sobretudo no ciclo de vida de cada indivíduo seu *status* varia, não é uniforme. Por isto mesmo nunca observaremos o grupo social inteiro numa mesma e idêntica situação objetiva, pois cada grupo doméstico estará em um ponto de seu ciclo diferente dos demais (Chayanov, 1966, capítulo I). Já observamos que, por ser trabalho extradoméstico, o *alugado* redobra a oposição masculino-feminino. Paulilo (1980) explora este ponto, em seu trabalho na mesma região, de forma particularmente elucidativa. Observa ela:

“O trabalho assalariado entre as mulheres que moram na cidade, principalmente quando ele é feito fora da própria casa, só é realizado por aquelas que foram abandonadas pelos maridos” (Paulilo, 1980, p. 115).¹⁸⁰

Esta variação da situação do grupo doméstico é clara: as mulheres abandonadas têm de assumir a condição de *chefe de família*. A exceção revela a regra, como mostra esta entrevista colhida por Paulilo:

“Se eu fosse uma pessoa, que eu tivesse marido, eu interessava trabalhar no roçado. Se eu possuísse um marido, ele tinha que botar comida dentro de casa e eu trabalhar mas sim no roçado, numa costura, num tricô, numa coisa qualquer” (Paulilo, 1980, p. 39).

Os *velhos*, como as *crianças*, excluídos do *trabalho no roçado*, mais ainda devem ser excluídos do *trabalho alugado*. Ainda mais depois de 1972, quando passou a haver aposentadoria para todos os trabalhadores rurais de mais de 65 anos, que, embora diminuta (meio salário-mínimo), sempre significa uma renda monetária nas mãos das pessoas idosas. Porém o *alugado* dos *rapazes* não significa a mesma coisa que o *alugado* do *pai de família*. Aí o *alugado* pode ter lugar como forma de obtenção de renda monetária para alguma despesa de cunho pessoal, em função análoga ao *roçadinho*. Isto quando pratica o *alugado* para si. Se a precariedade da vida de grupo doméstico é grande, pode praticar o *alugado* para o *pai*, isto é, junto com o *pai* ou substituindo o *pai* (quando este está doente), e entregando a renda monetária obtida para que o *pai* faça a *feira* semanal. O *alugado* das *moças* é bem menos frequente, e, ou revela uma situação de

¹⁸⁰ Antes Paulilo estabelecera que a mesma oposição masculino-feminino permeia o mundo dos *moradores*:

“Das 12 moradoras entrevistadas, somente três trabalhavam como diaristas. Duas delas, pelo fato de não terem marido e terem filhos para sustentar, são obrigadas a trabalhar em troca de salário. A terceira delas raramente vende a sua força de trabalho. Só o faz quando precisa de algum dinheiro extra” (Paulilo, 1980, p. 38).

extrema precariedade do grupo doméstico, quando é *para o pai*, ou é *para si* em função análoga à *criação* da esfera feminina. Mesmo assim elas estarão alocadas normalmente em funções especificamente femininas no *roçado*, como *plantar*. É certo que quanto menos terra e *condições* dispuser o grupo doméstico, menos terra poderá ser alocada para *roçadinhos*, menos alimentos para *criação*. Portanto, as necessidades pessoais dos *rapazes* e *moças*, e particularmente a acumulação necessária para o casamento, terão de ser enfrentadas com atividades outras além da *agricultura* e da *criação*. Portanto, também no caso dos indivíduos jovens solteiros, a escassez relativa das terras e dos recursos disponíveis acarreta uma expansão do *trabalho alugado*.

Valor e Demanda do Trabalho Alugado

Mesmo nos cálculos feitos anteriormente sobre a renda proporcionada pelo *alugado* considerou-se que houvesse serviço o ano inteiro. Era lícito fazê-lo, porque estávamos examinando as condicionantes da oferta de *trabalho alugado*. E estas considerações nos permitiram ver que as necessidades de recursos monetários que o *alugado* possa proporcionar serão tanto maiores quanto mais longe estivermos do *inverno* de um ciclo agrícola e mais demorar a começar o *inverno* seguinte. Em outras palavras: a oferta de *trabalho alugado* aumenta durante a *seca*.

Cabe agora ver uma distinção radical que vai marcar a situação do *alugado* em Remígio e Areia no momento da pesquisa de campo (1976/82), mas que não existia da mesma forma em 1952 (cf. Bernardes, 1952; Lacerda de Melo, 1952). É só observarmos de novo o quadro 7 no capítulo IV. Veremos ali que na *seca*, sobretudo a partir de dezembro, o trabalho agrícola se resume à colheita de cana-de-açúcar, agave e mandioca. Em 1952, em plena expansão da agave, este plantio cobria o Brejo e o Agreste, a cana restringindo-se ao Brejo. Portanto, cortar e desfibrar agave e cortar cana era serviço para *alugado* em larga escala. Com a queda dos preços da agave, a demanda de braços no Agreste caiu, muito embora a expansão da cana no Brejo signifique um aumento de demanda. Assim, os *trabalhadores alugados* em Areia, trabalhando na cana, têm serviço durante a *seca*. Já em Remígio, que pega o Agreste e o Curimataú, nenhum serviço em grande escala vem significar aumento da demanda do *trabalho alugado* na época da *seca*. E como a mandioca está vedada aos *roçados* obtidos por arrendamento e meação, nem mesmo os *agricultores* têm um cultivo que signifique aumentar a demanda de braços durante a *seca*. Vê-se assim que este aumento da oferta de força de trabalho na *seca* só beneficia as grandes propriedades, e nenhum elo cria com uma acumulação potencial e paralela dos *agricultores*. A *seca* é, para os *agricultores*, *agricultores fortes* e *agricultores fracos*, um momento de escassez. Escassez de produção. Escassez de serviço. Ameaça de penúria.

Nada mais dentro da lógica de mercado do que o fato, dadas as condições aqui descritas, de que os preços do *alugado* despenquem no verão. Evidentemente, o período mais difícil de atravessar será janeiro-março, época do ano que corresponde ao final do *verão* e ao início do *inverno*, que inaugura o ciclo agrícola seguinte. As fazendas de gado do Agreste quase não demandam *alugado*. E os *agricultores* têm pouco serviço a fazer, e menos ainda recursos monetários a oferecer. Podemos inferir que o preço do *alugado* tende a O (zero). Exagero? Não, se tivermos em mente que o desemprego sazonal significa remuneração O (zero) para quem oferta trabalho. Em 10/03/77 passamos o dia no *sítio* de L.V. Lá encontramos Z.C., que tinha só a *casa* em seu *sítio*, de tão pequeno que era. Na semana anterior, ele, como vários outros, tinha procurado serviço no *alugado*, mas, como não chovera, o *inverno* estava atrasando, quase nenhum *agricultor* tinha serviço a propor. Z. C. possuía alguns recursos porque tinha trabalhado até dezembro em São Paulo como operário em indústria, e para lá voltaria assim que houvesse passagem, pois, como formulou e constatamos nas feiras do fim de semana seguinte, “não havia passagem até 30/03/77”. Formulou então Z. C., com a concordância de L.V., que assistiu ao diálogo:

“Z.C. – Alugado aqui nesta época eles [os agricultores] não querem nem pelo comer”.

Se os *agricultores* não se aproveitam deste fato, e acumulam em cima dos *agricultores fracos*, não é por nenhuma piedade subjetiva: é que objetivamente suas atividades também estão condicionadas pela mesma temporalidade¹⁸¹. Assim, só os grandes proprietários ligados ao corte de cana são beneficiários desta sobreferta da venda da força de trabalho no *verão*. Registram Correia de Andrade e Potengi (1980) sobre a microrregião do Agreste da Borborema (que inclui Remígio):

“Ou seja, que nos meses de janeiro e março a atividade agrícola diminui, limitando-se à pecuária. A literatura indica este período como o da migração sazonal para a zona canavieira. Esse costume continua vigente, embora limitado pelo impacto da migração de longo curso. As famílias que ainda ficam vão à safra da cana, e o número de crianças é muito alto nos contingentes. A Usina Olho d'Água de Pernambuco oferece transporte para estes “corumbas” nos fins de semana.

¹⁸¹ Bastaria que dispusessem de água para plantio, até mesmo para *horta*, para que a diferenciação se acelerasse. Isto ocorreu no caso estudado por Lindoso, F. (1983) e Silveira, M. J. (1983), e também com o cultivo da cenoura no Agreste de Pernambuco (cf. Novaes, 1977 e 1979). Mudando a temporalidade do ciclo agrícola da camada camponesa em trajetória ascendente, o vazio do ciclo agrícola dos que têm de vender força de trabalho pode corresponder ao pico do ciclo agrícola dos primeiros, facilitando a acumulação destes. Por conseguinte, ciclos agrícolas idênticos representam um limite à diferenciação; ciclos agrícolas complementares, como na *plantation* tradicional, uma alavanca poderosa da diferenciação. Atingimos, assim, a uma proposição teórica mais geral, contando com suficiente verificação empírica

Trabalham no engenho de segunda a sexta, no sábado voltam à cidade para fazer a feira e no domingo à tarde voltam ao trabalho” (Correia de Andrade e Potengi, 1980, p. 171).

Com toda a exploração objetiva que existe na área canavieira, onde os *senhores-de-engenho* e *usineiros* pagam salário abaixo do mínimo legal, o trabalho na cana permite fazer a *feira* durante o *verão*. Já o gado com capim plantado diminui simultaneamente a demanda de *alugados* nos *roçados* dos grandes proprietários, que outrora existiam, nos *roçados* de *rendeiros* e *meeiros*, e o estoque de terras para *roçados* dos que têm no *alugado* uma fonte complementar de renda monetária, aumentando a *precisão* de produto, na época do *verão*. Ao contrário da lei de Say, em que a oferta cria sua própria demanda, temos aqui uma queda da demanda do *trabalho alugado* que provoca um aumento ainda maior da oferta. Dizem os *agricultores* que “a dor é que ensina a gemer”. L.V., ao descrever a situação local, faz o paralelo com a oração católica do “Salve Rainha”, onde todos estamos imersos “num vale de lágrimas, gemendo e chorando”:

“L.V. – Os que tinham terra não [foram para cidade], ficaram na deles mesmos. E os que não tinham, arranjaram um casebrezinho por lá e estão morando na cidade. Agora, trabalhar, eles arranjam naqueles terrenos que não têm muita preocupação, eles arranjam um pouco de roçado prum canto, um pouquinho para outro, e trabalha praqui, pracolá, não é, e assim vive. É uma vida sacrificada, né, porque se a pessoa mora aqui, num interior desse, vamos supor, aqui no Nordeste, não tem roçado, emprego não tem, não é aposentado, então quer dizer, sofre um bocado, não é isto? Mas tem que ser assim mesmo. Porque ninguém pode ir – todo mundo não pode ir pro Rio de Janeiro, nem pra São Paulo, nem pra Goiás, nem pra Minas. Não é possível. Tem que ficar por aqui mesmo. Eu sou dos tais. Tem que ficar. Que nem a ‘Salve Rainha’: gemendo e chorando (em 10/03/77).

É de se notar que “pegado o inverno” o preço do *alugado* sobe. Vimos na última semana de março de 77 passar a 30,00, numa alta de 50%, chegando em alguns *sítios* a 40,00. Porém, para o *agricultor* que combina o *roçado* com o *alugado*, este é ainda um momento de grande tensão. É que se ficar os seis dias no *alugado* fica sem *roçado*, e a *seca* seguinte será ainda pior. Portanto, cada dia no *alugado* por esta época é alternativo ao trabalho no próprio *roçado*, em momento de pico do ciclo agrícola. Assim, quando a demanda por *alugado* aumenta, a oferta diminui e vice-versa. Assim, os que ofertam *alugado* sofrem com a queda de seu valor, cujo limite é zero (= desemprego sazonal aberto), e não se beneficiam na íntegra quando o valor do *alugado* sobe. É de se notar que o método usado pelos *engenhos* e *usinas* para forçar uma baixa dos salários reais, medidos pela extensão e intensidade do trabalho, com remunerações nominais crescentes, é usar ao máximo a *empreita* no lugar da *diária*, isto é, o *salário por produção* (Marx, 1966, capítulo XXI), em que preços inferiores por unidade de serviço levam o trabalhador a um esforço físico maior, seja

umentando a jornada, seja intensificando seu ritmo, seja usando o trabalho suplementar dos filhos e da própria mulher, para que no final do dia possa ter “ganhado mais”, ou seja, disponha de mais dinheiro para uma *feira* superior.

Não é de se estranhar, portanto, que o *alugado* materialize uma situação em que o produto e a renda de que se dispõe sejam insuficientes para se fazer frente ao consumo doméstico segundo os padrões tidos localmente como normais e aceitáveis. D. M., anteriormente citada, explica:

“D.M. – O alugado aqui que se fala é o seguinte. É trabalho na enxada, no roçado dos outros a dia, viu? A dia. Agora aqui é o seguinte, escute. Quando chega esse tempo do inverno aqui, qualquer um proprietário paga um dia de serviço por 20 contos – 30 contos, a seco [sem comida]. Mas quando a seca escassa, a seca de novembro pra dezembro, não tem o ganho de tanta seca. Pros homens, na enxada, não senhora. Depois que passa o inverno, pronto. Na seca não há quem ganhe nenhum nessa terra (...) Porque a senhora viu: a gente precisa do comer, o remédio e o vestir, não é, D. Maria? E o meio que a gente vive, que só dá pra arrumar pra comer, e mal, o que é?” (em 4/04/1977)

Efetivamente, era muito comum os *agricultores* multiplicarem o valor da diária por 4, 5 ou 6 e confrontarem com os preços da feira, mostrando que um *pai de família*, com aquele montante da renda monetária, não teria nem para o comer. Particularmente, em março de 1977, notavam eles que o *alugado* teria de comer feijão-preto, dado que este custava, em março de 1977, 8,00 o kg contra 18,00 o kg do feijão-mulatinho, e não poderia comer charque, dado o preço, tendo de se contentar com peixe seco. Assim, pelos próprios produtos substitutos, se vê que se tratava de *feira* degradada, segundo os padrões mínimos dos *agricultores*. S.B., entrevistado em 22/03/77, formulou uma *feira* mínima para os *moradores de sujeição*. Ganhavam então 15,00 por dia, portanto com seis dias de trabalho ganhariam Cr\$ 90,00. Mesmo considerando que não incluíam charque nem feijão-mulatinho, muito menos macarrão e verdura, que constam de sua feira, esta feira mínima tem um custo monetário de Cr\$ 95,50. Os preços ali considerados para o feijão foram os do *barracão*, já que S.B. era *negociante* de *cereais* (feijão e milho), e conhecia tais preços por vivência direta. Nos demais preços usou preços da feira, que foram por nós verificados na feira de Areia, de 26/03/77. Um *alugado* que trabalhasse 5 dias a 20 cruzeiros e em 2 outros preparasse a terra de seu *roçado* teria dinheiro apenas suficiente para esta *feira* degradada, e se só tivesse serviço durante 4 dias, que não por acaso, era o referente da maior parte dos cálculos feitos, não teria dinheiro suficiente. Observe-se a lista de compras:

	<i>Morador do Barracão</i>	<i>Alugado na feira (em 22/03/77)</i>
250 g de café	- 11,00	11,00
3 kg de feijão-macáçar	- 30,00	22,50
barra de sabão	- 8,00	8,00
2 kg de açúcar	- 8,00	8,00
arroz	- 5,00	5,00
7 kg de farinha	- 17,50	17,50
1/2 kg de peixe	- 8,00	8,00
1 litro querosene	- 6,00	6,00
sal	- 1,50	1,50
fósforo (caixa)	- <u>0,50</u>	<u>0,50</u>
	95,00	88,00
Renda Semanal = 90,00 (6 dias de serviço)		Renda Semanal = 100,00 (5 dias de serviço)

Portanto, as condições de vida para os que *vivem do alugado* são extremamente precárias, e D.M. tem toda a razão para formular que “dá apenas para o comer, e mal”. A remuneração calculada acima supõe que a oferta de *alugado* encontre demandantes, o que não é o caso na época de *seca*. O *alugado* não garante que haja serviço o ano todo, e assim não pode se constituir em atividade única do grupo doméstico. Assim, mesmo conhecendo uma oferta crescente de *trabalho alugado*, sendo uma relação que tende a buscar se reproduzir em escala ampliada, ela não cria, por estes movimentos, as condições de se reproduzir como atividade exclusiva. Ora, se não dá para comer, se não é suficiente para a *feira* semanal, não será através do *alugado* que se pode acumular recursos monetários para passar do *alugado* ao *negócio*. Portanto, a combinação *roçado e alugado* implica apenas a reprodução dessas atividades combinadas, a ter de *viver do cabo da enxada*. Não permitem a reversão de uma trajetória em declínio no espaço social, por acesso a práticas mais rendosas. Também não constituem práticas estáveis que assegurem padrões de vida considerados razoáveis, que estivessem na base da elaboração de uma nova identidade social afirmada positivamente¹⁸². Nada parece contrabalançar os motivos para que “estar no alugado” seja motivo de vergonha.

A análise desse caso particular, em que há pauperização da maior parte dos trabalhadores agrícolas, permite compreender que a tendência concomitante em aumentar a oferta de força de trabalho no mercado não signifique necessariamente *processo de proletarização*. Para que haja inserção duradoura no mercado de trabalho, de tal forma que as relações sociais que aí se configuram constituam o molde para a elaboração de uma nova identidade social, é necessário que ao aumento da oferta corresponda um aumento da demanda de força de trabalho, coisa que depende de outros agentes sociais. Por conseguinte, o possível crescimento da demanda de

¹⁸² As campanhas salariais na área canavieira poderiam se constituir, como em Pernambuco, em instrumento de revalorização simbólica da condição de assalariados e da afirmação da identidade recente de “canavieiros” (cf. Sigaud, I.ygia, 1980).

força de trabalho é um processo a ser investigado concretamente, que pode ou não ocorrer, e não pode, de forma alguma, ser reduzido à condição de efeito direto e imediato do aumento da oferta de força de trabalho. Como Karl Polanyi (1980) demonstrou para o caso inglês, os cercamentos dos campos (*enclosures*) fizeram crescer os *pobres* (*poors*) e a assistência pública municipal. A transformação dos *pobres* em operários industriais foi um outro processo, no qual se criou, de fato, um mercado de trabalho. O processo de expropriação precede logicamente o processo de proletarianização dos trabalhadores. Mas nada garante que sejam processos simultâneos (cf. Palmeira, 1976).

A Pauperização Absoluta dos que Vivem do Alugado

O simples fato de receberem mais, em termos monetários, por unidade de tempo trabalhada não garante aos *trabalhadores alugados* um nível de vida superior ao dos *trabalhadores sujeitos*. Quem acabou de ler a seção anterior, e viu uma *feira do alugado* possível, que era impossível para o *trabalhador sujeito*, estranhará estas palavras iniciais. Notem bem: confrontamos a renda monetária de 5 diárias do *alugado* com uma determinada cesta de bens e fizemos a confrontação de 6 diárias do *morador sujeito* com a mesma cesta de bens. Dissemos mesmo, que este cálculo, com maior ou menor precisão, foi feito inúmeras vezes por *agricultores* para demonstrar o insuficiente nível de vida ora dos que *vivem do alugado*, ora dos *moradores*, ora de ambas as categorias. Este cálculo visa demonstrar que o *alugado* “só dá para comer e mal”, e, sem dúvida, não precisamos de um nutricionista para nos darmos conta da precariedade do comer assim proporcionado. Ele demonstra, portanto, a insuficiência relativa da receita monetária proporcionada pelo *alugado* para fazer frente a um comer normal, segundo os próprios padrões dos grupos sociais da área objeto da pesquisa de campo.

Na seção anterior, sobretudo nas ilustrações apresentadas, viu-se que a remuneração monetária era insuficiente para o comer, quanto mais para fazer face a roupas, calçados e remédios, no caso de doenças. Coloca-se o comer em primeiro plano porque esta é uma despesa prioritária, semanalmente renovada. Como no caso dos *agricultores*, só se passa ao atendimento de outros itens do orçamento doméstico se este já estiver coberto¹⁸³. É perfeitamente lógico e compreensível: o confronto se faz entre a situação de alguém que esteja vivendo como *trabalhador alugado*, e a situação de alguém que esteja vivendo na situação de *trabalhador sujeito*.

¹⁸³Vimos na *feira* citada, além dos alimentos propriamente ditos, entre os quais rigorosamente se enquadra o sal, constar sabão, querosene e fósforo. É que tais itens são indispensáveis para o próprio comer, pois o comer supõe: alimentos cozinhados; que, à noite, não se coma no escuro; e que toda a louça e a roupa dos membros do grupo doméstico sejam lavadas.

Este procedimento analítico, porém, não pode impedir que observemos que a simples transformação de *morador* em *trabalhador da rua*, que *vive do alugado*, exigiria salários nominais bem mais elevados para se manter padrões de consumo real inalterados (cf. Sigaud, 1979 – na análise do processo em Pernambuco). É que no caso do *trabalhador alugado*, tudo que, na situação de *morador*, seria obtido como concessão gratuita passa a ter um preço monetário a ser pago, passa a ter de ser adquirido de forma mercantil. O *chão de casa*, o material de construção, a construção da *casa* (ou o aluguel), a água e a lenha necessárias passam a ser mercadorias. E tudo isto é condição do comer; mesmo a *casa*, porque não se vai comer “debaixo do pé-de-pau”, ou no “meio da rua”, embora o processo de transformação social provoque estas próprias ocorrências. E o próprio comer pode ficar desfalcado da produção própria do *roçado* e da *criação*. Para que se continue a *botar roçado*, e assim ter produto para alimentar a *criação*, é preciso comprar a terra como mercadoria, ou arrendá-la a cada ciclo agrícola. Portanto o mesmo montante de dinheiro que o recebido pelo *morador* não garantiria o mesmo padrão de vida. A remuneração monetária teria de subir consideravelmente para que o acesso mercantil aos bens antes cedidos fosse garantido. Entende-se assim que um simples diferencial de preço monetário entre o *alugado* e o *trabalho sujeito* não garanta condições de vida superiores, e nem mesmo iguais¹⁸⁴. Analisemos com mais vagar estas dimensões da condição de *morador* que, perdidas na transformação em *liberto*, dão origem, sob este ângulo específico, à idealização do passado (cf. Sigaud, 1980).

Na primeira seção do presente capítulo apresentamos o quadro 13 sobre os domicílios nas regiões pesquisadas, onde se verifica claramente que os domicílios cedidos gratuitamente predominam na área rural, enquanto os próprios e os alugados predominam na área urbana. A passagem de *morador* a *trabalhador alugado* implica ter de fazer frente ao *chão de casa* como mercadoria, cujo preço é tanto mais alto quanto maior a rapidez do deslocamento de *moradores* para a *rua*. A demanda por *chão de casa* aumenta muito, e o estoque de terrenos na periferia de uma cidade, em dado momento, é fixo. Os loteamentos, assim, realizam o valor de uma renda da terra proporcionada por um monopólio de fato, frente a demandantes que estão dispostos a pagar qualquer preço para, literalmente, comprar sua liberdade. Pode então alguém estranhar que, segundo S.S., citado, o valor do metro quadrado do *chão de casa* em Arara, cidade das vizinhanças, onde há uma particular concentração de *libertos* e uma das *feiras* mais prósperas, fosse em 15/03/77 de Cr\$ 1.000,00, o que significa que o hectare do dono deste terreno custasse Cr\$ 10.000.000,00?¹⁸⁵

¹⁸⁴ Este cálculo do consumo em termos reais não apaga a distinção entre os *libertos* e os *sujeitos*. É exatamente porque ser *liberto* possa significar, dependendo das condições, ser mais faminto, que a passagem de *sujeito* a *liberto* é contida.

¹⁸⁵ Segundo S.S., Arara inteira estava dentro das terras de um só dono, ou melhor, este proprietário tinha terras que circundavam a cidade inteira. Assim, a propriedade da terra na mão dos *senhores rurais* sobredetermina não só o trabalho agrícola, mas a própria vida

Mas não é apenas o *chão de casa* que se torna mercadoria. As casas de *moradores* sempre foram construídas com materiais disponíveis no próprio *engenho* ou *fazenda*: madeira e barro para fazer a casa de taipa, folhas de palmeiras para o telhado (Correia de Andrade, 1957, p. 64). Com a ida para a *rua*, é o material de construção que vira mercadoria, e vimos mesmo se desenvolver uma manufatura de construção de tijolos como forma de *negócio* para alguns *agricultores*. Leve-se em conta ainda que para *tapar a casa* muitos fazem *mutirão* ou *ajutório*, porém há o trabalho do *mestre* para o trançado das madeiras, quando é de taipa, ou há o serviço de *pedreiro* quando é de tijolos. Assim, ao menos parte da força de trabalho aí despendida tem de ser remunerada em dinheiro, e mesmo o *mutirão* implica despesas com comida e bebidas para os que dele participam (cf. Garcia Jr., 1983a, cap. 3). No caso de não ter *casa*, o trabalhador pagará aluguel, que aumenta rápido por motivos semelhantes ao *chão de casa*. É importante notar que aqui está outra fonte de diferenciação e acumulação entre *agricultores* e *negociantes*, de um lado, e *agricultores fracos* e os que *vivem do alugado*, de outro. Muitos *compram casa na rua*, aumentando seu patrimônio, para alugarem a quem precisa. E esta é, sabidamente, uma aplicação de dinheiro que rende muito dinheiro. Vimos *agricultores fortes* que chegaram a possuir 10 casas na *rua* para alugar.

Por outro lado, além da água e lenha que passam também à condição de mercadorias, o simples adensamento das *casas* num mesmo espaço cria necessidades em termos de saneamento que podem ser resolvidas de outra forma, nos *sítios*. Este deslocamento impõe investimentos públicos que alguns tecnocratas queriam até fazer recair totalmente nas costas dos recém-chegados às cidades, sob o pretexto da “verdade dos preços”. De qualquer forma, algum imposto sempre é cobrado dos que moram na *rua*. Apresentamos na página seguinte o quadro 14, extraído do Censo Demográfico de 1980, que dá bem a idéia das precárias condições de vida em que está boa parte dos habitantes dos municípios visitados.

O leitor urbano poderá perceber, até a coluna Fogão¹⁸⁶, os níveis de pobreza associados à falta de abastecimento domiciliar de água, a instalações sanitárias que não atingem 50% das residências, e à iluminação elétrica que não atinge mais que 30% dos domicílios: tais padrões são freqüentemente classificados como “pobreza absoluta”. Nas colunas seguintes pode-se verificar que, dos bens de consumo duráveis, cuja produção interna no país cresceu a partir dos anos 50, só o rádio aparece de forma mais generalizada. Os grupos domésticos de que tratamos neste capítulo, os *agricultores fracos* e os *trabalhadores alugados*, estão entre os mais desprovidos desses bens e serviços; além disso vimos que a renda

doméstica dos *libertos*. Porém, agora, já não determina mais: sua vontade é lei apenas em seus domínios, e o mundo não se confunde com eles.

¹⁸⁶ A coluna fogão apresenta apenas a importância do fogão a lenha, e está colocada para que se dimensione a incidência de tomar a lenha mercadoria. Como demonstra a simples observação das casas, muitos adquiriram fogão a gás, mas não o usam porque preferem o gosto da comida feita no fogão a lenha.

Quadro 14 – Domicílios Particulares por Instalação e Utilidades Existentes – Paraíba – 1980

Instalações Municípios	Nº de Domicílios		Água		Ilumi- nação Elétrica	Instalações Sanitárias			Fogão		Rádio	Gela- deira	Tele- visão	Auto- móveis
	Nº Absoluto	Nº Relativo	Rede Geral	Poço ou Nas- cente		Rede Geral	Fossa	Outro	Lenha	Gás e Outros				
Areia	5271	100	24.1%	1.7%	29.7%	0	41.9%	1.4%	75.9%	23.2%	67.5%	12.2%	16.0%	6.6%
Remígio	3184	100	26.5%	0.2%	27.2%	0	49.5%	0.6%	53.6%	39.4%	68.4%	8.8%	12.5%	7.2%
Pilões	1395	100	9.2%	1.7%	28.3%	0	32.2%	22.0%	84.9%	14.6%	65%	7.0%	12.2%	5.8%
Arara	1821	100	28.1%	0	31.7%	0	48.1%	0	53.7%	44.7%	70.9%	10.2%	15.7%	4.7%
Brejo-PB	23553	100	23.4%	1.1%	25.1%	0	36.7%	2.6%	76.2%	22.6%	71.8%	8.9%	12.0%	5.5%

FONTE: IBGE – Censo Demográfico.

monetária e o produto de que dispõem não possibilitam mudar esse quadro num futuro imediato. Tais padrões de consumo revelam uma pobreza relativa confrontados aos de outras regiões do Brasil.

Mas estes indicadores revelam apenas parte do quadro que qualifica a pobreza dessas camadas. Pior que tudo, ou ao menos assim é ressentido por este grupo social, é ter gente para trabalhar no grupo doméstico, disposição para trabalhar, porque “falta de um tudo”, e ter de enfrentar uma alta constante do preço da terra por compra e venda e/ou por arrendamento. Constatemos no quadro 15, apresentado a seguir, que os preços de arrendamento e o preço da terra sobem mais rápido do que os níveis salariais e também mais rápido do que os preços dos produtos agrícolas ao produtor e que o nível geral de preços. Entende-se assim claramente que não pode ser o *alugado* a financiar o arrendamento, nem permitir a aquisição de terra. Ao contrário, é aumentando de forma crescente o trabalho no *roçado* e no *alugado* que se completa o orçamento doméstico: *roçados* menores e *criação* menor significam, simultaneamente, aumentar a intensidade de esforço despendido para extrair o máximo da pouca terra de que se dispõe, e um subconsumo, pois parte do resultado do esforço irá para pagar uma renda da terra em contínua ascensão. Como a fonte só apresenta dados para todo o estado da Paraíba, é esta a referência do quadro. Certificamo-nos porém que as regiões que pesquisamos fornecem informação direta para apresentação dos dados publicados periodicamente pela Fundação Getúlio Vargas.

Pelos dados¹⁸⁷ censitários podemos verificar que os mais altos preços pela terra são pagos pelos menores estabelecimentos, portanto, que a evolução dos preços da terra acima dos preços da força de trabalho tem sua explicação, além de fatores especulativos e do crescimento da pecuária e da cana – que serão examinados no capítulo seguinte –, ligada à fome de terra dos pequenos estabelecimentos. Assim é que os estabelecimentos de 0 a 10 ha pagam, por hectare, 43% mais do que a média, atingindo 97% nos estabelecimentos de 0 a 2 ha! E, evidentemente, não são os pequenos agricultores que detêm as terras de maior fertilidade, nem as mais bem localizadas em relação às vias de comunicação e centros comerciais. Portanto este diferencial de preços, de tal amplitude, só pode ser explicado

¹⁸⁷Tendência semelhante à explicitada neste quadro pode ser observada para todo o Brasil. Dados extraídos da mesma fonte permitem verificar que o preço da terra e o preço do arrendamento estão subindo na mesma velocidade que os preços recebidos pelos agricultores e os do Índice Geral de Preços. Portanto, rigorosamente, como numa situação ricardiana clássica, a renda da terra não permite que o “lucro agrícola” aumente, a não ser com salários mais reduzidos. Mais interessante ainda é verificar que, no caso brasileiro, o estoque de terras não foi fixo, mas sim ampliado, porque houve contínua expansão da fronteira agrícola. Porém, é na fronteira agrícola que a concentração de terras é mais acentuada, como demonstraram os dados do Censo de 1975. Não se explica apenas o crescimento da renda de terra pelo monopólio da terra, mas pela extensão e aceleração deste monopólio. Literalmente, a política agrária e agrícola do Governo fez de nosso povo cobaia de uma experiência histórica singular: a função especulativa da terra foi premiada em detrimento da função produtiva (ver quadro 17).

Quadro 15 – Evolução dos Preços de Arrendamento, Compra e Venda de Terras, Salário – Paraíba – 1975-82 –
Em números índices: média anual para 1975 = 100

Preços	1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981		1982
	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.
Arrendamento Lavouras	99	101	130	152	184	215	286	349	500	662	928	1417	2065	3135	4746
Compra e Venda Lavouras	89	111	127	145	215	270	330	354	438	579	909	1186	1654	2302	3601
Salário Trabalhador Permanente	98	102	129	150	176	221	277	348	424	580	816	1158	1740	2155	2885
Salário Trabalhador Eventual	97	103	123	148	181	213	252	310	400	510	806	1058	1613	2084	2774
Índice Geral de Preços -Brasil*	100		146		203		281		506		1064		2308		3372
Preços Recebidos Pelos Agricultores – Brasil	100		163		231		319		511		981		1727		–

Fonte: Fundação Getúlio Vargas – IBRE – Centro de Estudos Agrícolas – Retrospectivas da Agropecuária.

* Apresentamos nestas 2 linhas o IGP e a variação de preços recebidos pelos agricultores, com produtos da agropecuária, na média para todo o Brasil, e não apenas no Estado da Paraíba. Estes dados foram extraídos da Retrospectiva da Agropecuária de 1981, quadro 8, p. 8 e quadro 13, p. 13. Deixam claro, se confrontados com o índice de 2º semestre de cada ano, que a renda da terra cresce mais rápido do que os preços dos produtos agrícolas e que o nível geral de preços.

pela “fome de terra” dos *agricultores*, em que a necessidade de um lote é tão ressentida como forte, que os preços que se aceita pagar entram numa escala diferente dos praticados pelos demais estabelecimentos. Observe-se o quadro abaixo, onde fornecemos também os dados de concentração relativa de terras e do patrimônio.

Quadro 16 – Valores de Terra por Hectare, Concentração de Terras e Patrimônio – Paraíba – 1975

	Valor da Terra Cruzeiros ha	Valor do Patrimônio: Total = 100	Área Total - total = 100	Nº de Estabe- lecimentos Total = 100
0 — 10 ha	2.416,00	13	8	73,5
10 — 100 ha	1.480,00	25	27	22
100 — 1.000 ha	1.421,00	34	43	4
1.000 — 10.000 ha	2.218,00	} 28	} 22	0,5
10.000 —	1.482,00			
Total	1.686,00	100	100	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – p. 48.

Quadro 17 Evolução Comparada dos Preços das Terras, Arrendamentos, Preços Recebidos Pelos Agricultores e Índice Geral de Preços-Brasil.

	Venda de Terras Lavouras	Arrendamento Lavouras	Preços Recebidos pe- los Agricultores	Índice Geral de Preços
Média				
1976-80	61%	55%	59%	61%
1976	46%	39%	82%	46%
1977	38%	33%	42%	39%
1978	46%	34%	30%	41%
1979	66%	63%	49%	77%
1980	119%	122%	103%	110%
1981	136%	130%	107%	117%

Fonte: F.G.V./IBGE – Centro de Estudos Agrícolas – Retrospectiva da Agropecuária – 1981 – quadro 13 – p. 13.

A consideração de todos estes dados nos permite perceber que níveis de remuneração mais elevados do *alugado* em relação ao *morador*, para um determinado corte cronológico (março 1977 – 33% de diferença), podem ser simultâneos a padrões de vida iguais ou inferiores dos respectivos grupos domésticos. Esta pauperização, relativa ao conjunto da sociedade e

absoluta em relação a seu nível de vida no passado, das condições de vida dos *trabalhadores alugados* limita a própria passagem de *sujeito a liberto* em maior escala.

O processo de passagem de *sujeito a liberto*, da situação de *moradores a não-moradores*, não corresponde a um processo coletivo, mesmo atingindo um grande número de indivíduos simultaneamente, e tendo assim um caráter maciço. Não é a “comunidade de *moradores*”, enquanto tal, que se afasta coletivamente da dominação da *casa-grande*, é cada um dos *moradores* que, individualmente, faz a passagem à condição de *liberto*. A passagem a *liberto* é comumente o problema de um indivíduo ou de uma família que deve acumular os meios de comprar terrenos onde vai construir sua casa.

O custo desta passagem é duplo: de um lado há a compra de terreno que, para o morador desprovido de meios de acumulação ou financiamento, representa uma quantia considerável. De outro lado há novas despesas ocasionadas pelo abandono das vantagens *in natura*, coextensivas da situação de morador (possibilidade de culturas de subsistência, criação de animais domésticos, acesso a água e lenha), e a necessidade de encontrar uma solução para pagar o arrendamento em dinheiro ou em produção, (parceria) ou ainda para pagar água e combustível. O custo elevado desta opção, sobretudo por exigir dinheiro líquido, constitui um freio objetivo a esta passagem individual: cada morador deve avaliar seu interesse em fazê-la, segundo o balanço de suas trocas pessoais com o senhor e escolher a saída, no momento em que a situação lhe pareça mais favorável (por exemplo, quando o senhor não cumpriu suas obrigações legais). Inversamente o senhor tem interesse que o morador saia de tal forma que nada possa reivindicar posteriormente. Tudo se passa, neste momento de transição, como se as duas partes se observassem, tentando aproveitar os momentos de maior vulnerabilidade da outra, o senhor para obrigar a sair, o morador para sair com condições de operar sua reconversão.

O caráter maciço das saídas e o fluxo de novos pretendentes a compradores no mercado fundiário fazem crescer o custo monetário de cada pedaço de terreno, de tal forma que a evolução rápida dos preços da terra constitui progressivamente um dos freios mais poderosos às saídas dos *moradores*. Também para os *não-moradores*, a alta dos preços da terra é causa de grandes dificuldades: o acesso a novas terras torna-se mais difícil e tende a frear a acumulação dos mais prósperos entre os agricultores e a acelerar o declínio dos demais. Todos devem, para manter ou elevar o nível de consumo, fornecer um trabalho mais intensivo ou extrair um maior volume de trabalho da própria família.

A desorganização e a agravação das condições de existência, que se seguem às transformações do espaço rural, são motivos de constante preocupação e se exprimem na linguagem dos que as vivem sob a forma de uma associação paradoxal entre os termos de *liberto* e o de *pobre* (pobre é quem está desprovido dos meios materiais e que reconhece simbolicamente este estado, que limita ou exclui a participação em

atividades sociais, culturais e políticas). Antes era a dependência que limitava ou excluía a participação dos trabalhadores. Passando à condição de *liberto*, são as condições impostas pelas necessidades materiais que estão na origem de situação durável de penúria. A condição de *liberto*, dadas as características dominantes nesse processo histórico particular, vem associada a muitas trajetórias em declínio no espaço social, o que acarreta que a própria percepção do que seja *ser liberto* nem sempre seja valorizada positivamente. Referido à parte dos que *vivem de alugado*, é a tal grupo que se atribui o aumento da mendicância e da prostituição, e as *ruas* das periferias das cidades onde residem são vistas como símbolo mesmo da negação do viver fora dos padrões sociais, do viver condigno. O mundo dos *pobres*, ainda que *libertos*, tende a se distanciar cada vez mais do mundo dos *ricos*, dos que têm patrimônio ou renda que “dá para viver”. Quando a nova situação social pode assumir formas tão ou mais desfavoráveis que a antiga, a dúvida se instala: afinal o que significa a *liberdade*?

A questão tem importância teórica, e a própria literatura sociológica sobre o Brasil discute com frequência as diferenças entre o “país legal” e o “país real”. Com efeito, nossas próprias concepções de *liberdade* estão muito marcadas por uma conceituação jurídico-formal: são livres todos os brasileiros, porque a lei maior, a Constituição, o diz. Não trabalhamos com as condições de exercício dos direitos e obrigações associados à concepção de nossa sociedade do que significa liberdade. Bohannan (1963) ressalta, a propósito das mudanças sociais na África de hoje, que os conceitos de *terra* e *liberdade* ocidentais nada têm de naturais, e só especificando-os poderemos realmente dar conta dos fenômenos correspondentes em outras sociedades, tanto na diversidade do mundo presente, como na própria história. E onde está o problema da nossa concepção jurídico-formal? É que ela nos leva a só ver mudanças quando escritas em forma de lei, leis votadas por Congresso eleito ou decretos-leis. E a acreditar que com a mudança das leis muda a condição social dos indivíduos. Não percebemos, assim, como mudanças na situação social dos indivíduos, mesmo sem grandes mudanças no aparato político-institucional, condicionam o exercício dos direitos que associamos à *nossa idéia de liberdade*.

Finley (1975), ao estudar a economia do mundo greco-romano, chama a atenção para a degradação da cidadania durante o Império Romano, de tal forma que a população de cidadãos se distinguiu progressivamente em “classes superiores” e “classes inferiores”, cristalizadas nas categorias de *honestiores* para os primeiros e *humiliores* para os segundos. E tal distinção foi sancionada a nível do direito a partir do século II, de tal forma que os *humiliores* passaram a ser passíveis dos mesmos castigos infligidos aos escravos. Tal evolução chegou ao ponto de a situação dos *humiliores* estar aquém da dos escravos:

“Um outro jurista, Aemilius Macor, formula a mesma coisa ao contrário: ‘Quanto aos escravos, a regra é que eles deveriam ser punidos como o são os *humiliores*’ (Digeste 48.19.10). Isto nunca teria sido dito na época em que aqueles entre eles que eram cidadãos votavam e combatiam nas legiões. E não constitui uma objeção lembrar que a realidade da igualdade diante da lei sempre foi bastante distante do ideal. Trata-se aqui de mudança na própria ideologia, que reflete (assim como contribui para) um rebaixamento cumulativo do *status* das classes inferiores entre os cidadãos livres” (cf. Finley, 1975, p. 115).

Tal distinção desempenha um papel-chave na explicação de como os *humiliores*, cidadãos formalmente livres, chegaram a preferir se colocar sob a proteção de outros cidadãos, e assim se tornarem *colonos* e depois *servos*, na transformação social central da passagem do mundo antigo ao medieval.

O que nos ensina o estudo exemplar de Finley sobre a dinâmica de longo prazo da *Economia Antiga*? Aponta exatamente para a importância dos efeitos cumulativos de distinções sociais que, mesmo quando formalmente negadas a nível jurídico, podem se constituir em processos-chave de mudança social. É lógico que tais efeitos são cumulativos ou reversíveis, dependendo da análise do próprio processo. Não é a constatação da diferença social, como no debate sobre a diferenciação camponesa, que garante o desenrolar da história, como se ela estivesse predeterminada. A análise de processo não pode ser teleológica sem falsear o exame do próprio processo. Mas, acima de tudo, o que demonstra Finley é que não basta ter cidadania legal para se ter condições concretas de exercê-la e reproduzi-la. E, para o exame deste último ponto, o poder de barganha das “classes inferiores” é uma questão decisiva. Retomando o nosso estudo de caso: a passagem de *sujeito a liberto*, nas formas dominantes do processo sob investigação, anula ou reduz drasticamente as possibilidades de exercício da condição social de *homem livre* para aqueles que têm, crescentemente, de *viver do alugado*. Permitam-me um trocadilho etnográfico: ela *desequilibra* uma parte dos recém-libertos¹⁸⁸.

Note-se que a baixa do salário real a nível do consumo do trabalhador não significa uma baixa do salário real como custo de produção para quem contrata o trabalhador. Sigaud (1977), com muita propriedade, ressalta esse duplo referente da categoria salário. Como mediador do consumo socialmente necessário, que é avaliado semanalmente, mas cujo horizonte completo é anual, compreendendo *inverno* e *verão*, o salário é insuficiente e está em baixa constante, frente às necessidades de reprodução da força de trabalho. Simultaneamente, como custo de produção, ele pode estar em

¹⁸⁸Note-se que Ruy Muller Paiva, um dos teóricos conservadores mais profundos e bem-intencionados, diante da pauperização acentuada dos trabalhadores rurais brasileiros, que constata com lucidez e precisão, chegou recentemente a propor o fim da legislação trabalhista e agrária para minorar os efeitos da pobreza rural, e a reconstituição da condição de *morador* (cf. Paiva, 1976).

alta. Para os *agricultores* certamente estará, porque é nos momentos de pico do ciclo agrícola que mais têm necessidade dos *alugados*. Para os *usineiros*, *senhores-de-engenho* e *fazendeiros* também, o salário pode estar em alta com o crescimento do *alugado*, porque a *sujeição* não é mais um freio à alta na *seca*, quando obrigava a trabalhar para o senhor de 5 a 7 dias. Com o custo da força de trabalho em alta, quem usa a força de trabalho tende a substituí-la por equipamento, maquinário¹⁸⁹, ou pela pecuária com capim plantado, que é poupadora de força de trabalho. Esta contração da demanda da força de trabalho no campo acentua o processo de pauperização dos *trabalhadores alugados*. Temos portanto, neste caso concreto, um processo cumulativo. Para ter *roçado*, o *trabalhador alugado* vê o estoque de terra diminuir e aumentar constantemente o preço da terra, o que documentamos no quadro 15. Para vender a sua força de trabalho as condições tendem a piorar, pela própria introdução de novas tecnologias poupadoras de força de trabalho, por parte dos *agricultores* (poupando força de trabalho extradoméstica), e por parte dos *usineiros*, *senhores-de-engenho* e, particularmente, *fazendeiros de gado*.

Finalmente, é preciso notar que esta própria pauperização dos *trabalhadores alugados* repercute na situação dos *trabalhadores sujeitos*. Sentindo-se *soltos*, sem *responsabilidades* com a reprodução dos *alugados*, enquanto seriam responsáveis por *auxiliarem o morador* a se reproduzir, ao menos ao nível do código ideológico da reciprocidade *morador – patrão* que justifica a *morada* (Sigaud, 1980), os *senhores-de-engenho* e *fazendeiros* querem transferir todo o ônus da assistência ao Estado, ou mesmo reduzir os sindicatos de trabalhadores rurais a órgãos de assistência médica e dentária¹⁹⁰, e de mediação da assistência nos momentos de nascimento, doenças causadas por acidentes de trabalho, velhice e morte. Em suma, da antiga relação de *morada* jogam os *senhores* cada vez mais sobre o *trabalho sujeito*, diminuindo as concessões de *roçado*, *sítio*, não mandando consertar *casas de morada* para não terem despesa, não permitindo *criação*, acabando com o barracão, pois os *moradores* não conseguem saldar a dívida¹⁹¹, não *auxiliando os moradores* nos momentos de *precisão*:

189 Ruy Muller Paiva (1969) formula a idéia da modernização autocontrolada, pois a expansão da produção agrícola, com ausência de crescimento do emprego no setor não-agrícola, e voltada para o mercado interno, provoca uma baixa de preços, que inibe o uso de “insumos modernos”, pela baixa dos preços dos insumos tradicionais. Lei válida para o estudo da *plantation* tradicional, quando a mão-de-obra é suprida pela *morada*, como ele mesmo descreve, ela perde a validade no momento em que a força de trabalho tem de ter todo o equivalente à reprodução remunerada a dinheiro. Castro (1969) critica Ruy Muller dizendo que os salários dos trabalhadores não podiam baixar, dados os níveis de que se parte. Acreditamos que o caso descrito sirva também de referente empírico para esta observação de Castro.

190 Este foi, sem dúvida, o projeto implementado pelo Governo ao criar o Funnrural (1972), quando Júlio Barata, Ministro do Trabalho, dizia explicitamente ser o assistencialismo o papel do sindicalismo. Para a crítica deste processo ver Contag (1979).

191 A Usina Santa Maria tinha um *barracão*, em 1957, observado por Manuel Correia de Andrade (1957). Quando fizemos pesquisa de campo (1976-1977-1982), a *usina* tentava

doença, nascimento, velhice, viuvez, morte. A relação de *morada*, constituída por dons e contradons, fica assim crescentemente desbalanceada e desequilibrada.

Como Weber (1981) analisou, para as províncias alemãs a leste do Elba, é o momento mesmo em que a relação de dependência trabalhador-patrão (no caso das províncias a leste do Elba era o *Instleute*) entra em crise acentuada. Barrington Moore Jr. (1975) faz mesmo desse momento o cerne do conceito de *exploração objetiva*, ou melhor, esta noção ganha sentido quando cada uma das partes não vê mais equilíbrio na relação entre prestação e contraprestação mútua.

Por conseguinte, os movimentos que dão sentido à ampliação do *trabalho alugado* não estão ligados, até o momento presente, a mudanças de estratégias e práticas de dominação que permitam configurar uma nova relação trabalhador-patrão em substituição à *morada*, cujos contornos gozem de reconhecimento e legitimidade. A ampliação do *alugado* parece mais estar associada a uma crise em crescimento, que atinge a própria relação de *morada*¹⁹²: de forma alguma configura uma nova posição social para onde se orientem estratégias de reconversão dos trabalhadores. Tenta-se “escapar da sujeição” como tenta-se “escapar do alugado”. Se a venda da força de trabalho pelo *alugado* não garante a reprodução do grupo doméstico por padrões aceitáveis, nem ao longo de todo o ano, e continua a significar apenas uma forma de complementar a subsistência imediata, a venda da força de trabalho segundo a categoria *emprego* tem todo um outro significado.

Em primeiro lugar, o *emprego* tem uma remuneração maior por unidade de tempo trabalhada, pois a remuneração mínima tem por referente o salário-mínimo e são assegurados os demais direitos trabalhistas: repouso remunerado, férias, 13º, indenização por dispensa ou FGTS. Como formulam: “o ganho é certo”. O *emprego* também não representa um serviço flutuante, com grande variação sazonal. Arranjando emprego “o serviço é certo”. O emprego representa assim uma estabilização da reprodução individual e doméstica que é impensável para quem “vive do alugado”. Por conseguinte, o *emprego* cristaliza para os trabalhadores a imagem mesma da venda da força de trabalho, para quem tenha nela seu meio de vida. O *emprego* cristaliza a própria imagem do trabalho assalariado. Confrontado ao *emprego*, o *alugado* só tem ressaltado seu caráter precário. A percepção social negativa do *alugado* não é minimizada nem pelo confronto com a situação dos *agricultores*, nem pelos padrões de mercado de trabalho associados ao mundo do *emprego*. Dizem os *agricultores*:

acabar com o *barracão* e dar início a uma feira, para que os trabalhadores fossem os únicos responsáveis pela aquisição de sua subsistência. Observamos fechamento de *barracão* em muitos *engenhos* por motivos análogos. Para o significado do *barracão* na *plantation* canavieira ver: Palmeira (1971a) e Garcia (1977a e b).

¹⁹²Esta duplicidade de acesso à força de trabalho, entre *moradores* e *trabalhadores da rua*, dá margem a que os proprietários tentem práticas que joguem um subconjunto contra o outro, aumentando o sobretabalho extraído de ambos. Sigaud (1979) foi quem analisou este processo, que conceituou como segmentação da força de trabalho.

“A pior condição do mundo é trabalhador alugado”

“Quem vive do alugado não tem nada.”

Diante da necessidade de viver da venda da força de trabalho, busca-se o “mundo do emprego”. Mas ele não está no universo local: a alternativa para tais contingentes é *ir para o Sul*. O emprego no *Sul* pode significar a passagem definitiva à condição proletária para muitos, a fonte de acumulação de recursos para outros, para voltar e passar ou manter a condição de *agricultor e negociante*; uma virtualidade para um grupo social que tem um pé no *Sul*, outro no *Norte*, ora se apoiando em um, ora em outro, ora nos dois. Que tem a cabeça voltada para o confronto constante entre a vida no *Sul* e no *Norte*. Ou numa frase, solução e enigma, que sintetiza todo esse processo:

“O Sul hoje é o caminho do roçado.”

Capítulo VII

Estratégias de Reconversão dos Grandes Proprietários

“Quando não é gado, é a cana do usineiro.”

Para entender as práticas de reconversão de famílias de grandes proprietários, e as dificuldades que apontam para tal caminho, é necessário examinar a dinâmica da *plantation* tradicional também de um ponto de vista que não se restrinja ao horizonte local. Com efeito, a tendência à baixa dos preços monetários dos produtos ofertados pela *plantation* não é algo de particular ao Brejo da Paraíba, a este Estado da federação, ou ao Nordeste do país. A ampliação da oferta para além de qualquer ampliação simultânea da demanda força a baixa dos preços. É a disponibilidade de terras abundantes em território nacional tem sido usada historicamente para reconstruir relações de dependência personalizada em escala ampliada, a exemplo da *morada* no Nordeste ou do *colonato* do Centro-Sul; reproduz-se o trabalho sujeito produzindo mercadorias, e, através da realização do valor dessas mercadorias, drena-se sobretrabalho que se materializa em excedente valor em mãos de grandes proprietários. Mas a expansão das relações de dependência se faz acompanhar do trabalho sujeito na infra-estrutura da propriedade e nos *roçados, pomares, criação dos senhores*, quer tais produtos sejam vendidos – ou vendáveis – ou não; o que assegura uma grande flexibilidade da operação com lavouras comerciais. Contudo, cada novo produto comercial conhece um ciclo de expansão da oferta que o torna, em prazo maior ou menor, dependendo da expansão da demanda externa às áreas ocupadas por *plantations*, e dos concorrentes de outros países, superabundantes. Assim, a extração de excedente em valor pela *plantation* tradicional conhece limites concretos em sua dinâmica, que podem frear ou autoconter sua expansão e modernização, para usar os termos de análise de Ruy Müller Paiva (1968). Examinemos em maior detalhe como tais movimentos podem se combinar com mudanças nas condições de construção da dominação tradicional, para analisarmos os impasses enfrentados e, posteriormente, estudarmos os padrões de reconversão encontrados na pesquisa de campo.

O Declínio dos Engenhos e as Pressões para Reconversão.

A expansão da *plantation* tradicional no Brasil ocorreu em bases tais que foi gerando uma capacidade produtiva das lavouras comerciais

virtualmente superabundante, processo este já analisado por Palmeira (1971a), e, ao qual, podemos agregar as análises de Rangel (1963) e Paiva (1968). Rangel descreve tal processo denominando-o de *crise agrária*. Particularmente no caso da *plantation* açucareira, manifestada a superabundância da oferta, houve três tipos de saída praticados. A primeira delas foi a modernização subsidiada pelo Estado dos processos de produção agrícola e industrial, através da expansão das *usinas*, diferenciando os *senhores-de-engenho* numa camada *usineira* e outra que é reduzida à condição de *fornecedores*. Examinaremos este processo na seção seguinte, bastando lembrar que os *senhores-de-engenho* que ficam na camada não-usineira, se ressentem desta nova situação como se eles mesmos passassem a ser *sujeitos*. A segunda foi achar um produto novo, que tenha demanda garantida em expansão, freqüentemente de exportação para não ter o freio do mercado interno, e que faça crescer a renda monetária. Houve o caso: o café em determinado momento, a agave em outro. Quanto mais houver *plantations* que já operaram em ciclos passados, menor a possibilidade de um produto novo não ser adotado por todos, tornando a oferta superabundante. No entanto, essa saída é uma possibilidade virtualmente existente. A produção de álcool carburante chegou a assumir tal papel, embora voltado para o mercado interno, e *senhores-de-engenho* de municípios vizinhos a Arcaia tentaram montar destilarias autônomas. Se as usinas têm concentrado também os benefícios do Proálcool, isto não se prende a nenhum determinismo inerente a “padrões tecnológicos” recentes. Atualmente é a própria capacidade instalada de produção de álcool carburante que se revela virtualmente superabundante, já que a baixa dos preços dos barris de petróleo no mercado internacional torna o álcool carburante um produto cujo consumo supõe elevados subsídios. De qualquer forma, é importante assinalar que a crise de sobreoferta de uma determinada lavoura comercial pode ser enfrentada mediante a reconversão das lavouras comerciais em uso, o que supõe também novos circuitos comerciais que assegurem demanda garantida em expansão. Inovações quanto a novos produtos comerciais e novos circuitos de comercialização podem permitir superar limites à dinâmica da *plantation* tradicional.

O terceiro tipo de saída foi encontrar um produto antigo que permitisse diminuir os custos monetários da força de trabalho de forma constante. Tal foi o caso da pecuária com pastos plantados, como bem viu Rangel (1962), pois os pastos são formados a custo monetário zero, quando se utiliza de arranjos na relação de *morada*, ou nos arrendamentos e parcerias, que levam os próprios trabalhadores a saldarem a dívida contraída pelo acesso à terra mediante o plantio de capim (cf. Garcia Jr., 1983a). Na região estudada, a trajetória de continuar à frente de estabelecimento agrícola implicou, sobretudo, para os *senhores-de-engenho*, se subordinarem às usinas como *fornecedores* ou passarem a pecuaristas. Têm sido estas as possibilidades efetivas de reconversão do uso produtivo do patrimônio fundiário e de sua condição social. Fora disso, mais dia, menos dia, acabam abandonando o controle do *engenho*. Note-se que a reconversão da

posição social pode ser operada através dos filhos, com o uso do diferencial de gerações: os filhos podem ser escolarizados, se possível até o nível superior, para poderem ter acesso ao universo dos *empregos* bem remunerados; enquanto o *pai* permanece na condição de *senhor-de-engenho* até morrer, ou até os filhos, já estabelecidos no mundo urbano, “virem buscar para morar com eles”. Observamos mesmo casos em que só o homem, pai de família, permanecia residindo durante a semana no *engenho*, enquanto a mulher e os filhos passavam a residir nas cidades maiores ou nas capitais para tentar assegurar uma boa escolaridade para os filhos. Se esta estratégia de reconversão pode estar associada à reprodução da posição social de classe dominante, é importante ressaltar que a dominação tradicional do *engenho* pode passar a ter, nestes casos, um caráter secundário e, às vezes, até mesmo irrisório. Os recursos que o *engenho* proporciona constituem apenas as condições de possibilidade para se inserir em campos de atividade estruturados por outro princípio de dominação, pois o mundo do emprego supõe a codificação e a formalização, e a mesma tendência aparece no “mundo dos negócios” comerciais ou industriais. Os indivíduos que continuam a pertencer à classe dominante não têm necessariamente seu destino ligado à permanência da subordinação dos trabalhadores pela dependência personalizada. Tudo depende do destino do patrimônio de terras. Houve e há *engenhos* partilhados que viraram *sítios* quando famílias de grandes proprietários deslocaram suas atividades e interesses para outros campos de atividade (como no caso examinado em Pernambuco – cf. Garcia Jr., 1983a).

É bom que fique claro que a crise gerada pela superabundância dos produtos da *plantation* está inscrita nos próprios mecanismos de operação da *plantation* (Palmeira, 1971a, capítulo IV), mas é uma crise do poder de compra dos *senhores de plantation* e não necessariamente uma crise das relações sociais específicas à *plantation* (idem, *ibidem*). A relação de dominação especificada pela *sujeição* pode se reproduzir, mesmo com a praga que mata os cafés, e os *engenhos* voltam a ter na rapadura o seu único produto comercial, embora crescentemente deslocado do mercado consumidor. Agora, quando a *sujeição* passa a ter o *emprego* por referente, mesmo a 3.000 km de distância, e o *emprego* permite passar à condição de *liberto*, é a própria construção da dependência personalizada que é abalada, é a própria dominação tradicional que entra em crise.

Essa nova crise não tem uma resultante única, uma só possibilidade de solução, havendo ao menos duas virtualidades opostas: através de suas lutas individuais e coletivas, os trabalhadores conseguem liquidar com as formas de dependência que classificam de *sujeição*, e passam a *libertos* na condição de *agricultores*, as terras passando ao controle legítimo de quem nelas “vive e trabalha” – processo conhecido por Reforma Agrária; os *senhores* conseguem acabar com as práticas tidas por características da *sujeição*, de formas de dominação ultrapassadas, liquidando com seus *moradores* enquanto tais. Isto é, deixam de ter *responsabilidades* em relação a seus *moradores*: conseguem expulsá-los de suas terras, findar com todas

as concessões e passar a recrutar trabalhadores como força de trabalho a ser comprada – processo conhecido como proletarianização dos trabalhadores rurais. Essa dupla possibilidade marca apenas pólos teóricos opostos, que permitem visualizar as vertentes opostas de um *mesmo processo de transformação social*, da resolução de um *mesmo sistema de contradições*. Porém as possibilidades de combinações entre estas vertentes são múltiplas, e objeto de uma luta constante e prolongada, cujo padrão de transformação imprime sua marca no desenvolvimento do conjunto da sociedade e em sua própria estrutura política.

É importante também ressaltar que a crise da *plantation* foi muitas vezes descrita como signo da impossibilidade de que sua transformação se fizesse simultaneamente à industrialização. Como se só com a resolução da “questão agrária”, decidindo-se pela alma camponesa ou pela alma proletária dos *trabalhadores sujeitos*, a industrialização capitalista poderia ocorrer. Esta hipótese é falsa, e além de o caso empírico tornar isto claro, é preciso considerar que Inácio Rangel já o tinha demonstrado em 1963. Vejamos sua argumentação. O que é para ele a crise agrária? O que todo o país percebeu em 1930: excedentes de produção agrícola que não são vendáveis, que tornam os trabalhadores que os geraram “excedente de mão-de-obra”. Ora, o jeito peculiar de resolver o excedente de produção foi comprando e constituindo ou mesmo destruindo estoques, mantendo a renda nominal dos grandes proprietários, e não deixando que se arruinassem (Furtado, 1969), liberando simultaneamente os proprietários de seus antigos *moradores e colonos*, transformados então em desempregados urbanos. Esta política de defesa da renda dos grandes proprietários acabou resultando na manutenção da demanda efetiva, com contração simultânea da oferta de bens industriais importados. Há então expansão da indústria interna voltada para a substituição de importações (Tavares, 1972). Mas, e o crescente mercado de força de trabalho urbano? Fica “convulsionado” por uma “oferta ilimitada de mão-de-obra” que deprime o poder de barganha da classe trabalhadora, o que permite uma elevada taxa de mais-valia (mais-valia/salários pagos). Cresce assim o mercado interno, mas, como o consumo interno está na dependência da massa salarial, a compressão da massa salarial resulta num consumo que não cresce na mesma proporção da renda, num subconsumo que freiará o próprio desenvolvimento industrial. Para resolver este subconsumo, para fazer crescer o mercado interno em condições de sustentar o crescimento industrial, a solução apontada era a Reforma Agrária. Observemos sua explanação:

“Segue-se, portanto, que o efeito final da crise agrária deve ser a depressão a consumir do sistema econômico. Se esta exposição devesse se interromper aqui, estaríamos, de fato, concluindo pela afirmativa da impossibilidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Com efeito o objetivo final do investimento é a produção de bens e serviços para o consumo. Conseqüentemente, se este não pode se expandir, nas condições de uma estrutura agrária que resulta numa elevada taxa de exploração, o investimento seria privado de sentido, e, portanto, a

renda não poderia crescer, porque é óbvio que, sendo a renda a soma do consumo e da inversão, somente poderá crescer através da expansão de uma ou de ambas as parcelas de que é parte. A percepção dessa contradição levou o nascente pensamento marxista brasileiro, há alguns decênios, a postular a necessidade incontornável de Reforma Agrária, com o objetivo de provocar a expansão do mercado interno” (Rangel, 1963, p. 30).

Mas a crítica a esta formulação é feita por Rangel, de forma lúcida e consistente. O que era visto como a *única* possibilidade, era apenas *uma* das possibilidades, uma das trajetórias possíveis de desenvolvimento capitalista:

“A Reforma Agrária teria sido, por certo, *uma* das soluções possíveis para o problema – talvez a mais lógica e natural. Mas não era a *única* possível e, examinando retrospectivamente o problema com os instrumentos teóricos de que hoje dispomos, podemos acrescentar que, dada a estrutura dual da economia e da sociedade brasileira, era uma possibilidade de escassíssima probabilidade” (Rangel, 1963, p. 30).

E aponta que justamente a industrialização por substituição de importações era possível pela manutenção de uma demanda que antes era suprida por importações; que isto garantia a acumulação de capital; e que o problema neste momento era independente da expansão do consumo global. É portanto um processo que cimenta uma aliança capitalistas industriais-latifundiários. Por conseguinte,

“Noutros termos, havia condição para a industrialização, sem prévia mudança na estrutura agrária – circunstância esta que situamos na origem de toda a nossa presente problemática econômico-social” (Rangel, 1963, p. 30).

Quando muitos viam uma crise que *só* poderia ser resolvida com Reforma Agrária, Rangel (1963) escrevia este trabalho mostrando que esta era *uma* das possibilidades. Mas parava por aí seu esforço crítico? De modo algum. Nota que este processo de desenvolvimento capitalista é possível e que tem contornos específicos. Sabe que continua a operar um “exército industrial de reserva exorbitante” que eleva a taxa de mais-valia; que, se deixado o processo ao sabor dos mecanismos de mercado, há pauperização absoluta da força de trabalho sem qualquer mecanismo compensador. Por isso mesmo dá nova interpretação a salário-mínimo, leis trabalhistas e ao sindicalismo corporativo outorgado (CLT, 1943): seriam mecanismos compensatórios para o pequeno poder de barganha da classe trabalhadora em crescimento, e que permitiriam padrões mínimos aceitáveis de reprodução da força de trabalho, assegurando a expansão dos bens de consumo de origem industrial. Espécie de proteção aos capitalistas industriais contra si próprios.

Mas tal é apenas uma face deste processo particular: a grande questão é que, se o consumo não cresce na velocidade da renda, o investimento tem de crescer de forma ainda mais acelerada. E se a crise agrária, que manifestava uma capacidade ociosa no campo, é resolvida não pela Reforma Agrária, vai repercutir ao longo de todo o processo de desenvolvimento capitalista, pois cada indústria que vai se implantando vai tendo capacidade ociosa, sobretudo porque a produtividade do trabalho aumenta mais rapidamente que o salário, elevando ainda mais a taxa de mais-valia. Portanto, a cada novo passo, a expansão dos investimentos é ainda mais premente. O crescimento rápido e acelerado é a condição *sine qua non* desta trajetória do desenvolvimento capitalista, único mecanismo equilibrador contra uma crise de superprodução de proporções crescentes a cada novo patamar do desenvolvimento.

Não é nosso objeto aqui o processo de industrialização brasileiro. Não discutiremos, portanto, seus meandros e vicissitudes. O que queremos ressaltar é que Rangel descreveu concretamente duas trajetórias possíveis de desenvolvimento capitalista, em que cada qual é *uma* e não *única*. Note-se que aponta com muita clareza que a mesma crise de superprodução agrícola da *plantation* não foi resolvida pelo mercado: foi o Estado que entrou na defesa da renda dos grandes proprietários. O resultado desta política, feita com este objetivo, foi intencionalmente favorecer o crescimento industrial. Como em seguida a indústria precisava importar equipamentos para continuar a crescer, o gargalo externo das importações se reproduziu (Tavares, 1972) e a provisão das divisas vinha dos produtos agrícolas de exportação. O Estado, assim, foi cristalizado como agente central do processo de desenvolvimento capitalista, sendo o *locus* da disputa por quem seriam os beneficiários do crescimento econômico. *Locus* de uma aliança, mas, como todas as contradições por esta forma amenizadas, alvo de intensas e renovadas disputas por poder e por fatias do bolo em crescimento. Por outro lado, é ainda Rangel quem aponta o Estado, não apenas como motor de arranque do mercado de força de trabalho (cf. para o caso inglês: Polanyi, 1980), mas como regulador do preço da força de trabalho, logo da taxa de mais-valia em toda a economia. Portanto, este padrão de desenvolvimento capitalista não vê o Estado entrar como ator apenas nos momentos iniciais, e depois deixar ao *sistema de mercados auto-reguláveis*, para usar o conceito de Polanyi (1957), todo o encargo da regulação dos mecanismos econômicos.

O Estado torna-se um ator do jogo econômico por inteiro, posição que se reproduz a cada passo (Velho, 1976). Note-se bem: temos aqui uma determinada trajetória de desenvolvimento capitalista e do papel central, a nível econômico, que o Estado desempenha. Obviamente, isto tem implicações ao nível da estrutura política do Estado, de sua relação com a sociedade, de sua forma democrática ou autoritária; porém desta análise sobre o papel do Estado não podemos pretender explicar mecanicamente os regimes políticos variados que o Estado pode conhecer e conheceu (cf. Palmeira, 1977d). A teoria por fazer não precisa ser minimizada, e não há

pior forma de economicismo que os discursos que se restringem ao econômico, mas querem dar a aparência de explicações globais. Neste particular, é bom ressaltar que Barrington Moore (1975) tem sempre o cuidado de mostrar como as diversas variantes possíveis do processo de desenvolvimento capitalista, inclusive nos que desembocam em revoluções comunistas ou em regimes fascistas, estiveram co-presentes em cada processo, e que só o exame das disputas entre classes sociais, o campo da luta de classes que passa pela estrutura política, permite precisar por que sistemas de contradições iguais ou homólogos foram resolvidos de forma diferente em cada caso.

Neste sentido, cabe uma observação sobre os escritos de Rangel (1962 e 1963): este autor explica a trajetória do caso brasileiro como dominante, simplesmente porque haveria ainda possibilidade de desenvolver forças produtivas, sem mudar relações de produção. Aceita esta hipótese, voltariamos ao determinismo mecânico e linear das forças produtivas sobre as relações de produção, caso não caíssemos na conclusão oposta simétrica, que com tanta lucidez criticou: veríamos a trajetória da aliança capitalistas industriais-senhores de terra em modernização, a “revolução vinda pelo alto”, como *única* possível. Sim, porque como Barrington Moore (1975) e Gershenkron (1962) demonstraram, este desenvolvimento é sempre possível a *nível econômico* e observável historicamente. Mas não tiremos o mérito de Rangel: em 1963, em momento de profunda crise, quando muitos predisseram que só havia uma saída, ele demonstrou a existência de duas, e estudou *as leis econômicas* e as implicações sociais de uma trajetória que muitos acreditavam impossível. E comparou-a, antes que Barrington Moore (1975) houvesse redigido seu livro famoso, às trajetórias da Alemanha e do Japão. Vejamos suas palavras:

“Concretamente isto quer dizer que a economia brasileira tem que escolher entre um crescimento cada vez mais acelerado – fruto da utilização da capacidade ociosa já acumulada, para a criação de nova capacidade produtiva, parte da qual cedo se torna parcialmente ociosa também – e a depressão econômica.

Sob este ponto de vista, a lei fundamental do desenvolvimento econômico brasileiro se assemelha mais à de países como a Alemanha e o Japão, do que a de países como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França. *Crescer aceleradamente, ou perecer*. O equilíbrio e o crescimento são apenas aspectos diferentes do mesmo fenômeno, na medida em que não pode haver equilíbrio sem crescimento – e *crescimento cada vez mais acelerado*” (Rangel, 1963, pp. 35-36).

Note-se ainda que Rangel descreve também que este processo implica a transformação do “latifúndio” tradicional em “latifúndio capitalista”. Pois a crise agrária persiste ao longo de todo o processo de desenvolvimento, e mesmo vê a questão agrária retornar à cena política como indicador da possibilidade de a outra trajetória do desenvolvimento ser seguida. Retomemos nosso caso em estudo: a industrialização agrava a crise dos

senhores-de-engenho pelos dois lados. De um lado, porque força a alta ou impede a diminuição da remuneração monetária do *trabalho sujeito*, e portanto não há diminuição dos custos monetários da força de trabalho. De outro lado, caem as receitas monetárias do *senhor-de-engenho*, cai o poder de compra das receitas positivas eventualmente obtidas em relação ao preço dos produtos industriais, e crescem as demandas de consumo do grupo doméstico da *casa-grande*. A contradição, portanto, só se agrava e não tem condições de ser resolvida de forma automática com a industrialização e a modernização do país.

Neste sentido, é bom notar que a luta em torno das leis trabalhistas para os trabalhadores rurais e leis agrárias, que permitissem modificar a estrutura da propriedade jurídico-formal da terra e a regulação dos contratos de arrendamento e parceria, são disputas e respostas ao agravamento desta contradição. Camargo (1979) retrata como estas disputas permeiam os debates políticos a nível da cena oficial, a nível do Legislativo e do Executivo, no período 1930-64, e particularmente 1946-64. Mostra que foi a nascente e crescente mobilização política camponesa a partir dos anos 1950 que mudou radicalmente a correlação de forças. Mas é necessário notar que a votação, em primeiro lugar, do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4214/63), das leis trabalhistas, antes de lei agrária, é em si mesma um fato significativo. Permite adiar ou afastar ao máximo a resolução das contradições pela Reforma Agrária, qualquer que seja ou fosse. As forças conservadoras embutiram na Constituição de 1946 o famoso artigo 141 parágrafo 16, que rezava que a propriedade só poderia ser desapropriada por “prévia e justa” indenização em dinheiro. Em época de inflação acelerada isto bloqueava qualquer medida em larga escala da Reforma Agrária. Isto explica como o debate em torno da alteração desse dispositivo legal tem sido um dos mais constantes e acirrados, provocador de profundas crises políticas, no período 46-64. E a precedência da votação das leis trabalhistas sobre as leis agrárias não deixa de ser reveladora deste próprio processo de desenvolvimento capitalista, e das estratégias renovadas dos grandes proprietários. Em certo sentido, estratégia semelhante à da Constituinte de 1946 foi utilizada na Assembléia Constituinte que promulgou a atual constituição (5/10/1988): tornou-se não-passível de desapropriação por interesse social a “propriedade produtiva” (artigo 187), o que aumenta a margem de manobra para os grandes proprietários contestarem em tribunais a validade da desapropriação, e mesmo de “maquiarem” a propriedade objeto de disputa, transportando rebanhos de gado para alegarem que as terras são usadas produtivamente.

O sentido das estratégias políticas dos grandes proprietários e dos representantes políticos a eles ligados é nítido: tenta-se adiar ou invalidar as transformações pela Reforma Agrária, e busca-se apontar, a nível jurídico-formal, qual é o fim do processo de *transformação social* que se quer fixar como inexorável: a constituição de um mercado de trabalho generalizado, no qual os trabalhadores passam a ser livres e detentores de direitos, que iguale o mercado de trabalho rural ao mercado de trabalho

urbano, num único mercado nacional de trabalho. É essa construção social, que tem sido objeto de uma acirrada e violenta luta política, que se tenta *naturalizar* apontando como o caminho necessário e inexorável do desenvolvimento capitalista. Este é apenas um dos “fins” possíveis do processo de *transformação social*, mas é aquele que conserva a dominância absoluta dos *senhores de terra*, o que mais facilita as reconversões dos grandes proprietários, tanto dos usos do patrimônio fundiário quanto de suas condições sociais; em que vão mudar os modos de dominação de classe conservando a posição de classe dominante, embora como fração dominada da nova classe dominante. Nessa variante transformam-se sozinhos em “empresários capitalistas”, transformando seus antigos *moradores* em trabalhadores assalariados “sem eira, nem beira”.

E como tais leis têm significado modernizante a nível da classe dominante dos *senhores-de-engenho*? Porque, ao impor custos monetários à força de trabalho, ao instituir o salário-mínimo, o repouso semanal remunerado, férias, 13º salário, estabilidade depois de 10 anos no emprego e indenização por despedida sem justa causa, o Estado revela *a priori* que ao longo do processo o custo monetário da força de trabalho vai aumentar. Ele “anuncia publicamente”, por assim dizer, ou “revela” a marcha inevitável e inexorável do processo, *mesmo dentro da trajetória mais favorável possível* à classe dominante rural. No pólo oposto, não esqueçamos, há virtualidade da Reforma Agrária. Ou seja, a própria existência da lei trabalhista, conquistada pelos trabalhadores em duras lutas e também através de parlamentares a eles próximos, e aceita pelos representantes dos senhores de terra, obriga os *senhores-de-engenho* a reformularem sua *maneira de calcular*. Podem não cumprir a lei, o que fazem até hoje na maioria dos casos, mas estão assim se condenando a não aproveitarem a única chance que têm de salvarem seus dedos, ao longo do processo de desenvolvimento capitalista.

A legislação trabalhista, mesmo descumprida, funciona como espada de Dâmocles sobre suas cabeças. É que a nível da aliança de classes dominantes, que configura essa vertente, os representantes políticos mais próximos aos grandes proprietários antecipam uma verdade elementar: “Ou todos se tornam empresários capitalistas ou perecem”. Trata-se, portanto, de inventar os caminhos mais favoráveis para que este salto aconteça, e, simultaneamente, de bloquear, prática e simbolicamente, vias que favoreçam as classes dominadas. É claro que todo caminho continua a supor contradição e conflito: se a luta de classes, através da organização e mobilização dos trabalhadores rurais, força a aplicação imediata em todo o território nacional da nova legislação trabalhista (agora em vigor a 5889/73), a classe trabalhadora do campo é que aproveita a espada e fere de morte *senhores* moribundos. As dificuldades para reconversão dos dominantes se aguçam, e a alternativa de Reforma Agrária mediante desapropriação volta ao cenário. Se, ao contrário, a luta de classes é controlada, forçando a aplicação parcial dos direitos, com acordos que reduzem o custo monetário da liquidação da *morada*, e mediante um

gradualismo homeopático, além de ter apenas vigor regional e não nacional, a modernização é administrada não pela totalidade da classe dominante anterior, mas pelo Estado, este fiel da balança, respeitando os interesses fundamentais dos que se mostram dispostos a sobreviver até o “paraíso do capitalismo”. Faz-se assim uma legalização lenta e gradual das relações trabalhistas no campo.

Nesse sentido pode-se relativizar a análise de Rangel (1963) sobre as leis trabalhistas e o direito à sindicalização, como poder compensatório a convulsões no mercado de trabalho a favor dos trabalhadores. O controle corporativista exercido, até a Constituição de 1988, pelo Ministério do Trabalho sobre os sindicatos que querem fazer aplicar a lei, e a absoluta passividade, historicamente constatável, em controlar os empregadores que não respeitam as leis existentes, funcionaram como poder compensatório a favor de capitalistas e senhores. Existindo leis trabalhistas, a estratégia dos *senhores* concentrou-se nas condições de exercício dos novos direitos, na tentativa de estabelecer uma nova homeopatia: a do pagamento em doses minúsculas do que é devido por lei. Vez por outra chegam a falar que as leis são modernas demais, e tentam derrubá-las. Marx tinha razão ao dizer que a história se repete, primeiro como tragédia, segundo como farsa. Quem não reconhece na luta pelo gradualismo atual e nos queixumes contra o fim precoce dos *moradores* a repetição do gradualismo da abolição da escravatura (Eisemberg, 1977), que as famosas “leis do mercado” impunham desde 1850, mas que conseguiram adiar até 1888?

Voltemos contudo à aplicação lenta e gradual da legislação trabalhista. Se assim ocorre, ela vai servir de óleo de ricino e palmatória para que os *senhores-de-engenho* aprendam a contabilidade capitalista. Não que aprendam contabilidade, pois estes registros numéricos sempre existiram no *engenho*. Não se trata de aprender aritmética para fazer cálculos numéricos, como pensam muitos que julgam que todos que vivem em área rural são “tradicionais” e iletrados. Trata-se de internalizar o uso dos números segundo uma *lógica especificamente capitalista*. Resumindo: que internalizem a contabilidade e cálculo especificamente adequados a relações de produção capitalistas. Há custos monetários crescentes da força de trabalho, mesmo para quem não cumpre a legislação. Os que teimarem em não reconhecer isto a concorrência se encarregará de liquidá-los.

Caso continuem a associar o “fator trabalho” ao “fator terra”, na combinação específica que implica a *morada*, as casas de *moradores*, os *sítios* e *roçados* passarão a aumentar a coluna do Dever, mesmo que de um Dever potencial. Aumenta, portanto, o Passivo, todas as coisas permanecendo constantes. O Haver contudo só aumenta se crescer a produção, porém, para que tal ocorra, os custos monetários são crescentes, pois o acesso à força de trabalho passa a ter uma norma legal a regulá-lo. Quando descumprido o preceito legal é o próprio Dever potencial que cresce ainda mais rápido do que o Haver instantâneo. A força de trabalho à disposição do dono da *plantation*, que antes significava um recurso essencial para sua capacidade de expandir a produção, passa a representar uma ameaça

crescente a seu patrimônio. Antes podíamos mesmo ver nela um recurso, que contava objetivamente como elemento da força do *senhor*, mas que não se traduzia em termos de patrimônio que pudesse ser avaliado em termos monetários (só no caso dos escravos isto ocorria).

Agora a simples presença deste recurso dentro da propriedade, segundo a modalidade tradicional, passa a ser uma ameaça à manutenção dos demais recursos constantes do patrimônio: as terras e benfeitorias. Portanto, mesmo que, em dado momento, as normas legais não estejam vigorando nas relações *patrão-morador*, isto não muda os termos do problema, pois, para efeitos legais, todo direito descumprido torna-se uma dívida que deverá ser paga com juros e correção monetária. Quanto mais demora a internalizar as novas regras do jogo, as regras adequadas à regulação do mercado de trabalho especificamente capitalista, mais se descapitaliza objetivamente para fazê-lo, ou seja, decrescem suas chances de sucesso para o salto de dono de *plantation* a capitalista agrícola. Não há nada que force a que todos os donos operem a reconversão para “empresários capitalistas” rurais ou agrícolas simultaneamente: as chances de reconversão bem-sucedida é que decrescem com o tempo, já que os que mudam tendem a reforçar a percepção dos demais como “coisas do passado”.

Assim, só a terra continua a representar um recurso seguro nas mãos do *senhor*, bem como as benfeitorias sobre ela erigidas. É verdade que a própria expulsão dos *moradores*, para se livrarem de um passivo que cresce, vai ter como efeito a valorização da terra como *ativo*. Isto porque, ao sair das propriedades em massa, o acesso a *chão de casa* e a terra para *roçado*, que antes era uma dimensão das obrigações recíprocas do contrato de *morada*, passa a ter na via mercantil sua possibilidade exclusiva, e por conseguinte aumenta em larga escala a demanda por terras com o estoque de terras já concentrado em poucas mãos. A valorização da terra passa a significar a possibilidade de lidar com ela com um *ativo financeiro*, ou seja, ela deixa de ser um recurso cuja propriedade tem sentido pela quantidade de força de trabalho que através dele se chega a imobilizar, para significar a corporificação mesma do único patrimônio seguro e certo, de um haver que, quando não está combinado à força de trabalho, não está ameaçado. Pelo contrário, este é um haver que tem valor crescente sem mesmo necessidade de crescer a produção. Ou melhor, cresce o valor potencial do patrimônio, o valor em termos da renda monetária que lhe é equivalente, sem necessidade de crescer a produção. Estão dadas as condições, para os grandes proprietários, de se retirarem da produção sem ter necessariamente de desmobilizar e reverter imediatamente o patrimônio em terras. O proprietário é mesmo levado, no estudo das alternativas, a ver a terra como um *ativo financeiro*: só a vende se houver outra aplicação alternativa do dinheiro equivalente que se valorize mais rápido. Só arrenda se pagarem por ano um rendimento que no mínimo proporcione os juros que obteria se vendesse a terra e colocasse o dinheiro a render. Ao internalizar as regras do jogo capitalista, não é a posição de detentores do *lucro agrícola* que se vê reforçada, é a posição de detentores da *renda da terra*.

A Expansão da Usina no Brejo Alto

Em seu escrito de 1923, José Américo de Almeida pregava a generalização do “trabalho racional” na produção de açúcar da Paraíba, e via o crescimento das usinas de açúcar como um passo firme nesse sentido (Almeida, J.A., 1937, p. 244). À época só havia 4 usinas no Estado, todas localizadas na “várzea”, na planície próxima ao litoral, e nenhuma no Brejo Alto subindo a serra da Borborema: Cumbe, São João, Pedrosa, Pacatuba. Relacionava a necessidade da modernização tecnológica do fabrico de açúcar à produtividade muito superior, no aproveitamento da matéria-prima, dos competidores brasileiros no mercado internacional, nomeando Cuba, Havaí e Java (idem, *ibidem*). Porém, o surto *usineiro* é diferenciador da própria classe dos *senhores-de-engenho*. Talvez isto possa explicar em parte a ambigüidade do tema da modernização dos *engenhos*, tal como é tratado no romance *A Bagaceira* (1928), escrita ainda nos limites do *engenho*. Lúcio, filho do *senhor-de-engenho* tradicional, acabara o curso superior de Direito e, com a morte do pai, sucedeu-o, tornando o *engenho* um “molde de prosperidade”. Mas como era visto o jovem inovador pelos demais *senhores-de-engenho*?

“Este oásis representava um molde de prosperidade, um modelo de técnica agrícola, o núcleo eficiente contrastando com a organização primitiva.

Os proprietários decadentes explicavam esses valores ativos na área do ramerrão, esfregando os dedos:

– Faz tudo isso porque casou com *filha de usineiro*” ... (grifos meus) (Almeida, J.A., 1974, p. 132).

Assim, Lúcio é genro de *usineiro*, mas não é de todo *usineiro*. Não é *senhor-de-engenho* como os *decadentes*, e se passou o romance todo como filho de *senhor-de-engenho*, com toda a ambigüidade que a situação comporta, acaba o livro em nova posição ambígua: um *senhor-de-engenho* modernizado, casado com a *filha do usineiro*. Vai suceder ao sogro ou vai brigar com o sogro? Como nas tragédias gregas, o autor deixa nas reticências o exame de uma contradição para o espectador ou o leitor.

No plano do imaginário, o personagem Lúcio, cujas características sociais são semelhantes às do autor do romance, resolve duas questões diferentes a um só tempo: modernizar a tecnologia do *engenho* e tornar *livres* os *moradores* (cf. Almeida, J.A., 1974, p. 137). A experiência histórica não foi tão pródiga. As *usinas* se desenvolveram com equipamentos e técnicas agrícolas e industriais mais modernas, mas apoiadas na mesma relação social da *morada*, do trabalho sujeito. Rigorosamente os *usineiros* se desenvolveram como *senhores-de-engenho* mais fortes.

Embora o surto usineiro só atingisse o alto da Borborema em 1931, quando se instalou a Usina Santa Maria em Areia, até meados dos anos 50 seus movimentos foram semelhantes e paralelos aos dos *engenhos*, mas com maior mecanização agrícola e industrial. A observação de Lacerda de Melo documenta o fato de maneira precisa:

“O exemplo da Santa Maria nada tem de típico com relação aos processos agrícolas canavieiros e aos processos industriais açucareiros da região. É um centro de métodos mais racionais de aproveitamento do solo com seus arados e suas grades a exprimirem uma certa mecanização. Também faz melhor aproveitamento da matéria-prima com seu rendimento industrial – expresso em número de quilos de açúcar por tonelada de cana – incomparavelmente mais elevado do que o obtido pelos engenhos. E o produto que fabrica é de melhor qualidade numa zona em que, afora esse caso, só se produz açúcar sob a forma de rapadura.

Em Santa Maria encontramos o índice mais eloqüente do poder de expansão da agave. O estágio relativamente mais adiantado da evolução técnica, representado pela usina, não impediu que a febre agaveira invadisse seus domínios fundiários. Vimos ali, indiferentes ao destino das terras nucleadas pela usina, os agaviais sobre ela se estenderem. Terras de antigos cafezais que hoje, pela posição, deveriam estar cobertas de cana, o que se vê sobre elas é a agave triunfante. É um mesmo trato de terra aproximando e resumindo diferentes fases econômicas” (Lacerda de Melo, 1952, p. 87).

Cinco anos mais tarde, após o início da queda dos preços da agave, temos a pesquisa de Manuel Correia de Andrade (1957) na mesma usina. Embora o cultivo da cana reiniciasse sua expansão, documenta a importância do cultivo da agave, cujos plantios atingem mesmo terras bem próximas da planta industrial, como se observa em foto da época (cf. Correia de Andrade, 1957, p. 46). No trecho citado abaixo documenta a não-expansão da usina entre 1931/52, quando trocou de dono; durante o período só 30% da cana esmagada vinham dos engenhos de rapadura. Entre eles estava o engenho Olho d'Água, onde José Américo nascera:

“A Usina Santa Maria, fundada em 1931, não se expandiu até 1952, quando foi adquirida pela atual firma proprietária. Esta, dispondo dos engenhos Cantinho, rio do Braz e Tabocal, que foram então anexados, passando a usina a dispor de perto de 1.000 ha de terras próprias cultivadas com cana-de-açúcar. Dessas terras retira 70% de suas safras. Os 30% restantes são fornecidos por uma série de engenhos rapadureiros que também fabricam aguardente e fornecem o restante da safra. São eles: Coati, Várzea, Lagoinha, Poções, Pintura de Baixo, Pintura de Cima, Riacho, Manga do Frade, Olho d'Água, Gravatá e Bom Retiro” (Correia de Andrade, 1957, p. 46).

Para que se faça uma idéia mais exata da modernização operada pelas usinas, da inovação tecnológica que acarretam, observe-se o seguinte registro do mesmo autor:

“O maquinismo é sempre de origem alemã, exceto na Santa Maria, que é de origem inglesa, e muitas vezes consiste em máquinas aproveitadas das usinas pernambucanas” (Correia de Andrade, 1957, p. 48).

Nota-se que a usina em questão foi equipada com sucata das usinas pernambucanas, em época em que o parque açucareiro nacional apresentava uma nítida sobreoferta, uma capacidade ociosa clara. Trata-se de um detalhe importante: seguramente não foi nenhuma “lei de mercado” que esteve na origem da expansão da capacidade produtiva com sucatas da modernização tecnológica de outro parque açucareiro. Na raiz dessa dupla operação, esteve certamente o Estado brasileiro, tenham as instituições públicas que as financiaram usado recursos do Tesouro Nacional previstos no orçamento ou geradores de inflação.

O proprietário atual da Usina Santa Maria é de família tradicional de *senhores-de-engenho*, e sua esposa é irmã de *senhores-de-engenho* que moíam até 1976/77, um deles deixando de moer naquela safra. O próprio *chefe de campo* da usina definia o *usineiro* como “*senhor-de-engenho* mais rico de toda a região”. Segundo ele, o atual *usineiro* ficou órfão em criança e foi criado por *senhor-de-engenho*, de quem herdou as propriedades que incorporou ao patrimônio da usina quando a adquiriu em 1952. Na entrevista do *senhor-de-engenho* S.J., ele conta que a família do primeiro *usineiro* teve briga séria “a ponto de trocarem bala dentro da usina”. Então:

“Aí venderam a este, que era *senhor-de-engenho* rico. Passou a *usineiro* pobre. Depois equilibrou-se” (em 29/03/77).

A trajetória do *usineiro* qualificada por S.J. não poderia ser mais precisa do ponto de vista sociológico. *Senhor-de-engenho* rico que passou a *usineiro* pobre. Efetivamente, ao comprar a usina, esta não começou logo sua expansão. Produziu em sua primeira safra 5.000 sacos de 60 kg, o que é irrisório para os padrões nacionais (6% da média nacional do ano). O quadro 18 mostra a produção da Usina Santa Maria desde antes do início da nova administração. Confirmando as observações anteriores, nota-se uma produção irrisória no período 50-56, quando a maior produção do período, na safra 54/55, representou apenas 9% da produção média das usinas de açúcar de todo o país, como se verifica ao comparar a coluna 2 e a coluna 5 do referido quadro. Na safra 56/57 a produção dobra em relação à safra anterior. É logo em seguida a esta safra que Correia de Andrade (1957) visita a área, pois aí esteve entre os dias 17 e 19 de agosto de

1957. No entanto, há em seguida uma relativa estagnação até a safra 60/61. Como se sabe, a produção de açúcar no início dos anos 60 conheceu um crescimento com a saída de Cuba da posição de fornecedor do mercado americano. Observa-se porém que só na safra 69/70 é que a produção da Usina Santa Maria atinge 100 mil sacos, que já era a produção média das usinas brasileiras desde a safra 53/54, praticamente 20 anos antes.

É apenas durante a década de 1970 que a produção é multiplicada por 4,5 vezes, assim chegando perto da média nacional. A cana esmagada cresce no mesmo período em igual proporção. Não parece ter havido progressos notáveis na produtividade agrícola por hectare, e assim este crescimento da cana esmagada provém de um crescimento proporcional da área cultivada de cana-de-açúcar. Nota-se que é no período 70/76 que a produção triplica, continuando a expansão acelerada a partir de então. Os dados estatísticos apresentados referendam portanto, que o grande crescimento da *usina* foi no momento em que fizemos nossas pesquisas de campo, assim como Paulilo (1980), Braga de Sá (1980), Correia de Andrade e Potengi (1980).

Assim, foi apenas nos últimos vinte anos que se aprofundou a disputa entre *engenhos* e *usina*, nesta área específica, com a subordinação crescente da produção de cana-de-açúcar à usina. Essa expansão da usina foi diretamente financiada por instituições governamentais através do Instituto do Açúcar e do Alcool, conforme pudemos constatar durante a pesquisa de campo em 1976/77, pois um grande cartaz em frente à parte industrial da *usina* informava a origem dos recursos (IAA – Banco do Nordeste do Brasil e Banco do Brasil). Segundo informações de setembro de 1976, a capacidade industrial, que era de 300.000 sacos até então, foi ampliada para 600 mil sacos (em 82/83 atingiu 516 mil sacos – 86% desta capacidade).

É interessante notar que esse crescimento esteve ligado à *produção de açúcar*, e tal modernização esteve ligada ao Planalçúcar. Mas o crescimento da lavoura canavieira foi amplificado pelo Programa Nacional do Alcool – Proálcool – que começa a ter efeitos na região na safra 80/81. No quadro 19 fornecemos os dados para o período 79/87. Percebe-se que a cana esmagada na safra 82/83 é mais do que o dobro da matéria-prima utilizada na safra 76/77, primeiro momento da pesquisa de campo. Por outro lado verifica-se que a partir dessa safra cai a produção de açúcar enquanto aumenta a produção de álcool, que é multiplicada por 4,7 entre 1980/81 e 1986/87. Verifica-se portanto que as tendências de disputa por terras entre a cana, para expansão da usina, ou terras para cultivo de *agricultores* bem como a disputa *senhores-de-engenho usineiro* só tenderam a se aguçar nessa última década.

Quadro 18 – Produção de Açúcar e Procedência da Cana de Açúcar – Usina Santa Maria

Safrá	Produção de açúcar - sacas de 60kg	Cana Moída (Toneladas)					Remd. Ind. kg açúcar	Prod. média por usina em todo o Brasil - saca 60 kg
		Próprias		Fornecedores		Esmagada		
50/51	8.840	5.340	81%	1.242	19%	6.582	80,6	76.800
51/52	5.095	3.810	92%	335	8%	4.145	73,8	83.300
52/53	11.172	5.161	64%	2.878	36%	8.039	83,4	93.900
53/54	13.840	3.185	29%	7.894	71%	11.079	75,0	102.400
54/55	16.000	6.400	53%	5.757	47%	12.157	79,0	112.400
55/56	13.910	6.624	60%	4.378	40%	11.002	75,9	114.000
56/57	27.715	15.847	74%	5.434	26%	21.281	78,1	122.000
57/58	21.695	16.908	78%	4.892	22%	21.800	59,7	142.200
58/59	20.032	9.014	61%	5.871	39%	14.885	80,7	174.900
59/60	34.052	14.284	59%	9.989	41%	24.273	84,2	165.700
60/61	47.630	22.177	66%	11.206	34%	33.383	85,6	179.300
61/62	76.656	33.355	65%	17.752	35%	51.107	90,0	195.900
62/63	58.180	29.814	75%	9.852	25%	39.666	88,0	180.400
63/64	62.000	32.769	74%	11.484	26%	44.253	84,1	184.400
64/65	94.420	33.872	57%	25.637	43%	59.509	95,2	212.900
65/66	76.645	29.032	57%	22.017	43%	51.049	90,1	278.300
66/67	93.535	30.874	48%	33.251	52%	64.125	87,5	254.100
67/68	85.845	32.512	53%	28.880	47%	61.392	83,9	263.200
68/69	70.000	16.536	35%	30.655	65%	47.191	89,0	256.600
69/70	101.720	31.558	48%	34.068	52%	65.626	93,0	270.500
70/71	101.100	28.574	41%	40.357	59%	68.931	88,0	326.900
71/72	154.285	18.010	16%	92.981	84%	110.991	83,4	361.300
72/73	135.885	21.391	20%	86.453	80%	107.844	75,6	416.500
73/74	182.850	26.368	17%	125.929	83%	152.296	72,0	499.500
74/75	232.530	73.239	41%	106.868	59%	180.107	77,5	ND
75/76	184.870	52.223	37%	88.790	63%	141.013	78,7	ND
76/77	281.250	60.795	31%	133.421	69%	194.216	86,9	ND
77/78	430.830	15.228	5%	307.762	95%	322.990	80,0	ND
78/79	438.000	16.598	5%	321.372	95%	337.970	77,8	ND
79/80	447.840	26.662	9%	284.361	91%	311.023	86,4	ND

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool – Apud Braga de Sá (1980, pp. 77) – Coluna 5 – Szmereczányi (1979, pp. 495-496).

Quadro 19 – Produção de Açúcar e Álcool da Usina Santa Maria – Safras 79/87

Produtos Safras	Produção de Açúcar (em TM)	Álcool (em m3)	Cana Esmagada (em TM)	Rendimento Industrial (em kg açúcar/t de cana)
79/80	22.392	–	311.023	72 kg/t
80/81	27.764,5	2.643,3(*)	312.168	85,7 kg/t
81/82	27.446	1.000,3	314.808	87,1 kg/t
82/83	30.936	5.009	456.017	67,8 kg/t
83/84	28.594	4.720	400.248	71,4 kg/t
84/85	27.319	7.597	439.472	83,8 kg/t
85/86	21.732	10.799	408.955	88,7 kg/t
86/87	12.506	12.483	353.435	85,0 kg/t

Fonte: I.A.A.

(*) Na safra 80/81 não houve cana esmagada para produção de álcool, a totalidade foi usada para produção de açúcar; tal produção de álcool parece ter resultado de *mel* comprado a outra usina.

É preciso notar que, em vista de dados estatísticos de crescimento acelerado de grandes estabelecimentos no campo, como são as usinas de açúcar, pesquisadores de outras regiões tendem a ver aí o indicador insofismável do “avanço definitivo e inexorável do capitalismo no campo”. Sem dúvida, nossa pesquisa também é sobre o avanço definitivo e inexorável do capitalismo no campo. Aparentemente, temos o mesmo “objeto” em jogo. Mas nossa forma de questionar a realidade não nos leva a parar diante da constatação da grandeza e amplitude do movimento das grandes propriedades. Devemos nos perguntar: qual o suporte real deste movimento? Por acaso são as riquezas extraídas pelo *usineiro* através da *sujeição* que “financiam” a transformação em tal escala? Terá ele algum tesouro secreto que explique por que os demais *senhores-de-engenho* não conseguiram extrair da *sujeição* tal energia para o arranque? Tal movimento, de tal envergadura, os faz tão ricos que os *usineiros* prescindam hoje da *sujeição* como forma de dominação sobre os trabalhadores? Voltemos aos nossos dados de observação.

Como Correia de Andrade (1957) constatou, pelo trabalho de campo, a hierarquia das *usinas* da região?

“Em uma sociedade em que o usineiro ocupa o ápice, tendo em torno de si e até certo ponto, sob sua dependência, a velha aristocracia rural dos

senhores-de-engenho, há uma hierarquia social, dependente das funções desempenhadas nessa sociedade por aqueles que dela participam. A massa dos trabalhadores, bastante numerosa, tem que ser dividida em dois grupos: os trabalhadores rurais e os da indústria, sendo o primeiro grupo mais numeroso.

O chefe geral dos trabalhadores do campo é, em cada usina, o superintendente dos campos que fiscaliza os engenhos onde a Usina exerce a exploração agrícola, diretamente.

Abaixo do superintendente existe, em cada engenho, um administrador, e sob as ordens deste o cabo de campo que distribui diariamente as tarefas aos trabalhadores.

Os trabalhadores rurais, chamados de “moradores”, residem em casas dispersas pelo campo e dispõem, próximo às mesmas, de pequenas áreas onde cultivam lavouras de subsistência. Geralmente são obrigados a dar 5 dias de trabalho por semana na entressafra, intensificados para 6 ou 7 dias, durante a safra. Geralmente o salário é pago por tarefa, consistindo esta na limpa de uma quadra (área de 13 braças quadradas). Na safra o corte é pago por carga, uma vez que não se usa amarrar a cana cortada como em Pernambuco. O salário varia durante o ano conforme a maior ou menor necessidade de braços, equivalendo, em média, de Cr\$ 35,00 a Cr\$ 50,00 diários” (Correia de Andrade, 1957, pp. 52, 53).

Ao visitar a usina, por várias vezes, durante a pesquisa de campo em 1976, pudemos observar uma hierarquia basicamente igual àquela descrita para um período de quase 20 anos antes, com uma produção 9 vezes menor. Havia um *chefe de campo* no topo da hierarquia da parte agrícola que, segundo informou, compreendia 12 propriedades, agrupadas 3 a 3, de tal forma que só havia 4 *administradores*. Abaixo dos *administradores* havia o *cabo* que fixava as tarefas para os *moradores*, e o *chefe de turma* ou *empreiteiro*, para os *trabalhadores alugados*, trabalhando em grupos distintos, segundo residissem ou não nas propriedades da *usina*. Havia também o *apontador* que, ao final de cada dia, anotava a produção atingida por cada trabalhador para o pagamento semanal (o *boletim*), que era feito no sábado, a partir da *folha* estabelecida na sexta-feira. A maior parte dos serviços era remunerada por *produção*, sendo a unidade de medida a *tarefa* de 12 x 13 braças (aproximadamente 755 m²). Segundo o *chefe de campo*, 40% da força de trabalho era de *moradores*, num total de 1.400 *operários*, cuja *sujeição* era igual à observada por Correia de Andrade. Note-se que implicam mais dias de *trabalho sujeito* do que a *sujeição* dos *engenhos*. A exploração é portanto mais intensa e não inferior. Os trabalhadores de fora, ganhando por *produção*, também intensificam o ritmo de trabalho para atingir rendas monetárias que possam proporcionar *feiras* decentes. Todos os trabalhadores da parte agrícola, tanto *moradores* como *trabalhadores da rua*, eram *clandestinos*, isto é, não tinham carteira de trabalho assinada, nem seus direitos trabalhistas eram respeitados. Detalhe significativo, a que fizemos menção no capítulo I: a hierarquia de *administrador* para cima anda armada, e são os únicos a poderem portar

armas dentro das propriedades. Fato também que nos chamou a atenção foi o uso constante e numeroso do trabalho feminino e infantil, cuja remuneração era inferior à dos homens adultos. Houve mesmo *moradores* que foram referidos pelo *chefe de campo* como *mulheres da vida* (prostitutas). A hierarquia explicava tal uso do trabalho feminino porque os *rapazes e homens* iam todos para o Sul, e porque os *velhos* não queriam mais trabalhar por causa da aposentadoria do Funrural.

Ao circular pela *usina* passamos por vários engenhos cuja aquisição tinha sido feita recentemente. Correia de Andrade (1957) apresenta o dado de 1.000 ha para a terra possuída pela *usina* na década de 1950. Fomos informados pelo *chefe do campo* que a *usina* detinha cerca de 4.000 ha, sendo que 2.700 ha plantados de cana, em setembro de 1976. Porém, Braga de Sá (1980) apresenta um quadro com dados mais precisos, que reproduzimos abaixo. Verifica-se, de qualquer forma, que a *usina* triplicou seu patrimônio em terras.

Quadro 20 – Número de Engenhos de Propriedade da usina Santa Maria – 1978

Municípios	Número	Área (Em ha)
Areia	4	1.219
Serraria	2	619
Pilões	4	895
Total	10	2.805

Fonte: Usina Santa Maria – Areia – 1978 – Apud Braga de Sá (1980, p. 75)

De onde a *usina* tirou o dinheiro para aumentar seu patrimônio fundiário? A hierarquia da *usina* não respondeu à pergunta. Segundo os *senhores-de-engenho*, foi o Governo que a financiou tanto através do uso dos recursos para expansão do IAA, como do Proterra, ao contrário dos objetivos distributivistas desse programa de Governo.

Mas a *cana do usineiro* não se refere apenas à cana diretamente produzida em terras da *usina*. As canas de *fornecedores* crescem num ritmo ainda mais acelerado: são multiplicadas por 7, durante a década de 70, como mostra o quadro 18. As propriedades fornecedoras estão localizadas nos municípios de Areia, Pilões, Serraria, Bananeiras e Alagoa Grande (Braga de Sá, 1980, p. 76). Os *senhores-de-engenho* se queixavam muito em 1976/77 de que a *usina* detinha o controle de financiamentos, tanto com dinheiro próprio que emprestava, como através do seu aval, e que tais meios eram empregados para diminuir a produção de rapadura e aguardente e forçar o crescimento das canas fornecidas. Note-se também que o pátio da *usina* passa a definir um novo padrão de centralidade comercial, que redefine toda a renda diferencial das terras por propriedades de localização. Muitos *engenhos*, ao caírem de *fogo morto*, podem ter até fertilidade equivalente a outras propriedades do Brejo, porém sua localização longínqua à *usina* e o difícil acesso para transporte de cana podem tirá-lo fora da nova

concorrência como *fornecedor*. Fato é que este movimento da expansão da *usina* acentua a clivagem Brejo-Agreste, e nota-se que os recentes municípios de Remígio (proveniente do desmembramento de Areia – 14/03/1957), de Solânea (proveniente do desmembramento de Bananeiras – 26/11/1953), de Arara (proveniente do desmembramento de Serraria – 11/12/61) ficam com as partes secas, de Agreste e Curimataú, dos antigos municípios do Brejo. O novo recorte municipal, que parece provir ao nível direto do jogo de facções políticas locais, tem a propiciá-lo uma diferenciação acentuada da ocupação econômica do espaço, depois que acabou o surto da agave. Se a agave unificou a ocupação de um espaço até então complementar, o fim do surto agavieiro e os movimentos posteriores das grandes propriedades vieram a operar uma segmentação que parece se aprofundar nos últimos tempos.

Vimos que o apoio das agências estatais ao crescimento da usina aparece como fator relevante. Mas será ele um princípio explicativo tão fundamental? Não estará sendo exagerado o foco de análise no suporte estatal? A passagem dos *engenhos* às *usinas* foi desejada desde o final do século XIX como instrumento de melhoria da produtividade industrial de beneficiamento da cana. José Américo fornece um dado de 1923 para avaliar o rendimento industrial de esmagamento da matéria-prima: 80 kg de açúcar por tonelada de cana (cf. Almeida, J.A., 1937, p. 244). A ampliação sucessiva da capacidade instalada da usina, com todo o “progresso tecnológico” e as “economias de escala”, não esteve associada a nenhuma progressão notável e cumulativa do rendimento industrial: nos quadros 18 e 19, pelos dados do IAA, tal indicador oscila entre 75 kg/t e 90 kg/t. É bom ressaltar que tais dados estão dentro dos padrões brasileiros, apenas ligeiramente abaixo (cf. Szmeracsányi, 1979, p. 456). Mas algo palpável pode ser concluído: o maior rendimento industrial é responsável pela vitória da usina na concorrência com os engenhos, porém a acumulação da usina não provém de vantagens cumulativas dos rendimentos industriais.

O princípio explicativo estaria então em diferenças de rendimento agrícola. Observemos o quadro 21, extraído de Szmeracsányi (1979). Vê-se que os rendimentos agrícolas da Paraíba são inferiores ao padrão das usinas do Norte/Nordeste e mais ainda aos do Centro-Sul.

Nota-se claramente que os rendimentos agrícolas das *usinas* da Paraíba são inferiores de 5% a 30% aos rendimentos das usinas dos demais estados do Nordeste, e de 10% a 50% inferiores aos rendimentos observados nas usinas do Centro-Sul. Percebe-se então que não há nenhuma vantagem comparativa que possa estar na raiz de tão grande e tão rápida acumulação. A verdade é bem outra, e estes dados já começam a projetá-la. Os custos da produção agrícola da cana-de-açúcar no Nordeste são bastante superiores aos dos outros cantos do país. Não para 3 anos apenas, como mostra o quadro. Duravelmente superiores; e esta questão permeia toda a política do IAA e todas as disputas sobre o *mercado interno* desde os anos 30 (Szmeracsányi, 1979, capítulos III e IV). Neste livro temos uma demonstração minuciosa e rigorosa de que não são os “mecanismos de mercado”

Quadro 21 – Rendimentos Agrícolas da Lavoura Canavieira no Brasil – 1972-74

Estados \ Áreas	Área cultivada para Produção de Usinas			Índices da Paraíba = 100		
	1972	1973	1974	1972	1973	1974
Paraíba	38,3	35,9	33,2	100	100	100
Pernambuco	37,2	37,6	38,7	97	105	117
Alagoas	44,1	42,8	42,8	115	119	129
Norte/Nordeste	39,7	39,2	39,8	104	109	120
São Paulo	49,0	56,2	51,0	125	156	154
Paraná	55,4	45,9	48,1	145	128	145
Centro-Sul	45,4	50,4	45,6	118	140	137
BRASIL	43,1	46,1	43,3	112	128	130

Fonte: Szmereczányi, 1979, pp. 142-143.

que explicam os movimentos do setor açucareiro e muito menos sua distribuição regional. Se a “concorrência pura e perfeita” dos economistas neoclássicos fosse o padrão institucional do mercado dos derivados da cana-de-açúcar, muitos usineiros, que hoje olham com desdém para os *senhores-de-engenho*, e com maior desprezo ainda para os cultivos “rotineiros” e “primitivos” dos *agricultores*, teriam sido varridos do mapa. É só consultar os mapas de rendimento agrícola e industrial do IAA e os mapas de custos agrícolas e industriais. Não parece obra do acaso que uma instituição pública como o IAA não publique os estudos de custos que faz, e faça dos dados estatísticos que colhe um monopólio institucional. Em verdade, o exame de tais dados pelo público revelaria o que hoje é fato sabido pelos estudiosos do assunto: o IAA funciona também como se fosse um grande cartel que impede que as empresas mais ineficientes arquem com sua ineficiência relativa. A visibilidade dos concorrentes só é possível para quem está dentro da rede institucional: burocratas, usineiros e fornecedores da cana; uma instituição pública que torna opaca sua área de atuação para a população que a mantém, e a informação torna-se um privilégio privativo dos “produtores”.

Observe-se como tem sido resolvida a questão do diferencial de custos a nível nacional. Segundo a teoria econômica utilizada pelas “autoridades financeiras” para legitimar seus procedimentos cotidianos, toda empresa cujos custos estão acima do preço que permite igualar a oferta e a demanda no mercado é eliminada pela concorrência entre os ofertantes. Mas o que acontece desde o início dos anos 30, no mercado de cana-de-açúcar e de

seus derivados? Os *usineiros* e *senhores-de-engenho* conseguiram instituir *preços subsidiados*: o mercado nacional é segmentado segundo regiões com custos de produção mais baixos (Centro-Sul) e mais altos (Norte/Nordeste); paga-se um preço maior pela mesma tonelada de cana, saco de açúcar ou litro de álcool, segundo o lugar em que está instalada a unidade de produção que lhe deu origem. Portanto, os *usineiros* e *senhores-de-engenho* que dirigem “empresas” de menor produtividade passam a receber uma renda monetária equivalente à sua ineficiência relativa, algo como um prêmio pelo atraso. As usinas e os fornecedores de cana de alta produtividade da região subsidiada, que têm estrutura de custos semelhantes às de maior produtividade do país, e que poderiam competir num mercado nacional unificado, nenhum interesse têm em dinamitar a segmentação, pois, recebendo preços mais altos, elas conseguem um superlucro, que perderiam com o preço nacional unificado. Tanto os mais “dinâmicos” quanto os mais “tradicionais”, dentre as regiões subsidiadas, têm interesses em conservar a segmentação do mercado nacional e o suporte do Tesouro Nacional para assegurar os subsídios. Por conseguinte, não é só para instalar ou para ampliar a capacidade produtiva que o Estado *auxilia* os *senhores-de-engenho ricos* e *os usineiros pobres* até “equilibrarem-se”. A reprodução das unidades a cada safra e a reprodução cotidiana dessa classe de produtores têm no Estado um suporte *indispensável*.

No quadro 22 apresentamos a evolução dos preços da tonelada de cana, nos últimos 20 anos, para o Norte/Nordeste como para São Paulo e Rio de Janeiro. Verifica-se pelas colunas 5 e 6 que o diferencial de preços é uma constante, sendo que no início da série, os preços do Norte-Nordeste superam os de São Paulo em 26% e no final em 19%. Portanto, a mesma tonelada de cana recebe um valor mais alto no Norte/Nordeste no longo prazo histórico. Observe-se que há diferencial também em relação ao Rio de Janeiro, embora os rendimentos por hectare de cana colhida, no Estado do Rio de Janeiro, estejam muito próximos destes indicadores para o Nordeste. No quadro 23 apresentamos a evolução dos preços da saca de açúcar de 50 kg nos últimos 20 anos, quando se verifica também ser o diferencial de preços uma constante histórica¹⁹³. No início da série os preços nordestinos superam em 20% os de São Paulo e ao final em 26%. Este diferencial de preços, estabelecido de maneira durável, pode ser considerado como um *subsídio* assegurado pelo Estado, pois seguramente seria eliminado não fosse o controle administrativo efetuado pelo IAA. Muitas vezes torna-se subsídio mesmo em termos de política fiscal, pois as despesas do IAA têm de ser cobertas mediante dotações do Tesouro Nacional. Para se avaliar a importância do subsídio concedido, note-se que na safra 81/82 o subsídio médio foi de Cz\$ 0,62246, por tonelada de cana, o que multiplicado pela cana da Usina Santa Maria na mesma safra daria

¹⁹³ Os preços do álcool também são diferenciais. Fazemos aqui apenas o registro, já que mostramos que a importância desse produto na região data da década de 80.

Quadro 22 – Preços da Tonelada de Cana – Remuneração Líquida ao Produtor Região Norte-Nordeste, São Paulo e Rio de Janeiro

1969 a 1988

(Cz\$/Tonelada)

Datas Reajustáveis	Preço da Cana (Norte/NE) (A)	Preço da Cana (São Paulo) (B)	Preço da Cana (RJ) (C)	Diferencial de preços (A-B)	Diferencial de preços (A-C)
01.06.69	0.02247	0.01778	0.01778	0.0047	0.0047
01.06.70	0.02584	0.0205	0.0205	0.0054	0.0054
01.01.71	0.02600	0.0205	0.0205	0.0055	0.0055
01.06.71	0.03114	0.0246	0.0246	0.0066	0.0066
01.09.71	0.03116	0.0246	0.0246	0.0066	0.0066
01.01.72	0.03227	0.0253	0.0253	0.0070	0.0070
01.06.72	0.03712	0.0291	0.0291	0.0080	0.0080
01.01.73	0.03803	0.0298	0.0298	0.0082	0.0082
16.05.73	0.04188	0.0333	0.0333	0.0086	0.0086
01.01.74	0.04631	0.0366	0.0366	0.0097	0.0097
15.02.74	0.04864	0.0385	0.0385	0.0102	0.0102
15.05.74	0.06562	0.0533	0.0533	0.0124	0.0124
06.11.74	0.07878	0.0639	0.0639	0.0148	0.0148
26.05.75	0.09870	0.0802	0.0802	0.0185	0.0185
18.11.75	0.11350	0.0922	0.0922	0.0213	0.0213
12.01.76	0.11350	0.0922	0.0922	0.0213	0.0213
03.05.76	0.11350	0.0922	0.0922	0.0213	0.0213
01.06.76	0.13377	0.1086	0.1086	0.0251	0.0251
15.09.76	0.14625	0.1217	0.1217	0.0246	0.0246
17.02.77	0.16965	0.1412	0.1412	0.0285	0.0285
01.06.77	0.19002	0.1581	0.1581	0.0319	0.0319
09.01.78	0.21852	0.1818	0.1818	0.0367	0.0367
01.06.78	0.24615	0.2065	0.2065	0.0397	0.0397
01.11.78	0.27569	0.2312	0.2312	0.0444	0.0444
01.03.79	0.29775	0.2497	0.2497	0.0480	0.0480
20.06.79	0.36319	0.2948	0.3088	0.0684	0.0544
26.09.79	0.47069	0.3820	0.4002	0.0887	0.0705
20.11.79	0.50461	0.3820	0.4002	0.1226	0.1044
01.01.80	0.50461	0.3820	0.4002	0.1226	0.1044
05.05.80	0.83522	0.5852	0.6130	0.2500	0.2222
26.09.80	1.15260	0.8076	0.8459	0.3450	0.3067
07.01.81	1.15260	0.8076	0.8459	0.3450	0.3067
29.01.81	1.36007	0.9529	0.9982	0.4071	0.3619
18.05.81	1.73137	1.2131	1.3376	0.5183	0.3938
02.10.81	2.32004	1.6255	1.8191	0.6945	0.5009
11.01.82	2.32004	1.6255	1.8191	0.6945	0.5009
20.03.82	2.79796	1.9604	2.1939	0.8376	0.6041
17.07.82	3.46947	2.4309	2.7204	1.0386	0.7491
01.10.82	4.54501	3.1845	3.5637	1.3606	0.9813
09.03.83	5.59036	3.9169	4.3834	1.6735	1.2070
01.06.83	7.39046	5.1781	5.7949	2.2123	1.5956
30.09.83	10.97483	7.6895	8.6054	3.2853	2.3695
01.01.84	10.97483	7.6895	8.6054	3.2853	2.3695
23.02.84	16.02325	11.2287	12.5638	4.7966	3.4594
01.06.84	20.92712	16.6554	17.4129	4.2717	3.5142
09.08.84	20.92712	16.6554	17.4129	4.2717	3.5142
24.09.84	31.39069	24.9831	26.1194	6.4076	5.2713
06.02.85	47.08604	37.4746	39.1790	9.6114	7.9070
01.06.85	63.61374	52.4645	53.7476	11.1487	9.8656
25.09.85	91.60307	75.5489	77.3966	16.0542	14.2065
01.01.86	114.50384	94.4361	96.7458	20.0677	17.7581
28.02.86	114.50000	94.4361	96.7400	20.0639	17.7600
21.11.86	151.14000	124.6600	127.700	26.4800	23.4400
10.02.87	208.58000	159.5600	163.4600	49.0200	45.1200
01.05.87	385.88000	295.1900	302.4100	90.6900	83.4700
01.06.87	464.76000	356.1200	362.6700	108.6400	102.0900
04.09.87	534.50000	409.5400	417.0700	124.9600	117.4300
08.10.87	617.35000	473.0200	481.7200	144.3300	135.6300
04.11.87	672.91000	515.3900	525.0700	157.3200	147.8400
04.12.87	759.31000	581.7900	592.4900	177.5200	166.8200
10.01.88	866.68000	664.0500	676.2700	202.6300	190.4100
10.02.88	1009.73000	773.6800	787.9300	236.0500	221.8000
15.03.88	1174.05000	899.5600	916.1300	274.4900	259.9200
20.04.88	1362.02000	1043.5800	1062.8000	318.4400	299.2200
20.05.88	1949.59000	1493.7800	1521.2900	455.8100	428.3000
22.06.88	2296.23000	1759.3700	1791.7800	536.8600	504.4500
30.07.88	2577.34000	2167.5400	2207.4700	409.8000	369.8700
23.08.88	3115.75000	2620.3400	2668.6100	495.4100	447.1400

Fonte: I.A.A.

Quadro 23 – Preços do Açúcar Cristal Standart– Remuneração Líquida ao Produtor Região Norte-Nordeste, São Paulo e Rio de Janeiro

1969 a 1988

(CZ\$/Saco 50kg)

Datas Reajustáveis	Preço Açúcar (Norte/NE) (A)	Preço Açúcar (São Paulo) (B)	Preço Açúcar (RJ) (C)	Diferencial de preços (A-B)	Diferencial de preços (A-C)
01.06.69	0.0195	0.0163	0.0163	0.0032	0.0032
01.06.70	0.0224	0.0187	0.0187	0.0037	0.0037
01.01.71	0.0226	0.0189	0.0189	0.0037	0.0037
01.06.71	0.0271	0.0226	0.0226	0.0044	0.0044
01.09.71	0.0227	0.0226	0.0226	0.0002	0.0002
01.01.72	0.0235	0.0234	0.0234	0.0001	0.0001
01.06.72	0.0270	0.0269	0.0269	0.0001	0.0001
01.01.73	0.0277	0.0277	0.0277	0.0000	0.0000
16.05.73	0.0295	0.0295	0.0295	0.0000	0.0000
01.01.74	0.0341	0.0341	0.0341	0.0000	0.0000
15.02.74	0.0359	0.0359	0.0359	0.0000	0.0000
15.05.74	0.0470	0.0470	0.0470	0.0000	0.0000
06.11.74	0.0450	0.0450	0.0450	0.0000	0.0000
26.05.75	0.0593	0.0593	0.0593	0.0000	0.0000
18.11.75	0.0698	0.0698	0.0698	0.0000	0.0000
12.01.76	0.0698	0.0698	0.0698	0.0000	0.0000
03.05.76	0.0812	0.0812	0.0812	0.0000	0.0000
01.06.76	0.0957	0.0957	0.0957	0.0000	0.0000
15.09.76	0.1072	0.1072	0.1072	0.0000	0.0000
17.02.77	0.1244	0.1244	0.1244	0.0000	0.0000
01.06.77	0.1393	0.1393	0.1393	0.0000	0.0000
09.01.78	0.1602	0.1602	0.1602	0.0000	0.0000
01.06.78	0.2151	0.1778	0.1827	0.0373	0.0324
01.11.78	0.2409	0.1991	0.2046	0.0418	0.0363
01.03.79	0.2602	0.2151	0.2210	0.0451	0.0392
20.06.79	0.3222	0.2576	0.2725	0.0646	0.0497
26.09.79	0.4092	0.3271	0.3461	0.0820	0.0630
20.11.79	0.4281	0.3271	0.3461	0.1009	0.0819
01.01.80	0.4281	0.3271	0.3461	0.1009	0.0819
05.05.80	0.6716	0.4732	0.5039	0.1984	0.1677
26.09.80	0.9369	0.6661	0.7029	0.2768	0.2340
07.01.81	0.9369	0.6661	0.7029	0.2768	0.2340
29.01.81	1.1337	0.7987	0.8505	0.3349	0.2831
18.05.81	1.4567	1.0263	1.1822	0.4304	0.2745
02.10.81	1.9229	1.3548	1.5842	0.5681	0.3387
11.01.82	1.9229	1.3548	1.5842	0.5681	0.3387
20.03.82	2.3075	1.6257	1.9010	0.6818	0.4065
17.07.82	2.8151	1.9834	2.3572	0.8318	0.4579
01.10.82	3.5752	2.5189	2.9937	1.0563	0.5815
09.03.83	4.4154	3.1108	3.6972	1.3046	0.7182
01.06.83	5.9078	4.1623	4.9469	1.7455	0.9609
30.09.83	8.8499	6.2351	7.4104	2.6148	1.4395
01.01.84	8.8499	6.2351	7.4104	2.6148	1.4395
23.02.84	12.9209	9.1033	10.8192	3.8176	2.1017
01.06.84	17.9567	13.4745	15.6585	4.4822	2.2982
09.08.84	18.2262	13.7440	15.9280	4.4822	2.2982
24.09.84	27.7039	20.8909	24.2105	6.8129	3.4933
06.02.85	43.2180	34.5899	37.7684	10.6282	5.4496
01.06.85	58.4010	45.6258	51.8492	12.7752	6.5519
25.09.85	84.0975	65.7011	74.6628	18.3963	9.4347
01.01.86	105.1218	82.1264	93.3285	22.9954	11.7934
28.02.86	105.1200	82.1300	93.3300	22.9900	11.7900
21.11.86	131.400	102.6600	116.6600	28.7400	14.7400
10.02.87	178.700	142.7000	162.1600	36.0000	16.5400
01.05.87	330.600	264.0000	300.0000	66.6000	30.6000
01.06.87	402.0200	319.7900	357.0400	82.2300	44.9800
08.09.87	462.3200	367.7600	410.6000	94.5600	51.7200
08.10.87	533.9800	424.7600	474.2400	109.2200	59.7400
04.11.87	582.0400	462.9900	516.9200	119.0500	65.1200
04.12.87	656.7800	522.4400	583.2500	134.3400	73.4900
10.01.88	749.6500	596.3100	665.7600	153.3400	83.8900
10.02.88	873.4300	694.7600	775.6800	178.6600	97.7400
15.03.88	1015.5300	807.8000	901.8900	207.7300	113.6400
20.04.88	1178.1100	937.1300	1046.2800	240.9800	131.8300
20.05.88	1686.3500	1341.4100	1497.6500	344.9400	188.7000
22.06.88	1986.1800	1579.9100	1763.9300	406.2700	222.2500
30.07.88	2446.9700	1946.4500	2173.1600	500.5200	273.8100
23.08.88	2958.1400	2353.0600	2627.1300	605.0800	331.0100

Fonte: I.A.A.

para cobrir o pagamento de 1.312 trabalhadores segundo o *salário-mínimo* legal.

Por conseguinte, a quase totalidade da massa salarial, *caso fossem respeitados os salários legais*, está sendo coberta pelos subsídios ao preço. Para uma idéia mais precisa da importância da intervenção estatal, teríamos rigorosamente de adicionar os subsídios aos créditos públicos concedidos, devido às taxas de juros reais negativas, e o subsídio às exportações de açúcar.

Note-se que a Fundação Getúlio Vargas apresenta as seguintes observações na *Retrospectiva da Agropecuária* do 1º semestre de 1982:

“Segundo o *Ministério da Indústria e Comércio* o diferencial de preços externos e custos internos consumirá este ano Cr\$ 30 bilhões; as despesas financeiras para a formação de estoques não deverão ser inferiores a Cr\$ 15 bilhões, enquanto a equalização dos custos entre as regiões produtoras absorverá outros 75 bilhões, totalizando portanto 120 bilhões (grifo meu). O quadro 24 discrimina as despesas referidas para a exportação de açúcar demerara do Nordeste que equivale, *grosso modo*, a 60% do total das exportações brasileiras de açúcar.”

Quadro 24 – Custos Relativos à Exportação de uma Tonelada de Açúcar do Nordeste – 1982 (em Cr\$)

Especificação	Março	Abril	Maió	Junho
Receita de Exportação	35.810,27	31.854,26	29.886,33	25.369,14
Cobertura de Exportação	11.919,94	15.875,94	19.143,87	22.361,06
Despesa do IAA	25.009,74	28.965,74	32.233,67	35.450,86

Fonte: I.A.A.

(Apud Fundação Getúlio Vargas – IBRE – Centro de Estudos Agrícolas – 1982 (FGV, 1º semestre 1982, p. 25)).

Não há, portanto, nenhuma dose de exagero na conclusão de que a expansão das *usinas*, no caso estudado, tem muito menos a ver com a flutuação dos preços de mercado, no mercado externo e no mercado interno, com o “livre jogo dos mecanismos de mercado”, do que com o suporte institucional da máquina do Estado a subsidiá-la direta e renovadamente. Portanto, para sermos rigorosos, vemos que a reprodução das condições sociais de produção simples ou ampliada da *usina* passa pela reprodução do Estado cumprindo exatamente a mesma função: instituições públicas apoiadas no Tesouro Nacional, servindo de instrumento de conservação/reconversão de uma fração da classe dominante¹⁹⁴.

¹⁹⁴Muitas vezes os usineiros e senhores-de-engenho nordestinos, ou seus representantes políticos, tentam justificar a necessidade dos subsídios públicos pelo “problema social”, pois se as empresas ineficientes desaparecessem, o desemprego seria enorme. Durante as campanhas salariais no Nordeste e na luta pelo cumprimento dos contratos coletivos, as organizações sindicais dos trabalhadores rurais têm contestado tal argumentação, fazendo ver que a reconversão das terras em poder das “empresas ineficientes” tem efeitos sociais muito mais amplos, e os subsídios servem apenas para manter unidades economicamente

Em verdade, não são os “mecanismos de mercado” que engendram a transformação social, mas é o *Estado* como *agente econômico* que realmente direciona os rumos da transformação social. Não fosse o suporte do Estado, a decadência dos *senhores-de-engenho* e *usineiros* se acentuaria, mas não geraria apenas o desemprego como apreçoam: tornaria os *moradores* ainda nas propriedades de *fato libertos*, com controle do processo de produção e circulação dos produtos; diminuiria a pressão de demanda no mercado de terras e simultaneamente aumentaria a oferta de terras. Portanto, não é apenas um Estado a favor dos trabalhadores que poderia dar outros rumos ao processo de transformação. Bastaria que fosse *neutralizado* como agente econômico, como a teoria econômica neoclássica postula, que o efeito seria uma decadência mais acentuada de certos *senhores de terra*, e um poder de expansão do campesinato acrescido. Há indicadores claros disto: o crescimento da categoria *ocupantes* pelos dados censitários. Em 1923, José Américo apontava que o território da Paraíba já tinha sido praticamente todo ocupado. Nos municípios do Brejo Alto então, o percentual área ocupada/superfície territorial era de: Areia – 98,5%; Bananeiras – 98,3%; Alagoa Grande – 96,9%; Alagoa Nova – 91,1% (Almeida, J.A., 1937, p. 270). Como então explicar os dados que apresentamos no quadro 25 e no quadro 26?

É nítido em ambos os quadros o predomínio absoluto dos proprietários de terra em 1920 e 1940, sendo que em Areia, com o surto agaveiro, o predomínio se acentua até 1950. Porém, entre 60-70 há um crescimento enorme da categoria “ocupantes”, fato que perdura com menor intensidade daí por diante. Como explicar este fato? É que objetivamente os *moradores*

inviáveis que agravam a pauperização dos trabalhadores. Assim, a aceleração da modernização tecnológica poderia ser simultânea à constituição ampliada de um neocampesinato. No documento “RACIONALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO COM DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS EXCEDENTES PARA OS TRABALHADORES RURAIS”, uma resposta à proposta de usineiros de reduzir jornada de trabalho e salários, após uma análise quantitativa dos subsídios envolvidos, consta a seguinte conclusão:

“Ora, se apesar dos volumosos subsídios ao preço e ao crédito para a cana-de-açúcar, se apesar da superexploração dos trabalhadores rurais, algumas usinas e parte dos fornecedores estão em dificuldades financeiras, porque não conseguem elevar seu rendimento médio, quer por incapacidade empresarial, quer por cultivarem a cana em terras impróprias, é evidente a constatação de que a produção de cana nessas áreas é inviável, só contribuindo para agravar a situação de miséria e tensão social na zona da mata de Pernambuco.

A produção de cana nessas áreas custa muito caro aos trabalhadores rurais (que sofrem diretamente os efeitos da super-exploração), bem como aos trabalhadores de todo o país (que terminam pagando os volumosos subsídios recebidos pelos senhores-de-engenho e usineiros) e ainda à população de Pernambuco que vê o custo dos alimentos aumentados a níveis insuportáveis, inclusive pela expansão da cana-de-açúcar.

Para esses casos a solução está prevista no Estatuto da Terra e na Legislação Agrária que, por sinal, já define a região canavieira de Pernambuco como área prioritária para Reforma Agrária” (FETAPE, 1983, pp. 26, 27).

Quadro 25 – Área e Estabelecimento Segundo a Condição de Produtor – Areia – 1940-1980 – Área Total = 100 – Paraíba

	Área						Estabelecimento					
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Proprietário + Administrador	84%	98%	96%	78%	97%	84%	92%	96%	98%	67%	86%	82%
Arrendatário	16%	2%	3%	8%	1,5%	12%	8%	3%	2%	7,5%	3%	5,5%
Parceiro	–		0,8%	5%	0,5%	1,5%	–	1%	≈ 0	6,5%	4%	3%
Ocupante	–		0,2%	9%	1%	2,5%	–		≈ 0	19%	7%	9,5%
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários – Apud Braga de Sá (1980: p. 60) e Censos: 1960: p. 29; 1970: p. 130; 1975: p. 160; 1980: p. 32-33.

Quadro 26 – Área e Estabelecimento Segundo a Condição de Produtos – 1920-1980 – Total = 100 – Paraíba

	Área							Estabelecimento						
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Proprietário e Administrador	97%	95%	96%	89,5%	90%	91%	87,5%	96%	91%	83%	71%	64%	57%	60%
Arendatário e Parceiro	3%	5%	3%	10%	5%	4,5%	5,5%	4%	9%	15%	28%	23%	22%	20%
Ocupantes	...	(0,07)	1%	0,5%	5%	4,5%	6%	...	(0,006)	2%	1%	13%	21%	20%
Sem declaração	...		-	≈ 0%	-		1%	...	≈ 0%	-	≈ 0%	-	-	-
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários – 1975: p. 2 e 3; 1980: p. 4p. 32-33.

de *engenhos* abandonados ou propriedades abandonadas tornam-se ocupantes depois de ano e dia, segundo a própria legislação agrária. O crescimento da categoria e o crescimento maior do número de estabelecimentos do que da área controlada revelam o crescimento de um campesinato ameaçado duplamente, porque o seu *status* de *liberto*, a qualquer momento que houver novo surto de crescimento das grandes propriedades, é posto em questão. É este o caso dos conflitos de terra agudos da região (Novaes, 1988; Cantalice, 1980). A decadência dos grandes proprietários está assim associada à passagem para a condição de *liberto* de antigos *moradores*, embora o *status* de *liberto* esteja sob ameaça constante. Caso não seja consolidada pelo acesso à propriedade jurídica da terra, o crescimento das usinas ou das destilarias de álcool pode se chocar com a trajetória ascendente desses *ex-moradores*, e redundar em expropriação de seus locais de moradia e trabalho. É então a expropriação dos trabalhadores rurais em ascensão que o Estado está subsidiando nesse caso. Sem falar do uso da polícia, somada aos jagunços, para expulsar as famílias de trabalhadores, quando o Estado aparece como braço forte e agente legitimador das formas de *transformação social* mais favoráveis à reconversão dos poderes dos grandes proprietários...

Contudo, o crescimento das usinas não é a única estratégia possível de reconversão para grandes proprietários da região estudada, usando os padrões de dominação da *morada* para liquidá-la e transformar o *engenho* e a *fazenda* em explorações capitalistas, onde o Estado figura como alavanca e guarda-costas: não menos relevante é o avanço da pecuária com capim plantado.

O Crescimento da Pecuária

Ao contrário da expansão da cana-de-açúcar, que se restringe ao Brejo, em virtude das limitações ecológicas, a expansão da pecuária atinge tanto a região do Agreste quanto o Brejo. Correia de Andrade e Potengi (1980) observam mesmo que, em todos os depoimentos que recolheram de *moradores* expulsos na microrregião do Agreste de Borborema, o gado do fazendeiro tinha sucedido ao roçado. Um dos *fazendeiros* mais proeminentes de Remígio, da facção política responsável pela autonomia do município, saiu-se com essa frase, quando perguntado se praticava a agricultura em suas terras:

“A agricultura minha é o capim” (em 14/3/1977).

E a expansão da pecuária também tem o suporte do Estado, diminuindo as terras para *roçado*, como informa o presidente do STR de Guarabira:

“Ninguém pode mais plantar, porque o Governo solta muito dinheiro, a Sudene, os bancos, aí os proprietários têm o dinheiro para a cerca, para o capim, para tudo. Aí cobrem a propriedade de capim” (em 10/9/1976).

Note-se que este movimento é ainda mais surpreendente no Brejo. Isto porque todos os relatos, até 1957, mostram de forma insofismável que a pecuária não era coisa de Brejo e sim do Curimataú. Como informa Nilo Bernardes (1952), Curimataú designava toda a parte mais seca do município de Areia, o que hoje difere Agreste e Curimataú propriamente dito. Ora, José Américo de Almeida (1976) e Horácio de Almeida (1957) apontam a área seca do município de Areia como complementar à área de Brejo, justamente porque um *senhor-de-engenho* tinha, no século XIX, um *engenho* no Brejo e uma *fazenda* no Curimataú, aonde mandava o gado que servia como força motriz no *engenho*, durante o *verão* e nos meses úmidos do *inverno*. Em suas memórias, José Américo recorda que seu pai, durante a seca de 1898, tentou dar um refrigério para o gado, trazendo-o novamente do Curimataú para o Brejo, e acabou por ver liquidado o rebanho que possuía. O risco de docenças leva Horácio de Almeida a descrever, ao final do ciclo da agave, a pecuária como estratégia de mal menor, a última tentativa de exploração para *engenhos* decadentes:

“Os terrenos acidentados do Brejo não permitem a mecanização da lavoura, de modo a atenuar a situação de falta de braços. Os agricultores, desalentados com tantos problemas, estão introduzindo a criação de gado nas terras dos engenhos. Os fatores contrários a essa experiência, tais como carrapato, frio e lama, poderão ser superados por medidas de previdência e proteção. Enfim, é uma experiência do momento, que não entrou ainda para o domínio dos fatos consumados” (Almeida, Horácio, 1957, p. 164).

É interessante notar que esta ausência da criação de gado no Brejo foi descrita por Nilo Bernardes (1952, p. 62), por Lacerda de Melo (1952, p. 89), como “circunstância a ser mencionada com destaque”, e Correia de Andrade (1957), na mesma época em que Horácio de Almeida, descreve o Brejo como área *imprópria* para a criação de gado.

Não há a menor dúvida, portanto, de que não são os fatores ecológicos que explicam o crescimento da pecuária no Brejo, e é mesmo Horácio de Almeida que a relaciona, no tempo em que era ainda tentativa, com “a falta de braços”, com o custo monetário crescente do *trabalho sujeito*. Em 1976, contudo, é um professor da Escola de Agronomia, filho de *senhor-de-engenho*, dono também de *fazenda* ocupada por pecuária, quem informa:

“P.A. – O dono da terra a abandonando, o morador toma conta e planta tanta coisa que o valor das benfeitorias passa a ser maior do que o valor da terra. Aí não dá jeito do proprietário dar-se bem com o morador. Pai mesmo, que tem engenho, consegue sobreviver bem: botou gado e planta capim, porque exige pouca mão-de-obra. Ele faz da seguinte

maneira: o morador bota roçado e planta capim ao final, e assim vai rodando por toda a propriedade. Assim não dá problemas (...) A solução para os engenhos é a pecuária” (em 19/08/1976).

Assim, em menos de vinte anos, a pecuária passou de prática percebida como imprópria para o Brejo à solução para *engenhos* em declínio. A ecologia seguramente não mudou tanto em duas décadas. O que então terá mudado? É que neste período os *senhores-de-engenho* deixam de ter interesse em reconstruir a *morada* por “dons generosos”, e passam a usar, com “engenho e arte”, as concessões generosas como forma de acabar, no futuro, com as terras a serem atribuídas para *roçado*, liquidando com a *morada* a longo prazo. As *terras de gado* acabam com as *terras de trabalho* (cf. Garcia Jr., 1983a).

Tenho, porém, uma autocrítica a fazer. Descrevi a expansão da pecuária como resposta dos proprietários às novas leis trabalhistas e agrárias. É erro meu. É só ver as datas dos escritos citados: a solução pecuarista precede as leis. As leis, ao revelarem os custos *potenciais* crescentes da força de trabalho, apenas aceleram as respostas. Dos trabalhadores: se fizerem aplicar as leis, bloqueiam sua expropriação acelerada e podem mesmo passar a *libertos* com algum patrimônio, se a indenização que obtiverem for em terra. Dos patrões: vão expropriar seus trabalhadores em escala nunca dantes imaginada. Como vemos, tudo no processo brasileiro se acelera, até a luta de classes no campo. A transformação social resultante depende, de fato, dos contornos desta luta.

Inácio Rangel, em 1962, antes, portanto, do Estatuto do Trabalhador Rural, já apontava o crescimento da pecuária extensiva como forma dominante de reconversão da *plantation* decadente, e fazia os paralelos devidos com os *enclosures* ingleses que precedem a revolução industrial, e que reduziram à miséria a até então *proud peasantry*:

“A valorização da terra propriamente agropecuária decorreu, em sua origem, do *enclosure*, isto é, da conversão de latifúndio agrícola em latifúndio pecuarista. Este movimento, que envolvia transição para uma forma rudimentar de capitalismo agrícola, tinha efeitos contraditórios: queda da *produtividade por unidade de área*, acompanhada de forte elevação da *produtividade do trabalho*. Explica-se assim o interesse do latifundiário em converter-se em pecuarista: os lucros obtidos por unidade de área aumentavam energicamente, não obstante a queda da produtividade agrícola. Como efeito final, tivemos a *fome de terra*, motor primário do movimento de valorização e do próprio surto rodoviário, assim como dos esforços tendentes a tornar habitáveis terras inóspitas e a elevar o produto por unidade de área” (Rangel, 1962, p. 37).

Estas observações teóricas, preciosas e clarividentes, permitem provas empíricas claras. Apresentamos no quadro 27 a comparação que o Censo Agropecuário permite entre a exploração do solo com agricultura e com pecuária.

Quadro 27 – Produtividade Valor por Hectare Segundo a Exploração do Solo – 1975 – Em Cruzeiros por ha

Municípios	Produção Animal (Cr\$/ha)	Lavouras Perma- nentes (Cr\$/ha)	Lavouras Tempo- rárias (Cr\$/ha)
Areia	430,00	2.016,00	1.653,00
Remígio	83,00	1.722,00	1.200,00

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Portanto, a produtividade por hectare com pecuária em Areia é inferior em 74% ao valor do mesmo hectare explorado com lavouras temporárias, e mais ainda se a comparação é com lavouras permanentes. Ora, para o proprietário de terras, esta exploração só pode ser mais rentável porque os custos monetários da produção são reduzidos, em forma mais do que proporcional a esta diferença, ou seja, em mais de 75%. De qualquer maneira, é preciso considerar ainda que:

- a formação de pastos, a parte mais intensiva em trabalho, é feita a custo zero;
- a parte restante dos investimentos, como cercas, currais, máquinas para forrageiras, é financiada a taxas de juros negativas, ou seja, há subsídio;
- a própria aquisição do plantel pode ser feita com financiamentos a taxa de juros negativa;
- a exploração com pecuária permite usar a terra como reserva de valor; é uma forma de alocar um patrimônio já dado de terras, enquanto que grande número de *moradores* implicaria ameaça ao Valor do Patrimônio.

Observa-se efetivamente que a exploração pecuária utiliza a terra de forma extensiva, e não intensiva, pois os índices de cabeças por hectare são freqüentemente inferiores a 1, como se depreende do quadro 28 abaixo:

Quadro 28 – Cabeças de Gado Bovino por Hectare – Paraíba

Município	Área	
	1970	1975
Areia	0,957	1,283
Remígio	0,312	0,370
Agreste da Borborema	0,571	0,814

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

Contudo, não são todos os estabelecimentos que apresentam os mesmos padrões de uso extensivo da terra para a exploração pecuária, ou,

dito de outra forma, não há um só padrão tecnológico na utilização de terra para pecuária. Observe-se no quadro 29 que, no mesmo espaço ecológico, com brutal escassez de terra, com plantel não selecionado e sem acesso a veterinários, os pequenos estabelecimentos apresentam uma produtividade física por hectare extremamente superior à dos grandes estabelecimentos:

Quadro 29 – Efetivos da Pecuária por Tamanho do Estabelecimento – Paraíba – 1975

Tamanho do Estabelecimento	Bovinos/ha	Total do Plantel = 100
0 – 2 ha	21	2
2 – 5 ha	12	5,5
5 – 10 ha	6	6,5
10 – 100 ha	6	31
100 – 1000 ha	1	11
1000 –	0,5	14
Total	1	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – pp. 14 a 17, 60-61.

Nesse caso, mesmo que haja superestimação dos indicadores dos pequenos estabelecimentos, é notório que a produtividade física dos que dispõem de menos que 5 ha é bem maior do que a média (no quadro, 18 vezes). Aqueles que decretam serem os pequenos estabelecimentos “irracionais” ou “antieconômicos” certamente se surpreenderiam ao vê-los superar em “produtivismo” físico os grandes pecuaristas. Talvez isso sirva de alerta para a necessidade de explicar, de compreender, padrões (ou funções) de produção objetivamente tão diferentes. Atente-se para o quadro: são os estabelecimentos acima de 100 ha que tornam a produtividade física por hectare baixíssima. Mas tais indicadores também não significam que os *senhores de terra* pouco interesse tenham pela exploração pecuária: apenas não é a produtividade física *por unidade do fator terra*, por hectare, o que lhes interessa, o que quer que digam os pecuaristas em contrário¹⁹⁵. O interesse desses *senhores*, como Inácio Rangel formulou rigorosamente, está no excedente em valor, em moeda corrente, que conseguem obter mediante a exploração pecuária. E a pecuária é uma estratégia que permite um aumento duradouro de excedente em valor sobre os gastos com força de trabalho, que simultaneamente preserva um patrimônio fundiário em contínua valorização, que, portanto, precede e prescinde, em certa medida, do apoio governamental em larga escala que lhe foi dado. A rentabilidade

¹⁹⁵Sobretudo quando fazem pronunciamentos políticos para se opor à Reforma Agrária, quando tentam aparecer como “produtores modernos” e “empresários” inovadores em padrões de produtividade.

da exploração pecuária, em termos monetários, é o fator explicativo de sua expansão, e não o incremento da produtividade física do terra.

Esse tipo de pecuária extensiva, que pode contar com o trabalho de formação de pastos assegurado pela fome de terras de *moradores e agricultores*, tem condições de sobrevivência “econômica”, dentro do “livre jogo das forças de mercado”, que a exploração com cana-de-açúcar não tem. É lúcido o professor de Agronomia citado atrás. Os *agricultores*, por inúmeras vezes, reproduziam os cálculos dos *fazendeiros de gado*, e mostravam que, mesmo com índices baixíssimos de produtividade física por hectare, um hectare de terra com gado “dava mais dinheiro” ao grande proprietário que se ele arrendasse aos trabalhadores. Percebemos assim que *esta forma de expansão da pecuária é rigorosamente antagônica à igual expansão da pecuária que viria com a expansão do campesinato*. Não há nenhum determinismo tecnológico que implique uma ou outra trajetória de desenvolvimento capitalista, nem de desenvolvimento histórico. Só assim se entende por que a pecuária é a exploração mais camponesa na *Europa de Oeste e de Leste*, e a exploração mais anticamponesa no caso brasileiro (para Europa – cf. Franklin, 1969; Tepicht, 1973).

Não nos esqueçamos porém de documentar o significativo avanço da pecuária no período 1970-80, que dimensiona o estoque de terras que deixa de estar disponível para *moradores e agricultores* como *terras de trabalho*:

Quadro 30 – Crescimento do Efetivo de Bovinos – Paraíba – 1970-75-80

Municípios	Anos		
	1970	1975	1980
Arcia	100	180	226
Remígio	100	155	180
Brejo Paraibano	100	146	222
Agreste da Borborema	100	131	132

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Temos, portanto, dois movimentos de expansão econômica dos grandes proprietários que atingem a área do Brejo, a expansão da *usina* e a expansão da pecuária, e um movimento atingindo o Agreste: a expansão da pecuária. Ambos os movimentos se fazem acompanhar da diminuição do estoque de terras disponível para as várias categorias de trabalhadores, da diminuição das *terras de trabalho*. Essa oposição encontrada a nível das representações, veiculadas por discursos, foi constatada pelos vários pesquisadores que estudaram a área no período 75-80: Garcia Jr. (1977); Garcia (1977b e c); Paulilo (1980); Braga de Sá (1980); Correia de Andrade e Potengi (1980). Ela pode mesmo também ser constatada por dados estatísticos extraídos dos censos econômicos. O quadro 31 fornece os dados sobre a evolução da utilização das terras na região.

Quadro 31 – Utilização das Terras – 1960-70-75 e 80 – Paraíba – Área Total = 100*

Municípios/ anos	Áreas	Total Absolu- to ha	Total em %	Lavouras			Pastagens		Matas e Flores- tas	Terras Produ- tivas não utiliza- das**
				Perma- nente	Tem- porária	Des- canso	Natu- rais	Plan- tadas		
Areia	1960	31.955	100	30	31		5	0,5	17	15
	1970	31.437	100	12	32		9	7	20	15
	1975	29.347	100	7	34		18	6	13	16
	1980	26.672	100	8.8	39.2	5.2	14.5	12.1	10.7	6.2
Remígio	1960	19.031	100	15	22		50	1	5	5
	1970	26.337	100	15	19		44	2	3	12
	1975	27.716	100	15	15	0.5	47	11	1	6
	1980	29.347	100	15.5	13.8	4.3	41.5	3	15.1	2.4

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários.

* A soma da linha não iguala 100; a área total inclui as terras improdutivas, que não foram incluídas nos quadros censitários.

** Nos censos de 60 e 70 as terras em descanso estão incluídas em terras produtivas não utilizadas.

É nítido o avanço das terras ocupadas com pastagens que, em Areia, passam de 5% em 1960, a 16% em 1970, a 24% em 1975 e 26% em 1980, e em Remígio conhecem um ligeiro recuo entre 1960-70 para se constituírem na utilização responsável por 58% das terras do município em 75, praticamente o dobro da área ocupada com lavouras, e 4 vezes a área ocupada com lavouras temporárias (onde estão os *roçados*). No caso de Remígio observa-se mesmo que cai a área ocupada com lavouras temporárias, ao mesmo tempo que crescem as pastagens plantadas. As terras para *roçado* sofreram uma perda relativa em 1970, mas absoluta em

1975 em relação ao ano de 1960. É de se notar que o avanço das áreas ocupadas com lavouras temporárias em Areia não tem o mesmo significado, pois aí estão incluídas as áreas cultivadas com cana-de-açúcar, portanto aí está também a “cana da usina”. Já a queda das lavouras permanentes em Areia reflete o fim dos partidos de agave, com a queda dos preços, que tendem a ser mantidos em Remígio por ser área mais seca. A agave, é sempre bom lembrar, é *lavoura de rico*, dos grandes proprietários; sobretudo vê-se que o recuo desta forma de exploração correspondeu ao avanço da pecuária. Não se vê, porém, o avanço de cana no Brejo, comprimindo os *roçados*, pois ambas as categorias de lavouras estão incluídas em temporárias.

Porém, certifiquemo-nos, a nível estatístico, de que há realmente um padrão de exploração para os grandes estabelecimentos e outro para os pequenos estabelecimentos. Infelizmente, não dispomos dos dados a nível municipal, mas os dados estaduais devem constituir uma aproximação razoável dos padrões da região. O quadro 32 apresenta a importância relativa de cada classe de tamanho de estabelecimento na exploração com cana-de-açúcar e gado bovinos por um lado, e mandioca, feijão e suínos, por outro. Observa-se exatamente a inversão das importâncias relativas dos dois padrões de exploração da terra. Enquanto o estabelecimento médio produtor de cana-de-açúcar é de 100 ha, e o que explora a pecuária é de 103 ha, o estabelecimento médio produtor de mandioca é de 3,5 ha e o de feijão é de 5 ha. Assim também, 85,5% da área dos estabelecimentos produtores de cana-de-açúcar está concentrada nos estabelecimentos acima de 100 ha (a mediana é, portanto, superior à média), sendo que 84,5% da área dos estabelecimentos que exploram pecuária está concentrada nos estabelecimentos acima de 100 ha (*idem*). No caso das *lavouras de pobre*, ao contrário, tanto no caso da mandioca como no caso do feijão, mais de 50% do número de estabelecimentos estão abaixo de 2 ha, e 99% dos estabelecimentos produtores destas duas lavouras concentram-se na faixa de tamanho abaixo de 100 ha. Observe-se o quadro 32 na página seguinte.

Vê-se pelo quadro que praticamente 50% da área cultivada com cana-de-açúcar pertence aos estabelecimentos de mais de 500 ha, que representam 2,5% dos estabelecimentos produtores; e 52% da área explorada com pecuária pertence aos estabelecimentos de mais de 500 ha, que representam 4% dos estabelecimentos dedicados a esta exploração. Percebe-se claramente que são atividades altamente concentradas nos grandes estabelecimentos. O contraste com a produção de mandioca, feijão e criação de suínos é flagrante: 56% da área explorada com mandioca e 39% da área explorada com feijão pertencem aos estabelecimentos de menos de 10 ha. Dos estabelecimentos que criam suínos, 72% são de tamanho inferior a 5 ha e 99% inferiores a 100 ha. A criação de *miunças* é uma atividade de *agricultores* ou, mais precisamente, das mulheres de *agricultores*, enquanto a criação de bovinos é atividade de *fazendeiros*.

Quadro 32 – Grupos de Área Total Segundo a Classe e Atividade Econômica – Paraíba – 1975

Atividade Econômica		Tamanho do Estabelecimento	Total	0	2	5	10	100	500	1000
				l- 2 ha	l- 5 ha	l- 10 ha	l- 100 ha	l- 500 ha	l- 1000 ha	
Cana de Açúcar	Nº Estabelecimentos	100	11	18	14	36,5	18	2	0,5	
	Área	100	0,1	0,5	0,9	13	36	12	37,5	
Bovinos	Nº Estabelecimentos	100	7	14	14	46	15	2	2	
	Área	100	(0,07)*	0,5	1	14	32,5	18	34	
Mandioca	Nº Estabelecimentos	100	54	31,5	9	5	0,4	0,05	0,05	
	Área	100	14	25	17	29	9	2,5	3,5	
Feijão	Nº Estabelecimentos	100	50,5	30	10	9	0,4	0,05	0,05	
	Área	100	9	17	13	40	13	2	6	
Suínos	Nº Estabelecimentos	100	42	30	14	13	1			

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – pp. 14-17

* Percentagem não entra na soma da linha. Apenas para que se verifique a pouca importância relativa da pecuária nesta classe de estabelecimento.

Para que não pare dúvida sobre esta importância diferencial da agricultura e da pecuária nos pequenos e grandes estabelecimentos, apresentamos o quadro 33 na página seguinte, em que se verifica que quanto menor o tamanho do estabelecimento mais está dedicado à agricultura e menos à pecuária, e quanto maior o tamanho mais está dedicado à pecuária.¹⁹⁶

Há, portanto, como já estudamos nos capítulos V e VI, padrões de produção opostos que, como o sistema de preços é único, e não há determinismo tecno-lógico, provêm das *racionalidades intencionais*¹⁹⁷ distintas dos *agricultores* e dos grandes proprietários. Em outras palavras, cada agente tem um leque de estratégias de reconversão que está na estrita dependência dos recursos de que dispõe, e das práticas de seus concorrentes e opositores. É a própria passagem para um “sistema de mercados auto-reguláveis”, para empregar a expressão de Polanyi, que requer que as estratégias individuais de reconversão sejam múltiplas, por vezes antagônicas, bem ao contrário da adoção de um padrão de racionalidade universal¹⁹⁸. Portanto, não se deduza dos dados estatísticos aqui apresentados, que tais movimentos das grandes propriedades significam não apenas o predomínio dos dominantes no processo de transformação social, mas a liquidação absoluta do campeonato, o golpe de morte que obrigaria todo indivíduo nessa situação social a se reconverter em “proletário” urbano ou rural.

A reconversão a ser operada por *agricultores* e *ex-moradores* os coloca diante de um estoque de terras cada vez mais reduzido e em contínua valorização, simultaneamente a dificuldades de financiarem o acesso a equipamentos mais modernos; fazem então uso, em larga escala, da intensificação do uso do próprio trabalho e dos membros de suas unidades domésticas. São exatamente tais práticas que Tepicht caracteriza como uma das leis de movimento da economia camponesa, a *Lei da substituição*

¹⁹⁶ Não se trata de nenhum determinismo tecnológico. É só ver que na Europa, do Leste e do Oeste, é exatamente a pecuária a exploração mais camponesa de todas. É a agricultura que tende a ser a exploração dos maiores estabelecimentos e o objeto da exploração coletiva nos países socialistas. Cf. Tepicht (1973), Franklin (1969), Gervais, Jollivet e Tavemier (1976, segunda parte, especialmente, pp. 240 a 251).

¹⁹⁷ Godelier (1966) difere a racionalidade intencional dos agentes, a nível do cálculo consciente efetuado, da racionalidade inintencional do sistema, ou seja as leis de movimento efetivamente observadas e observáveis, mas que não dependem da vontade dos agentes. Evidentemente o nível de observação estatística prende-se à racionalidade inintencional, mas que é explicável pela racionalidade intencional diferencial de pequenos e grandes estabelecimentos. No mesmo sentido, Tepicht (1973).

¹⁹⁸ Para os economistas neoclássicos o “sistema de mercado” imporia um padrão de racionalidade universal simbolizado no *homo economicus* (cf. Robbins, Lionel, 1947). Pierre Bourdieu chama a atenção que a adoção das disposições mentais compatíveis com a operação do “sistema de mercados” é um suposto não examinado pelos economistas, que assim não se indagam sobre as condições econômicas e sociais em que essa adoção se processa. É exatamente tal objeto que foi examinar: a constituição do mercado de trabalho na Argélia dos anos 60 (Bourdieu et alii, 1963 e Bourdieu, 1977).

Quadro 33 – Grupos de Área Total Segundo o Tamanho e Atividade Econômica
Estabelecimento por classe = 100 Paraíba – 1980

Atividade \ Tamanho do Estabelecimento	0 - 2ha	2 - 5ha	5 - 10ha	10 - 100ha	100 - 500ha	500 - 1000ha	1000 -
Agricultura	88	80	73	61	52	47	48
Pecuária	12	20	27	39	48	53	52
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

da terra e dos meios de produção por trabalho, que pode ser verificada a nível estatístico no caso da Paraíba. Em miúdos: a pobreza e a fome, associadas a pouca terra e meios de produção disponíveis, impelem os agricultores a maior volume de trabalho. Veja-se o quadro 34 na página seguinte.

Vê-se claramente que os que têm menos terra, só 1%, e menos meios de produção, só 0,5%, têm a maior produtividade valor por hectare, e a maior produtividade valor por cruzeiro despendido com meios de produção. Como conseguem isto, se as terras são as menos férteis e as de pior localização frente aos centros comerciais? Diminuindo a produtividade valor do trabalho acrescido. Esta variação inversa demonstra que contando com pouca terra e com poucos meios de produção, o campesinato tem de aumentar o trabalho despendido, caindo o valor produzido por unidade trabalhada, mas aumentando o valor total por unidade de terra e de meios de produção controlados. Essa dupla comparação isola o “fator trabalho” como única variável explicativa do aumento da produtividade, já que os demais meios de produção são ainda mais concentrados do que a terra.

Observa-se, por conseguinte, que as lutas por vertentes opostas de um mesmo processo de transformação de modos de dominação passam também por padrões opostos de estratégias de reconversão, nos quais os indivíduos se vêem impelidos a tentar maximizar os recursos sociais de que dispunham na posição social anterior: se entre os dominantes uns usam extensivamente o patrimônio fundiário, como na expansão da pecuária, e outros subvenções e auxílios públicos obtidos através das lutas políticas anteriores, entre os dominados muitos se vêem forçados a usar apenas o próprio corpo, a sua capacidade de trabalho.

Não é de se estranhar que, mesmo para os *agricultores fortes*, os padrões de reconversão dos grandes proprietários sejam percebidos negativamente. Eles se chocam claramente com suas trajetórias ascendentes: “quando não é o gado, é a cana do usineiro”. Trata-se de um diálogo de três agricultores e negociantes muito citados nos capítulos anteriores.

- “L.V. – É, a situação está um pouco meia difícil.
S.S. – E as propriedades, as terras de trabalho, todas cheias de gado, os fazendeiros luxando...
L.V. – Quando não é gado, é a cana do usineiro.
D.B. – É! Quando não é gado, é a cana do usineiro.
L.V. – Quando não é gado, é a cana do usineiro!
S.S. – E o Brasil está todo inutilizado, né?” (Em 15/03/77).

Quadro 34 – Valor da produção por hectare e por cruzeiro de meios de produção possuídos e por pessoal ocupado – Paraíba – 1975.

Rubrica	Tamanho do Estabelecimento	0 l- 2ha	2 l- 5ha	5 l- 10ha	10 l- 100ha	100 l- 1000ha	1000 l-	Total
Valor da Produção por Ha		2733,00	1590,00	984,00	438,00	247,00	152,00	382,00
Valor da Produção por Cruzeiro de Meios de Produção		13,20	5,50	3,26	1,52	0,85	0,15	0,85
Valor da Produção por Pessoal Ocupado		896,00	1274,00	1654,00	2620,00	6198,00	8253,00	2263,00
Valor da Produção Total = 100		1	3	4	27	43	22	100
Meios de Produção * Total = 100		0,5	2	2,5	17	28	50	100
Pessoal Ocupado Total = 100		24	24	13	27	10	2	100
Estabelecimentos Total = 100		33,5	27	13	22	4	0,5	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

* Meios de Produção = Valor das Instalações e Benfeitorias, Máquinas, Equipamentos Agrários e Meios de Transporte.

Capítulo VIII

Estratégias de Reconversão e Estratégias Classificadoras

Depois do aparecimento do sindicalismo e de um novo quadro legal e institucional, os grandes proprietários tiveram sobretudo tendência a “desconstruir” a relação de *morada*, e não a “reconstruí-la”, ou ao menos a se desfazer de todos os aspectos da *morada* que comportassem riscos de uma indenização posterior dos trabalhadores, e por conseguinte podendo pôr em risco a integralidade do patrimônio fundiário que detinham. Começaram a se “liberar” de seus *moradores*, ou a abandonar certas estratégias de que faziam uso no passado. Esta mudança de estratégia e das práticas correspondentes teve efeitos importantes, até mesmo sobre o comportamento dos *moradores*, que jamais haviam pensado deixar a propriedade e cujas práticas tradicionais, como a busca de vantagens em troca da submissão, não vão mais de encontro às expectativas dos *senhores* e perdem sua eficácia. Para os pequenos proprietários vizinhos, houve a perda da possibilidade de utilizar a *morada* como meio de continuar a ter acesso à terra, quando o patrimônio estava ameaçado de fracionamento através da partilha entre numerosos herdeiros. Para os ocupantes das posições sociais dominadas e das posições sociais dominantes, a reconversão tornou-se uma necessidade.

É interessante notar como as próprias transformações sociais e as práticas de reconversão são pensadas e verbalizadas através de usos diversos da oposição entre *libertos* e *sujeitos*: qualquer que seja a posição ocupada no espaço social, ou trajetória, falando de si próprios ou de terceiros, ou ainda sobre a totalidade do espaço social, o discurso se organiza em torno da oposição entre *libertos* e *sujeitos*. Procurar-se-á analisar aqui quais os usos que indivíduos em processo de reconversão fazem dessas categorias classificatórias, tanto para designar os deslocamentos efetuados no espaço social como para marcar a posição ocupada em relação a outras posições sociais.

A palavra *liberto* pode ser utilizada como meio de aproximação ou de distinção de posições sociais vizinhas, segundo o tipo de estratégia de reconversão adotado, ela mesma variando em função da trajetória social e da posição no interior desta trajetória.

A Residência e a Autonomia dos Trabalhadores

A oposição entre *libertos* e *sujeitos* tem por referência, primeiramente, o espaço físico onde se situa a residência; entre os que são designados por

libertos, pois moram em casas próprias ou alugadas fora das propriedades, e aqueles designados por *sujeitos*, por ocuparem “gratuitamente” uma casa situada no interior das propriedades. Se o espaço onde se situam as moradias intervierem na fixação de posições sociais diferentes, é que as práticas possíveis para famílias residindo fora dos domínios são difíceis, ou impossíveis, para as demais.

A segurança material que o proprietário proporciona a quem vive em seu domínio tem por contrapartida o imperativo da disponibilidade frente às demandas do proprietário, o que acarreta o fechamento das possibilidades da maior parte de outras práticas. Por exemplo, negociar, mesmo nas feiras, supõe um certo controle de seu próprio tempo; partir para o Sul é mais difícil, pois, a menos que se seja celibatário, é necessário ter meios para alojar a família fora da propriedade durante seu deslocamento, para não expô-la a represálias eventuais da parte do *senhor*. Todas estas possibilidades existem para aqueles que vivem em terras próprias, e mesmo se vêm forçados a utilizá-las para fazer face às necessidades econômicas, pois só contam com seus próprios esforços e a ajuda do grupo familiar.

A entrevista de um pequeno negociante em feiras, já tendo sido *morador* até 1958, excluído de atividades comerciais até 1946, explicita a distinção entre *morador* e *rendeiro*, cultivando ambos terras de uma mesma propriedade:

- “P. – Qual é a diferença entre *morador* e *rendeiro*?
Z.E. – Ah, é muita! Porque o *morador* é o seguinte: é exclusivamente da propriedade, efetivo, morando na terra, dormindo, conseguindo daquela terra tudo. E o *rendeiro* tem muita diferença, porque mora fora e trabalha naquele lugar. Todo dia tem que ir naquele serviço trabalhar lá. E o *morador* não, é exclusivamente lá, dele com tudo ali morando, com direito a água, com direito em tudo, exclusivamente. E o *rendeiro* é de tempos em tempos. Vai lá, faz aquele serviço lá, vai-se embora. Ele não tem, como se diz, atenuante de ter responsabilidade com aquela pessoa que está trabalhando.
- P. – Senhor?
Z.E. – Ele não tem, o proprietário não tem, não tem responsabilidade por aquela pessoa que arrenda a terra solta, que dá de meia, compreende que o *rendeiro* é um, e o trabalho de meia é outro, são soltos. (...) Não tem o direito que o *morador* tem. Sabe? Não tem. Mesmo assim o *rendeiro*.
- P. – O senhor era *morador* ou era *rendeiro*?
Z.E. – Eu era... Eu era *morador*. Morava com ele e arrendava a terra a ele. Nesse tempo lá era fácil, eu criava muito gado” (em 16/03/77).

A economia das trocas entre estes dois agentes sociais e o proprietário de terras é distinta: o *rendeiro*, inserido numa economia monetária, arrenda um campo durante um período dado; ele decide o momento e o ritmo de

seu trabalho, mas deve comprar tudo o que ele mesmo não produz ou não está disponível onde habita. O *morador* está inserido em uma economia de dons e contra-dons: se ele “encontra tudo” no domínio, ele “deve tudo” a seu patrão. Enquanto para o rendeiro, o interesse pelo cultivo de tal tipo de produto está ligado à expectativa dos resultados do ciclo agrícola, confrontados com o preço do arrendamento, para o *morador* o interesse por culturas só depende do estado de suas relações com o *senhor*, que pode ser mais ou menos próprio a incitá-lo a investir em sua atividade.

A posse de uma casa no exterior da grande propriedade tornou-se uma condição praticamente indispensável às diversas práticas de reconversão, seja como agricultor, como negociante ou operário no Sul. A distinção não se dá entre os que residem na cidade e os que residem no campo, mas entre os que residem no exterior do domínio (na cidade como no campo), designados como *libertos*, e os que residem no interior do domínio, designados como *sujeitos*. A disposição dos *moradores* de deixar a propriedade e de buscar outros meios de existência é tanto mais forte quanto as vantagens oferecidas pelo *senhor* são mais fracas.

A história de vida de um ex-*morador* de engenho, que vivia na cidade de Remígio no momento da entrevista, é bastante reveladora de como a passagem do mundo dos *engenhos* para o da cidade significa a afirmação de uma nova identidade social, que se quer preservar para os filhos. S. B. vivia de *negócio* apenas, desde antes de 1976-77, pois havia parado, anos antes, de *botar roçado* ao mesmo tempo que *negociava*. A renda monetária que garantia a subsistência doméstica provinha apenas das atividades de compra e venda de feijão e milho, de *cereais*, nas feiras de Arcia e Remígio, e reside na cidade de Remígio, como no caso anterior. Seu pai foi *morador* de engenho em Pilões, onde nasceu, e, enquanto viveu na casa paterna, também trabalhou *sujeito* ao *senhor-de-engenho*. Em sua entrevista, formulou claramente que enquanto permaneceu no engenho não podia *negociar*, e isto porque estava na condição de *morador* isolado do mundo social. Esta virtualidade de aplicação de seu próprio esforço e dos membros masculinos de seu grupo doméstico estava excluída do campo das possibilidades objetivas enquanto permaneceu no engenho. Em suas palavras:

“S.B. – Quando eu era morador, era desconhecido. Ninguém me conhecia, ninguém sabia de mim, nem nada. Quando eu passei a negociar, fiquei conhecido, fiquei com nome na praça” (em 22/04/77).

Como *morador* “era desconhecido”, não tinha “nome na praça”, pois estava fora das reuniões em que o indivíduo se afirma como membro da coletividade¹⁹⁹, daqueles cujas atividades e interesses têm de ser levados

199 Uma excelente análise das condições de existência de uma comunidade dentro do espaço físico controlado por *engenhos*, e das múltiplas dimensões e atividades que explicam que indivíduos muito diferenciados se sintam pertencer a uma mesma

em consideração; no caso, a feira. Ora, se estava excluído da possibilidade de *negociar*, ou, mais precisamente, se tinha menos chance de ter sucesso no *negócio*, pois enquanto *morador* nada o preparava para usar o próprio tempo, segundo seus interesses estritamente individuais, e se aproveitar da flutuação de preços e quantidades comercializadas (cf. Garcia, M. F., 1984), como chegou a ter nas atividades como intermediário comercial um meio de vida fundamental?

É que no começo do ciclo da *agave* o *senhor-de-engenho* quis impor a seu pai e a ele 6 a 7 dias por semana de *trabalho sujeito*. Deixou a casa paterna, pois seu pai não tinha alternativa de vida, mas ele, como *rapaz*, sem ser chefe do grupo doméstico, podia tentar outros caminhos. Foi então trabalhar para um comerciante no sertão da Paraíba, como empregado. Chegou a acumular algum dinheiro, e depois de dois anos voltou ao Brejo. Voltou para viver em *engenho*, mas, como dispusesse de recursos monetários e maiores conhecimentos, não voltou para a situação de *morador de sujeição*, com obrigatoriedade de dar certo número de dias de serviço ao *patrão*, mas na situação de *morador meeiro*. Este tipo de *morador* não havia mais em 1976-77, e só relativamente ao passado da região houve referências a ele: o *morador* tinha um *roçado de cana-de-açúcar* que, ao ser cortada pelo próprio *morador*, ou por trabalhadores a seu serviço, e por ele remunerados, era entregue ao *senhor-de-engenho*. Partia-se a rapadura assim produzida em metade para o *meeiro* e metade para o *senhor-de-engenho*²⁰⁰. Casou-se mesmo com filha de criação dos *senhores-de-engenho*, o que demonstra bem sua proximidade com a casa-grande no momento.

Foi então que começou a *negociar*, embora com *negócios fracos* inicialmente. O *engenho* foi vendido. O novo *senhor* quis expandir a cana nas terras que até então ocupava com seu *roçado* e tornar seu trabalho novamente *sujeito*. Procurou um *senhor-de-engenho* e chefe político da facção oposta ao novo *senhor*, que “foi seu advogado”, e, através do promotor público, moveu processo, conseguindo ser indenizado pelas benfeitorias que tinha construído. Enquanto durou o conflito com o novo *senhor-de-engenho*, enquanto durou o processo, residiu com todo o grupo doméstico numa cocheira, que a família que criou sua esposa “gentilmente” cedeu, na *rua* de Remígio. *Trabalhou* como *rendeiro* e continuou a *negociar*, equilibrou-se, e conseguiu comprar *chão de casa* e construir *casa de morada* em Remígio em 1952. Desde então exerceu com tal sucesso o *negócio* que adquiriu outra casa, que serve de depósito de *cereais*. Por tudo isto, S. B., ao concluir sua história de vida, disse e repetiu orgulhoso:

“comunidade”, conformando algo como uma identidade coletiva, é apresentada por Rinaldi (1980) para a Zona da Mata de Pernambuco.

²⁰⁰ A categoria *meeiro*, em Areia, com significado de *morador* que cultivava também cana-de-açúcar, e fazia jus à parte da rapadura obtida com sua matéria-prima, foi encontrada, presenciada e descrita por Nilo Bernardes (1952, pp. 52-53) e Lacerda de Melo (1952).

“S.B. – Filho meu nunca foi sujeito a ninguém” (em 22/04/77).

Seu relato sobre a vida no *engenho* destacou sempre a disponibilidade absoluta do *morador* em relação a seu *patrão*, pois o trabalho é obrigatório, não pode se guiar pelo interesse do trabalhador ou pela maior renumeração monetária contra tempo de serviço, já que o *patrão* tem sempre prioridade. Assim, repetia muito a imagem que assimila a falta de vontade do *morador* à dos animais de carga, que se guiam pela vontade de quem detém as rédeas presas aos freios colocados em suas cabeças. Em suas palavras:

“Povo do engenho tem obrigação de trabalhar. Em vez de servir a outro vizinho tem que servir àquele senhor ali (...) Povo do engenho é tudo encabrestado.” (em 22/04/77).

Este relato ressalta a importância estratégica da residência para o acesso a outras alternativas de ganhar a vida. A frequência deste tipo de passagem à condição de *liberto* traduz-se no crescimento das ruas da periferia das cidades da região e também dos povoados. É toda a morfologia do espaço social que se modifica. As cidades crescem rapidamente entre 1950 e 1980, enquanto o campo perde em população, se bem que se criam novos povoados e crescem os já existentes. O quadro 35 apresenta a evolução, em números índices, da população urbana e rural de Areia, Remígio e da microrregião do Brejo Paraibano, entre 1940-1980, em que se verifica que enquanto cai a população rural (de 11% em Remígio a 38% em Areia), a população urbana cresce aceleradamente (em Areia é multiplicada por 3 em 40 anos).

Quadro 35 – Evolução da População Total, Urbana e Rural. Paraíba
(em números índices: 40 ou 50 = 100) 1940-1980

Município \ Anos		Anos				
		1940	1950	1960	1970	1980
Areia	Total	100	91	100	92	86
	Urbana	100	109	179	219	300
	Rural	100	89	91	78	62
Remígio	Total	–	100	98	101	112
	Urbana	–	100	105	111	167
	Rural	–	100	97	96	89
Brejo Paraibano	Total	100	107	103	101	96
	Urbana	100	107	150	164	225
	Rural	100	107	96	91	77

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Podemos, a esta altura da análise, entender os movimentos demográficos desta região que perde população desde 1950, seguramente por força dos deslocamentos, sobretudo para o *Sul* do país. Areia perde população entre 40-50; ganha, no momento da decadência da agave, entre 50-60; e volta a perder a partir de então. Remígio, apesar da ecologia mais desfavorável a práticas agrícolas, tem população em crescimento desde sua emancipação. Já a microrregião do Brejo Paraibano apresenta movimentos semelhantes aos observados em Areia: há perda populacional devido à queda acentuada da população rural. Como era aí que se concentravam os *engenhos*, os deslocamentos de *moradores* para o Centro-Sul ou para as cidades da região devem explicar uma parcela significativa da queda da população rural, que se acentua no período 60-80, como se poderia esperar pelas análises anteriores. Como indica Marx (1978, p. 14), a população de uma unidade territorial é “uma abstração, se desprezarmos as classes que a compõem”, e “uma palavra vazia de sentido, se ignorarmos os elementos em que repousa”. É quando chegamos a precisar as classes ou grupos sociais pertinentes e seus movimentos que podemos voltar a esta categoria abstrata, materializada estatisticamente, e entender os significados das transformações numéricas. Afinal, deslocar-se ou permanecer residindo no mesmo município, área rural ou urbana são práticas humanas que não ganham sentido por si mesmas, mas apenas por relação ao espaço social em que estão inseridos tais indivíduos. Tais movimentos populacionais são sobretudo registros das resultantes das lutas individuais e coletivas por uma reconversão favorável, e não dados exógenos ao sistema de relações sociais, movimentos inexoráveis que se materializariam de qualquer jeito independentemente das circunstâncias históricas.²⁰¹ No quadro 36 apresentamos a evolução da população residente, em números absolutos, para o período 1950-1980, incluindo municípios vizinhos a Areia e Remígio.

Observa-se que as áreas de expansão da cana-de-açúcar, como Areia, Pilões e Serraria, sobretudo em virtude do surto usineiro, conforme vimos no capítulo anterior, são áreas de perdas populacionais constantes, embora também aí cresçam as cidades; em contrapartida, os municípios de Remígio, Solânea e Arara, constituídos pelas partes mais secas das unidades administrativas originais do *Brejo*, apresentam população em crescimento. Mais adiante tentaremos explicar exatamente tal paradoxo, com a ajuda da oposição *libertos e sujeitos*: a perda populacional de uma microrregião, como o Brejo Paraibano, pode ser compatível com o crescimento de unidades compostas das partes mais áridas dos municípios,

²⁰¹ Se escolhemos tratar os dados demográficos apenas nos momentos finais da análise foi justamente por julgá-los “fatos” que devem ser explicados, e não categorias primárias e explicativas. Dados populacionais são certamente contagens de indivíduos biológicos, mas nem mesmo o crescimento vegetativo da população é um dado de natureza puramente biológica: os nascimentos são fortemente relacionados às formas sociais de “família”, assim como a mortalidade guarda estreita correlação com as condições sociais da existência humana.

Quadro 36 – População Residente Paraíba – 1950-1980

Anos				
Município	1950	1960	1970	1980
Areia	29.531	32.474	30.578	28.292
Remígio	16.769	13.734	14.191	15.969
Pilões	8.941	8.397	8.201	7.793
Serraria	13.163	10.025	11.958	11.084
Bananeiras	27.197	26.232	27.939	25.161
Solânea	11.435	23.161	25.748	30.620
Arara	6.062	8.046	7.714	8.613
Brejo Paraibano	137.309	132.758	129.868	124.135
Agreste de Borborema	225.431	289.932	359.085	430.365

Fonte: IBGE – Censos Demográficos – Apud Correia de Andrade e Potengi (1980, p. 199) – Sinopse Preliminar Censo 1980.

do que historicamente era denominado *Brejo*, fato justamente relacionado ao crescimento dos *agricultores* e do circuito de feiras que propiciam o *negócio*. Registre-se, entretanto, que o crescimento da microrregião Agreste da Borborema reflete algo inteiramente diverso: provém sobretudo do crescimento de Campina Grande como centro urbano regional, seu crescimento industrial e sua estrutura de comércio e serviços educacionais (cf. Correia de Andrade e Potengi, 1980).

As Práticas Sindicais e a Autonomização dos Moradores

As transformações morfológicas não se limitam aos deslocamentos individuais dos *moradores* e suas famílias, passando a *libertos*. Enquanto os *senhores* conservam o controle social da propriedade, mesmo numa trajetória social de declínio, esta passagem só pode ser feita a título individual. Em oposição a estas trajetórias individuais, existem configurações nas quais os deslocamentos dos *senhores* para as cidades, forçados pela concorrência a reverter suas posições, transformam coletivamente a condição dos *moradores* que ficaram na propriedade, inserindo-se numa trajetória coletiva diferente dos outros *moradores*. Se o engenho queda de “fogo-morto”, se “as vozes da casa-grande se calam”, se o pai protetor se vai, os que ficam estão condenados a se virarem por si próprios, a improvisar o equivalente de um povoado e a substituir a vacância do exercício dos poderes no domínio por um conjunto de

reconstruções objetivas, de arranjos práticos correspondentes a formas fragmentadas destes poderes.

Em relação aos *ex-moradores* que passaram a *libertos*, se perdem, como os outros, as vantagens materiais que lhes assegura a proteção constante do *senhor* (reparo da casa, assistência em caso de doença, nascimento ou morte, etc.), por outro lado conquistam um certo número de situações privilegiadas no plano agrícola, como a possibilidade de aumentar as áreas plantadas com culturas alimentares, de escolher os tipos de produtos a cultivar, e de comercializar livremente sua produção. Além disso, as terras a que passam a ter acesso são as que outrora se destinavam à cana ou ao sisal, as mais férteis da propriedade. Finalmente, adquiriram o controle do tempo de suas vidas, podendo tentar, como alguns *libertos*, combinar o negócio com as atividades agrícolas. Portanto, neste caso particular, o fim da *sujeição* não vem acompanhado de perdas de vantagens materiais, mas está associado a ganhos. Apenas é necessário um esforço maior que no passado, não só para aumentar a produção, como para gerir a nova situação. Diferentemente dos demais *não-moradores*, não têm que investir em terras, o que absorveria as reservas monetárias, e podem concentrar o próprio trabalho e o de sua família na acumulação de bens, produtos de consumo, assim como novos equipamentos.

Entretanto, esta economia familiar em expansão não tem nenhum título que a legitime e assegure²⁰²: a qualquer momento o *senhor* pode voltar ao *engenho*, ou seus herdeiros podem retornar à propriedade para reassumirem o controle, ou ainda vendê-la a alguém que queira replantar a *sujeição*. É neste contexto, como vimos, que surgiram as Ligas Camponesas. Nos anos 70, os meios legais para defesa dos trabalhadores são muito maiores do que nos anos 50, embora haja práticas repressivas do regime militar limitando a atividade sindical. Se as leis são aplicadas, o valor da indenização a ser paga pelo proprietário freqüentemente supera o valor monetário das terras que recuperaria com a saída do *morador*. A questão posta na justiça através do sindicato torna-se um meio de impedir que o trabalhador seja expulso da terra que explora. Uma vez na justiça, o conflito trabalhador-proprietário pode se agravar, como se observa freqüentemente, e é de novo através dos sindicatos que pressões são feitas sobre o Governo Federal para que proceda à desapropriação daquelas terras e as atribua definitivamente aos *ex-moradores*.

²⁰²Como vimos no capítulo anterior, a evolução estatística da categoria *ocupantes*, segundo a classificação dos censos agrícolas do IBGE, mostra claramente uma aceleração do crescimento dessas explorações entre 1960-80. No conjunto do Estado da Paraíba, essas explorações não existiam em 1920, eram negligenciáveis em 1940, constituindo em 1960 1% dos estabelecimentos, controlando 0,5% das terras; passaram a representar, em 1980, 20% das explorações da Paraíba, controlando 6% da terra.

Caçar seus direitos

Entrevistado uma primeira vez em 1977, o informante, que na época não era sindicalizado, nos tinha descrito o engenho como uma propriedade abandonada por um proprietário rico, que vivia na capital se ocupando de outros negócios. Em 1982, data da segunda entrevista, de onde extraímos o trecho abaixo, as terras por ele ocupadas estavam cercadas de arame farpado: no intervalo, ele se sindicalizou e estava se preparando para se defender na justiça frente a uma eventual tentativa de expulsão das terras que ele ocupava com a família. Em 1977, tinha atividades de negócio e uma manufatura de tijolos; sua mulher e suas filhas cultivavam uma horta e iam vender seus produtos na feira de Areia e Remígio. Suas filhas freqüentavam a escola secundária, com escolaridade bem acima da média. Possuíam muitos animais de criação e haviam comprado um carro, em 1982, construído uma garagem e aumentado a casa. Essa acumulação estando ameaçada por risco de expropriação, o *morador* foi ao sindicato de Areia em 1980 para “caçar seus direitos”. É por isto que ele situa neste momento o surgimento dos “direitos”; mas também porque a ação sindical havia se tornado mais agressiva, depois do 3º Congresso da Contag, em 1979, e da primeira greve dos trabalhadores rurais desde 1964 na região açucareira vizinha de Pernambuco.

(Quem fala primeiro é o informante)

– “Lá em baixo, fizeram uma nova rua, a rua do bode. Já ouviu falar da rua do bode?”

– Não.

– O nome oficial é São José, mas o povo fala da rua do bode. Fizeram uma rua lá em baixo, mas não tem água, não tem luz, não tem nada. Fizeram isso em dois minutos. Acontece que o povo foi ficando mais sabido, as leis foram modificadas, e o povo todo botando gente na Junta, caçando os direitos, né? A senhora já ouviu da Junta, não ouviu?

– Já, já ouvi.

– A junta é que nem o Ministério do Trabalho quando a gente quer seus direitos.

– Os direitos, quais são os direitos?

– Os direitos de uma pessoa, que tá com roçado, ninguém pode tomar, não é? Porque eles tomavam o roçado. Enquanto a gente servia os donos da terra, de dia e de noite, tava tudo bem. Na hora que tivesse 99 e faltasse 1 para inteirar 100, tava tudo perdido: ele jogava para fora, arrancava o roçado, fazia o que queria.

– Antigamente não tinha direito não?

– Não tinha direito, não senhora.

– Quando começaram os direitos?

– Os direitos começaram de 10 anos para cá, os direitos começaram mesmo de 2 anos para cá.

– Dois anos para cá?

– Os direitos mais pesados, de 2 anos para cá.

– Por quê?

– Por quê? Por causa das leis do sindicato, que a pessoa fica pagando, não é? Paga o sindicato, paga os seus direitos, paga essas coisas. Justamente ninguém mais pode... Um proprietário que tem um morador não pode mais botar ele para fora. Existem muitas terras onde tem moradores de 10, 20, 30, 40 anos que eles moram num canto.

Sairão daquele canto se quiser. Mas tem que pagar seus direitos. Não viu pelo jornal que o Presidente Figueiredo assinou que uma pessoa que fizesse um bem para uma propriedade, uma casa, qualquer coisa, tinha o direito de ir no cartório e de fazer escritura do terreno.

– Mas isso é para terra devoluta, não é para qualquer terra.

– É, é. Se uma pessoa... Se eu cheguei aqui, fiz essa cerca, fiz essa garagem para botar o carro, eu faço o piso dessa casa, tudo por minha conta. Sem o dono despendendo nada. Vou fazer um alpendre, vou fazer... Quando eu cheguei essa casa era ali, e isso aqui foram dois cômodos que eu fiz aqui. Primeiramente quando a pessoa plantava não tinha esse direito. Agora mesmo, quando eu cheguei aqui, não tinha este piso. Fui eu que fiz. Fiz esses dois cômodos aí, da linha para trás. Não tinha aquele alpendre, fui eu que fiz. Fiz aqueles três cômodos, ali aquele banheiro. Plantei essas bananeiras, plantei isso aqui tudo de capim. E me diga uma coisa, mais para trás se eu fizesse isso, e se houvesse um desgosto, se eu fosse botar na justiça, eles me processavam, dava até cadeia. Agora não é mais assim, tem que indenizar tudo direito. A pessoa com um bocado de anos num canto não pode mais sair. Não tem mais o direito de sair. Só se for ladrão. Tem de indenizar no tempo que mora. A senhora tem mais entendimento

disso aí que eu. Agora lá no Sul todo mundo tem seus direitos. Aqui eu pago sindicato.

– O senhor é do Sindicato?

– Eu pago o sindicato e o INPS. Aí é mais difícil de perder. E de primeiro viu, se falasse ia apanhar e ia para cadeia. Aqui, o povo daqui, já faz mais de meio século que está aqui, sairá daqui se quiser. Mas se não quiser, não pode botar para fora. Com muito menos aí, no município de Alagoa Nova (20 km de Areia, ainda no Brejo) tem uma propriedade chamada Geraldo. Tem uns lá moradores apossados há mais de 40 anos. E agora eles vão até doar. Eles quiseram até botar para fora. Os herdeiros foram falando, quiseram botar para fora, mas não puderam mais, agora vão terminar sendo posseiros. Cada um vai ficando no seu canto e continua a ficar apossado. Ou então o homem indeniza, compra. O nosso direito é esse, aqui. Em muitos cantos o governo já não deu, já assinou, como nas terras de Alagamar, perto de João Pessoa. O Presidente assinou o decreto de desapropriação dessas terras. Eu vi na televisão, vi muito no jornal, tenho visto muito, essas coisas que ninguém sofre mais. Essas mangueiras aqui, foi meu pai que plantou. Essas jaqueiras, esses abacateiros, tudo isso foi a gente que plantou. Aí o dono ia ter que pagar muito caro para indenizar isto" (em 22/02/82).

A análise da trajetória e das representações de um antigo *morador*, que hoje se define como *posseiro*, ilustra bem as transformações da identidade social e da relação com seu próprio futuro que são correlativas às modificações das condições de existência pelo pertencimento à categoria *posseiros*. Ele cultivava, em um antigo *engenho*, terras de que não é proprietário, mas passou a controlá-las desde que o *senhor* deslocou-se para a capital do estado, fato ocorrido antes de 1977. A intensificação dos cultivos de sua família e a possibilidade de negociar permitiram que melhorasse de padrão de vida e acumulasse um certo número de bens e equipamentos.

Mesmo se não podia ser expulso da casa que ocupava e dos campos que cultivava sem indenização, corria o risco de expulsão no caso de retorno do proprietário legal. Entre 1977, data da primeira entrevista, e 1982, data da segunda, constata-se uma completa transformação de sua percepção do mundo social, de sua relação com seu futuro e de seu vocabulário: opoñdo-se e distinguindo-se dos que vivem em condições muito precárias na periferia de Areia, sem saber fazer respeitar seus direitos, exclui agora totalmente a possibilidade de expulsão das terras que cultivava, mas associa sua eventual passagem à condição de proprietário a uma ação governamental que efetue uma reforma agrária que beneficie trabalhadores rurais. Comparando possibilidades inscritas no presente e a situação fechada característica do passado, ele insiste na ruptura que se produziu entre os dois mundos. Faz também, através da confrontação do passado e do presente, e através da comparação de seu próprio discurso em 1977 e suas palavras atuais, uma verdadeira reconstituição das condições de possibilidade de seu discurso atual.

Vimos que a violência física que se exerce, desde seu surgimento, contra as organizações camponesas é muitas vezes usada coletivamente pelos *senhores* para tentar impedir o recurso à justiça e à atividade sindical, temendo não manter a integridade de seus patrimônios, ou por terem de pagar fortes indenizações, ou por terem de ceder uma parte das terras em pagamento. Em 1983, no município de Alagoa Grande, que fazia parte do território de Areia no século XIX, o sindicato havia começado uma campanha pela aplicação dos direitos trabalhistas, exigindo o pagamento do salário mínimo, a assinatura na carteira de trabalho, etc. Em 12 de agosto de 1983, a Presidente do Sindicato, Margarida Maria Alves, foi assassinada à porta de sua casa em Alagoa Grande por um pistoleiro que fugiu. A suspeita mais uma vez é a de que o mandante do crime seja o mesmo *usineiro* que organizou o assassinato de João Pedro Teixeira em 1962, líder da primeira Liga Camponesa. Contudo, um ano após, em setembro de 1984, ocorria a primeira greve de todos os assalariados da região açucareira da Paraíba, que teve por resultado um contrato coletivo de trabalho semelhante ao de Pernambuco. O cumprimento do disposto no contrato coletivo, entretanto, continua a ser amplamente burlado pelos empregadores da região.

A transição de *sujeito a liberto*, a liquidação da relação de dependência personalizada, pode tomar vários caminhos diferentes, que variam em função do estado e das formas das lutas entre os diferentes grupos sociais em presença e da posição de cada agente diante destas lutas, posição que varia segundo os recursos de que cada um dispõe.

A Reconversão dos Senhores e a Sujeição

Se a oposição entre *libertos* e *sujeitos* é utilizada pela maior parte dos trabalhadores como um instrumento para marcar simbolicamente sua nova

posição social, e para consolidar suas estratégias de reconversão e suas lutas no interior do espaço social em transformação, seu uso não está limitado apenas aos trabalhadores, mas pode ser constatado entre os grandes proprietários. Afetados também pela transformação do espaço social, os proprietários não hesitam em utilizá-la para qualificar positiva ou negativamente suas próprias estratégias de reconversão. As probabilidades da passagem de *senhor-de-engenho* a *usineiro* não são iguais para todos os *senhores*: a passagem de um *senhor* mais rico, que consegue obter o apoio de instituições públicas, à condição de *usineiro*, acarreta a impossibilidade para seus demais vizinhos de seguir o mesmo caminho, e os obriga a lhe fornecerem a cana que produzem. A acumulação de um *senhor* só é possível mediante a subordinação em maior ou menor escala de todos os *senhores* da vizinhança. Por isto, esta reordenação dos poderes constitui motivo de uma luta duradoura, simultaneamente política, econômica e simbólica.

Em 1976, um *senhor-de-engenho* de Pilões, município vizinho de Areia, que produzia rapadura e aguardente, nos mostrou as instalações de outro produtor ainda em atividade, mas que ia parar suas atividades industriais de beneficiamento e tornar-se apenas fornecedor de cana para a usina de açúcar e álcool. Ele apresenta claramente esta mudança de atividade, que atingia a maioria dos *senhores-de-engenho* da região, como uma *sujeição*, e a opção à estratégia seguida por seu pai e por ele mesmo:

“Agora por aqui [no município] só há seis engenhos moendo. Mas este aqui já vai parar de moer [para fabricar rapadura] porque a usina mandou. A usina mandou parar de moer e botar cana para ela, e como eles estavam devendo dinheiro à usina, tinham mesmo que parar. É que todo o crédito no banco depende do apoio da usina. Aqui mesmo só eu e meu pai não botamos cana para a usina. Nós não queremos ficar *sujeitos* a ninguém. A usina quer que todo mundo obedeça suas ordens, mas hoje em dia isto não pode acontecer. Os usineiros não gostam de mim não” (em 12/08/1976).

Uma visão semelhante do declínio coletivo dos *senhores* é apresentada por um *senhor-de-engenho* que foi o candidato mais votado nas eleições para prefeito de Areia, em 1976, pelo MDB, onde transparece um violento sentimento de decadência social e de humilhação. Este último, como muitos, tentava combinar à época duas estratégias de produção: fornecer uma parte da cana à usina de Alagoa Grande e utilizar outra parte para fabricação de rapadura. Consciente da ineficácia das estratégias tradicionais e da precariedade da solução que adotava, ele destila o ressentimento pela perda de todo um conjunto de poderes frente ao poder maior do *usineiro*. A médio ou longo prazo sabe que está condenado a ser reduzido a fornecedor de cana, posição que designa por *cativo*, e se apresenta como o último *senhor-de-engenho* de uma linhagem mais do que secular: “Eu sou a sucata

que não tem mais nenhum ideal pela frente”.²⁰³ Sua descrição da atividade de fornecedor de cana é particularmente interessante, porque assinala a questão da remuneração da mão-de-obra, julgada insuficiente para matar a fome dos trabalhadores pelo homem cujas posições políticas o levam a se identificar com a oposição, mas muito elevada se vista como custo de produção pelo administrador agrícola que é:

“S.J. – “Por aqui tem mais de 20 engenhos moendo. Tem Viração, Jussara, Coruja, Santa Tereza, Praixim, Carro, Gravatá, Graça, Vaca Brava... Vinte e tantos. Senhor-de-engenho que está em boas condições não bota para usina não. Quem bota para usina é *cativo* (...) A mão-de-obra nossa é barata e ao mesmo tempo é cara por causa da produção. Preço da produção. Porque para o operário aqui o que ele ganha não vale nada. De fato eu reconheço isto. O que o operário ganha aqui não dá para ele comer. Dá para ele viver. Mas para nós produtores ainda é caro. Porque a nossa agricultura não dá para cobrir as despesas. Por causa do preço que o Instituto [IAA] marca. Aí eles acabam com a gente (...) Eu discuto muito com este meu menino que está aqui. Ele foi a Campina Grande hoje, vai a João Pessoa. Morava em Manaus. Chegou aqui com uns canos [para irrigação]: Papai, o sr. está velho, vou ficar lhe ajudando. Disse: Meu filho, isto não dá para você. Você é viciado em construção, construção de casa, estas coisas, um negócio que ganha dinheiro. E isto aqui ninguém ganha dinheiro não. Nisto aqui só fica mesmo a sucata. Eu sou a sucata que não tem mais nenhum ideal pela frente. Nunca vi senhor-de-engenho enricar” (em 29/03/77).

A reconversão em fornecedor de cana não é a única alternativa possível para os *senhores*: podem tentar abandonar definitivamente o cultivo da cana-de-açúcar e substituí-la por outros cultivos ou explorações comerciais, a exemplo das pastagens artificiais para criação de bovinos, já analisadas. Entretanto todas essas estratégias de defesa do patrimônio familiar não permitem assegurar a sucessão da condição de *senhor-de-engenho*: os filhos de senhores não podem mais ser simplesmente sucessores de seus pais, sem que isto signifique consolidar uma trajetória de declínio social. Se quiserem assegurar o futuro, as novas gerações têm de se dotar de um capital escolar²⁰⁴ mais importante que seus pais; o que possibilita ainda acesso a cargos administrativos ou a uma carreira política, numa época em que tal acesso está cada vez mais ligada à posse de títulos universitários. Isto explica a frequência com que os grandes

²⁰³ Aqui se está diante de um momento em que uma posição social reconhecida está em vias de acabar, na qual os indivíduos só podem continuar a fazer as mesmas atividades que no passado mudando sua identidade social. Para análise do momento de constituição de posições sociais, e para análise da história social dos cargos ligados à história social dos indivíduos que os ocupam e os conformam, ver Muel-Dreyfus (1983).

²⁰⁴ Para análise da escolaridade e dos diplomas que sancionam suas etapas como um “capital”, como recurso socialmente válido e reconhecido para explicar a posição no espaço social dos indivíduos, e o estilo de vida correspondente, ver Bourdieu (1979).

proprietários decidem ir viver em Areia, onde há dois colégios secundários, ou na capital, onde os filhos podem fazer estudos universitários.

O responsável pela criação da Faculdade de Agronomia de Areia, José Américo de Almeida, tem uma trajetória social extremamente significativa. Filho caçula de *senhor-de-engenho*, não devendo herdar o patrimônio fundiário familiar, era destinado à carreira eclesiástica, como seu tio paterno, que era o vigário de Areia, e como seu tio materno, que foi governador da Paraíba. Depois de passar uns tempos no seminário, José Américo decide abandoná-lo, enfrentando forte oposição familiar, e prossegue seus estudos entrando para a Faculdade de Direito de Recife. Bacharel em Direito, é nomeado procurador na Paraíba, e após chega, ainda novo, a Procurador-Geral do Estado graças ao apoio de seu tio materno.

A ocupação destes cargos permitiu que se lançasse na vida literária e na vida política. Toda sua trajetória, inclusive a criação da Faculdade de Agronomia em Areia, assim como a reorganização das instituições públicos de combate às secas nordestinas, está marcada pela preocupação de fornecer aos *senhores-de-engenho* e aos *fazendeiros* instrumentos de reconversão de suas posições sociais. Não hesitou em se lançar em encarniçadas lutas políticas, inclusive na luta armada (1930), bem como participou de lutas mais propriamente simbólicas, através da ficção literária.

O Canto dos Libertos

A reconversão dos *senhores-de-engenho* através do mundo urbano não implica necessariamente a venda do patrimônio familiar. É sobretudo nas regiões do Agreste, onde as terras são menos férteis em virtude do clima, e conseqüentemente menos caras, que se processou um maior número de vendas de terra. Assim é no Brejo que se concentra a expansão das usinas, enquanto no Agreste se multiplicam pequenos estabelecimentos agrícolas, sejam de *ex-moradores*, sejam de pequenos proprietários e negociantes.

Desde os anos 50, acentua-se a diferenciação do espaço geográfico na região onde está situada Areia, embora toda ela conheça uma diminuição da população ligada às migrações para o Centro-Sul. Em sua sub-região, as pequenas propriedades e o negócio em feiras têm um peso relativo maior, e chegam mesmo a conhecer uma forte expansão que se traduz em aumento da população. A outra, que corresponde aos territórios onde se concentram os *engenhos* desde o século XIX, caracteriza-se pelo desenvolvimento das usinas de açúcar e por uma diminuição de população. Os próprios municípios da região foram desmembrados desde os anos 50 em função de clivagens políticas, mas estes fatos também estiveram ligados às diferenças ecológicas e às diferentes composições sociais da população do antigo território municipal. Em 1957, o território de Areia é subdividido em dois, formando-se o município de Remígio, que passou a concentrar as partes mais secas do antigo município. Fato notável, a

oposição entre *libertos* e *sujeitos* inscreveu-se no espaço físico, as diferentes categorias de trabalhadores designando Remígio como *liberto* e Areia como canto da *sujeição*. Esta classificação é incorporada de tal forma que o abandono da condição de *morador* para passar a *liberto* implicou frequentemente a mudança de município de residência, para a maioria dos que conseguiram voltar do Centro-Sul, tendo acumulado algum dinheiro, indo viver em Remígio, e não em Areia.

Assim é que um negociante nas feiras de Areia e Remígio, *morador* em Areia até 1958 e residente até hoje em Remígio, opõe os habitantes de Remígio, *libertos* mas *pobres*, aos habitantes de Areia, onde “só tem *sujeição*”:

“Z.E – “O meu natural é o Brejo de Areia. Mas eu não gosto daquele canto, não é um canto bom. Lá só tem engenho, só tem *sujeição*. Lá todo mundo é *sujeito* ao senhor-de-engenho. Aquilo ali é um *cativeiro*. Aqui em Remígio não, todo mundo é *pobre*, é verdade, mas é um canto melhor, todo mundo é *liberto*” (em 9/03/77).

Os dados sobre a evolução da população de Areia e dos municípios vizinhos mostram uma correspondência entre o tipo de região ecológica e o tipo de evolução demográfica, tendo, por um lado, as regiões de brejo, cultivadas com cana-de-açúcar e apresentando uma diminuição de população, e, de outro, as regiões de agreste, onde as explorações familiares fazem concorrência à expansão da pecuária e apresentam um crescimento de população.

Vê-se que o uso da oposição entre *libertos* e *sujeitos* não se refere somente a estratégias individuais, mas designa a composição social e a dinâmica das relações sociais em espaços físicos determinados. O abandono da condição de *morador* não conduz inexoravelmente ao assalariamento junto às grandes plantações açucareiras, e pode concretamente estar associado à passagem a pequenos produtores agrícolas e/ou negociantes. O mesmo espaço físico pode ser apropriado por agentes sociais diferentes e dar lugar a usos sociais diferentes, o que atualmente significa a expansão da produção canavieira ou da criação de gado em grandes propriedades, ou expansão da produção alimentar por explorações familiares. Esta concorrência pela apropriação do espaço condiciona a composição social do espaço urbano em forte expansão e o desenvolvimento das feiras e do comércio na região.

Quadro 37 – Evolução da População de Areia e Municípios Vizinhos (em percentagens) – Paraíba 1950-80

Municípios	1950-60	1960-70	1970-80	Ecologia	Exploração Agrícola	Feira Freqüente	Classificação
Areia	+10	-6	-7,5	brejo	cana usina	fraca	sujeito
Remígio	-18	+3	+12	agreste	culturas alimentares/gado	média	liberto
Bananeiras	-3,5	+6,5	-10	brejo	cana/declínio	fraca	sujeito
Solanea	+102	+11	+19	agreste	culturas alimentares	forte	liberto
Pilões	-6	-2	-5	brejo	cana usina	fraca	sujeito
Serraria	-24	+19	-7	brejo	cana usina	fraca	sujeito
Arara	+33	-4	+12	agreste	culturas alimentares/gado	forte	liberto
Alagoa Nova	+1	-11	-3	brejo	cana-declínio	fraca	sujeito
Esperança	+3	+16	+14	agreste	culturas alimentares/gado	forte	liberto

Fonte: IBGE / Pesquisa de campo.

O surgimento do mercado de trabalho, no sentido moderno da expressão, não é nem um produto espontâneo da história, nem a execução de um código legal preciso. É objeto de uma construção social, que supõe o fim dos “trabalhadores dependentes” e o crescimento dos “trabalhadores livres”. Com efeito, a explicitação das condições de possibilidade de um mercado de trabalho, na acepção corrente e moderna da expressão, faz ressaltar o caráter fundamental da liberdade pessoal dos trabalhadores em relação aos empregadores, portanto a uma não-dependência. Essa condição, que não é “econômica” em sentido estrito, é contudo central para a gênese das estruturas econômicas capitalistas. Karl Marx explicitou duas condições para que a força de trabalho se tornasse uma mercadoria: que ela seja livre em relação aos meios de produção, e livre de sua pessoa (cf. Marx, K., 1967, livro I, tomo I, p. 171). Max Weber caracteriza a dominação legal como aquela em que o indivíduo não obedece à pessoa do detentor do poder, mas “ao direito”. Há uma delimitação objetiva das competências dos detentores do poder fixadas em regulamentos (cf. Weber, M., 1971, p. 223). A abolição das instituições de proteção aos “pobres” na Inglaterra foi, para Karl Polanyi, o móvel de uma luta capital para o surgimento de um mercado de trabalho no século XIX (cf. Polanyi, K., 1980, capítulos 6 e 7).

As transformações da situação dos trabalhadores não são separáveis das transformações sofridas pelas classes dominantes. A noção mesma de passagem à condição de trabalhadores livres supõe o conhecimento prévio das origens sociais destes trabalhadores, de sua situação anterior e das relações de dominação em que se inseriam. Neste caso concreto, a relação de dependência pessoal supunha uma distribuição extremamente desigual do patrimônio fundiário, contudo era através de práticas precisas de cessão do uso deste patrimônio que os proprietários chegavam a constituir uma clientela de indivíduos a eles submetidos.

É através da oferta dos meios de assegurar a vida material de cada indivíduo, mas também de realizar as diversas atividades sociais e culturais, como as práticas religiosas, as festas, as trocas interpessoais de todo tipo (inclusive a vida familiar), que os proprietários tentavam imobilizar os trabalhadores no interior do espaço físico que controlavam. Estando na origem da grande maioria das práticas possíveis, com capacidade de controlá-las, os proprietários podiam tentar fechar os horizontes sociais e mentais de suas clientelas, fundando assim seus poderes, sem nunca ser preciso formular regulamentos explícitos ou construir muros ou cercas nos limites dos domínios. Simultaneamente, podiam organizar as atividades daqueles que estavam submetidos às suas ordens e obter por esta forma os recursos necessários para participarem de maneira exclusiva de certas atividades econômicas, religiosas, culturais e políticas, particularmente as que se passavam nas cidades, centros dos

diferentes tipos de poder. O fechamento dos horizontes sociais e mentais dos indivíduos desprovidos de posses era correlativo da ampliação das possibilidades dos “bem-dotados”. Quanto maior fosse o número de trabalhadores submetidos a cada proprietário, maiores seriam sua força social específica e suas possibilidades de ação. A relação de dependência só existia como uma construção contínua da dominação personalizada, se bem que a hierarquia das posições sociais se materializava no espaço e imprimia suas marcas nos corpos dos indivíduos.

Quando as fronteiras sociais da propriedade se quebraram, e o isolamento dos *moradores* foi rompido, os trabalhadores conheceram uma ampliação do espaço de práticas possíveis. Esta ruptura ocorreu sob uma multiplicidade de formas, em particular pelos deslocamentos para o mercado de trabalho industrial e pelo surgimento das organizações camponesas e de novo quadro jurídico e institucional. Concretamente, outras práticas possíveis começam a se integrar ao horizonte social e mental de cada trabalhador. A discussão sobre o que significa ser *liberto* ou *sujeito* não seria tão importante se o problema imediato não fosse a interiorização do poder de decisão sobre suas próprias atividades. A condenação da condição de *sujeito* e a valorização da situação de *liberto* estão ligadas à descoberta de que a condição de *morador* retirava dos indivíduos os meios de constituir seus interesses individuais ou coletivos enquanto tais.

Esta ampliação das práticas possíveis dos trabalhadores tem por contrapartida a restrição da eficácia do trabalho de dominação sob sua forma tradicional, e, portanto, um enfraquecimento dos poderes dos grandes proprietários. Se “nada funciona mais como antes”, isto não quer dizer que uma outra estrutura de dominação se estabelece de maneira uniforme e imediata. As estratégias de reconversão associadas a cada posição social são múltiplas, e a transformação do espaço social é objeto de lutas. As transformações efetivas, como as que se materializam no uso concreto do espaço físico, são sobretudo as resultantes de correlações de força sucessivas.

Contudo, se no momento da passagem de trabalhador dependente a trabalhador livre, não há aquisição dos recursos de que o trabalhador dependente estava desprovido (em primeiro lugar um teto e meios de assegurar a subsistência), o estatuto de *liberto* se vê associado imediatamente ao de *pobre*, de desprovido de quase tudo. Agora é a necessidade de fazer face às necessidades imediatas, sem ter os meios para tanto, que restringe o espaço das práticas possíveis. É a própria possibilidade de construir verdadeiras estratégias de reconversão que é afetada. Em todo caso, frente à necessidade de reconversão das diferentes posições sociais, os indivíduos não dispõem de meios iguais para darem origem a práticas de reconversão adequadas à situação objetiva em que se encontram. A redistribuição dos capitais socialmente utilizáveis, inclusive a terra, torna-se o alvo de uma luta, de que participam também indivíduos de origem urbana que, exercendo atividades políticas, religiosas, escolares ou

econômicas, têm interesse em que o número dos que possam procurar seus serviços políticos, religiosos, culturais ou econômicos aumente.

Durante o período de transição, quando a estrutura tradicional não tem mais a mesma dinâmica, mas ainda não foi substituída por uma nova estrutura, as lutas para obter o que é necessário à manutenção ou a uma reconversão favorável dos indivíduos ocupando diferentes posições sociais tornam-se mais agudas, assim como as lutas pelos novos princípios de dominação legítima. Se a luta é material em duplo sentido, como luta pela apropriação dos recursos materiais utilizáveis socialmente, e também como luta que exige o uso das “armas” que cada um possui, em primeiro lugar o corpo nos afrontamentos físicos, ela é também uma luta simbólica onde a noção de *liberdade* é objeto de um debate constante, de disputa pela fixação de seu significado legítimo.

Tornar-se livre, se emancipar, é sair da condição de escravo quando a escravidão é vista do exterior como algo que pertence ao passado, ou algo que precisa ser ultrapassado. Um dos móveis destas lutas simbólicas é o sentido da história, sua direção e sua significação, que constitui um dos terrenos prediletos do profetismo social, do messianismo que pretende anunciar o universo social do futuro, que pode se manifestar tanto no terreno religioso como no terreno político. Tentar reconstruir o espaço de lutas onde a noção de *liberdade* é uma questão em jogo, e ocupa um lugar central, é se obrigar a refletir sobre os enfrentamentos acerca das visões sobre as transformações históricas possíveis; é explicitar também o espaço das lutas simbólicas onde a própria análise sociológica está inserida.

Conclusão

Salário e Campesinato

Ao apresentar a pesquisa aqui analisada em seminários, por seguidas vezes recebi a observação de que se tratava de um “caso muito complexo”. Repeti sempre que não julgo o processo aqui analisado nem mais nem menos complexo do que qualquer outro. A complexidade aparente da reconstrução do sistema de relações sociais em movimento dependeu diretamente da problemática que pensou a pesquisa, que construiu e se reconstruiu com a análise dos dados observados e produzidos, com o “investimento da teoria nos fatos” (Palmeira, 1976). Não há olhar teórico nem paciência para observar e contar desligados do interesse que atribuímos às coisas. A descrição dos fatos, mesmo detalhada e sem pretensões, ou, com perdão do pleonasma, “a mais descritiva”, supõe sempre as categorias de pensamento e de discurso de quem a faz. O fato de que seja uma “teoria implícita”, que não se assume como tal, não muda os termos do problema. O que quero retomar aqui é quantas reflexões a identificação da forma *salário* e *relação mercantil* com *trabalho assalariado* economiza, quantas descrições simples ou complexas ela impede. Ou seja: como funciona como camisa-de-força que impede de enxergar o que estamos vendo, de escutar o que estamos ouvindo. Se acreditamos que forma *salário* é sinônimo de *trabalho assalariado*, basta constatar sua presença numa determinada produção mercantil, e estamos conversados. Se buscamos qual o processo que constitui a força de trabalho como mercadoria, como um processo histórico específico, temos ao menos duas questões a examinar: qual o processo que torna os trabalhadores livres como pessoas, qual o processo que os torna separados dos meios de produção.

Para tal estudo buscamos delimitar situações sociais em que a eficácia dos conceitos ou das noções pudessem ser postas à prova, nas quais pudessem ser confrontadas as proposições teóricas com fatos sociais que permitem construir e dar conta. Neste sentido, nosso trabalho é um “estudo de caso”, porque acreditamos que fazer ciência é “estudar casos”, recortar e examinar objetos construídos (Bourdieu, 1973). Mas o que sustenta a reflexão são as questões propostas para análise: sua relevância não se resume ao estudo de uma área geográfica ou ao número de indivíduos vivendo dentro desta “região”. Por sinal, o tamanho do objeto empírico nada tem a ver com a relevância científica. O estudo do mercado mundial do açúcar, do século XVI ao XX, é também um estudo de caso, e não é nem mais nem menos geral que o estudo feito aqui. As conclusões que uma teoria produz é com relação e por relação aos fatos que recorta e examina. A microbiologia não é menos geral nem mais geral do que a astronomia, por causa do tamanho dos objetos empíricos a que se referem seus conceitos. Como Kula (1968) chama a atenção, qualquer realidade

pode ser estudada de uma multiplicidade de pontos de vista: cada qual recorta a “sua realidade”. Quem acredita que o recorte das disciplinas científicas é o recorte da realidade, tal qual um mapa-múndi, é a ciência positivista. O economicismo está tanto em querer dar conta de tudo a partir do econômico, como em deixar intacto o domínio do econômico que o economista marginalista diz ser seu. Um imperialismo respeitado, mesmo científico, não perde a sua qualidade de imperialismo. Dizer que analisamos o social, respeitando um “econômico” já dado, é tomar um objeto pré-construído, é trabalhar sobre resíduos de realidade previamente recortada. Mas isto não justifica fazer uma análise do econômico e pensar estar fazendo análise da “totalidade social”, do “político” e do “ideológico”. Nenhuma culpa cabe por pegar as relações sociais de determinado ponto de vista privilegiado, seja ele qual for. Afinal, qualquer ciência que se respeite faz isto explicitamente. Discutir qual o melhor ponto de vista é uma discussão sem fim e sem proveito. O ponto de vista privilegiado prova sua eficácia na relevância dos resultados que consegue estabelecer. A ciência não vive da discussão do território de cada uma, e sim dos trabalhos que cada uma faz. Voltemos ao exame de situações sociais concretas.

Se a utilização de trabalhadores pagos, na forma do *alugado*, em *sítios* e *roçados* de *agricultores* é bastante generalizada, e configura um processo de diferenciação existente entre aqueles que direcionam o esforço dos membros do grupo doméstico para a combinação *negócio e agricultura* por um lado, e aqueles que consagram seu esforço à combinação *agricultura e alugado* por outro, tendo por extremo os que *vivem do alugado*, ele não deixa de apresentar determinações em sentido oposto, isto é, que tornam reversíveis e não-cumulativas determinadas posições conquistadas, ou mesmo, como no caso da acumulação em equipamentos, apresenta-se cumulativo mas reversível. Assim também, há determinações que, embora incidindo diferencialmente nestas duas categorias de trabalhadores, afetam a ambas, e as opõem conjuntamente a outras categorias sociais. Este é o caso das transformações nas grandes propriedades – particularmente a expansão das *terras de gado* e das *terras de cana* – que freiam a acumulação dos *agricultores*, pauperizam os *agricultores fracos*, e ainda dificultam a passagem de *moradores sujeitos* para a condição de *libertos*. Longe estamos de um processo que opõe apenas duas forças uma à outra, movendo-se num vácuo social. O que acontece com cada uma e com ambas está associado ao que acontece com as categorias verdadeiramente dominantes, os grandes proprietários de terras. Guardar em mente que esta oposição a outras categorias sociais também é diferenciada é fundamental, pois, como foi visto, em certos contextos o comportamento dos *agricultores* tende a se aproximar mais dos grandes proprietários que das outras categorias de trabalhadores agrícolas, como os que *vivem do*

alugado ou *moradores sujeitos*²⁰⁵. Além disso, é preciso que a atenção da análise da acumulação e da diferenciação não se restrinja apenas ao que acontece no processo de trabalho em *sítios e roçados do Brejo e do Agreste*, mas incorpore as condições do *negócio* em feiras e mesmo as condições de vida e de trabalho dos que se deslocam para o Sul. Caso contrário, as determinações mesmas da utilização de *trabalhadores alugados versus* auto-exploração do trabalho doméstico não podem ser especificadas.

Portanto, percebe-se que tomar a presença crescente de trabalhadores pagos em dinheiro na *diária* ou por tarefa realizada em todos os tipos de explorações agrícolas por desenvolvimento do *trabalho assalariado*, por *processo de proletarização*, por *desenvolvimento capitalista*, não especifica nada, não proporciona o conhecimento das determinações desse processo. O problema no entanto não está na “complexidade” do caso examinado, mas na utilização mesma desses conceitos. A complexidade do caso só pôde ser descrita porque supôs um significado diferente dessas expressões, e dos problemas que levantam para serem examinados. A diferença, por sinal, está apenas em retomar os conceitos em sua forma original e explícita. Para Marx, o fato central que especifica a época histórica capitalista é que a força de trabalho se torna uma mercadoria:

“O que caracteriza a época capitalista é, assim, que a força de trabalho adquire para o próprio trabalhador a forma de mercadoria que lhe pertence e seu trabalho, por conseguinte, a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, é só a partir deste momento que a forma mercadoria dos produtos torna-se a forma social dominante” (cf. Marx, 1967, p. 173).

É somente nestas condições que a circulação do capital, enquanto valor que se acumula, expressa na fórmula D-M-D’, adquire plena significação. Para que a força de trabalho seja uma mercadoria, certas condições são necessárias. A primeira delas é que o vendedor da força de trabalho seja livre de sua pessoa, juridicamente igual ao capitalista que a adquire:

“A troca das mercadorias por si só não acarreta outras relações de dependência que as que decorrem de sua natureza. Dadas tais condições, a força de trabalho só pode se apresentar no mercado como mercadoria se ela é vendida por seu possuidor. Este deve, por conseguinte, poder dispor dela, quer dizer, ser um livre proprietário de sua própria pessoa. O possuidor de dinheiro e ele se encontram no mercado e entram em

²⁰⁵ Galeski recoloca o problema, se o campesinato deve ser tomado como um todo ou se sua diferenciação interna é o elemento primordial, de forma particularmente clara e que abre o campo a uma nova problemática:

“A propósito, a questão se o termo “classe camponesa” ou o de “estrato camponês” é o mais adequado apareceria como mal formulada. Se ignoramos os tons emocionais desses termos, e os consideramos sob o prisma dos argumentos anteriores, a questão seria posta da seguinte maneira: “em que situações a comunidade rural continua a agir como uma classe, e em que situações é necessário levar em consideração, em primeiro lugar e como fator básico, a diferenciação interna à classe no campo?” (cf. Galeski, 1972, p. 118).

relação um com outro como trocadores a título igual. Só diferem no seguinte: um compra e o outro vende, e, por isso mesmo, todos os dois são pessoas juridicamente iguais” (cf. Marx, 1967, p. 171).

Precisa Marx que para que a relação persista como tal, entre pessoas juridicamente livres, é necessário que a venda se refira apenas a um tempo determinado. Caso contrário, o trabalhador torna-se escravo, passando de mercador a mercadoria; exemplifica esta situação com a peonagem mexicana, onde uma verdadeira escravidão estaria dissimulada por dívidas que ligam o trabalhador e sua família a outras famílias (Marx, 1967, p. 171). A segunda condição para que a força de trabalho seja uma mercadoria é que o detentor da força de trabalho não possa vender o produto de seu trabalho, mas se veja forçado a vender a sua força de trabalho:

“A segunda condição essencial para que o homem dos tostões ache força de trabalho para comprar é que o possuidor dessa última, ao invés de poder vender mercadorias nas quais seu trabalho se realizou, seja forçado a oferecer e pôr à venda, como uma mercadoria, sua própria força de trabalho que reside somente em seu organismo” (cf. Marx, 1967, p. 171).

Alternativamente, especifica que a propriedade de meios de produção e a posse de meios de subsistência para consumir, enquanto produz e vende o produto de seu trabalho, permitem eludir a venda da força de trabalho (Marx, 1967, 172). Neste sentido a produção artesanal e a produção camponesa podem ser produções mercantis, sem serem produções capitalista. Portanto, as condições de existência de *trabalho assalariado* remetem a relações sociais específicas que devem ser reproduzidas constantemente. Estas relações, conforme precisamos acima, não se identificam com a presença da *forma salário*, enquanto pagamento em dinheiro como contraprestação do trabalho fornecido, e o exemplo da peonagem mexicana é ilustrativo de que a *forma salário* pode dissimular uma relação social oposta ao *trabalho assalariado*.

Pelas observações feitas ao longo desse trabalho, pode-se perceber que as duas condições para que a força de trabalho seja mercadoria não se realizam plenamente neste caso. Em primeiro lugar, a oposição *sujeito-liberto* aponta justamente para o fato de que a propriedade da terra, dadas as condições de dominação que propicia atualmente, permite manter parte da força de trabalho submetida pessoalmente aos grandes proprietários, de uma forma que nega precisamente a livre disposição do tempo de trabalho do grupo doméstico do trabalhador. Pensar, portanto, no surgimento e desenvolvimento de trabalho assalariado significa centrar a atenção sobre o processo que permite liquidar as formas de dominação designadas por *sujeição*, de maneira que todos possam estar em situação análoga à que é designada pela categoria *liberto*. E, como vimos, isto aponta, neste caso concreto, para a diferença *Sul-Norte*, em que o crescimento das cidades do *Sul* e das indústrias aí instaladas supõe o crescimento de um “mercado de

força de trabalho livre” no *Sul*, e onde os capitalistas se beneficiam dos baixos preços da força de trabalho, resultantes das formas em que esta transição se opera. Por outro lado, é exatamente este “mercado de força de trabalho livre” no *Sul* que permite a quebra progressiva da *sujeição* no *Norte*, permitindo até mesmo a passagem no *Norte* para produção camponesa. Nesse caso o processo que constitui a força de trabalho livre em mercadoria também constitui parte da força de trabalho livre em produtora de mercadorias.

Em segundo lugar, vimos que o *alugado* no *Norte* está sempre articulado com a produção agrícola própria, não só para autoconsumo, como também para venda. Tentar reproduzir a situação de produtor agrícola é condição *sine qua non* para permitir a reprodução da unidade doméstica, mesmo dos que *vivem do alugado*, pois esta forma não garante a subsistência doméstica o ano todo. Neste sentido, o *emprego* no *Sul* representa uma estabilização da venda da força de trabalho que de jeito algum se encontra no *alugado* no *Norte*. Mesmo a acumulação dos *agricultores* não engendra a possibilidade de formas análogas ao *emprego* no *Norte*, o que significa que o crescimento do *alugado* representa mais um processo de pauperização da força de trabalho a ele submetida, que uma transformação que permita que a venda da força de trabalho assegure a reprodução do trabalhador e de seu grupo doméstico. Acrescente-se que, mesmo para os *agricultores* que estão acumulando, a transformação de parte de seu grupo doméstico em vendedores de força de trabalho no *Sul* é fato corriqueiro e constantemente reproduzido. Para a venda de força de trabalho no *Sul* convergem *sujeitos e libertos, moradores, trabalhadores alugados, agricultores fracos, agricultores*. Sob este aspecto, a acumulação capitalista no *Sul* se beneficia da forma como surge o trabalhador assalariado do *Norte* (Oliveira, 1972).

Na verdade, se as condições apontadas por Marx não se realizam plenamente, é que estamos diante de transformações nesta direção, mas que apresentam várias outras virtualidades no bojo desse processo. Pensar concretamente essas transformações constitui um objeto específico, retomado por Marx só no final do livro I, na seção da “Acumulação Primitiva”, objeto este designado muitas vezes como *processo de proletarianização* por outros autores. No capítulo citado anteriormente (Marx, 1967, capítulo VI), ao deixar provisoriamente de lado como é que o trabalhador livre surge historicamente, ele precisa:

“Em todo o caso, há uma coisa bem clara: a natureza não produz de um lado os possuidores de dinheiro ou de mercadorias e de outro os possuidores pura e simplesmente de suas forças de trabalho. Uma tal relação não tem nenhum fundamento natural, e também não é uma relação social comum a todos os períodos da história. É evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico preliminar, o produto de um grande número de revoluções econômicas, vindo da destruição de toda uma série de velhas formas de produção social” (cf. Marx. 1967, p. 172).

Conceitualmente, Marx especifica que há produção e circulação mercantis antes do aparecimento do modo de produção capitalista, por conseguinte, mercado e capitalismo não se confundem. Assim, também a moeda supõe a produção e circulação mercantis, mas sua existência também não significa existência do modo de produção capitalista. Portanto, a existência do capital supõe a existência anterior da produção e circulação mercantis e da moeda, mas a produção e circulação mercantis e a moeda não supõem produção capitalista. O surgimento do capital e do trabalho assalariado exige assim condições específicas, além da produção e circulação mercantis e da existência da moeda:

“Tal não é o caso do capital (*como para a moeda – observação minha*). As condições históricas de sua existência não coincidem com a circulação das mercadorias e da moeda. Só ocorre onde o detentor de meios de produção e de subsistência encontra no mercado o **trabalhador livre** (grifo meu) que vem vender sua força de trabalho, e esta **única condição histórica** (grifo meu) encerra todo um mundo novo. O capital se anuncia desde o início como uma época da produção social” (cf. Marx, 1967, p. 173).

No caso aqui examinado, tornar-se vendedor de força de trabalho no *Sul* é uma alternativa para a qual convergem as várias categorias de trabalhadores agrícolas, e aponta para o fato de que a industrialização em bases capitalistas nesta região é anterior à eliminação das formas de dominação personalizada dos trabalhadores pelos *patrões* no *Norte* (Oliveira, 1972; Rangel, 1963). O deslocamento para o *Sul* proporciona então condições de vida e trabalho opostas ao *Norte*, e às custas de um aumento da auto-exploração do esforço dos membros da unidade doméstica consegue-se acumular recursos para reproduzir ou conseguir a situação de *liberto* no *Norte*. Estas condições em que a oferta de força de trabalho se processa tornam o seu preço extremamente baixo, e representam por esse lado uma poderosa fonte de acumulação dos capitais no *Sul*.

Note-se porém que este mecanismo não permite por si só a transformação e modernização das grandes propriedades no *Norte*, mas, ao contrário, favorece a sua decadência, e permite a gestação de produção camponesa livre em bases familiares, mesmo que à custa de um elevado nível de auto-exploração da unidade doméstica. As transformações das grandes propriedades no *Norte* se fazem com recursos repassados pelo Estado especialmente com este fim, e poderíamos mesmo dizer que os capitais já acumulados no país subsidiam esta transformação. Há portanto virtualidades opostas presentes nas transformações das relações sociais no *Norte*. Pode-se observar ainda que melhores condições de trabalho e vida no *Norte* representariam maiores possibilidades de barganha para este segmento da oferta da força de trabalho no *Sul*. Em sentido inverso, melhores condições para os assalariados urbanos no *Sul* significam maiores possibilidades de acumulação para parte da força de trabalho que

para aí se desloca e, portanto, maiores condições de reproduzir ou de conseguir a situação de *liberto* no Norte.

Há uma diferenciação inegável. Mas para que essa diferenciação desemboque em produção capitalista seria necessário, como vimos anteriormente: em primeiro lugar, que num pólo se acumulassem terras e dinheiro, que permitissem que toda auto-exploração do trabalho doméstico fosse sendo substituída por trabalhadores pagos por tempo determinado. Em segundo lugar, que no outro pólo houvesse trabalhadores livres na esfera doméstica, e que tivessem como única alternativa para garantir a subsistência do grupo doméstico a venda de sua força de trabalho por tempo determinado. Vê-se, assim, que longe estamos de um processo que caminha linearmente nessa direção. Muito menos caminha linearmente para que as grandes propriedades consigam se transformar em estabelecimentos capitalistas, que tirem do jogo por completo toda e qualquer forma de produção camponesa. A luta é longa e dura.

Embora focalizando aqui *sobretudo* a economia dos *agricultores*, pode-se observar que os conceitos pertinentes ao trabalho familiar (Chayanov, 1966; Galeski, 1972; Tepicht, 1973), para especificar a economia camponesa, mostram-se eficazes para pensar ambos os pólos, e mesmo a diferenciação entre eles. Particularmente no caso da acumulação dos agricultores, é exatamente a referência constante à auto-exploração do trabalho doméstico, confrontada com o consumo socialmente necessário, que permite determinar a sua direção e as estratégias postas em prática. Viu-se também, segundo a proposição de Witold Kula (1970), que tais conceitos permitem desenvolver a dinâmica própria da *plantation* tradicional e melhor entender as formas de dominação, que lhes são características, e suas variações. Pudemos analisar mesmo a homologia entre os cálculos e práticas econômicas da *plantation* tradicional e os cálculos e práticas dos *agricultores*; embora devamos nos lembrar que não há nenhuma identidade entre as unidades de produção assim constituídas, pois o que significa o fim das condições de eficácia da dominação personalizada é exatamente o que abre caminho para a possibilidade de expansão dos *agricultores*.

Contudo, é bom ressaltar que não basta observar que determinadas operações deixam de ser feitas por membros do grupo doméstico, e passam a ser realizadas por trabalhadores extradomésticos, para que se conclua que a noção de trabalho familiar está sendo negada por este fato. O significado disto só aparece quando nos perguntamos a situação em que isto se produz, e quais as condicionantes de ela se reproduzir. Por exemplo, mostrou-se que o prosseguimento da acumulação, mesmo passando pela substituição do trabalho doméstico pelo trabalho *alugado*, quando se materializa em equipamentos novos e caros, significa mais trabalho doméstico no futuro,

se bem que a nível bem maior de produtividade²⁰⁶. É verdade que estas interrogações não permitem que nos fixemos apenas nos grupos domésticos isolados, mas que se incorpore as condições sociais em que tais grupos domésticos estão inseridos e que delimitam sua existência. Nestas condições, pode-se observar a eficácia das categorias próprias ao trabalho familiar para pensar aquela situação concreta, os cálculos efetuados pelos agentes inseridos nessas situações e as vias possíveis de transformação. Em outras palavras, é preciso ver como as formas de dominação são internalizadas e respondidas pelos grupos domésticos, e que estratégias apresentam para lutar contra elas e reconverter suas posições sociais.

Tal compreensão do trabalho familiar se afasta do procedimento idêntico àquele que criticamos nas concepções de trabalho assalariado: bastaria observar que operações agrícolas são realizadas por uma equipe cujos membros são todos da mesma unidade doméstica, para que se dissesse que há presença e desenvolvimento de trabalho familiar. Efetivamente, trabalho familiar não significa fazer todas as operações do ciclo agrícola com o grupo doméstico, mas sim que o grupo doméstico permite assegurar a estabilidade e a reprodução das condições sociais da produção. E o campo de questões que levanta se estende das variações da produção com o ciclo de vida do grupo doméstico, da transmissão do patrimônio e da socialização dos filhos nas atividades dos pais até a reprodução das condições de dominação em que se insere o grupo doméstico. O trabalho familiar aqui analisado implica autonomização da esfera doméstica de relações personalizadas com os proprietários de terra especificadas pela *sujeição*, a nova dominação sendo especificada pelo que acontece nos mercados de seus produtos, no mercado de terras, e nos mercados onde vende sua força de trabalho. Mas, como vimos, as trajetórias possíveis de transformação social são múltiplas, e mais coisas dependem da luta de classes do que sonha nossa economia e nossa ciência social...

²⁰⁶Claro está que o conceito de campesinato aqui utilizado não implica impossibilidade de acumulação, mas apenas nas formas específicas que a acumulação assume (Chayanov, 1966; Tepicht, 1973; Garcia Jr., 1983a).

Bibliografia

ALAVI, Hamsa.

- 1962 – “Paysans et Révolution”
In *Les temps modernes*, ano 28, nº 306, janeiro.

ALMEIDA, Horácio de

- 1957 – *Brejo de Areia*
Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Cultura.

ALMEIDA, José Américo de

- 1937 – *A Parahyba e seus Problemas*
Porto Alegre, Ed. da Livraria Globo.
- 1974 – *A Bagaceira*
Rio de Janeiro, Liv. José Olympio.
- 1976 – *Memórias: antes que me esqueça*
Rio de Janeiro, Francisco Alves.

ASSUMPÇÃO, Leilah

- 1978 – *A Cooperativa do Trabalhador*
Rio de Janeiro, Museu Nacional, mimeo. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ.)

AZEVEDO, Fernando

- 1982 – *Ligas camponesas*
São Paulo, Paz e Terra.

BETTELHEIM, C.

- 1970 – *Calcul économique et formes de propriété.*
Paris, F. Maspéro.

BERNARDES, Nilo

- 1952 – “Observações sobre a paisagem agrária no município de Areia.”
In *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*.
Vol. VI, Tomo II (1951-1952)
São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros.

BOHANNAN, Paul

- 1963 – “Land, Tenure and Land Tenure”
In *African agrarian systems*
Bienbuyck, D. (ed), London, Oxford University Press.

BOURDIEU, Pierre

- 1962 – “Célibat et condition paysanne”
In *Études rurales*. Paris, 5-6, abril/set.; pp. 32-136.
- 1963 – “La société traditionnelle: attitudes à l’égard du temps et la conduite économique”
In *Sociologie du travail*, nº 1, jan./mar.; pp. 24-44.
- 1972 – *Esquisse d’une théorie de la pratique*
Genève, Droz.
- 1974 – *A economia das trocas simbólicas*
São Paulo, Ed. Perspectiva.
- 1977 – *Algerie 60*. Paris, Ed. de Minuit.
- 1979 – *La distinction*. Paris, Ed. de Minuit.
- 1980 – *Le sens pratique*. Paris, Ed. de Minuit.
- 1984 – “Espace social et genèse des classes”
In *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, nº 52/53, junho; pp. 3-17.

BOURDIEU, Pierre et alii

- 1973 – *Le métier de sociologue*
Paris, Mouton. 2ª edição.
- 1963 – *Travail et travailleurs en Algérie*
Paris/La Haye, Mouton.

BOURDIEU, Pierre e SAYAD, Abdelmalek

- 1964 – *Le déracinement. La crise de l’agriculture traditionnelle en Algérie*.
Paris, Ed. de Minuit.

BRAGA de SÁ, M.

- 1980 – *Os engenhos rapadureiros e a expansão da agro-indústria açucareira no município de Areia*
Recife, UFPE
(Dissertação de mestrado apresentada ao PIMES da UFPE.)

CAMARGO, Aspásia

- 1973 – *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*. Paris, EHESS,
mimeo. (Thèse de 3^{ème} cycle présentée à l’Université de Paris).
- 1979 – *A questão agrária: crise de poder e reformas de base*.
Rio de Janeiro, FGV.

CANTALICE, Dulce

- 1980 – “Conflito de terra em Alagoa Nova”
In *I Encontro da realidade nordestina*.
Campina Grande, UFPB/Fundação Ford.

CARVALHO, Eloísa de

- 1952 – “Areia: aspectos de sua geografia urbana”
In *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*.
Vol. VI, Tomo II (1951-1952).
São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros.

CASTRO, Antonio Barros de

- 1969 – *7 ensaios sobre a economia brasileira*.
Vol. I. São Paulo/Rio de Janeiro, Forense.

CHAMPAGNE, Patrick

- 1984 – “*La manifestation. La production de l'événement politique*”. In *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, nº 52/53, fevereiro; pp. 14-41.

CHAYANOV, A. V.

- 1966 – *The theory of peasant economy*. (Thorver, Kerblay e Smith, eds.) Illinois, Irwin.

COMBESSIE, Jean-Claude

- 1982 – “*Marché du travail et dynamique des valeurs*”.
In *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, nº 41, fevereiro; pp. 73-85.

CONTAG

- 1979 – *Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*, Brasília.

CORREIA DE ANDRADE, Manuel

- 1957 – *Os rios-de-açúcar no Nordeste Oriental*
II: *O rio Mamanguape*.
Recife, Publicações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
- 1964 – *A terra e o homem no Nordeste*.
São Paulo, Ed. Brasiliense.

CORREIA DE ANDRADE, M. e POTENGI, G.

- 1980 – *Dinâmica das microrregiões de intensa atividade migratória*
Recife, MINTER/SUDENE, UFPE/UFPA
9ª Série, População e emprego, vol. II.

EISEMBERG, Peter

- 1977 – *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1940-1970*.
Rio de Janeiro, Paz e Terra/UNICAMP.

ESTERCI, Neide

- 1979 – “*Peonagem na Amazônia*”
In *Dados*. Rio de Janeiro, IUPERJ, nº 20.

FETAPE

- 1983 – “Racionalização da agroindústria canavieira de Pernambuco com distribuição das terras excedentes para os trabalhadores rurais.”
Resposta dos trabalhadores rurais da zona canavieira de PE, através dos seus sindicatos, FETAPE e CONTAG à proposta apresentada pelos usineiros de redução da jornada de trabalho com redução de salários. Recife, FETAPE. (Mimeo)

FINLEY, Moses I.

- 1975 – *L' economie antique*
Paris, de Minuit.

FORTES, Meyer

- 1958 – “Introduction”
In *The development cycle in domestic group*. (Goody, J. ed.).
Cambridge, Cambridge University Press.

FRANKLIN, S. H.

- 1969 – *The european peasantry*.
London, Methven.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

- CENSOS DEMOGRÁFICOS* – 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980.
CENSOS AGROPECUÁRIOS – 1970, 1975, 1980.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS .

- 1982 – *Retrospectiva da agropecuária*
1º Sem. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Agrícolas, Instituto Brasileiro de Economia, FGV.

FURTADO, Celso

- 1969 – *Formação econômica do Brasil*
São Paulo, Ed. Nacional.

GALESKI, Boguslaw

- 1972 – *Basic concepts of rural sociology*
Manchester, Manchester University Press.

GARCIA JR. Afrânio

- 1977 – “Salário e campesinato”. In *Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste*, Convênio UFRJ/FINEP/IPEA/IBGE, vol. I.
Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- 1983a – *Terra de trabalho*, R. J., Paz e Terra.
- 1983b – O Sul: caminho do roçado, Rio de Janeiro, Museu Nacional (Tese de doutoramento apresentada ao PPGAS da UFRJ).

- 1986 a – *Libres et assujettis: la transition des travailleurs dependants aux travailleurs libres dans le Nord-Est du Brésil*
In *Artes de la recherche en Sciences Sociales*,
n° 65. Paris, Ed. de Minuit; pp. 14-40.
- 1986 b – “Condition paysanne et marché du travail”. In *Cahiers d'économie et de sociologie rurales*, n° 3. Paris, INRA; pp. 113-140.
- 1989 – *Libres et assujettis. Marché du travail et modes de domination*. Paris, Ed. de la Maison de Sciences de l'Homme.
- GARCIA, Marie France
- 1977a – *O Bacurau*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, mimeo. (Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS da UFRJ.)
- 1977b – *Negócio e campesinato: uma estratégia de reprodução social*
Rio de Janeiro, Museu Nacional, (mimeo.)
- 1977c – *Feira e diferenciação social*
Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo).
- GEORGESCU – ROEGEN, N.
- 1963 – “Economy theory and agrarian economics”.
In *Agriculture in economic development*.
(Fiches and Witt, eds.)
New York, Mac Graw Hill.
- GERSCHENKRON, A.
- 1962 – *Economic backwardness in historical perspectives*.
Cambridge, Mass. Harvard University Press.
- GERVAIS, Michel et alii
- 1976 – “La fin de la France paysanne” In *Histoire de la France rurale*.
Duby, G. et Wallon, A. (org.); tomo 4, Paris, Seuil.
- GODELIER, Maurice
- 1966 – *Rationalité et irrationalité en économie*
Paris, Maspéro.
- GONÇALVES BASTOS, Eliane C. O'Dwyer
- 1977a – *Laranja e Lavoura Branca*.
Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo). (Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS da UFRJ).
- 1977 b – “Relações sociais no cultivo do algodão no sertão”, In *Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste*, Convênio UFRJ/FINEP/IPEA/IBGE, vol. I.
Rio de Janeiro, Museu Nacional.

HEREDIA, Beatriz Alasia de

- 1977 – “Versões de uma crise”. In *Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste*. Convênio UFRJ/FINEP/IPEA/IBGE, vol. I. Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- 1979 – *A morada da vida*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1989 – *Formas de dominação e espaço social*. São Paulo, Marco Zero/CNPq.

HEREDIA, B., e GARCIA JR. A.

- 1971 – “Trabalho familiar e campesinato”.
In *América Latina*, vol. 14, nºs 1 e 2.
Rio de Janeiro, CLAPCS.
- 1980 – “Campeinato e ‘plantation’ no Nordeste”
In *Anuário Antropológico 78*
Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; pp. 267-287.

HIRSHMAN, Albert

- 1970 – *Exit, voice and loyalty*
Cambridge, Harvard University Press.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de

- 1975 – *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*.
Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira.

HOLLOWAY,

- 1968 – *Vida e morte do Convênio de Taubaté*
Rio de Janeiro, Paz e Terra.

JOFFILY, I.

- 1892 – *Notas sobre a Parahyba*.
Rio de Janeiro, Typografia do *Jornal do Commercio* de Rodrigues e C.

JULIÃO, Francisco

- 1962 – *O que são as Ligas Camponesas*.
Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 1970 – *Cambão*
Cuernavaca, CIDOC.

KAUTSKY, Karl

- 1974 – *La cuestión agrária*
Buenos Aires, Siglo XXI.

KORSCH, Karl

- 1971 – *Karl Marx*
Paris, Champs Livre.

KULA, Marcin

- 1977 – “Schiavitu'e Servagio nelle aziende agrarie della *prima età* moderna: Polonia e Brasile”. In *Studi Storici*, nº 4, outubro-dezembro.

KULA, Witold

- 1968 – “On the typology of economic systems”
In *The Social Sciences: problems and orientations, Selected Studies*. Paris/La Haye, Mouton/UNESCO.
- 1970 – *Théorie économique du système féodal*
Paris/La Haye, Mouton.

LACERDA DE MELO, Mário

- 1952 – “Aspectos da geografia agrária do Brejo Paraibano”. In *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Vol. IV, Tomo II, 1951-1952. São Paulo (1958), Associação dos Geógrafos Brasileiros.
- 1958 – *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e na Paraíba*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia.

LEITE LOPES, José Sérgio

- 1976 – *O vapor do Diabo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1977 – “Relações de parentesco e de propriedade nos romances do ‘ciclo da cana’ de José Lins do Rego”.
In *Arte e sociedade* (Velho, G. org.) Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- 1978 – “Notas críticas ao desemprego e subemprego no Brasil”. *DADOS*, Rio de Janeiro, IUPERJ, nº 18; pp. 135-158.
- 1981 – “O ‘tradicionalismo camponês’ segundo a ‘antropologia da tradição’”.
Comunicação, nº 6, Rio de Janeiro, Museu Nacional/PPGAS.
- 1988 – *A tecelagem dos conflitos na “cidade das chaminés”*.
São Paulo, Marco Zero/CNPq/UnB.

LINDOSO, Felipe

- 1983 – *O campesinato e o mercado*
Rio de Janeiro, Museu Nacional, mimeo. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ.)

LENIN, V. I.

- 1969 – *Le développement du capitalisme en Russie*. Oeuvres complètes. Tomo III. Paris/Moscou, Editions Sociales/Ed. Progrès.

LEVI – STRAUSS, Claude

- 1958 – *Anthropologie Structurale*
Paris, Plon.

LEWIS, Arthur

- 1958 – “Economic development with unlimited supply of labour” In *The economics of underdevelopment* (Agarwala, A. N. e Singh, S. P., orgs.) London, Oxford University Press.

LOYOLA, Maria Andréa

- 1984 – *Médicos e curandeiros*
São Paulo, Difel.

MALINOWSKI, B.

- 1978 – *Os argonautas do Pacífico Ocidental.*
Rio de Janeiro, Abril Cultural (Coleção *Os pensadores*).

MARTINS, José de Souza

- 1979 – *O cativo da terra.* São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas.
- 1980 – “Comentários críticos a ‘salário e campesinato””. In *I Encontro da Realidade Nordestina.*
Campina Grande, UFPB/Fundação Ford.

MARX, Karl

- 1960 – *Le Capital.* Livro III, Tomo III. Paris, Ed. Sociales.
- 1967a – *Le Capital.* Livro I, Tomo I. Paris, Ed. Sociales.
- 1967b – *Le Capital.* Livro I, Tomo II. Paris, Ed. Sociales.
- 1968 – *Le Capital.* Livro I, Tomo III. Paris, Ed. Sociales.
- 1978 – “Para crítica da economia política”. In *manuscrtos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.* Seleção de Arthur Giannotti. São Paulo, Abril Cultural (Coleção *Os pensadores*).

MENDRAS, Henry

- 1976 – *Sociétés paysannes.*
Paris, Armand Colin.

MICELI, Sérgio

- 1979 – *Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920 – 1945.*
São Paulo, Difel.

MOORE, Barrington

- 1975 – *As origens sociais da ditadura e da democracia.*
Lisboa, Cosmos.

MUEL – DREYFUS, Francine

- 1983 – *Le metier d' éducateur.*
Paris, Ed. de Minuit.

NOVAES, Regina

- 1985 – *Os escolhidos de Deus*.
Rio de Janeiro, Marco Zero/ISER
(Cadernos do ISER, nº 19).
- 1987 – *De corpo e alma*
São Paulo, USP (Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP).

OLIVEIRA, Francisco

- 1972 – “A economia brasileira – crítica à razão dualista”.
Estudos CEBRAP. São Paulo, CEBRAP, nº 2, out.; pp. 3-82.

PAIVA, Ruy Muller

- 1968 – “Reflexões sobre as tendências da produção, da produtividade e dos preços do setor agrícola do Brasil” e “Bases de uma política para melhoria técnica da agricultura brasileira.” In *Agricultura subdesenvolvida* (Sá, Francisco ed.). Petrópolis, Vozes; pp. 167-261.
- 1976 – “Os baixos níveis de renda e salários na agricultura”, *Estudos Agrários*, Rio de Janeiro. INCRA, nº 0.

PALMEIRA, Moacir

- 1971a – *Latifundium et capitalismo: Lecture critique d'un débat*. Paris, Universidade de Paris, mimeo. (Thèse de 3ème Cycle présentée à la Faculté de Lettres et Sciences Humaines).
- 1971 b – “Feira e mudança econômica”. Simpósio de Pesquisas. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo).
- 1976 – “Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional” In *Congrès International des Americanistes*, 42. Paris, 2-9 set.
- 1977a – *Diferenciação social e participação política no campesinato: primeiras questões*
Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ (mimeo).
- 1977b – “The aftermath of peasant mobilization: rural conflicts in the Brazilian Northeast since 1964”, in *The structure of brasilian development* (Aguiar, Neuma, org.). Transaction Books.
- 1977c – “Extensão das relações sociais e a forma salário”
In *Projeto e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste*. Convênio UFRJ/FINEP/YPEA/IBGE, vol. I, mimeo, Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- 1977d – “Campesinato, fronteira e política”. In *Anuário Antropológico* 76. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- 1979 – “Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria permambucana”. In *Revista de Cultura e Política*. São Paulo, CEDEC, nº 1, agosto; pp. 11-55.

PALMEIRA, Moacir et alii

- 1977 – “Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste”. In *Anuário Antropológico 76*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

PALMEIRA, Moacir e ALMEIDA, Alfredo Wagner.

- 1977 – “A invenção da migração”. In *Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste*. Convênio UFRJ/FINEP/IPEA/IBGE. vol. I (mimeo). Rio de Janeiro, Museu Nacional.

PAULILO, Maria I. Silveira

- 1980 – “A mulher e a terra no Brejo Paraibano”
Florianópolis, UFSC (Relatório de pesquisa apresentado à Fundação Carlos Chagas).

PERUCCI, G.

- 1978 – *A república das usinas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

POLANYI, Karl

- 1947 – “Our obsolete market mentality”. *Commentary*, nº 13, vol. 3, fevereiro; pp. 109-117.
- 1957 – “The economy as an instituted process”. In *Trade and market in the early empires* (Polanyi, Arensberg, Pearson, eds.) Glencol, Free Press.
- 1980 – *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.

POTENGY, Gisélia

- 1984 – *Les plans de modernisation de la production de la canne à sucre et leurs repercussions sociales et politiques dans le Nordeste du Brésil: Le cas du Brejo Paraibano*.
Paris, Universidade de Paris X (Thèse de doctorat de 3^{ème} cycle présentée a L'Université de Paris X – Nanterre).

PRÉOBRAJENSKY

- 1966 – *La nouvelle économique*. Paris, Études et documentation internationale.

PUREZA, José

- 1982 – *Memória camponesa* (O'Dwyer, Eliane Cantarino, org.)
Rio de Janeiro, Marco Zero.

RANGEL, Ignácio

- 1962 – *A questão agrária brasileira*. Recife, Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco.
- 1963 – *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

REDFIELD, Robert

- 1965 – “Peasant society and culture”. In *The little community and peasant society and culture*. Chicago/London, Phoenix Books.

RINALDI, Doris M.

- 1980 – *A terra do santo e o mundo dos engenhos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

RINALDI, D. e MERCIER, H

- 1983 – *Emprego rural: análise das categorias dos centros agrícolas*. Rio de Janeiro, IBGE (mimeo).

RINGUELET, Roberto

- 1977 – *Los migrantes estacionales del Nordeste*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, mimeo (Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS da UFRJ).

ROBBINS, Lionel

- 1947 – *Essai sur la nature et la signification de la Science Economique*. Paris, Médicis.

SAINT-MARTIN, Monique

- 1984 – “Quelques questions à propos du pentecôtisme au Brésil”. In *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, nº 52/53, junho; pp. 111-114.

SALM, C. e O'BRIEN

- 1970 – “Desemprego e subemprego no Brasil”. *Revista Brasileira de Economia*, nº 3, out./dez; pp. 93-137.

SAYAD, Abdelmalek

- 1975 – “El Ghorba: le mécanisme de reproduction de l'emigration”. In *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, nº 2, março; pp. 50-66.

- 1977 – “Les trois âges de l'émigration algérienne en France”. In *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, nº 15, junho; pp. 59-79.

SAHLINS, Marshal

- 1969 – “On the sociology of primitive exchange”, In *The relevance of models for social anthropology*. Benton (ed.), Landor, Faustock Publications.

SIGAUD, Lygia

- 1977 – “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. In *Capital e trabalho no campo*. (Singer, org). São Paulo, HUCITEC.

- 1979 – *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo, Duas Cidades.

- 1980 – “A nação dos homens”. In *Anuário Antropológico 78*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; pp. 13-114.

- 1983 – “Luta política e luta pela terra no Nordeste”. In *DADOS*, Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 26, nº 1.

SILVEIRA, Maria José

- 1983 – *Ambigüidade na transformação*
São Paulo, USP (Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP).

STEIN, Stanley J.

- 1961 – *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras*.
São Paulo, Brasiliense.

SRAFFA, P.

- 1983 – *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*.
São Paulo, Abril Cultural (Coleção *Os pensadores*).

SZMRECSÁNYI, Tamás

- 1979 – *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)* – São Paulo, HUCITEC/Unicamp.

TAVARES, M. da Conceição

- 1972 – *Da substituição da importação ao capitalismo financeiro*.
Rio de Janeiro, Paz e Terra.

TEPICH, Jerzy

- 1973 – *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*.
Paris, Armand Colin.

THOMPSON, E. P.

- 1967 – “Timework – discipline and industrial capitalism”. In *Past and Present* nº 38, dez.; pp. 56-97.
- 1987 – *A formação da classe operária inglesa*.
Rio de Janeiro, Paz e Terra (3 volumes).

VALVERDE, Orlando

- 1955 – “O uso da terra no leste da Paraíba”. *Revista Brasileira de Geografia*.
Ano XVII, nº 1. Rio de Janeiro.

VELHO, Otávio G. Alves.

- 1976 – *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Difel.

WEBER, Max

- 1971 – *Economie et société*. Paris, Plon.

- 1981 – “A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha nas províncias do Além-Elba-”.
In *A questão agrária* (Silva, Graziano da e Stolcke, org.) São Paulo, Brasiliense.
- WOLF, Eric e Mintz, Sidney.
- 1957 – “Haciendas and plantation in Middle América and the Antilles.”
Social and Economic Studies, Vol. VI, nº 3.

O autor

Licenciado em Economia e doutor em Antropologia Social, Afrânio Raul Garcia Jr. atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ. É autor dos livros *“Terra de Trabalho”* (Ed. Paz e Terra, 1983) e *Libres e assujettis – Marché du travail et modes de domination au Nordeste* (Éditions de La Maison des Sciences de l’Homme, Paris, 1989). É também autor de vários artigos publicados em coletâneas e revistas.

Este livro foi c... o pela Editora Vozes
para Editora M...

Peça pelo correio o nosso catálogo e conheça os outros livros da Editora Marco Zero.

Atendemos também pelo reembolso postal. Editora Marco Zero Ltda., Rua Rodrigo
Claudio, 480, Aclimação, telefone (011) 287-1935.

A liberdade pessoal dos trabalhadores em relação aos empregadores é uma condição fundamental para a gênese da economia capitalista, se bem que tal noção nada tenha de econômica em sentido estrito. Mas não se trata somente de ressaltar a oposição liberdade e submissão como um instrumento da análise histórica; na situação social analisada tal oposição está inscrita na própria realidade social ou em sua representação.

A análise aqui desenvolvida tem por objeto a dinâmica das relações entre diferentes personagens sociais, senhores-de-engenho, usineiros e moradores, agricultores e comerciantes, lideranças sindicais e políticas, e os significados atribuídos por cada um deles à oposição entre *libertos* e *sujeitos*. Esta abordagem é que permite precisar como o próprio conflito em torno das significações da noção de *liberdade* faz parte e influi diretamente nos rumos do processo de transformação social.

Que efeitos tem o crescimento do mercado de trabalho industrial sobre o mundo rural nordestino? E, reciprocamente, que efeitos sobre este mercado urbano têm as transformações vividas no Nordeste?

Estas são algumas das questões analisadas neste livro que revela, ao lado dos migrantes que se tornaram operários ou empregados urbanos no Sudeste, a existência também daqueles que conquistaram ou reproduziram a condição camponesa graças, exatamente, à passagem temporária pelo mercado de trabalho industrial. Uma reflexão original e reveladora sobre a relação entre forma salário, trabalho assalariado e camponato, este livro marca, desde já, um momento fecundo na análise das questões sociais que contribui para explicar o nosso país.

